

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

**O FINANCIAMENTO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E A ESTRU-
TURA DA DESPESA: O CASO DOS MUNICÍPIOS ALGARVIOS**

EUSÉBIO RODRIGUES JOAQUIM

Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional

Faro, junho de 2012

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

**O FINANCIAMENTO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E A ESTRU-
TURA DA DESPESA: O CASO DOS MUNICÍPIOS ALGARVIOS**

EUSÉBIO RODRIGUES JOAQUIM

Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional

Dissertação orientada por Professor Doutor Adriano Pimpão –

Universidade do Algarve

Faro, junho de 2012

ÍNDICE GERAL

Página

LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE SIGLAS	xiii
AGRADECIMENTOS	xiv
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1. Importância do tema.....	1
1.2. Principais objetivos	3
1.3. As autarquias locais – evolução e alguns considerandos.....	4
1.4. Região do Algarve – breve caracterização	5
1.5. Principais limitações encontradas e organização do trabalho.....	8
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1. Funções do setor público	10
2.2. Relações entre o poder central e o poder local	12
2.3. Reforço da autonomia dos municípios	15
2.4. Atual sistema contabilístico - POCAL	17
2.5. Breve resumo do capítulo	19
CAPÍTULO III: COMPETÊNCIAS E REGIME FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	21
3.1. Evolução das competências municipais.....	21
3.2. Principais alterações à Lei das Finanças Locais	27
3.3. O financiamento dos municípios.....	35
3.4. Breve resumo do capítulo	39
CAPÍTULO IV: METODOLOGIA.....	41
4.1. Organização dos dados	43
CAPÍTULO V: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
5.1. Caracterização geral da receita e da despesa ao longo dos anos.....	50
5.1.1. Ano de 2000	50
5.1.2. Ano de 2001	56
5.1.3. Ano de 2002	62
5.1.4. Ano de 2003	68
5.1.5. Ano de 2004	74
5.1.6. Ano de 2005	80

5.1.7.	Ano de 2006	86
5.1.8.	Ano de 2007	92
5.1.9.	Ano de 2008	99
5.1.10.	Ano de 2009	105
5.2.	Evolução geral da receita	112
5.2.1.	Evolução das receitas próprias.....	113
5.2.2.	Evolução e importância dos impostos sobre o património	115
5.2.3.	Evolução das transferências do OE	117
5.2.4.	Evolução dos fundos comunitários	120
5.2.5.	Evolução dos passivos financeiros	121
5.3.	Evolução geral da despesa	122
5.3.1.	Evolução das despesas com pessoal	123
5.3.2.	Evolução do serviço da dívida	125
5.3.3.	Evolução do investimento.....	126
5.4.	Breve resumo do capítulo	128
CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES		130
ANEXOS		138
ANEXO 1: Receitas fiscais, ano 2000		139
ANEXO 2: Receitas correntes, ano 2000		140
ANEXO 3: Receitas de capital, ano 2000		141
ANEXO 4: Despesas correntes, ano 2000.....		142
ANEXO 5: Despesas de capital, ano 2000		143
ANEXO 6: Despesas de investimento, ano 2000.....		144
ANEXO 7: Despesas de investimento, ano 2000 (cont.)		145
ANEXO 8: Receitas fiscais, ano 2001		146
ANEXO 9: Receitas correntes, ano 2001		147
ANEXO 10: Receitas de capital, ano 2001.....		148
ANEXO 11: Despesas correntes, ano 2001.....		149
ANEXO 12: Despesas de capital, ano 2001		150
ANEXO 13: Despesas de investimento, ano 2001.....		151
ANEXO 14: Despesas de investimento, ano 2001 (cont.)		152
ANEXO 15: Receitas fiscais, ano 2002		153
ANEXO 16: Receitas correntes, ano 2002		154
ANEXO 17: Receitas correntes, ano 2002 (cont.).....		155
ANEXO 18: Receitas de capital, ano de 2002		156
ANEXO 19: Receitas de capital, ano de 2002 (cont.)		157
ANEXO 20: Despesas correntes, ano 2002.....		158
ANEXO 21: Despesas de capital, ano 2002		159
ANEXO 22: Despesas de investimento, ano 2002.....		160
ANEXO 23: Despesas de investimento, ano 2002 (cont.)		161

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162
REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS.....	162
PRINCIPAL LEGISLAÇÃO CONSULTADA	164
APÊNDICES	165
APÊNDICE 1: Valor das receitas correntes por município, ano de 2000 (valores em euros)	167
APÊNDICE 2: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2000 (em percentagem)	168
APÊNDICE 3: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2000 (em percentagem)	168
APÊNDICE 4: Valor por município das receitas de capital, ano de 2000 (valores em euros)	169
APÊNDICE 5: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2000 (em percentagem)	170
APÊNDICE 6: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2000 (em percentagem)	170
APÊNDICE 7: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2000.....	171
APÊNDICE 8: Valor das despesas correntes por município, ano de 2000 (em euros)	171
APÊNDICE 10: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2000 (em euros)	173
APÊNDICE 11: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2000 (em percentagem).....	174
APÊNDICE 12: Peso total por município de cada tipo de despesa no total das despesas de capital, ano de 2000 (em percentagem).....	174
APÊNDICE 13: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação ao valor total da despesa (em percentagem), ano de 2000	175
APÊNDICE 14: Valor das receitas correntes por município, ano de 2001 (em euros)	176
APÊNDICE 15: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2001 (em percentagem)	177
APÊNDICE 16: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2001 (em percentagem)	177
APÊNDICE 17: Valor por município das receitas de capital, ano de 2001 (em euros)	178
APÊNDICE 19: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2001 (em percentagem)	179
APÊNDICE 20: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2001	180
APÊNDICE 21: Valor das despesas correntes por município, ano de 2001 (em euros)	180
APÊNDICE 22: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2001 (em percentagem).....	181
APÊNDICE 23: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2001 (em euros)	182
APÊNDICE 24: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2001 (em percentagem).....	183
APÊNDICE 25: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2001 (em percentagem).....	183
APÊNDICE 27: Valor das receitas correntes por município, ano de 2002 (em euros)	185

APÊNDICE 29: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2002 (em percentagem)	186
APÊNDICE 30: Valor por município das receitas de capital, ano de 2002 (em euros)	187
APÊNDICE 31: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2002 (em percentagem)	188
APÊNDICE 33: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2002	189
APÊNDICE 34: Valor das despesas correntes por município, ano de 2002 (em euros)	189
APÊNDICE 35: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2002 (em percentagem).....	190
APÊNDICE 36: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2002 (em euros)	191
APÊNDICE 37: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2002 (em percentagem).....	192
APÊNDICE 38: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2002 (em percentagem).....	192
APÊNDICE 39: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2002	193
APÊNDICE 40: Valor das receitas correntes por município, ano de 2003 (em euros)	194
APÊNDICE 41: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2003 (em percentagem)	195
APÊNDICE 42: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2003 (em percentagem)	195
APÊNDICE 43: Valor por município das receitas de capital, ano de 2003 (em euros)	196
APÊNDICE 44: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2003 (em percentagem)	197
APÊNDICE 45: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2003 (em percentagem)	197
APÊNDICE 46: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2003	198
APÊNDICE 47: Valor das despesas correntes por município, ano de 2003 (em euros)	198
APÊNDICE 48: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2003 (em percentagem).....	199
APÊNDICE 49: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2003 (valores em euros)	200
APÊNDICE 51: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2003 (em percentagem).....	201
APÊNDICE 52: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2003	202
APÊNDICE 53: Valor das receitas correntes por município, ano de 2004 (em euros)	203
APÊNDICE 54: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2004 (em percentagem)	204
APÊNDICE 55: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2004 (em percentagem)	204
APÊNDICE 56: Valor por município das receitas de capital, ano de 2004 (em euros)	205

APÊNDICE 57: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2004 (em percentagem)	206
APÊNDICE 58: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2004 (em percentagem)	206
APÊNDICE 59: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2004	207
APÊNDICE 60: Valor das despesas correntes por município, ano de 2004 (em euros)	207
APÊNDICE 61: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2004 (em percentagem).....	208
APÊNDICE 62: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2004 (em euros)	209
APÊNDICE 63: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2004 (em percentagem).....	210
APÊNDICE 64: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2004 (em percentagem).....	210
APÊNDICE 65: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2004	211
APÊNDICE 66: Valor das receitas correntes por município, ano de 2005 (em euros)	212
APÊNDICE 67: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2005 (em percentagem)	213
APÊNDICE 68: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2005 (em percentagem)	213
APÊNDICE 69: Valor por município das receitas de capital, ano de 2005 (valores em euros)	214
APÊNDICE 70: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2005 (em percentagem)	215
APÊNDICE 71: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2005 (em percentagem)	215
APÊNDICE 72: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2005	216
APÊNDICE 73: Valor das despesas correntes por município, ano de 2005 (em euros)	216
APÊNDICE 74: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2005 (em percentagem).....	217
APÊNDICE 75: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2005 (em euros)	218
APÊNDICE 76: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2005 (em percentagem).....	219
APÊNDICE 77: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2005 (em percentagem).....	219
APÊNDICE 78: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação ao valor total da despesa (em percentagem), ano de 2005	220
APÊNDICE 79: Valor das receitas correntes por município, ano de 2006 (em euros)	221
APÊNDICE 80: Peso total por município dos fundos municipais (correntes) no total das transferências do OE, ano de 2006 (em percentagem)	222
APÊNDICE 81: Peso total por município de cada tipo de receita própria (corrente) no total das receitas próprias, ano de 2006 (em percentagem)	222
APÊNDICE 82: Valor por município das receitas de capital, ano de 2006 (em euros).....	223

APÊNDICE 83: Peso total por município dos fundos municipais (capital) no total das transferências do OE, ano de 2006 (em percentagem)	224
APÊNDICE 84: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2006 (em percentagem)	224
APÊNDICE 85: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2006	225
APÊNDICE 86: Valor das despesas correntes por município, ano de 2006 (em euros)	225
APÊNDICE 87: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2006 (em percentagem).....	226
APÊNDICE 88: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2006 (em euros)	227
APÊNDICE 89: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2006 (em percentagem).....	228
APÊNDICE 90: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2006 (em percentagem).....	228
APÊNDICE 91: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2006	229
APÊNDICE 92: Valor das receitas correntes por município, ano de 2007 (em euros)	230
APÊNDICE 93: Peso total por município dos fundos municipais (correntes) no total das transferências do OE, ano de 2007 (em percentagem)	231
APÊNDICE 94: Peso total por município de cada tipo de receita própria (corrente) no total das receitas próprias, ano de 2007 (em percentagem)	231
APÊNDICE 95: Valor por município das receitas de capital, ano de 2007 (em euros)	232
APÊNDICE 96: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2007 (em percentagem)	233
APÊNDICE 97: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2007	233
APÊNDICE 98: Valor das despesas correntes por município, ano de 2007 (em euros)	234
APÊNDICE 100: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2007 (em euros)	235
APÊNDICE 101: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2007 (em percentagem)	236
APÊNDICE 102: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2007 (em percentagem).....	236
APÊNDICE 103: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2007	237
APÊNDICE 104: Valor das receitas correntes por município, ano de 2008 (em euros)	238
APÊNDICE 105: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2008 (em percentagem)	239
APÊNDICE 106: Peso total por município de cada tipo de receita própria (corrente) no total das receitas próprias, ano de 2008 (em percentagem)	239
APÊNDICE 107: Valor por município das receitas de capital, ano de 2008 (em euros)	240
APÊNDICE 108: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2008 (em percentagem)	241
APÊNDICE 109: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2008	241
APÊNDICE 110: Valor das despesas correntes por município, ano de 2008 (em euros)	242

APÊNDICE 111: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2008 (em percentagem).....	242
APÊNDICE 112: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2008 (em euros)	243
APÊNDICE 113: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2008 (em percentagem)	244
APÊNDICE 114: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2008 (em percentagem).....	244
APÊNDICE 115: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2008	245
APÊNDICE 116: Valor das receitas correntes por município, ano de 2009 (em euros)	246
APÊNDICE 117: Peso total por município dos fundos municipais (correntes) no total das transferências do OE, ano de 2009 (em percentagem)	247
APÊNDICE 118: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2009 (em percentagem)	247
APÊNDICE 119: Valor por município das receitas de capital, ano de 2009 (em euros)	248
APÊNDICE 120: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2009 (em percentagem)	249
APÊNDICE 121: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2009	249
APÊNDICE 122: Valor das despesas correntes por município, ano de 2009 (em euros)	250
APÊNDICE 123: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2009 (em percentagem).....	250
APÊNDICE 124: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2009 (em euros)	251
APÊNDICE 125: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2009 (em percentagem)	252
APÊNDICE 126: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2009 (em percentagem).....	252
APÊNDICE 127: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2009	253
APÊNDICE 128: Valor total da receita, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)	254
APÊNDICE 129: Variação da receita, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)	255
APÊNDICE 130: Variação da receita, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem).....	256
APÊNDICE 131: Valor total das receitas próprias, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (valores em euros)	257
APÊNDICE 132: Variação das receitas próprias, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros).....	258
APÊNDICE 133: Variação das receitas próprias, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem).....	259
APÊNDICE 134: Peso das receitas próprias no total das receitas, por município, de 2000 a 2009 (em percentagem).....	260
APÊNDICE 135: Valor dos impostos sobre o património por município, de 2000 a 2009 (em euros)	261

APÊNDICE 136: Variação dos impostos sobre o património por município, de 2000 a 2009 (em euros).....	262
APÊNDICE 137: Variação dos impostos sobre o património por município, de 2000 a 2009 (em percentagem).....	263
APÊNDICE 138: Peso dos impostos sobre o património nas receitas próprias, por município, de 2000 a 2009 (em percentagem).....	264
APÊNDICE 139: Peso dos impostos sobre o património no total das receitas nos municípios do Algarve, de 2000 a 2009 (em percentagem).....	265
APÊNDICE 140: Valor dos fundos do OE, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)	266
APÊNDICE 142: Variação dos fundos do OE, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem).....	268
APÊNDICE 143: Peso dos fundos do OE no total das receitas correntes, por município, de 2000 a 2009 (em percentagem).....	269
APÊNDICE 144: Peso dos fundos do OE no total das receitas de capital, por município, de 2000 a 2009 (em percentagem).....	270
APÊNDICE 145: Valor das participações do FEDER, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros).....	271
APÊNDICE 146: Variação das participações do FEDER, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros).....	272
APÊNDICE 147: Variação das participações do FEDER, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)	273
APÊNDICE 148: Valor dos passivos financeiros, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros).....	274
APÊNDICE 149: Variação dos passivos financeiros, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros e percentagem).....	275
APÊNDICE 150: Valor da despesa, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)	276
APÊNDICE 151: Variação da despesa, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)	277
APÊNDICE 152: Variação da despesa, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem).....	278
APÊNDICE 153: Valor das despesas com pessoal, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros).....	279
APÊNDICE 154: Variação das despesas com pessoal, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros).....	280
APÊNDICE 155: Evolução das despesas com pessoal, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)	281
APÊNDICE 156: Relação entre despesas com pessoal e despesa total, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem).....	282
APÊNDICE 157: Valor do serviço da dívida, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (valores em euros)	283
APÊNDICE 158: Evolução do serviço da dívida, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros).....	284
APÊNDICE 159: Evolução do serviço da dívida, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem).....	285

APÊNDICE 160: Valor do investimento, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros) 286	
APÊNDICE 161: Variação do investimento, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros) 287	
APÊNDICE 162: Variação do Investimento, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem).....	288

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1.1: Dados relativos à dimensão dos municípios do Algarve	6
Tabela 3.1: Evolução das competências dos municípios portugueses	23
Tabela 3.2: Principais alterações à LFL.....	28
Tabela 3.3: Principais receitas que podem ser arrecadadas pelos municípios.....	35
Tabela 5.1: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2000.....	53
Tabela 5.2: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2000	56
Tabela 5.3: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2001.....	59
Tabela 5.4: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2001	62
Tabela 5.5: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2002.....	65
Tabela 5.6: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2002	68
Tabela 5.7: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2003.....	71
Tabela 5.8: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2003	73
Tabela 5.9: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2004.....	77
Tabela 5.10: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2004	80
Tabela 5.11: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2005	83
Tabela 5.12: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2005	86
Tabela 5.13: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2006	89
Tabela 5.14: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2006	92

Tabela 5.15: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2007	95
Tabela 5.16: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2007	98
Tabela 5.17: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2008	102
Tabela 5.18: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2008	105
Tabela 5.19: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2009	108
Tabela 5.20: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2009	112
Tabela 5.21: Cálculo do coeficiente de <i>Pearson</i> entre a receita e o investimento.....	127

LISTA DE SIGLAS

AL - Administração Local
AP – Administração Pública
ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
BCE - Banco Central Europeu
CE - Comissão Europeia
CRP - Constituição da República Portuguesa
DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais
DL - Decreto-Lei
FBM - Fundo de Base Municipal
FCM - Fundo de Coesão Municipal
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro
FFF - Fundo de Financiamento das Freguesias
FGM - Fundo Geral Municipal
FMI - Fundo Monetário Internacional
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IMV - Imposto Municipal sobre Veículos
INE - Instituto Nacional de Estatística
IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IUC – Imposto Único de Circulação
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
LFL - Lei das Finanças Locais
LOE - Lei do Orçamento do Estado
OE - Orçamento do Estado
PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira
POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública

AGRADECIMENTOS

Uma palavra especial de agradecimento é dirigida ao Professor Doutor Adriano Pimpão, orientador desta dissertação, pela disponibilidade demonstrada no esclarecimento das dúvidas que foram surgindo ao longo da elaboração deste trabalho. A sua experiência em matéria de desenvolvimento regional tornou-se numa excelente mais-valia quanto ao rumo a traçar, para que este projeto pudesse chegar a bom porto.

Não posso deixar também de agradecer essencialmente à Ana e ao meu filhote Henrique, pelas muitas horas de conforto familiar e dedicação que lhes subtraí, não só ao longo da elaboração deste trabalho, mas também no decorrer destes últimos dois anos e meio.

Infinitamente grato...

RESUMO

A presente dissertação discute a evolução das receitas e das despesas ocorridas nos municípios do Algarve no período compreendido entre 2000 e 2009. Com base nos dados disponíveis, analisou-se o principal tipo de receitas obtidas e a estrutura da despesa realizada. As autarquias locais portuguesas tiveram, ao longo dos últimos anos, um aumento considerável das suas competências, com o conseqüente aumento da despesa efetuada. Tanto nas receitas como nas despesas, cerca de metade do seu volume total está concentrado em apenas quatro municípios.

Foi no ano de 2007 que os municípios conseguiram arrecadar mais receitas; contudo, foi também o ano em que menos receberam das transferências do Orçamento do Estado (OE). Os impostos sobre o património ocuparam cerca de 60% no total das receitas próprias, tornando os municípios altamente dependentes deste tipo de receitas. O recurso ao crédito consistiu também numa importante fonte de receita, tendo aumentado mais de 20%.

Em termos de despesa, os gastos com pessoal tiveram um peso considerável no total das despesas correntes dos municípios. Quanto ao investimento, foi nos anos de 2001 e 2005 que existiu o maior aumento destas despesas; em contrapartida, a maior diminuição verificou-se nos anos seguintes às eleições autárquicas, com quebras na ordem dos 20%.

Uma vez que os recursos financeiros são cada vez mais escassos, a existência de um planeamento a médio/longo prazo, mais independente dos ciclos políticos, parece essencial no equilíbrio entre os recursos obtidos e a despesa realizada.

Palavras-chave: municípios, receita, despesa, competências, Lei das Finanças Locais.

ABSTRACT

This dissertation discusses the evolution of revenues and expenses incurred in the municipalities of the Algarve during the period between 2000 and 2009. Based on available data, we analyzed the main type of receipts and expenditure structure held. The Portuguese local authorities have, over recent years, a considerable increase of its powers, with a consequent increase in expenditure made. Both the revenue and the costs, about half of its total volume is concentrated in only four municipalities.

It was in 2007 that the municipalities were able to raise more revenue, however, was also the year that less transfers received from the State Budget. Taxes on property occupied about 60% of total revenues, making the cities heavily dependent on such revenue. The use of credit consisted also an important source of revenue, having increased more than 20%.

In terms of expenditure, personnel costs are a considerable weight in the total current expenditure of the municipalities. The investment was in 2001 and 2005 that there was a greater increase in these expenses, however, the greatest decrease occurred in the years following the local elections, with losses of around 20%.

Since financial resources are increasingly scarce, the existence of planning in the medium / long term, more independent of political cycles, it seems essential in balancing the proceeds and expenditure incurred.

Keywords: municipalities, revenue, expense, skills, Local Finance Law

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Num contexto de mudanças profundas na Administração Pública (AP) em Portugal, e, em particular, na Administração Local (AL), a questão do financiamento e da despesa efetuada pelas autarquias locais merece, pois, especial atenção. Neste sentido, o desafio que se coloca aos governos é o de estudar soluções de partilha de responsabilidades quer na produção quer na distribuição de bens e de serviços públicos.

1.1. Importância do tema

O poder local é aquele que, por definição, está mais próximo das populações que serve, provocando, por isso, grande impacto na vida das respetivas populações. Neste sentido, as autarquias locais têm vindo, cada vez mais, a ser reconhecidas enquanto espaço privilegiado de resolução de problemas, bem como de afirmação de direitos e de defesa dos interesses e das aspirações populares.

A temática das autarquias locais, nomeadamente no que concerne às suas atribuições e competências, bem como ao seu financiamento, tem tido um crescendo de importância e de notoriedade ao longo dos últimos anos. Parece, pois, consensual o trabalho que se tem efectuado, nos últimos anos, no âmbito das autarquias locais, e, mais concretamente, dos municípios. Esse trabalho tem contribuído, em larga escala, para o desenvolvimento das respetivas áreas geográficas, com o conseqüente aumento da qualidade de vida das populações. É neste sentido que uma administração simultaneamente eficaz e próxima do cidadão dificilmente se consegue sem a existência de autarquias locais investidas de responsabilidades efetivas.

Na sequência do acréscimo de competências que têm sido atribuídas aos municípios, a despesa efetuada tem vindo também a aumentar nos últimos anos. Apesar do trabalho

meritório que tem sido realizado, muito se tem falado acerca do volume da despesa realizada nos municípios, e se essa despesa justificaria, de facto, o investimento que tem sido feito, tendo em conta o constante agravamento da dívida pública.

Esta questão do endividamento tem ganho forte impacto nos últimos tempos, sendo um tema recorrente, e que culminou com o pedido de ajuda de Portugal às instâncias financeiras internacionais, através do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal¹. No seio desta conjuntura particularmente difícil surgiram também notícias quanto à reformulação das autarquias locais, com reduções significativas não só quanto ao seu número, mas também no âmbito da própria estrutura dirigente.

Tais notícias tiveram natural desenvolvimento no âmbito da reforma da AL que o atual Governo se propõe realizar, estando previstas diversas medidas que trarão consigo novas alterações na gestão dos municípios, sendo que o grande objetivo será o de melhorar a eficiência da AL e racionalizar a utilização dos recursos existentes. Desta forma, prevê-se a redução em 15% dos seus cargos dirigentes e serviços, bem como a limitação nas admissões de pessoal na administração pública. No caso das administrações local e regional esperam-se decréscimos anuais de 2%.

Apesar da polémica que se tem gerado em torno desta matéria, foi já elaborado um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número de municípios e de freguesias. Neste sentido, está ainda em fase de negociação com as associações representativas destas entidades, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), sendo este mais um

¹ Este programa traduz-se, genericamente, num conjunto de medidas e iniciativas legislativas, incluindo de natureza estrutural, relacionadas com as finanças públicas, a estabilidade financeira e a competitividade, a introduzir durante um período de 3 anos. Neste programa estão envolvidas três entidades internacionais: a Comissão Europeia (CE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE).

dos compromissos no âmbito do PAEF a Portugal. Prevê-se que estas alterações entrem já em vigor no próximo ciclo eleitoral local, contribuindo, espera-se, para melhorar a prestação do serviço público, aumentar a eficiência e reduzir custos.

É neste contexto de alterações muito significativas na vida das autarquias locais, e, mais concretamente, dos municípios, aliado à crescente importância do poder local, que surge a motivação para o estudo da evolução da receita e da despesa nas autarquias locais algarvias, tendo em conta as especificidades da região do Algarve no contexto das restantes regiões do país.

1.2. Principais objetivos

Refira-se antes de mais, que, com este estudo pretendeu-se, com a informação disponível, consolidar o conhecimento existente sobre uma série de questões relativas à receita e à despesa nos municípios algarvios; simultaneamente, pretendeu-se desenvolver a capacidade de investigação no tema em estudo, deixando em aberto outras perspetivas para eventuais desenvolvimentos futuros acerca desta temática.

Uma vez que a informação existente se encontra algo dispersa, pretendeu-se também aglutiná-la e organizá-la, de forma a ser mais fácil a sua compreensão, enquadrada na globalidade dos municípios algarvios e tendo em conta as especificidades de cada um deles. Tendo ainda em consideração a análise de dados relativamente recentes, poderá este trabalho tornar-se também num possível ponto de partida para estudos futuros.

Refira-se também que este trabalho apenas contempla a AL em sentido restrito, mais concretamente os municípios, ficando de fora do âmbito deste estudo as empresas municipais e as freguesias, apenas se efetuando algumas referências pontuais a estas últimas.

Deste modo, ao proceder à elaboração deste trabalho, pretende-se essencialmente:

- Estudar a evolução do tipo de receitas obtido pelos municípios algarvios e respetivos valores arrecadados;
- Analisar a tipologia de despesa efetuada, os seus valores e a evolução verificada nos últimos anos;
- Verificar a evolução da legislação ocorrida nos últimos anos no que diz respeito ao tipo de receita que os municípios podem obter e que despesas podem realizar;
- Comparar os principais dados obtidos relativamente à receita arrecadada e à despesa efetuada pelos municípios algarvios, tendo em conta a tipologia de receita e de despesa;
- Detetar eventuais relacionamentos entre a receita e a despesa, nomeadamente quanto à dimensão dos municípios em estudo.

1.3. As autarquias locais – evolução e alguns considerandos

Enquanto pessoas coletivas territoriais de âmbito municipal, os municípios, através dos seus órgãos, visam a prossecução dos interesses próprios das populações que representam. As autarquias locais, sobretudo os municípios, têm tido um papel crescente na promoção do desenvolvimento económico, da coesão territorial e da qualificação e competitividade regional e local.

A nível europeu, a Carta Europeia da Autonomia Local, aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa, considerou no seu Preâmbulo que "as autarquias locais são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático". Considerou, ainda, no Artigo 1.º, que "o princípio da autonomia local deve ser reconhecido pela legislação interna e, tanto quanto possível, pela Constituição". Em Portugal, este documento foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, de 23 de outubro, tendo entrado em vigor no ano seguinte, em 1991, vigorando ainda na ordem jurídica nacional.

Em termos nacionais, a constituição portuguesa de 1976 considerava também já a existência de autarquias locais como fazendo parte da organização do Estado, definindo-as como “pessoas coletivas de população e território dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações”, conforme o Artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

No que se refere às categorias existentes, no continente as autarquias locais são compostas pelas freguesias, pelos municípios e pelas regiões administrativas, apesar de estas últimas estarem ainda por instituir. O número de municípios existente atualmente em Portugal é de 308, ao passo que o número de freguesias ascende às 4 259 (DGAL, 2011a). Dada a inexistência prática das regiões administrativas, cabe, efetivamente, aos municípios, na esfera do poder local, a assunção de crescente protagonismo na sua relação com os cidadãos, como se verá no capítulo número três.

1.4. Região do Algarve – breve caracterização

Para que melhor se possam compreender os números associados à receita e à despesa efetuada pelos municípios objeto do presente estudo, importa também proceder a uma breve análise relativamente à sua dimensão, respetiva população, natalidade/mortalidade e atividade económica. Assim, a região do Algarve é composta por 16 municípios e 84 freguesias, abrangendo uma área total de 4.996 K². Em termos de dimensão, são os municípios de Loulé, Silves e Tavira que ocupam maior área geográfica, ao passo que Vila Real de Santo António e Lagoa são os municípios de menor dimensão (ANMP, 2011b). A tabela seguinte sintetiza alguns dados relativos à dimensão dos municípios do Algarve, com base nos resultados preliminares dos *Censos 2011*:

Tabela 1.1: Dados relativos à dimensão dos municípios do Algarve

Municípios	Área (Km ²)	N.º habitantes 2001/2011	Crescimento população	Crescimento (%)	N.º freguesias	Densidade populacional
Albufeira	141	31.543 / 40.657	9.114	22,42%	5	288,35
Alcoutim	575	3.770 / 2.895	-875	-30,22%	5	5,03
Aljezur	324	5.288 / 5.884	596	10,13%	4	18,16
Castro Marim	301	6.593 / 6.719	126	1,88%	4	22,32
Faro	202	58.051 / 63.967	5.916	9,25%	6	316,67
Lagoa	88	20.651 / 23.030	2.379	10,33%	6	261,70
Lagos	213	25.398 / 30.755	5.357	17,42%	6	144,39
Loulé	764	59.160 / 70.240	11.080	15,77%	11	91,94
Monchique	395	6.974 / 6.037	-937	-15,52%	3	15,28
Olhão	131	40.808 / 45.383	4.575	10,08%	5	346,44
Portimão	182	44.818 / 55.818	11.000	19,71%	3	306,69
S. Brás de Alportel	153	10.032 / 10.693	661	6,18%	1	69,89
Silves	680	33.830 / 37.087	3.257	8,78%	8	54,54
Tavira	607	24.997 / 26.571	1.574	5,92%	9	43,77
Vila do Bispo	179	5.349 / 5.275	-74	-1,40%	5	29,47
Vila Real S.to António	61	17.956 / 19.473	1.517	7,79%	3	319,23
TOTAIS	4.996	395.218 / 450.484	55.266	12,27%	84	90,17

Adaptado de: ANMP, 2011b; INE, 2011a e cálculos próprios

Cálculos:

Crescimento da população=n.º habitantes 2011 - n.º habitantes 2001; **Crescimento (%)**=Crescimento da população/ n.º habitantes 2011; **Densidade populacional**= n.º habitantes/ Área

Em relação à densidade populacional, Olhão e Vila Real de Santo António são os concelhos mais densamente povoados, logo seguidos pela capital de distrito. No sentido inverso encontram-se os municípios do interior, com Alcoutim, Monchique e Aljezur cada vez mais desertificados, onde habitam menos de vinte habitantes por quilómetro quadrado. Alcoutim é o caso mais grave de desertificação no Algarve, com pouco mais de cinco habitantes por quilómetro quadrado.

Os resultados preliminares dos Censos 2011 indicam que a população residente em Portugal no dia 21 de março (momento de referência dos censos) era de 10.555.853 indivíduos. O Algarve é uma das regiões do país que apresenta um crescimento mais significativo da população residente, atualmente com 450.484 residentes. Nos últimos 30 anos

a região tem vindo sempre a ganhar população de forma consistente, tendo sofrido um acréscimo face a 2001, com mais 55.266 indivíduos, o que equivale a um aumento de mais de 12% na população residente (INE, 2011a).

Ainda de acordo com estes resultados, a maioria dos municípios algarvios registou um crescimento da população, tendo sido Loulé e Portimão os municípios que mais viram a sua população crescer, em termos absolutos, com um número superior a 11.000 residentes. Em termos de percentagem de crescimento, foi Albufeira e Portimão quem mais cresceu, tendo Albufeira registado um crescimento de população residente superior a 22%, ao passo que Portimão quase atingiu os 20%.

A exceção a este crescimento ocorreu com alguns municípios do interior, nomeadamente Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo, tendo sido Monchique que, em termos absolutos, mais população perdeu (-937 indivíduos). Alcoutim foi o concelho que, em termos percentuais, perdeu mais população residente, com menos de 30% de residentes face a 2001. Em termos do número de habitantes atuais, Loulé, Faro e Portimão são os municípios onde residem mais pessoas; pelo contrário, Alcoutim, Vila do Bispo e Aljezur registam o menor número de habitantes (INE, 2011a).

No que se refere à população ativa, o Algarve registava, no 4.º trimestre de 2010 (período de dados mais recente), mais de 220.000 indivíduos. A taxa de atividade ultrapassava os 60%, ligeiramente abaixo da média registada no resto do país, sendo a taxa média de desemprego de 14,8%, mais de três pontos percentuais acima da média do resto do país. Reportando-nos ainda ao ano de 2010, quer a taxa de natalidade, quer a de mortalidade registaram valores ligeiramente acima da média nacional, com valores de 11,1‰ e 10,8‰, respetivamente.

Relativamente ao acesso aos cuidados de saúde, a região do Algarve apresentava, no ano de 2010, uma média de 3,2 médicos por 1000 habitantes, um número um pouco inferior à média nacional. Quanto ao número de farmácias por 1000 habitantes, o Algarve registou a mesma média da verificada a nível nacional, que se cifrou em 0,3.

Em relação à atividade económica, e ainda segundo dados do INE (2011b), a região do Algarve tinha, em 2009 (período de dados mais recente), mais de 58.200 sociedades registadas, sendo que a sua grande maioria pertencia ao setor dos serviços. Tendo em conta que a principal fonte de receita é o turismo, esta região apresentava, no mesmo ano, mais de um terço do total do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros face ao resto do país². Um valor semelhante foi também registado em relação à capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, detendo o Algarve mais de 35% dessa capacidade³.

1.5. Principais limitações encontradas e organização do trabalho

No decorrer da elaboração deste trabalho foram surgindo algumas limitações, que tiveram também algum reflexo no resultado final deste estudo. Essas limitações estiveram relacionadas essencialmente com a dificuldade na obtenção de alguns dados, relativos à caracterização sociodemográfica e económica quer da região do Algarve, quer dos diversos municípios que a compõem.

Também em relação à bibliografia necessária ao enquadramento teórico deste trabalho surgiram algumas limitações, uma vez que a bibliografia relativa à temática das autarquias locais, e, mais concretamente, ao objeto deste estudo, era, em muitos casos, desatualizada, fruto também das constantes alterações legislativas que se têm vindo a verifi-

² $12.927.603/36.457.069=35,46\%$

³ $95.910/273.804=35,03\%$

car ao longo dos anos. A inclusão de bibliografia estrangeira com estudos comparativos com os municípios do Algarve pareceu não ser adequado ao objetivo deste trabalho, pelo que não foi incluída bibliografia estrangeira.

No que se refere à organização deste trabalho, começa-se por abordar alguns conceitos considerados fundamentais para uma melhor perceção da temática em estudo, bem como se fará referência às teorias mais relevantes acerca do tema em análise. Far-se-á, depois, uma breve análise relativamente à legislação mais relevante, quer quanto à constante evolução do quadro de competências dos municípios, quer em relação às principais alterações ocorridas à Lei das Finanças Locais, fazendo também referência às principais fontes de receita dos municípios.

No capítulo IV abordar-se-á a metodologia utilizada na elaboração deste trabalho. Nos capítulos seguintes terá lugar a apresentação dos principais resultados, nos quais se fará a análise e a interpretação dos dados, bem como se procederá à sua discussão. Posteriormente, apresentar-se-ão as principais conclusões, bem como algumas sugestões para desenvolvimentos futuros de outros trabalhos acerca desta temática.

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

Apesar de o principal objetivo deste trabalho ser o estudo da receita e da despesa nos municípios algarvios, nomeadamente em termos da sua evolução, torna-se indispensável a abordagem aos conceitos considerados fundamentais para uma melhor perceção da temática em estudo. É disso que se trata neste capítulo, bem como se fará referência às teorias mais relevantes acerca do tema em análise.

Refira-se também que, tendo em conta a especificidade do tema, considerou-se não ser relevante a inclusão de bibliografia estrangeira, tal como referido anteriormente, uma vez que as principais teorias e conceitos acerca desta matéria já foram diversas vezes abordados por vários autores portugueses. Uma vez que alguns deles mencionam também, nalguns estudos, a temática das autarquias locais, na vertente das receitas e das despesas efetuadas, optou-se por referenciar apenas autores nacionais.

2.1. Funções do setor público

Como refere Bravo e Sá (2000), a distribuição das responsabilidades da política orçamental pelos diversos tipos de governo (central, regional e local) é um dos pressupostos para a teoria do *federalismo orçamental*. Deste modo, é possível a provisão de bens públicos locais maximizando a eficiência na afetação dos recursos públicos.

Ainda que não sejam aceites pela totalidade dos estudiosos da matéria, o principal tipo de funções (ou objetivos da política orçamental) que o setor público deve desempenhar foram enumeradas por *Musgrave*, podendo resumir-se em três categorias, a saber: funções de afetação, de distribuição e de estabilização⁴. No que diz respeito à função afeta-

⁴ Esta tipologia refere-se a uma das mais estudadas classificações das funções financeiras dos estados contemporâneos, formulada pelo financista norte-americano *Richard Musgrave* (1910-2007) na sua *Theory of Public Finance*, de 1959.

ção, Costa (2009) refere que o setor público deverá contribuir para uma afetação eficiente dos recursos existentes no setor económico. Neste sentido, a provisão de bens públicos é uma das suas áreas de intervenção, pois o normal funcionamento dos mercados não os coloca no circuito comercial, tendo em conta as características dos bens públicos: indivisibilidade, impossibilidade de exclusão e não-rejeitabilidade.⁵

Ainda acerca desta afetação eficiente dos recursos, Bravo e Sá (2000) consideram que o papel desempenhado pelas jurisdições locais é determinante, dado que os bens públicos que colocam à disposição das suas populações têm, em geral, uma incidência local,⁶ sendo a sua provisão mais eficaz ao nível da freguesia e do município. Desta forma, existiria maior equivalência entre os utentes dos serviços e os que contribuem para o seu financiamento, sendo este princípio designado por *equivalência fiscal*.

Costa (2009) salienta que os efeitos externos causados na produção ou no consumo de bens merecem também intervenção do setor público⁷. O outro motivo da intervenção pública no âmbito da função afetação prende-se com a regulação, que é necessária quando os mercados funcionam de forma não competitiva, de modo a corrigir restrições à concorrência.

Quanto à função distribuição, o setor público deve atuar na repartição de rendimento e de riqueza, com vista a adequá-los a uma norma distributiva considerada desejável, de forma a contribuir para uma maior igualdade de oportunidades. Bravo e Sá (2000) afir-

⁵ Indivisibilidade: significa que o aumento do número de indivíduos que consomem o bem não implica uma redução na utilidade dos que já o consomem, uma vez que o bem é partilhável; Impossibilidade de exclusão: uma vez que o bem é produzido, não é possível, a um custo razoável, excluir alguém do seu consumo; Não-rejeitabilidade: uma vez que o bem é produzido, os consumidores já não o podem rejeitar – terão necessariamente que o consumir, ainda que não o desejem.

⁶ São os casos das piscinas municipais e de outras infra-estruturas desportivas municipais, tais como pavilhões, campos de jogos e outros.

⁷ Os efeitos externos ou externalidades acontecem quando os agentes económicos ou os próprios consumidores não incorporam a totalidade dos custos sociais associados à produção dos bens ou ao seu consumo. Essas externalidades poderão ser positivas ou negativas.

mam que, a nível central, a segurança social asseguraria essa finalidade, operando um determinado nível de distribuição entre indivíduos. Essa distribuição, refere Costa (2009), está relacionada com certos bens primários (ou bens de mérito, como os classificou *Musgrave*), tais como os níveis de instrução básica ou os cuidados básicos de saúde.

Em relação à função estabilização, outra das justificações para a intervenção do setor público na economia, esta prende-se com a estabilização económica, de forma a contribuir para um crescimento sustentado da economia. Este crescimento traduz-se, genericamente, na obtenção de níveis de emprego elevados, na estabilidade dos preços e em contas externas o mais equilibradas possível. Daqui resultaria, segundo Barbosa (1997), o crescimento económico segundo um caminho ótimo, a que corresponde uma intervenção macroeconómica.

Ainda em relação às funções do Estado, Carapeto e Fonseca (2006) referem que algumas das funções tradicionalmente atribuídas ao Estado têm vindo a ser transferidas para os agentes privados. Ainda assim, consideram que existe um conjunto de funções que devem continuar a manter-se no domínio do Estado, sobretudo as que estão diretamente relacionadas com a manutenção da coesão social.

2.2. Relações entre o poder central e o poder local

O Governo exerce tutela administrativa sobre as autarquias locais, associações de municípios e áreas metropolitanas⁸, tendo sempre presente a autonomia pela qual se deve reger o poder local. O exercício desta tutela é feito através de inspeções, inquéritos e

⁸ Conforme Artigo 242.º da CRP.

sindicâncias⁹. De acordo com Tavares (2004), a tutela corresponde a um poder de controlo que é atribuído a um ou vários órgãos de uma determinada pessoa coletiva pública relativamente à atividade exercida por outra pessoa coletiva (neste caso, Estado e municípios).

Tal significa, como refere Nabais (2006), que é apenas de legalidade a tutela exercida sobre as autarquias locais pelo poder central. Por conseguinte, a administração central, através dos seus serviços próprios que exercem tutela sobre as autarquias locais, não poderão apreciar a eficácia, a eficiência, a oportunidade e a adequação dos meios financeiros utilizados pelas autarquias locais na prossecução das suas atividades.

No que respeita à gestão patrimonial e financeira, Bilhim (2004) afirma que esta tutela tem como propósito o cumprimento da lei, nomeadamente no que se refere ao respetivo plano de atividades, orçamento e sua execução, contabilidade, endividamento, gestão patrimonial e obrigações perante o fisco, entre outros aspetos.

Em relação à tutela jurisdicional sobre as entidades da AL, a mesma é exercida pelos tribunais, cabendo ao Tribunal de Contas a fiscalização da legalidade e da cobertura orçamental dos documentos geradores de despesa ou relativos às suas responsabilidades financeiras. Pelo que atrás se disse, a tutela administrativa, como defende Tavares (2004), é mais uma forma de controlo ao nível da AP e que se junta a outros meios de controlo consagrados na legislação.

No que se refere à AL, esta situa-se a um nível de decisão política independente da Administração Central (AC). Tal significa que se trata, efetivamente, de um nível de governo distinto, sendo composto pelo órgão executivo e deliberativo: no caso dos

⁹ Conforme Artigo 3.º, n.º 1, da Lei da Tutela Administrativa das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas (Lei n.º 27/96, de 1 de agosto).

municípios, as câmaras municipais e as respetivas assembleias municipais, e ao nível das freguesias as juntas de freguesia e as assembleias de freguesia (Costa, 2009). Em relação às funções que desempenham, Tavares (2004) considera que as autarquias locais têm a seu cargo o exercício da função administrativa no que respeita à satisfação das necessidades públicas ou coletivas locais. Deste modo, a descentralização tem sido, gradualmente, um princípio orientador da organização administrativa, podendo ser considerada como uma peça fundamental da democracia.

A descentralização administrativa, como defende Montalvo (2003), pode ser encarada sob duas perspetivas: a dos munícipes que escolhem os seus representantes nas respetivas autarquias locais (os eleitos locais) e a dos eleitos que dispõem de capacidade administrativa e financeira para o desempenho das suas funções no seio das autarquias que representam. Deste modo, a autonomia de uma autarquia local é o aspeto mais relevante da descentralização administrativa.

As autarquias locais detêm, assim, a capacidade de prossecução das suas atribuições, de forma livre e autónoma, pelo que, tal como considera Neves (2004), esta autonomia é composta pela autonomia administrativa, financeira e regulamentar. Acresce ainda a este nível de administração um outro tipo de autonomia, a autonomia política, relacionada com o facto de as autarquias locais gozarem de independência orçamental, na medida em que os respetivos orçamentos são elaborados, aprovados, executados e fiscalizados de forma autónoma.

Ao disporem de autonomia financeira, tal como refere Nabais (2006), significa que as autarquias locais deverão de poder dispor de receitas suficientes para a concretização das tarefas respeitantes à prossecução da suas atribuições e competências. Apesar deste tipo de independência de que usufruem, as autarquias, e, mais concretamente, os muni-

cípios, não detêm poderes tributários próprios, ou seja, não podem criar impostos, mas apenas determinado tipo de taxas, tema que se abordará mais adiante. Neves (2004: 26) define o município como sendo “[...] uma pessoa coletiva territorial de âmbito municipal dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução dos interesses próprios das populações concelhias.” Acerca da sua importância, considera que o município corresponde à categoria autárquica com mais relevo e atividade e aquela que terá raízes mais profundas na sociedade portuguesa.

2.3. Reforço da autonomia dos municípios

Antes da Constituição de 1976 era quase inexistente a autonomia dos municípios portugueses, sendo as fontes de financiamento dos municípios reguladas pelo Código Administrativo de 1940¹⁰. As autarquias estavam sujeitas a apertada tutela administrativa e não dispunham de receitas próprias.

Como refere Camões (2005), a repartição de recursos do governo central para o local baseava-se, essencialmente, na concessão de subsídios, em participações no financiamento de projetos ou na correção de défices, inexistindo critérios justificados e transparentes de distribuição de fundos. Neste sentido, os executivos municipais estavam limitados a exercer somente a função de controlo, sendo que as suas competências iam pouco mais além do que a fiscalização do cumprimento das normas definidas centralmente.

As alterações no domínio financeiro introduzidas a partir de 25 de abril de 1974, como salienta Bilhim (2004), surgiram logo no ano seguinte. Deste modo, a primeira tentativa

¹⁰ Diploma legal que reunia as normas referentes à organização administrativa do território e às competências, funcionamento e orgânica dos órgãos distritais e autárquicos. Foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de dezembro de 1940, ainda em vigor, embora com múltiplas alterações, revogações e derrogações entretanto sofridas.

de pôr cobro à distribuição arbitrária de verbas do poder central para as autarquias teve lugar com o Decreto-Lei n.º 768/75, de 31 de dezembro e, logo no ano seguinte, com o Decreto-Lei n.º 416/76, de 27 de maio.

De acordo com Camões (2005), esta questão da dependência face ao poder central demorou ainda alguns anos a fazer-se sentir, ainda que a primeira legislação sobre o novo poder local reforçado seja de 1977. Deste modo, a Assembleia da República, através da Lei n.º 79/77, de 25 de outubro, legisla acerca das atribuições das autarquias locais e sobre as competências dos respetivos órgãos, conforme se abordará no capítulo seguinte aquando da análise às principais alterações legislativas que ocorreram no âmbito das finanças locais portuguesas.

A proximidade com os munícipes é um dos pressupostos e uma das principais características do poder local, contribuindo para a promoção da coesão e da competitividade territoriais. Neste sentido, Montalvo (2003) defende que uma das aceções do *princípio da subsidiariedade* está relacionada precisamente com esse caráter de proximidade.

Daqui advém que todas as decisões políticas devem ser tomadas o mais próximo possível do cidadão, havendo apenas lugar à intervenção de um nível hierárquico superior nos casos em que tal não seja possível de outra forma¹¹. Bravo e Sá (2000) consideram, a este propósito, que este tem sido um dos fundamentos dos autarcas para justificarem ao poder central o reforço de competências do poder local, daí advindo, segundo eles, uma distribuição de poderes mais democrática.

No que se refere à evolução das competências municipais, ao efetuar-se a comparação entre aquelas inicialmente definidas no Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março (artigo 8.º)

¹¹ Este princípio foi instituído pela Carta Europeia da Autonomia Local, documento este a que já se aludiu anteriormente. O Artigo 3.ºB do Tratado de *Maastricht* estabelece também este princípio.

com os domínios de atuação previstos na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro (artigo 13.º), Bravo e Sá (2000) afirmam que, com a transferência de atribuições que até então competiam à Administração Central (AC), as áreas de intervenção municipal praticamente duplicaram¹².

Ainda a este propósito, Montalvo (2003) considera que foi o setor da habitação social um dos primeiros a ser alvo da cooperação financeira entre o Estado e os municípios, ao abrigo das novas competências das autarquias locais. Outras competências se foram seguindo, noutros setores, as quais serão abordadas com mais pormenor no próximo capítulo deste trabalho.

2.4. Atual sistema contabilístico - POCAL

Também no âmbito do regime contabilístico aplicado às autarquias locais têm ocorrido diversas alterações. O atual regime contabilístico das autarquias locais é o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), consistindo numa importante medida no plano da gestão autárquica, que pretende dar resposta às insuficiências do anterior regime contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

No âmbito do estudo da receita e da despesa nos municípios algarvios, a abordagem ao POCAL torna-se incontornável, na medida em que está implicitamente relacionado com a contabilização das receitas e das despesas das autarquias locais, fazendo a “ponte” entre os recursos financeiros disponíveis (receita) e a sua aplicabilidade (despesa). O POCAL permite a obtenção de informação mais completa e de mais fácil leitura, quer

¹² São novas competências nas áreas da habitação, ação social, protecção civil, ambiente, defesa do consumidor, apoio ao desenvolvimento regional e local, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal, justiça e participação em projectos e acções de cooperação externa.

no âmbito da receita, quer no da despesa, de modo a que seja possível a maximização dos recursos disponíveis, afetando-os o mais eficientemente possível.

Face ao sistema anterior, o POCAL permite uma melhor determinação das receitas e dos custos dos municípios, ou seja, permite obter um melhor relacionamento entre a receita arrecadada e a despesa realizada, constituindo uma das principais reformas da administração financeira e das contas públicas, nos últimos anos, na AL. Bravo e Sá (2000) consideram também a introdução da contabilidade de custos e da contabilidade patrimonial como outras das alterações importantes, possibilitando ainda a uniformização e a normalização com as contas de outros setores da AP.

A aplicação do POCAL vem permitir ainda um acompanhamento contínuo e integrado da gestão orçamental e financeira das entidades autárquicas, possibilitando também a existência de condições mais objetivas para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade mais moderna, por forma a constituir um importante instrumento de apoio à gestão das autarquias locais, tal como refere o preâmbulo do próprio Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Este sistema contabilístico, tal como refere Fernandes (2007), pretende melhorar a prestação de contas das autarquias, servindo posteriormente de suporte para a tomada de decisões. Com o POCAL é também possível complementar dois tipos de informação: a informação acerca da execução do orçamento e a informação relacionada com a situação financeira, patrimonial e ao nível dos resultados da entidade.

No que se refere à sua entrada em vigor, esta ocorreu a 1 de janeiro de 2002, através do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as diversas alterações introduzidas

posteriormente,¹³ tendo sido este o primeiro ano de aplicação obrigatória do novo plano contabilístico. A partir desta data ficaram revogados os seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de julho; Decreto-Lei n.º 226/93, de 22 de junho, e Decreto-Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de dezembro (DGAL, 2011c).

2.5. Breve resumo do capítulo

Musgrave considerou três as categorias de funções que o setor público deve desempenhar, correspondendo às funções de afetação, de distribuição e de estabilização. Pretende-se, assim, uma afetação eficiente dos recursos existentes no setor económico, uma correção aos efeitos externos, e, em determinados casos, a regulação dos mercados. O setor público deverá também operar na repartição do rendimento e da riqueza, promovendo o mais possível uma estabilização económica, de forma a contribuir para um crescimento sustentado da economia.

Tendo em conta as relações que se estabelecem entre o poder local e o poder central, o Governo exerce sobre o primeiro tutela administrativa, tendo sempre presente a autonomia pela qual se deve reger o poder local. Neste sentido, a AL situa-se a um nível de decisão política independente da Administração Central (AC), gozando este nível de administração de autonomia política, detendo independência orçamental. Esta autonomia dos municípios portugueses tem aumentado substancialmente, ao passo que a dependência face ao poder central tem vindo a decrescer.

Em relação ao regime contabilístico aplicado às autarquias locais, diversas alterações têm também ocorrido a este respeito. O atual regime contabilístico das autarquias locais

¹³ Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro (1.ª alteração, por apreciação parlamentar); pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro (altera as fases de implementação do POCAL); pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril (alteração quanto às regras previsionais) e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro (LOE para 2006).

é o POCAL, consistindo numa importante medida no plano da gestão autárquica. Algumas das alterações importantes deste sistema estão relacionadas com a introdução da contabilidade de custos e da contabilidade patrimonial, possibilitando ainda a uniformização e a normalização com as contas de outros setores da AP.

CAPÍTULO III: COMPETÊNCIAS E REGIME FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Apesar de este capítulo ser um pouco descritivo e de fazer referência às principais alterações legislativas ocorridas no que se refere quer às competências dos municípios, quer ao seu regime financeiro, considerou-se fundamental a sua inclusão. Ainda assim, houve o cuidado de não tornar demasiado exaustiva tal análise legislativa, focando apenas os aspetos tidos como mais relevantes face ao tema em estudo.

A evolução das competências dos municípios está claramente relacionada com a despesa efetuada (regra geral, a um maior número de competências atribuídas corresponde mais despesa), do mesmo modo que é importante que se perceba quais as fontes de financiamento dos municípios, para que se possa estudar e compreender a forma como ocorreu a sua evolução. É neste contexto que se inserem as transferências do (OE) para os municípios, sendo que o próprio cálculo e o respetivo modelo estão relacionados com esta transferência de competências.

Deste modo, neste capítulo far-se-á uma breve análise à legislação mais relevante, quer quanto à constante evolução do quadro de competências dos municípios, quer em relação às principais alterações ocorridas à Lei das Finanças Locais, bem como às principais fontes de receita dos municípios.

3.1. Evolução das competências municipais

Importa, antes de mais, clarificar um pouco a distinção entre *atribuições* e *competências*, uma vez que são termos facilmente confundíveis. Aos fins das pessoas coletivas públicas chamam-se atribuições. Estas são, por conseguinte, os fins e interesses que a lei incumbe as pessoas coletivas públicas de prosseguir. *Competência* é o conjunto de

poderes funcionais que a lei confere para a prossecução das atribuições das pessoas coletivas públicas.

Os municípios são cada vez mais chamados a desempenhar as mais diversas funções, proporcionando um leque cada vez mais alargado de serviços. Deste modo, o princípio da descentralização administrativa da administração central para a administração autárquica e o princípio da subsidiariedade do poder local são vetores fundamentais de aprofundamento do poder democrático.

Neste sentido, os municípios concorrem, em larga medida, para o desenvolvimento económico local e para a melhoria da qualidade de vida das respetivas populações, tendo em vista o carácter de proximidade presente nas relações entre a AL e os seus administrados. Dispõe o n.º 1 do artigo 237.º da CRP que “As atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa”.

As atribuições das autarquias locais foram evoluindo ao longo dos últimos anos, tendo sido reguladas por diversa legislação. A primeira lei sobre atribuições e competências, tal como refere Alves (2010), foi apenas aprovada em 1977 – trata-se da Lei n.º 79/77, de 25 de outubro –, a que se seguiu entretanto o Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, substituído posteriormente pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Para que seja mais facilmente perceptível a evolução ocorrida, as principais alterações legislativas que tiveram lugar relativamente à evolução das competências dos municípios portugueses são as que se mencionam na tabela seguinte:

Tabela 3.1: Evolução das competências dos municípios portugueses

Diploma	Principais atribuições e competências
Lei n.º 79/77, de 25 de outubro	Tudo o que dizia respeito aos interesses dos municípios
Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março	Realização de investimentos públicos nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, saneamento básico, energia, transportes e comunicações, educação e ensino, cultura, tempos livres e desporto e saúde
Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março	Desenvolvimento, abastecimento público, defesa e proteção do meio ambiente e da qualidade de vida , entre outras
Lei n.º 46/86, de 14 de outubro	Educação: criação de estabelecimentos de ensino, educação especial e formação profissional
Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro	Educação: rede pública dos jardins-de-infância passa a funcionar na dependência direta das autarquias
Lei n.º 159/99, de 14 de setembro	Ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa, entre outras
Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro	Matérias consultivas, informativas e de licenciamento de atividades diversas
Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho	Educação: pré-escolar e ensino básico (pessoal não docente do ensino básico, fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, entre outras)

Fonte: Autor

Assim, constituíam, inicialmente, atribuições das autarquias locais tudo o que dizia respeito aos respetivos interesses, designadamente de administração de bens próprios e sob a sua jurisdição, de fomento, de cultura e assistência e de salubridade pública¹⁴. O Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março, confere aos municípios competências para a realização de investimentos públicos em diversos domínios, nomeadamente quanto a equipamento rural e urbano, saneamento básico, energia, transportes e comunicações, educação e ensino, cultura, tempos livres, desporto e saúde. De acordo com este diploma, é ainda da competência do município aprovar projetos de obras de equipamento social relativas a entidades particulares de interesse municipal e assegurar apoio técnico na respetiva execução, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, passaram a ser também competências próprias das autarquias o desenvolvimento, o abastecimento público, a defesa e proteção do meio ambiente e da qualidade de vida do respetivo agregado popu-

¹⁴ Conforme Artigo 2.º da Lei n.º 79/77, de 25 de outubro.

lacional. Foram também clarificadas as competências nas áreas da saúde, educação e ensino, saneamento básico, tempos livres e desporto (Alves, 2010).

A Lei da Bases do Sistema Educativo de 1986 (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) iniciou uma fase importante no reconhecimento do papel dos municípios na educação. Deste modo, conferiu-lhes competências para a criação de estabelecimentos de ensino ou para o desenvolvimento de ações educativas na educação pré-escolar, na educação especial e na formação profissional¹⁵.

No âmbito da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar de 1997 (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro), a rede pública dos jardins-de-infância passa a funcionar na dependência direta das autarquias. O diploma que estabelece o novo regime de direção e gestão das escolas básicas e secundárias e centros de educação pré-escolar (Decreto-Lei n.º 115-A/98) veio também consolidar a competência dos municípios nesta matéria.

A concretização de um efetivo processo de transferência de atribuições e competências do governo central para as autarquias locais deu-se em 1999, com a publicação da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, que veio estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

Apesar da transferência de competências na área da educação tenha acontecido, como se viu, em 1984, só a partir de 1999 é que se clarificou o âmbito dessa competência (Alves, 2010). Com esta lei, os municípios passam a dispor de atribuições nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação,

¹⁵ Conforme Artigos 5.º, 18.º e 19.º. Recorde-se também que foi a partir desta altura que o município passou a estar representado no Conselho Nacional de Educação, podendo entrar em parcerias para a criação de escolas profissionais a partir de 1989 e que passou a participar no conselho de direção das escolas básicas e secundárias e centros de educação pré-escolar, criados em 1991. Trata-se de um avanço significativo em relação à situação anterior, pois atribuem-se competências educativas aos municípios.

património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, proteção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.

Com o Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, o Governo transfere mais uma série de competências para as câmaras municipais que até aqui eram detidas pelos governos civis. Trata-se de competências em matérias consultivas, informativas e de licenciamento de atividades diversas. Neste âmbito, passa a ser competência das câmaras municipais o licenciamento do exercício e da fiscalização de diversas atividades, nomeadamente guarda-nocturno; venda ambulante de lotarias; arrumador de automóveis; realização de fogueiras e queimadas, entre outras¹⁶.

Através do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, o Governo efetuou nova transferência de competências para os municípios na área da educação, nomeadamente no que diz respeito à educação pré-escolar e ao Ensino Básico. Deste modo, no OE para 2008¹⁷ ficou o Governo autorizado a transferir para os municípios as dotações inscritas no orçamento dos ministérios relativas a competências a descentralizar nos domínios da educação, designadamente as relativas ao pessoal não docente do Ensino Básico, ao fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré -

¹⁶ Realização de acampamentos ocasionais; exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão; realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre; venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda; realização de leilões (conforme artigo 4.º).

¹⁷ Lei nº 67-A/2007, de 31 dezembro, disponível na página oficial da Direcção-Geral do Orçamento, em http://www.dgo.pt/oe/2008/aprovado/Lei/Lei_MapasLei.pdf.

escolar, às atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico, à gestão do parque escolar e à ação social nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico¹⁸.

Ficou, deste modo, consagrada a transferência efetiva de competências para os órgãos dos municípios em matéria de educação, no que diz respeito à educação pré-escolar e ao ensino básico. O presente decreto-lei contempla, ainda, a possibilidade de nas escolas básicas nas quais também é ministrado o ensino secundário (com a designação de escolas básicas e secundárias), serem exercidas pelos municípios as atribuições a que se refere o presente decreto-lei, mediante a celebração de um contrato específico com o Ministério da Educação. Esta transferência efetiva de competências para os órgãos dos municípios em matéria de educação concretiza-se, agora, estabelecendo-se mecanismos que visam a salvaguarda da situação jurídico-funcional do pessoal abrangido.

O Programa do XIX Governo Constitucional¹⁹, atualmente em exercício, preconiza uma série de novas transferências de competências, nomeadamente:

- Na Educação, através da transferência para os Municípios de competências em matéria de construção, manutenção e gestão das escolas, particularmente no ensino básico;
- Na Saúde, pelo reforço da participação dos Municípios no planeamento da rede nacional de equipamentos de saúde;
- Na Ação Social onde, em articulação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Misericórdias, serão reforçadas as competências dos Municípios, apontando para que os serviços desconcentrados do Estado nesta área sejam integrados nas autarquias locais (Governo de Portugal, 2011).

¹⁸ Conforme o preâmbulo do próprio Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho.

¹⁹ Disponível na página oficial do Governo, em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Documentos/Programa_GC19.pdf.

Saliente-se ainda que, com a anunciada extinção dos Governos Civis, é natural que esta seja acompanhada com novo reforço das competências dos municípios. A versão preliminar do OE para 2012 previa já a alteração de uma dessas competências, na qual o Governo previa a passagem para os municípios da responsabilidade da cobrança dos impostos municipais, como o IMI e a derrama, tendo, entretanto, sido adiada a entrada em vigor desta medida.

3.2. Principais alterações à Lei das Finanças Locais

Ao abordar o tema das finanças locais, importa, antes de mais, salientar que se está a fazer referência à atividade financeira das autarquias locais no que concerne à realização de despesa, de modo a conseguir a satisfação de necessidades coletivas, mediante a afectação de bens e serviços adequados, através da obtenção das receitas necessárias para fazer face a essas despesas.

De acordo com o n.º 2 do artigo 238.º da CRP, o regime das finanças locais, estabelecido por lei, visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. A evolução das Finanças Locais portuguesas verificada ao longo do tempo levou a que se fizesse sentir a necessidade de efetuar alterações na legislação aplicável às autarquias locais no âmbito desta temática, de modo a colmatar as lacunas existentes, que se vieram a verificar no período de vigência das diversas LFL entretanto publicadas.

As principais alterações legislativas que ocorreram relativamente às finanças locais portuguesas trouxeram consigo mudanças consideráveis nas autarquias locais, com reflexo directo na vida das respetivas populações, correspondendo genericamente às que se mencionam na tabela seguinte:

Tabela 2.2: Principais alterações à LFL

Diploma	Principais alterações
Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro	Definição de um conjunto de receitas a favor dos municípios (contribuição predial autárquica, imposto sobre os veículos, imposto para serviço de incêndios e imposto de turismo); Estabelecido um valor mínimo a transferir para os municípios
Decreto-Lei n.º 98/84, de 29 de março	Aumento do número de impostos e de taxas locais; As transferências dos fundos do Estado para a AL passam a ser efetuadas através do FEF; Ampliação da possibilidade de recurso ao crédito
Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro	Fórmula de cálculo do FEF (valor global do FEF passou a ser definido segundo uma fórmula fixa); Duplicação da percentagem do valor global que passou a ser distribuído igualmente pelos municípios (de 5 para 10%)
Lei n.º 2/92, de 9 de março	Nova alteração dos critérios de repartição pelos municípios (a componente a distribuir de forma igual pelos municípios foi aumentada para 15%); Novo critério para cálculo do FEF
Lei n.º 42/98, de 6 de agosto	Fórmula de cálculo no valor das transferências; Criação de um fundo para as freguesias: o FFF; Substituição do FEF por três fundos distintos: FGM, FCM e FFF
Lei n.º 94/2001, de 20 de agosto	Criação de um 3.º fundo: o Fundo de Base Municipal (FBM)
Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro	Reformulação das regras quanto aos limites do endividamento municipal; Reforço da autonomia financeira dos municípios

Fonte: Autor

Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro

Foi, portanto, só em 1979 que ocorreu a publicação da lei que definiu as linhas essenciais do relacionamento em termos financeiros entre o poder central e as autarquias locais, com a Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro - a primeira Lei das Finanças Locais (LFL), sendo o primeiro passo para a concretização crescente dos princípios da autonomia do poder local definidos na Constituição de 1976.

Neste sentido, foram definidas um conjunto de receitas que podiam ser gastas pelos municípios - os primeiros impostos locais da história dos municípios²⁰, tendo-se também estabelecido um valor mínimo a transferir para os municípios. Foi, assim, criada uma nova comparticipação a ser inscrita no OE: trata-se do Fundo de Equilíbrio Finan-

²⁰ Mais concretamente: contribuição predial autárquica, imposto sobre os veículos, imposto para serviço de incêndios e imposto de turismo.

ceiro (FEF), cujo objetivo era, essencialmente, o de corrigir as assimetrias socioeconómicas entre as diferentes parcelas do território, bem como o de corrigir as distorções financeiras resultantes do diferente potencial fiscal entre as diversas autarquias.

Outra novidade é que os municípios comparticipariam também no produto de um outro tipo de impostos, nomeadamente o imposto profissional, o imposto complementar, a contribuição industrial, o imposto sobre a aplicação de capitais, o imposto sobre sucessões e doações e a sisa²¹. Com esta lei, pode dizer-se que as transferências passaram a ter critérios de repartição com algum grau de objetividade, sendo conhecidos e iguais para todos os municípios. Importante também foi o facto de as transferências obrigatórias passarem a ter um valor global mínimo definido.

Decreto-Lei n.º 98/84, de 29 de março²²

A primeira revisão da lei de 1979 efetivou-se através de uma autorização legislativa da Assembleia da República ao Governo. A revisão dessa lei²³ teve como principal filosofia a preocupação de que as autarquias pudessem gerar um máximo de receitas próprias, para o que se seguiu a via do aumento do número de impostos locais, bem como das taxas, a par com uma ampliação e diversificação das formas de recurso ao crédito por parte dos municípios²⁴.

No que respeita aos impostos locais, aos quatro que eram de domínio municipal passam a existir mais dois: a taxa municipal de transportes e o imposto de mais-valias. Relativamente às taxas, passou a haver uma maior diferenciação entre as modalidades que

²¹ Estas receitas eram repartidas pelos municípios de acordo com os seguintes critérios: 50% em função do número de habitantes; 10% em função da área do município e 40% em função da capitação dos impostos directos cobrados no respectivo concelho.

²² Revogado pelo artigo 29.º da Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro.

²³ Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro.

²⁴ De acordo com o preâmbulo do próprio Decreto-Lei n.º 98/84, de 29 de março.

estas podiam revestir, tendo-se também ampliado o seu leque, de forma a permitir que as taxas pudessem ser uma importante fonte de financiamento. Destaque também para a criação de uma taxa de urbanização, que os municípios passam a poder lançar para cobrir os custos das infra-estruturas que realizam.

Em relação à possibilidade de recurso ao crédito, esta foi claramente ampliada, quer por meio do aumento dos seus limites, quer pela faculdade concedida aos municípios de lançamento de obrigações. Por último, existiram também alterações quanto à fórmula de cálculo do FEF: com a eliminação da participação dos municípios nos impostos diretos do Estado, o FEF passa a ser o principal elemento de transferências dos fundos do Estado para a AL.

Com esta alteração, os critérios para o seu cálculo e para a sua repartição pelos municípios sofreram também alterações, sendo o FEF (o bolo global a repartir) calculado como uma percentagem das despesas a inscrever em cada ano na Lei do Orçamento do Estado (LOE). Quanto à questão da repartição, a inovação é a definição de uma percentagem de 5% do FEF a distribuir igualmente por todos os municípios, o que constitui a primeira grande medida no sentido de lhes garantir um financiamento mínimo (Camões, 2005).

Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro²⁵

No que respeita às transferências, a primeira grande alteração ocorrida com a terceira LFL prendeu-se com o facto de o valor global do FEF passar a ser definido segundo uma fórmula fixa e pré-determinada. Ou seja, o seu valor em cada ano deveria corresponder a um aumento/diminuição em relação ao seu valor no ano anterior, devendo

²⁵ Revogada pelo n.º 1 do artigo 36.º da Lei n.º 42/98, de 6 de agosto.

também esta evolução acompanhar o aumento/diminuição do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no mesmo período.

Em relação à repartição pelos municípios, foram também introduzidas algumas alterações. Saliente-se, talvez, a da duplicação da percentagem do valor global que passou a ser distribuído igualmente pelos municípios (305, na altura), de cinco para dez por cento. Daqui resulta que se assumiu com mais convicção a intenção de proporcionar aos municípios um financiamento mínimo que lhes permitisse desenvolver as suas atividades de forma o mais autónoma possível e cada vez menos dependente do poder central. Importa ainda referir que foi a partir desta data que se salientou o papel da Associação Nacional de Municípios como representante dos interesses do poder local.

Lei n.º 2/92, de 9 de março²⁶

Com a lei que aprovou o OE de 1992 surgiram também algumas alterações, nomeadamente no que se refere aos critérios de repartição pelos municípios, tendo a componente a distribuir de forma igual pelos municípios sido aumentada para 15%. A ideia da distribuição de uma percentagem (5%, neste caso) em função do número de jovens foi também recuperada.

Outra importante alteração prendeu-se com a suspensão da fórmula para o cálculo do FEF, tendo-se, em contrapartida, adotado um novo critério. Ou seja, nos anos de 1992 e 1993 o FEF seria calculado com base no IVA de 1992, facto que originou um montante de transferências inferior ao que teria sido obtido segundo a anterior regra.

²⁶ Aprovação do OE para 1992.

Lei n.º 42/98, de 6 de agosto²⁷

Com a entrada em vigor da lei de 1998 dá-se nova alteração na fórmula de cálculo do valor das transferências, calculando-se estas agora não em função do IVA mas sim tendo em conta a média do IRS, do IRC e do IVA. Desta forma, o valor a transferir para os municípios ficava determinado e era conhecido logo que fossem publicadas as estatísticas oficiais relativas às receitas arrecadadas. Importante também é o facto de que os valores considerados no cálculo corresponderem aos valores cobrados desses impostos e não os valores previstos nos orçamentos anuais (como acontecia na lei de 1987), daqui resultando que 33% da média da cobrança desses impostos são transferidos para as autarquias locais.

No que respeita aos fundos, dá-se também uma importante alteração, com a substituição do FEF por três fundos distintos e com objetivos diferentes: o Fundo Geral Municipal (FGM), o Fundo de Coesão Municipal (FCM) e o Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF). Pode dizer-se que o FGM é, genericamente, o equivalente ao antigo FEF, pois o seu objetivo é o de assegurar aos municípios as receitas necessárias ao cumprimento das atribuições definidas na lei. Em contrapartida, o FCM tem por objetivo corrigir as assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos.²⁸ A grande diferença em relação a estes dois fundos está relacionada com a dicotomia eficiência/equidade: enquanto que o FGM se destina a contribuir para uma eficiente afetação de recursos, o FCM destina-se a promover a redistribuição desses recursos.

Com a entrada em vigor desta lei, para além das alterações já referidas anteriormente, foi também criado um fundo a transferir diretamente para as freguesias, sendo esta a

²⁷ Estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. Revogada pelo artigo 64.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

²⁸ Para a sua obtenção são calculados os Índices de Carência Fiscal (ICF) e o Índice de Desigualdade de Oportunidades (IDO), de acordo com as fórmulas de cálculo definidas na lei.

grande novidade. Este fundo - o Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) - apesar de corresponder a uma proporção relativamente pequena dos dinheiros públicos,²⁹ permite às freguesias ter uma fonte de financiamento segura e estável, podendo, assim, assegurar com mais autonomia a realização de determinado tipo de despesas, essenciais para o normal funcionamento das suas atividades. Neste sentido, o FFF faz com que todas as freguesias sejam tratadas com um critério objetivo e conhecido por todos de repartição de verbas (Camões, 2005).

Lei n.º 94/2001, de 20 de agosto³⁰

Esta lei veio alterar o sistema de três fundos que vigorava desde 1998, criando agora um terceiro fundo – o Fundo de Base Municipal (FBM) –, que passará a ser distribuído igualmente por todos os municípios. Este fundo visa dotar os municípios de uma capacidade mínima para o seu financiamento, ao qual correspondem 4,5% da média aritmética da cobrança de IRS, IRC e IVA.

No que se refere à percentagem que cabe aos municípios e às freguesias nos impostos do Estado, a presente LFL prevê também que possa existir a redistribuição desses valores, em consequência da transferência de atribuições dos municípios para as freguesias que possam vir a existir.

Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro

A atual LFL revoga a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto, definindo o atual regime financeiro dos municípios e das freguesias, tendo entrado em vigor a 1 de janeiro do ano da sua publicação (2007). A nova Lei traz consigo algumas alterações, sobretudo no regime jurídico que até então regulava o endividamento dos municípios, sendo que os regimes

²⁹ Corresponde a 2,5% da média da cobrança de IRS, de IRC e de IVA.

³⁰ Quarta alteração à Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (Lei das Finanças Locais), alterada pelas Leis n.ºs 87-B/98, de 31 de dezembro, 3-B/2000, de 4 de abril, e 15/2001, de 5 de junho.

especiais de endividamento impostos a partir de 2002, no âmbito dos diversos OE para cada ano, vieram a traduzir-se num agravamento significativo das restrições constantes da LFL em vigor na altura.

No que diz respeito a um dos impostos municipais mais significativos para os municípios, o artigo 14.º desta Lei vem alterar o cálculo da derrama que é paga juntamente com o IRC. Neste sentido, surge a possibilidade de lançamento de taxas variáveis na derrama, até ao limite de 5% sobre o lucro tributável, bem como os municípios passam a poder lançar uma taxa reduzida de derrama para as empresas com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse o valor de 150 000 euros.

Ainda em relação ao reforço da autonomia (fiscal) dos municípios, são exemplos a participação variável até 5% no IRS gerado no município, o reforço da autonomia na concessão de isenções fiscais relativamente aos impostos municipais, bem como a possibilidade de cada município decidir da repartição dos montantes das transferências do OE relativas ao FEF entre receita corrente e receita de capital, com a condição de que a receita corrente não exceda 65% do FEF.

Também na sequência do PAEF a Portugal a que já anteriormente se aludiu neste trabalho, prevê-se nova alteração à LFL, em conformidade com as recomendações da Missão de Assistência Técnica do FMI e da CE. Entre essas alterações previstas está a criação de uma reserva de contingência no montante global da despesa, para fazer face a quebras imprevistas das receitas ou a projeções de despesas que se revelem erradas. Preveem-se também, entre outras medidas, a revisão do regime de transferências entre o Estado e as autarquias, bem como a aplicação de limites de endividamento mais restritivos.

3.3. O financiamento dos municípios

Para efeitos da prossecução das suas atividades, no âmbito das suas atribuições e competências, os municípios necessitam de recursos. No quadro da repartição dos recursos públicos, as autarquias locais dispõem de receitas próprias, beneficiando também de receitas provenientes dos impostos do Estado. As receitas das autarquias locais são as que estão estipuladas no artigo 10.º da presente lei (Lei 2/2007, de 15 de janeiro), sendo as mais significativas aquelas que são sintetizadas na tabela seguinte:

Tabela 3.3: Principais receitas que podem ser arrecadadas pelos municípios

Receita	Tipo	Breve descrição
Cobrança de impostos municipais	Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	Incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios
	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	Incide sobre as transmissões onerosas de bens imóveis
	Imposto Único de Circulação (IUC)	Incide sobre a propriedade dos veículos
Produto da cobrança de derramas		Incide sobre o lucro tributável das empresas
Produto da cobrança de taxas e preços		Cobrança de diverso tipo de taxas; Os preços são resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município
Produto da participação nos recursos públicos		Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e uma participação variável de 5% no IRS
Produto de empréstimos, incluindo os resultantes da emissão de obrigações municipais		Crédito concedido pela banca
Produto da alienação de bens próprios, móveis ou imóveis		Venda de bens, sobretudo terrenos e edifícios municipais

Fonte: autor

No que se refere à cobrança de impostos municipais, são três, basicamente, os tipos de impostos que podem ser arrecadados pelos municípios. Trata-se do imposto municipal sobre imóveis (IMI), do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e do imposto municipal sobre veículos (IMV), sendo que este último tem, atualmente, a designação de Imposto Único de Circulação (IUC).

O IMI entrou em vigor a 1 de dezembro de 2003 e incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios (rústicos, urbanos ou mistos) situados em Portugal. Este imposto

substitui a antiga Contribuição Autárquica, e é pago anualmente pelos proprietários de imóveis (não isentos). Refira-se também que 50% do produto da receita do IMI sobre prédios rústicos constitui receita das freguesias, conforme a alínea a) do artigo 17.º da presente lei.

Quanto ao IMT, este imposto incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito (usufruto, uso e habitação, direito de superfície e servidões prediais) sobre bens imóveis (urbanos, rústicos ou mistos) situados no território nacional. Entrou em vigor em 1 de janeiro de 2004 e veio substituir o Imposto Municipal de Sisa, sendo pago, regra geral, por quem adquire um imóvel.

No que se refere ao IUC, trata-se de um imposto anual que é devido pela propriedade de qualquer veículo, independentemente da sua utilização, ou não, pelo respetivo proprietário. Veio substituir, desde 2008, o Imposto Municipal sobre Veículos (IMV), o Imposto de Circulação (ICI) e o Imposto de Camionagem (ICA). Em relação ao produto da cobrança de derramas (lançadas nos termos do artigo 14.º), este imposto pode ser lançado anualmente pelos municípios, correspondendo ao limite máximo de 1,5% do lucro tributável das empresas sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).

Relativamente ao produto da cobrança de taxas e preços, os municípios podem criar taxas, desde que estas estejam de acordo com o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais³¹, devendo também ser aprovadas em Assembleia Municipal. São exemplo de taxas municipais as taxas relativas a publicidade, ocupação da via pública, taxa municí-

³¹ Aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2007.

pal de direitos de passagem, mercados, feiras e venda ambulante, cemitérios, operações de loteamento e de urbanização, entre outras³².

Quanto aos preços a que se refere a alínea c), estes são resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município (de acordo com o disposto nos artigos 15.º e 16.º). Neste sentido, os preços e outros instrumentos de remuneração a cobrar pelos municípios respeitam, regra geral, às atividades de exploração de sistemas municipais ou intermunicipais de: abastecimento público de água; saneamento de águas residuais; gestão de resíduos sólidos; transportes coletivos de pessoas e mercadorias e distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

No que concerne ao produto da participação nos recursos públicos (que é determinada nos termos do disposto nos artigos 19.º e seguintes), este corresponde ao FEF, ao FSM e a uma participação variável de 5% no IRS. A subvenção devida a partir do FEF é geral, sendo o respetivo valor igual a 25,3% da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), do IRC e sobre o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Este fundo é repartido da seguinte forma: 50 % como Fundo Geral Municipal (FGM) e 50 % como Fundo de Coesão Municipal (FCM)³³.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento³⁴. Já o FCM visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais, e corresponde à soma da com-

³² Conforme artigo 6.º da lei mencionada.

³³ Conforme artigo 21.º.

³⁴ Conforme artigo 22.º.

penção fiscal (CF) e da compensação da desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO)³⁵.

Quanto ao FSM, o valor a entregar corresponde a uma transferência financeira do OE consignada ao financiamento de determinadas despesas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social³⁶. Neste sentido, os municípios passam a prestar serviços públicos essenciais aos seus munícipes, promovendo a igualdade de acesso a esses serviços.

No que se refere à participação no IRS, esta é determinada nos termos do artigo 20.º, e é relativa aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. O primeiro ano em que os municípios passaram a dispor desta faculdade foi o de 2009 (DGAL, 2011b).

³⁵ Conforme artigo 23.º.

³⁶ De acordo com o artigo 24.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, as despesas elegíveis para financiamento através do FSM são, designadamente:

- a) As despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público, nomeadamente as remunerações de pessoal não docente, os serviços de alimentação, as despesas com prolongamento de horário e transporte escolar;
- b) As despesas de funcionamento corrente com os três ciclos de ensino básico público, nomeadamente as remunerações de pessoal não docente, os serviços de alimentação, as atividades de enriquecimento curricular e o transporte escolar, excluindo apenas as do pessoal docente afeto ao plano curricular obrigatório;
- c) As despesas com professores, monitores e outros técnicos com funções educativas de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas de iniciação ao desporto e às artes, bem como de orientação escolar, de apoio à saúde escolar e de acompanhamento sócio-educativo do ensino básico público;
- d) As despesas de funcionamento corrente com os centros de saúde, nomeadamente remunerações de pessoal, manutenção das instalações e equipamento e participações nos custos de transporte dos doentes;
- e) As despesas de funcionamento dos programas municipais de cuidados de saúde continuados e apoio ao domicílio, nomeadamente as remunerações do pessoal auxiliar e administrativo afecto a estes programas, transportes e interface com outros serviços municipais de saúde e de ação social;
- f) As despesas de funcionamento de programas de promoção da saúde desenvolvidos nos centros de saúde e nas escolas;
- g) As despesas de funcionamento de creches, jardins-de-infância e lares ou centros de dia para idosos, nomeadamente as remunerações do pessoal, os serviços de alimentação e atividades culturais, científicas e desportivas levadas a cabo no quadro de assistência aos utentes daqueles serviços;
- h) As despesas de funcionamento de programas de ação social de âmbito municipal no domínio do combate à toxicodependência e da inclusão social.

Existe ainda um conjunto de outro tipo de receitas que os municípios podem arrecadar, de acordo com o artigo 10.º da atual LFL:

- O produto da cobrança de encargos de mais-valias destinados por lei ao município;
- O produto de multas e coimas fixadas por lei, regulamento ou postura que caibam ao município (aqui se incluem, essencialmente, o resultante do incumprimento do regulamento das taxas municipais estabelecidas);
- O rendimento de bens próprios, móveis ou imóveis, por eles administrados, dados em concessão ou cedidos para exploração;
- A participação nos lucros de sociedades e nos resultados de outras entidades em que o município tome parte;
- O produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do município;
- Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios.

3.4. Breve resumo do capítulo

Ao longo dos últimos anos, os municípios têm vindo cada vez mais a ser chamados a desempenhar variadas funções, proporcionando um leque cada vez mais alargado de serviços aos seus munícipes. Neste sentido, têm ocorrido um conjunto significativo de alterações legislativas relativamente à evolução das competências dos municípios portugueses, sendo expectável que, no futuro, se verifiquem novas transferências de competências para os órgãos municipais.

A evolução que se veio a verificar no âmbito das finanças locais portuguesas levou, conseqüentemente, a que se efetuassem também alterações na legislação aplicável ao regime financeiro das autarquias locais. Os critérios de repartição pelos municípios dos recursos do Estado foram objeto constante de alterações nas diversas LFL, bem como vieram a ser introduzidos novos impostos que podiam ser arrecadados pelos municípios.

Assim, no quadro da repartição dos recursos públicos, as autarquias locais dispõem de receitas próprias, beneficiando também de receitas provenientes dos impostos do Estado.

Para fazer face às despesas realizadas, no âmbito das suas atribuições e competências, os municípios necessitam das correspondentes fontes de financiamento. As receitas que podem ser arrecadadas pelas autarquias locais são de diverso tipo, correspondendo às que estão estipuladas no artigo 10.º da atual LFL.

CAPÍTULO IV: METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho efetuou-se, inicialmente, uma revisão bibliográfica dos conceitos e teorias considerados fundamentais para a temática em estudo, procedendo-se posteriormente à obtenção, tratamento e interpretação dos dados que constituem o objeto deste estudo. Considerando que o principal objetivo deste trabalho é o estudo da evolução da receita e da despesa nos municípios algarvios, trabalhou-se com a totalidade da população (ou universo estatístico), sendo a sua dimensão de dezasseis elementos (ou unidades estatísticas), correspondendo a cada um dos municípios algarvios.

Tendo em conta o tipo de dados que estavam a ser tratados, que correspondiam a valores concretos e muito diferentes entre si, bem como a reduzida dimensão da população, optou-se pelo uso da folha de cálculo *Excel*. Deste modo, procedeu-se ao cálculo do *ratio*, quer da receita quer da despesa, em determinado conjunto de dados, bem como a evolução, em termos percentuais, da receita e da despesa ao longo do período em análise.

Uma vez que um dos objetivos deste trabalho é também a deteção de eventuais relacionamentos entre a receita e a despesa, procedeu-se ao cálculo do *coeficiente de correlação linear de Pearson*³⁷ para diversas variáveis, utilizando a folha de cálculo *Excel*.

Assim, julga-se que o tratamento estatístico dos dados foi o mais adequado para o tipo de dados que estavam a ser analisados e para a dimensão da população.

³⁷ Este coeficiente estuda/quantifica a intensidade da associação linear existente entre as variáveis ou conjunto de dados, refletindo a extensão de uma relação linear (neste caso, entre receitas e investimento), e cruzando uma variável independente com uma dependente. Neste caso, a variável independente corresponde às receitas, enquanto que o investimento se traduz na variável dependente. De acordo com os valores obtidos para esse coeficiente, assim será o tipo de correlação existente, sendo que aos valores positivos corresponde uma correlação positiva e aos negativos uma correlação negativa (ou seja, no último caso, quando uma das variáveis aumenta a outra diminui). Assim, tem-se para o valor de r o respetivo tipo de correlação: igual a 1: perfeita; - entre 0,8 e 1: forte; - entre 0,5 e 0,8: moderada; - entre 0,1 e 0,5: fraca; - entre 0 e 0,1: ínfima. Caso r obtenha o valor 0, significa que não existe correlação entre as variáveis.

Em relação ao período temporal, considerou-se um intervalo de dez anos por se julgar ser o período temporal mínimo suscetível de se poder fazer uma análise evolutiva em termos dos números das receitas e das despesas efetuadas pelos municípios algarvios. No que se refere à tipologia, todos os dados que serviram de base de trabalho são secundários, tendo a sua grande maioria sido obtidos junto da DGAL, estando parte deles publicados no seu sítio oficial na internet (www.portalautarquico.pt). Trata-se dos dados relativos às receitas e despesas de todos os municípios algarvios no período compreendido entre 2003 e 2009, tendo a respetiva consulta ocorrido no início do mês de abril de 2011.

Na tentativa de se trabalhar com dados o mais recentes possível, foram efetuadas diversas tentativas no sentido de conseguir, junto da DGAL, os dados relativos ao ano de 2010, pois os dados de 2011 não se encontram ainda tratados. Após pedido efetuado junto desta entidade, tal não foi, contudo, possível, uma vez que 2009 era o último ano para o qual esta entidade tinha os dados tratados na totalidade, com o mesmo grau de desagregação dos anos anteriores. Neste sentido, o ano de 2009 foi o ano mais recente a ser analisado.

Uma vez que ainda eram necessários dados relativos a três anos para que fosse possível a análise do período temporal considerado, foi solicitada colaboração à DGAL, acerca da possibilidade de serem disponibilizados os dados em falta. Esse pedido foi efetuado no início do mês de abril de 2011, tendo esta entidade remetido todos os elementos solicitados, a que correspondem todos os anexos constantes no presente trabalho.

Refira-se também que todos os dados disponibilizados por esta Direção-Geral se referem à informação disponível das contas de gerência dos municípios, com base no tratamento da informação financeira dos municípios portugueses remetida à DGAL, tal

como advém da legislação em vigor acerca desta matéria. De notar também que a maioria desses dados se encontra quer nos Anexos, como referido anteriormente, quer também nos Apêndices deste trabalho.

4.1. Organização dos dados

No que se refere à forma como os dados estão organizados, optou-se por considerar quer a receita quer a despesa em *corrente* e *de capital*, tendo em conta a adaptação às autarquias locais do classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro. Uma vez que os dados das receitas e das despesas dos municípios algarvios se encontravam bastante desagregados, e para que este trabalho fosse de mais fácil leitura e compreensão e não se tornasse demasiado exaustivo, agruparam-se as despesas correntes em cinco grupos: pessoal, aquisição de bens e serviços; encargos financeiros; transferências correntes e outras despesas correntes.

Assim, no agrupamento 01 (Pessoal) estão incluídos os subagrupamentos 01.01: Remunerações certas e permanentes; 01.02: Abonos variáveis ou eventuais e 01.03: Segurança Social. Em relação ao agrupamento 02: Aquisição de bens e serviços, aqui se incluem os subagrupamentos 02.01: Aquisição de bens e 02.02: Aquisição de serviços. Refira-se como tipos de bens aqui incluídos, por exemplo, combustíveis e lubrificantes, material de limpeza e higiene, material de escritório, ferramentas e utensílios, livros e documentação técnica e material de educação, cultura e recreio.

No que se refere a aquisição de serviços, aqui se incluem, por exemplo, despesas com encargos das instalações, conservação de bens, locação de edifícios, comunicações, formação, publicidade, vigilância e segurança e assistência técnica. Quanto ao agrupa-

mento 03: Juros e outros encargos (encargos financeiros), este inclui os subagrupamentos 03.01: Juros da dívida pública; 03.02: Outros encargos correntes da dívida pública; 03.03: Juros de locação financeira; 03.04: Juros tributários; 03.05: Outros juros e 03.06: Outros encargos financeiros.

Em relação ao agrupamento 04: Transferências correntes, aqui se incluem os subagrupamentos 04.01: Sociedades e quase sociedades não financeiras; 04.03: Administração central; 04.04: Administração regional; 04.05: Administração local; 04.06: Segurança social; 04.07: Instituições sem fins lucrativos; 04.08: Famílias e 04.09: Resto do Mundo. No que se refere às outras despesas correntes (agrupamento 06), este inclui os agrupamentos 05: Subsídios e 06: Outras despesas correntes.

Relativamente às despesas de capital, optou-se por agregar o tipo de despesa em doze grupos. Deste modo, estão aqui incluídas a totalidade das despesas com o agrupamento 07 (Aquisição de bens de capital), que se traduz no somatório dos subagrupamentos 07.01: *Investimentos*; 07.02: *Locação financeira* e 07.03: *Bens do domínio público*.

Uma vez que a informação disponível se encontrava demasiado desagregada, foi necessário proceder à sua agregação em diversos grupos, considerados de interesse para o estudo em causa. Neste sentido, em relação ao subagrupamento *Investimentos*, optou-se por desagregar a despesa em oito grupos:

- Habitação Social (rubrica 07.01.02 e 07.02.02);
- Equipamento Escolar e Social. Aqui se incluem as alíneas 07.01.03.04 (outros edifícios – creches); 07.01.03.05 (outros edifícios – escolas); 07.01.03.06 (outros edifícios - lares de 3.^a idade); 07.03.02.04: Creches; 07.03.02.05: Escolas e 07.03.02.06: Lares de terceira idade.

- Água e Saneamento. Estão incluídas as alíneas 07.01.04.02 (Sistemas de drenagem de águas residuais); 07.01.04.03 (Estações de tratamento de águas residuais); 07.01.04.07 (Captação e distribuição de água); 07.01.04.11 (Infra-estruturas para tratamento de resíduos sólidos); 07.03.03.02: Sistemas de drenagem de águas residuais; 07.03.03.03: Estações de tratamento de águas residuais; 07.03.03.07: Captação e distribuição de água e 07.03.03.11: Infra estruturas para tratamento de resíduos sólidos.
- Comunicações e Transportes. Deste grupo fazem parte as alíneas 07.01.04.01 (Viadutos, arruamentos e obras complementares); 07.01.04.08 (Viação rural); 07.01.04.09 (Sinalização e trânsito); 07.03.03.01: Viadutos, arruamentos e obras complementares; 07.03.03.08: Viação rural e 07.03.03.09: Sinalização e trânsito.
- Instalações desportivas e lazer. Contempla as alíneas 07.01.03.02: Outros edifícios - instalações desportivas e recreativas; 07.01.04.05: Parques e jardins; 07.01.04.06: Instalações desportivas e recreativas; 07.03.02.02: Instalações desportivas e recreativas; 07.03.03.05: Parques e jardins e 07.03.03.06: Instalações desportivas e recreativas.
- Outros edifícios. Fazem parte deste grupo as alíneas 07.01.03.01: Outros edifícios - instalações de serviços; 07.01.03.03: Outros edifícios - Mercados e instalações de fiscalização sanitária; 07.01.03.07: Outros edifícios (outros); 07.03.02.01: Instalações de serviços; 07.03.02.03: Mercados e instalações de fiscalização sanitária e 07.03.02.07: Outros.
- Equipamento e *software* informático. Aqui se inserem as rubricas 07.01.07: Equipamento informático; 07.01.08: *Software* informático; 07.01.09: Equipamento administrativo; 07.01.10: Equipamento básico e 07.02.06: Material de informática.
- Outros investimentos. Inclui as restantes rubricas relativas a bens de investimento:
 - 07.01.01 - Terrenos e recursos naturais;

- 07.01.02 - Habitação;

- 07.01.04 - Construções diversas. Inclui as alíneas 07.01.04.04: Iluminação pública; 07.01.04.10: Infra-estruturas para distribuição de energia elétrica; 07.01.04.12: Cemitérios, e 07.01.04.13: Outros. No grupo *Outros investimentos* está ainda incluída a rubrica 07.01.05: Melhoramentos fundiários; 07.01.06: Material de transporte; 07.01.11: Ferramentas e utensílios; 07.01.12: Artigos e objetos de valor e 07.01.13: Investimentos incorpóreos. Em *Outros investimentos* estão também presentes os subagrupamentos 07.02: Locação financeira e 07.03: Bens do domínio público, assim discriminados: 07.02.01: Terrenos; 07.02.04: Construções diversas; 07.02.05: Material de transporte; 07.02.07: Maquinaria e equipamento; 07.02.09: Outros investimentos.

Quanto aos *Bens do Domínio Público*, está incluída a rubrica 07.03.01: Terrenos e recursos naturais. Por sua vez, a rubrica 07.03.03: *Outras construções e infra-estruturas* inclui as alíneas 07.03.03.04: Iluminação pública; 07.03.03.10: Infra estruturas para distribuição energia elétrica; 07.03.03.12: Cemitérios e 07.03.03.13: Outros. Por fim, está também incluída a rubrica 07.03.05 Bens de património histórico, artístico e cultural, e 07.03.06 Outros bens de domínio público.

Em relação às Transferências de capital (agrupamento 08), estas incluem os subagrupamentos *08.01 - Empresas*, *08.03 - Administração Pública* e *08.04 - Administração Privada*, assim subdivididos:

- 08.01.01: Públicas e 08.01.02: Privadas;

- 08.03.01: Estado; 08.03.06: Serviços e fundos autónomos; 08.04: Administração regional; 08.05: Administração local e 08.06: Segurança social.

- 08.04: Administração Privada; Instituições sem fins lucrativos; 08.08: Famílias e 08.09: Resto do Mundo.

No que se refere ao agrupamento 09, este contém os Ativos Financeiros, que englobam o subagrupamento 09 02: Títulos a curto prazo; 09 03: Títulos a médio e longo prazos; 09 05: Empréstimos a curto prazo; 09 06: Empréstimos a médio e longo prazos; 09 07: Acções e outras participações; 09 08: Unidades de participação e 09 09: Outros activos financeiros. Em relação aos Passivos Financeiros (agrupamento 10), estes incluem o subagrupamento 10.03: Títulos a médio e longo prazos; 10.05: Empréstimos a curto prazo, e 10.06: Empréstimos a médio e longo prazos. Por fim, a classe 11 (Outras despesas de capital) contém as restantes despesas de capital não incluídas anteriormente.

No que se refere às receitas, optou-se por agrupar a receita corrente em seis grupos. Em relação ao grupo a que correspondem os impostos directos (agrupamento 01), estão aqui incluídos o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto municipal sobre veículos (ISV - tendo este sido substituído pelo Imposto Único de Circulação - IUC), o Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), a Derrama e os Impostos abolidos³⁸.

Quanto aos impostos indirectos³⁹, taxas e rendimentos (agrupamentos 02, 04 e 05), aqui se incluem os relativos a *Mercados e feiras, Loteamentos e obras, Ocupação da via pública, Canídeos, Publicidade, Saneamento e Outros*, bem como os rendimentos de propriedade.

³⁸ Refira-se, a este propósito, que o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aprovou os Códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, revogando os Códigos da Contribuição Autárquica e do Imposto Municipal e de Sisa. Apesar destas alterações, o classificador das receitas e despesas públicas aprovado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, adaptado às autarquias locais, não contempla as designações dos novos impostos. No entanto, estas designações tiveram aplicação imediata, sobrepondo-se às inscritas no referido classificador, por força da aplicação do artigo 28.º da legislação acima mencionada (2003).

³⁹ Englobam as receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se também neste grupo as receitas que revestem a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais.

Em relação às transferências do OE, optou-se por desagregar a totalidade dos fundos municipais, de forma a que fosse possível averiguar da evolução deste tipo de receitas municipais. Assim, às alíneas 06.03.01.01 corresponde o Fundo Geral Municipal (FGM); à alínea 06.03.01.02, o Fundo de Coesão Municipal (FCM) e à 06.03.01.03 corresponde o Fundo de Base Municipal (FBM).

Relativamente às restantes transferências correntes, aqui se incluem as rubricas 06.01.01: Sociedades e quase-sociedades não financeiras públicas; 06.01.02: Sociedades e quase-sociedades não financeiras privadas; 06.02: Sociedades Financeiras; 06.03.01.99: Outras; 06.03.06: Estado - Participação em projetos co-financiados; 06.03.07 e 06.03.09: Serviços e Fundos autónomos; 06.04: Administração Regional; 06.05: Administração Local; 06.06: Segurança Social; 06.07: Instituições sem fins lucrativos; 06.08: Famílias e 06.09: Resto do Mundo. Em relação ao agrupamento 07 (Venda de bens e serviços correntes), estão aqui incluídos os subagrupamentos 07.01: Venda de bens; 07.02: Serviços e 07.03: Rendas. Por último, do agrupamento 08 fazem parte todas as outras receitas correntes não mencionadas anteriormente.

Em relação às receitas de capital, optou-se por agrupar os diversos agrupamentos em nove grupos. Deste modo, o agrupamento 09 é relativo à venda de bens de investimento. Quanto às transferências de capital, e tal como sucedeu com a receita corrente, optou-se também por desagregar a totalidade dos fundos recebidos do OE em FGM, FCM e FBM.

No que se refere às outras transferências de capital, estão aqui incluídas as rubricas 10.01.01: Sociedades e quase-sociedades não financeiras públicas; 10.01.02: Sociedades e quase-sociedades não financeiras privadas; 10.02: Sociedades Financeiras; 10.03.01.04: Estado - cooperação técnica e financeira; 10.03.01.99: Estado – Outras;

10.03.08: Fundos e serviços autónomos; 10.04: Administração regional; 10.05: Administração Local; 10.06: Segurança Social; 10.07: Instituições sem fins lucrativos; 10.08: Famílias e 10.09: Resto do Mundo.

O grupo dos Ativos financeiros⁴⁰ corresponde ao agrupamento 11, sendo que, dos Passivos financeiros (agrupamento 12) fazem parte, essencialmente, os empréstimos contraídos (12.05: Empréstimos a curto prazo e 12.06: Empréstimos a médio e longos prazos), mas também os subagrupamentos 12.03: Títulos a médio e longo prazos e 12.07: Outros passivos financeiros. Por último, estão também incluídas as restantes receitas de capital não mencionadas anteriormente (Outras receitas de capital – subagrupamento 12).

No que se refere aos dados relativos à dimensão dos municípios, estes são também secundários, tendo sido obtidos através do sítio de internet da ANMP, bem como após análise dos resultados preliminares da última operação censitária em Portugal (Censos 2011) publicados na internet na página oficial do Instituto Nacional de Estatística (INE). Estes dados foram também complementados com a informação recolhida nas páginas de internet oficiais dos municípios algarvios aqui em estudo.

⁴⁰ Compreende, genericamente, as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, nomeadamente obrigações e acções, bem como as resultantes do reembolso do valor da amortização de empréstimos afetos aos serviços municipalizados.

CAPÍTULO V: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo apresenta-se a análise e a discussão dos resultados, tendo em conta os objetivos que levaram à realização deste trabalho, já mencionados anteriormente. Numa fase inicial proceder-se-á à análise e discussão, por anos, da receita e da despesa dos municípios algarvios, comparando os dados obtidos por município. Numa fase posterior ter-se-á em consideração a evolução ocorrida ao longo de todo o período temporal em estudo. Tal como já mencionado no capítulo relativo à metodologia, tanto a receita como a despesa está agrupada em *corrente e de capital*⁴¹, para que se tenha uma melhor perceção do tipo e dos valores associados a cada uma delas.

5.1. Caracterização geral da receita e da despesa ao longo dos anos

Em relação à generalidade do tipo de receitas (correntes, de capital e receitas próprias), para a totalidade dos dez anos em análise, são os municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Faro (por esta ordem) que mais receitas apresentaram. Relativamente às despesas efetuadas o cenário geral é idêntico, sendo que quer nas receitas quer nas despesas só estes quatro municípios representam mais de 45% do total nos municípios do Algarve. No sentido inverso estão os municípios do interior, sendo Alcoutim, Aljezur, Monchique, Vila do Bispo e Castro Marim quem, em termos gerais, menos receita consegue arrecadar.

5.1.1. Ano de 2000

No ano de 2000, as receitas correntes foram de valor superior a 212 milhões de euros, sendo as receitas próprias de quase 165 milhões de euros. Os impostos diretos cifraram-

⁴¹ Genericamente, pode dizer-se que: despesas correntes são aquelas que têm de ser efectuadas para garantir o normal funcionamento de determinada entidade; despesas de capital são as que são feitas na aquisição de bens duradouros que potenciam o aumento da capacidade produtiva (Investimentos: estradas, pontes...; reembolsos de empréstimos). As receitas correntes poderão distinguir-se genericamente das de capital pelo facto de as primeiras não alterarem a situação ativa e passiva do património duradouro de determinada entidade.

se em mais de 107 milhões de euros, sendo de realçar que, tal como já mencionado no capítulo referente à metodologia, o IMI, o IMT e o IUC são três dos impostos que estão incluídos neste grupo dos impostos diretos. Como se verá mais à frente, estes três impostos, que incidem sobre o património, têm um peso muito importante no total quer das receitas próprias quer do total das receitas dos municípios.

As transferências do OE renderam aos municípios algarvios mais de 46 milhões e meio de euros, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas. O FGM é o que mais valor representa para os cofres dos municípios, sendo que Albufeira, Faro, Lagos e Portimão não receberam qualquer transferência do FCM (Apêndice 1).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FGM representa, no total dos municípios, mais de 85,5% do total das transferências do OE. É nos municípios de Alcoutim, Monchique e Aljezur que as transferências do OE representam a maior fatia das receitas correntes, com mais de 60%, representando, no total dos municípios, quase 22% das receitas correntes (Apêndice 2).

Relativamente ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, os impostos diretos ocuparam a maior parcela das receitas próprias em praticamente todos os municípios, com um total de 65%. A exceção foi Alcoutim, em que a venda de bens e serviços representou mais de 44% das receitas próprias. No total dos municípios, as receitas próprias representaram mais de 77% face ao total das receitas correntes (Apêndice 3).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a mais de 90 milhões de euros, tendo sido Tavira o município que mais receitas arrecadou, com um valor superior a 14,5 milhões de euros, em resultado, sobretudo, dos passivos financeiros (Apêndice 4).

Relativamente aos fundos recebidos do OE, Faro foi o município que mais recebeu, com um valor superior a quatro milhões de euros, ao passo que Vila do Bispo recebeu menos de um milhão de euros. A totalidade dos municípios recebeu quase 39 milhões de euros, sendo que mais de 26 milhões e meio corresponderam ao FGM. Em termos percentuais, o FGM representou mais de 68% no total das transferências do OE dos municípios algarvios, tendo sido Vila Real de St.º António (VRSA) o município para quem este fundo teve menos peso (Apêndice 5).

Quanto às verbas comunitárias (Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados), relativas às transferências no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), foi Albufeira e VRSA quem mais recebeu dos fundos comunitários, com mais de quatro milhões cada. No total os municípios receberam mais de 23 milhões e meio de euros relativamente a projetos co-financiados, o que representa quase 26% das receitas de capital (Apêndice 6).

Em relação ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram cerca de 43%, sendo que para Portimão esse peso não chegou aos 26%. Foi para VRSA que a venda de bens de investimento teve maior peso, com quase 17%, ao contrário de Alcoutim, que foi muito pouco significativo. Os fundos comunitários representaram mais de 56% nas receitas de capital de Albufeira, enquanto que em Lagoa pouco passou dos dois por cento. Os passivos financeiros corresponderam a quase um quarto do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido para Tavira que mais importância teve, com mais de 60%.

O total das receitas próprias nos dezasseis municípios correspondeu a mais de 170 milhões de euros, representando mais de 56% do total das receitas (correntes e de capital). Mais de 115 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, representando a

grande maioria das receitas próprias. No município de Loulé estas representam mais de 77% do total das receitas; pelo contrário, Alcoutim é o município menos independente financeiramente⁴², com pouco mais de sete por cento de receitas próprias (Apêndice 7).

O total de receitas nos dezasseis municípios ascendeu a mais de 303 milhões de euros, sendo que só os municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Faro representaram mais de 45% do total das receitas, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 3.1: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2000

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	26.854.900	7.999.466	34.854.366	77,05%	22,95%	11,47%
Alcoutim	2.677.387	2.705.176	5.382.563	49,74%	50,26%	1,77%
Aljezur	3.449.412	3.387.596	6.837.008	50,45%	49,55%	2,25%
Castro Marim	4.823.805	2.201.420	7.025.224	68,66%	31,34%	2,31%
Faro	21.038.941	9.600.972	30.639.913	68,67%	31,33%	10,09%
Lagoa	15.394.694	4.201.140	19.595.834	78,56%	21,44%	6,45%
Lagos	18.851.104	3.438.179	22.289.283	84,57%	15,43%	7,34%
Loulé	39.821.111	4.063.173	43.884.284	90,74%	9,26%	14,45%
Monchique	3.598.104	7.001.741	10.599.844	33,94%	66,06%	3,49%
Olhão	10.010.315	4.441.172	14.451.487	69,27%	30,73%	4,76%
Portimão	23.425.325	9.390.449	32.815.774	71,38%	28,62%	10,80%
S. Brás de Alportel	3.959.478	3.387.172	7.346.650	53,90%	46,10%	2,42%
Silves	12.878.084	5.061.183	17.939.266	71,79%	28,21%	5,91%
Tavira	12.292.739	14.561.761	26.854.501	45,78%	54,22%	8,84%
Vila do Bispo	4.425.120	1.492.289	5.917.409	74,78%	25,22%	1,95%
Vila Real de S.to António	9.482.048	7.829.551	17.311.599	54,77%	45,23%	5,70%
TOTAL	212.982.567	90.762.438	303.745.005	70,12%	29,88%	100,00%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

O total das receitas correntes nos municípios algarvios quase atingiu os 213 milhões de euros, o que equivale a cerca de 70% do total das receitas. Na esmagadora maioria dos municípios às receitas correntes correspondeu o maior peso no total das receitas, sendo a exceção os municípios de Monchique, Alcoutim e Tavira. No que se refere à despesa, as despesas com pessoal ocuparam mais de 80 milhões e meio de euros num total de quase 168 milhões de euros, valor que correspondeu ao total da despesa corrente nos

⁴² A independência financeira resulta do rácio entre as receitas próprias e o total das receitas, tal como se poderá verificar no Apêndice 7.

municípios algarvios. Em aquisição de bens e serviços foram gastos mais de 66 milhões e meio de euros, cifrando-se os encargos financeiros em mais de um milhão e oitocentos mil euros (Apêndice 8).

No total dos municípios, as despesas com pessoal quase atingiram 50% do valor total das despesas correntes, sendo que para a maioria dos municípios os maiores gastos foram efetuados com pessoal. As exceções foram Castro Marim e Portimão, em que o maior peso correspondeu a aquisição de bens e serviços. Monchique foi o município que mais gastou, em termos percentuais, com pessoal, com mais de 65% de despesa; pelo contrário, Castro Marim foi quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal, sendo o município que mais despendeu em aquisição de bens e serviços. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso muito residual no total das despesas (Apêndice 9).

Em relação às despesas de capital, estas corresponderam a quase 139 milhões de euros, sendo as despesas de investimento mais de 117 milhões de euros. Destas, foi em água e saneamento e em comunicações e transportes que a totalidade dos municípios mais investiu, com mais de 23 milhões de euros em cada um destes grupos (Apêndice 10). O investimento em habitação teve um peso de mais de 17% no total dos municípios, investindo Lagos em habitação mais de 85% do total do investimento que efetuou.

Em equipamento escolar e social foi Portimão para quem este grupo teve mais peso no investimento, correspondendo a mais de 45%. Mais de metade das despesas de investimento de Albufeira foram para água e saneamento, ao passo que em comunicações e transportes foi S. Brás de Alportel quem mais investiu, com quase 80% das despesas de investimento neste grupo. Os grupos instalações desportivas e de lazer, outros edifícios e equipamento e *software* informático tiveram, no geral, pouco peso no total dos muni-

cípios (Apêndice 11). Ainda assim, mais de 20% das despesas de investimento do município de Olhão corresponderam a equipamento e *software* informático.

O investimento ocupou, no total dos municípios, praticamente 85% das despesas de capital, com percentagens superiores a 66% na sua totalidade. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros tiveram um peso reduzido no total das despesas de capital na maioria dos municípios. Ainda assim, quase 30% das despesas de capital de Loulé foram relativas a transferências de capital. Quanto aos passivos financeiros, estes tiveram um peso bastante significativo no município de Monchique, com uma percentagem superior a 23% (Apêndice 12).

Em relação ao serviço da dívida⁴³, esta representou, no total dos municípios, e face às despesas totais, quase três por cento, com um valor aproximado de nove milhões de euros. Foi para o município de Monchique que o serviço da dívida teve maior peso, representando mais de 17% no total das despesas efetuadas. Pelo contrário, foi para Castro Marim que menos representou o serviço da dívida (Apêndice 13).

Quanto ao total das despesas, os 16 municípios gastaram mais de 306 milhões de euros, mantendo-se, nas despesas efetuadas, o mesmo padrão que se verificou na receita em relação aos municípios com valores mais elevados. Quer isto dizer que só os municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Faro representaram mais de 47% do total das despesas. Em termos percentuais, e na totalidade dos municípios, as despesas de capital, face às correntes, representaram mais de 45% em relação ao total da despesa, tendo sido em Monchique que este rácio foi maior, ultrapassando os 73%. Foi apenas nos municípios de S. Brás de Alportel, Tavira, VRSA e Aljezur que as despesas de capital representa-

⁴³ O serviço da dívida corresponde à totalidade dos pagamentos de juros e reembolso de capital num determinado período. Este indicador é importante para medir, nomeadamente, o risco e a rentabilidade de uma entidade. Quanto maior for o serviço da dívida, maior é o risco, pois as taxas de juro cobradas pelos bancos aumentam com o aumento do risco.

ram uma percentagem superior face às correntes, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.2: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2000

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	20.230.763,86	19.066.355	39.297.119	51,48%	48,52%	12,83%
Alcoutim	3.072.634,95	2.250.317	5.322.952	57,72%	42,28%	1,74%
Aljezur	3.413.787,77	3.423.045	6.836.833	49,93%	50,07%	2,23%
Castro Marim	3.828.632,99	3.303.833	7.132.466	53,68%	46,32%	2,33%
Faro	15.843.277,70	14.949.557	30.792.834	51,45%	48,55%	10,05%
Lagoa	10.045.944,27	7.802.541	17.848.485	56,28%	43,72%	5,83%
Lagos	13.354.006,84	8.958.430	22.312.437	59,85%	40,15%	7,28%
Loulé	29.374.013,63	15.124.630	44.498.643	66,01%	33,99%	14,53%
Monchique	2.791.188,24	7.832.159	10.623.348	26,27%	73,73%	3,47%
Olhão	10.267.480,37	4.182.241	14.449.721	71,06%	28,94%	4,72%
Portimão	18.241.867,10	13.690.840	31.932.707	57,13%	42,87%	10,42%
S. Brás de Alportel	3.657.261,00	3.975.499	7.632.760	47,92%	52,08%	2,49%
Silves	10.469.169,30	7.454.096	17.923.265	58,41%	41,59%	5,85%
Tavira	11.202.826,19	15.696.077	26.898.904	41,65%	58,35%	8,78%
Vila do Bispo	3.175.517,00	2.183.383	5.358.900	59,26%	40,74%	1,75%
Vila Real de S.to António	8.690.411,11	8.805.025	17.495.436	49,67%	50,33%	5,71%
TOTAL	167.658.782,33	138.698.027,75	306.356.810,09	54,73%	45,27%	100,00%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

5.1.2. Ano de 2001

Neste ano, as receitas correntes ultrapassaram o valor de 233 milhões de euros, com um acréscimo superior a 20 milhões de euros face ao ano anterior. As receitas próprias quase atingiram 180 milhões de euros, um valor superior em cerca de 15 milhões de euros em relação a 2000. Os impostos diretos cifraram-se em mais de 113 milhões de euros, enquanto que as transferências do OE renderam aos municípios algarvios mais de 48 milhões e meio de euros, um valor superior de cerca de dois milhões de euros face ao ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas.

O FGM é o que mais valor representa para os cofres dos municípios, com um valor recebido de quase 38 milhões e meio de euros. À semelhança de 2000, também neste ano Albufeira, Faro, Lagos e Portimão não receberam qualquer transferência do FCM

(Apêndice 14). No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FGM representou, no total dos municípios, quase 79% do total das transferências do OE. Continua a ser nos municípios de Alcoutim, Monchique e Aljezur que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes, com mais de 55%, representando, no total dos municípios, quase 21% das receitas correntes (Apêndice 15).

No que se refere ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, os impostos diretos ocuparam a maior parcela das receitas próprias em praticamente todos os municípios, com um total superior a 63%. A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso superior a 21% no total dos municípios, sendo que em VRSA representou mais de 40%. No total dos municípios, as receitas próprias representaram quase 77% do total das receitas correntes (Apêndice 16).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a mais de 127 milhões de euros, um acréscimo de cerca de 37 milhões face ao ano anterior, tendo sido Loulé o município que mais receitas arrecadou, com um valor superior a 17 milhões de euros, muito por força dos passivos financeiros e das verbas comunitárias, que se cifraram em mais de seis milhões de euros em ambos os casos (Apêndice 17).

Relativamente aos fundos recebidos do OE, Loulé foi o município que mais recebeu, com um valor superior a três milhões e setecentos mil de euros, ao passo que Vila do Bispo recebeu pouco mais de um milhão de euros. A totalidade dos municípios recebeu quase 32 milhões e meio de euros, cerca de seis milhões e meio de euros a menos do que no ano anterior, sendo que mais de 25 milhões e meio corresponderam ao FGM. Em termos percentuais, o FGM representou quase 79% no total das transferências do OE

dos municípios algarvios, tendo sido Olhão o município para quem este fundo teve menos peso (Apêndice 18).

Quanto às verbas comunitárias, foi Albufeira e Loulé quem mais recebeu dos fundos comunitários, com mais de seis milhões cada. No total os municípios receberam mais de 46 milhões e meio de euros relativamente a projetos co-financiados, cerca do dobro do valor recebido no ano anterior, o que representa quase 37% das receitas de capital (Apêndice 19).

Em relação ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram pouco mais de 25%, se bem que para Loulé esse peso ultrapassasse os 91%. Foi para VRSA que a venda de bens de investimento teve maior peso, apesar de, em termos gerais, ter sido muito pouco significativo. Os fundos comunitários representaram mais de 67% nas receitas de capital de VRSA, enquanto que em Silves não atingiu sequer os 14%. Os passivos financeiros corresponderam a mais de um quarto do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido para VRSA que mais importância teve, com mais de 67%.

O total das receitas próprias nos dezasseis municípios correspondeu a mais de 183 milhões de euros, um acréscimo de cerca de 13 milhões em relação ao ano anterior, representando quase 51% do total das receitas (correntes e de capital). Mais de 123 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, representando a grande maioria das receitas próprias.

No município de Lagoa estas representam mais de 70% do total das receitas; pelo contrário, Alcoutim foi novamente o município menos independente financeiramente, com pouco mais de seis por cento de receitas próprias (Apêndice 20). O total de receitas nos

dezasseis municípios ascendeu a mais de 361 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de cerca de 58 milhões face a 2000, sendo que só os municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Faro representaram quase 50% do total das receitas, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.3: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2001

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	27.380.962	11.780.080	39.161.042	69,92%	30,08%	10,85%
Alcoutim	3.138.047	4.179.792	7.317.839	42,88%	57,12%	2,03%
Aljezur	4.250.486	3.151.370	7.401.857	57,42%	42,58%	2,05%
Castro Marim	5.697.314	3.108.538	8.805.853	64,70%	35,30%	2,44%
Faro	22.575.922	14.201.150	36.777.072	61,39%	38,61%	10,19%
Lagoa	16.771.122	3.223.442	19.994.563	83,88%	16,12%	5,54%
Lagos	20.610.803	10.177.203	30.788.006	66,94%	33,06%	8,53%
Loulé	44.745.513	17.190.311	61.935.825	72,24%	27,76%	17,16%
Monchique	4.317.280	5.822.692	10.139.973	42,58%	57,42%	2,81%
Olhão	11.855.728	9.231.198	21.086.926	56,22%	43,78%	5,84%
Portimão	23.220.898	13.968.281	37.189.179	62,44%	37,56%	10,30%
S. Brás de Alportel	4.448.644	3.816.392	8.265.036	53,82%	46,18%	2,29%
Silves	15.305.135	5.293.303	20.598.438	74,30%	25,70%	5,71%
Tavira	13.530.008	12.340.185	25.870.193	52,30%	47,70%	7,17%
Vila do Bispo	3.950.779	2.512.116	6.462.894	61,13%	38,87%	1,79%
Vila Real de S.to António	11.836.010	7.390.050	19.226.060	61,56%	38,44%	5,33%
TOTAL	233.634.650	127.386.104	361.020.755	64,72%	35,28%	100,00%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

O total das receitas correntes nos municípios algarvios quase atingiu os 234 milhões de euros, o que equivale a cerca de 65% do total das receitas. Na esmagadora maioria dos municípios às receitas correntes correspondeu o maior peso no total das receitas, sendo a exceção os municípios de Alcoutim e Monchique.

No que se refere à despesa, as despesas com pessoal ocuparam quase 91 milhões e meio de euros num total de quase 197 milhões de euros, valor que correspondeu ao total da despesa corrente nos municípios algarvios, o que significa mais 11 milhões em relação ao ano anterior. Em aquisição de bens e serviços foram gastos mais de 80 milhões de

euros, cifrando-se os encargos financeiros em mais de dois milhões e oitocentos mil euros (Apêndice 21).

No total dos municípios, as despesas com pessoal ultrapassaram 46% do valor total das despesas correntes, sendo que para a maioria dos municípios os maiores gastos foram efetuados com pessoal. As exceções foram Castro Marim, Loulé, Portimão e VRSA, em que o maior peso correspondeu a aquisição de bens e serviços. Monchique foi o município que mais gastou, em termos percentuais, com pessoal, com mais de 64% de despesa, valor muito semelhante a 2000; pelo contrário, Castro Marim foi novamente quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal, sendo também o município que mais despendeu em aquisição de bens e serviços. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso muito residual no total das despesas (Apêndice 22).

Em relação às despesas de capital, estas corresponderam a mais de 173 milhões de euros, um aumento de mais de 23 milhões face a 2000, sendo as despesas de investimento mais de 147 milhões de euros. Destas, foi em água e saneamento e em comunicações e transportes que a totalidade dos municípios mais investiu, com cerca de 20 milhões de euros em cada um destes grupos (Apêndice 23). O investimento em habitação teve um peso de pouco mais de 7% no total dos municípios, investindo Tavira em habitação mais de 26% do total do investimento que efetuou.

Em equipamento escolar e social foi Loulé para quem este grupo teve mais peso no investimento, correspondendo a mais de 31%. Albufeira continuou a reforçar o sector de água e saneamento, sendo que mais de 55% das despesas de investimento que efetuou foram para este grupo, ao passo que em comunicações e transportes foi Vila do Bispo quem mais investiu, com mais de 60% das despesas de investimento neste grupo.

Os grupos instalações desportivas e de lazer, outros edifícios e equipamento e *software* informático tiveram, no geral, pouco peso no total dos municípios (Apêndice 24). Mais de 36% das despesas de investimento, no total dos municípios, corresponde a outros investimentos, tendo um peso muito significativo.

O investimento ocupou, no total dos municípios, um pouco mais de 85% das despesas de capital, com percentagens superiores a 67% na sua totalidade. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros tiveram um peso reduzido no total das despesas de capital na maioria dos municípios. Ainda assim, quase 30% das despesas de capital de Faro foram relativas a transferências de capital (Apêndice 25).

Em relação ao serviço da dívida, esta representou, no total dos municípios, face às despesas totais e à semelhança de 2000, quase três por cento, com um valor aproximado de onze milhões de euros. Foi para o município de Portimão que o serviço da dívida teve maior peso, representando quase sete por cento no total das despesas efetuadas, ultrapassando dois milhões e meio de euros. Foi para Castro Marim que menos representou o serviço da dívida, com pouco mais de quatro mil euros (Apêndice 26).

Quanto ao total das despesas, os 16 municípios gastaram mais de 370 milhões de euros, mais 64 milhões em relação a 2000, mantendo-se, nas despesas efetuadas, o mesmo padrão que se verificou no ano anterior. Isto significa que só os municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Faro tiveram um peso superior a 48% do total das despesas.

Em termos percentuais, e na totalidade dos municípios, as despesas de capital, face às correntes, representaram quase 47% em relação ao total da despesa, tendo sido em Monchique que este rácio foi maior, quase atingindo os 70%. Para além deste caso, foi

apenas nos municípios de Castro Marim, Tavira, Alcoutim e S. Brás de Alportel que as despesas de capital representaram uma percentagem superior face às correntes, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.4: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2001

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	22.046.073,96	21.235.358	43.281.432	50,94%	49,06%	11,68%
Alcoutim	3.610.463,78	3.760.777	7.371.240	48,98%	51,02%	1,99%
Aljezur	3.826.667,73	3.566.799	7.393.467	51,76%	48,24%	2,00%
Castro Marim	4.578.231,46	6.907.588	11.485.819	39,86%	60,14%	3,10%
Faro	19.259.534,52	18.418.561	37.678.096	51,12%	48,88%	10,17%
Lagoa	12.914.156,88	8.855.523	21.769.680	59,32%	40,68%	5,88%
Lagos	16.783.082,77	15.270.972	32.054.055	52,36%	47,64%	8,65%
Loulé	35.582.855,32	25.450.474	61.033.330	58,30%	41,70%	16,48%
Monchique	3.060.324,62	7.076.321	10.136.646	30,19%	69,81%	2,74%
Olhão	11.616.653,86	9.414.172	21.030.826	55,24%	44,76%	5,68%
Portimão	20.930.851,65	17.216.493	38.147.345	54,87%	45,13%	10,30%
S. Brás de Alportel	3.924.965,83	3.965.388	7.890.354	49,74%	50,26%	2,13%
Silves	12.675.935,99	6.921.524	19.597.460	64,68%	35,32%	5,29%
Tavira	12.117.397,07	13.789.542	25.906.939	46,77%	53,23%	6,99%
Vila do Bispo	3.779.955,31	3.411.493	7.191.449	52,56%	47,44%	1,94%
Vila Real de S.to António	9.884.288,86	8.595.615	18.479.903	53,49%	46,51%	4,99%
TOTAL	196.591.439,63	173.856.600,59	370.448.040,22	53,07%	46,93%	100,00%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

5.1.3. Ano de 2002

As receitas correntes ultrapassaram, neste ano, o valor de 233 milhões de euros, com um acréscimo superior a 28 milhões de euros face ao ano anterior. As receitas próprias ultrapassaram os 202 milhões de euros, um valor superior em cerca de 22 milhões em relação a 2001. Os impostos diretos cifraram-se em mais de 130 milhões de euros, enquanto que as transferências do OE renderam aos municípios algarvios mais de 56 milhões e meio de euros, um valor superior de cerca de oito milhões de euros face ao ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas. O FGM é o que mais valor representa para os cofres dos municípios, com um valor rece-

bido superior a 41 milhões de euros. À semelhança dos anos anteriores, Albufeira, Faro, Lagos e Portimão não receberam qualquer transferência do FCM (Apêndice 27).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FGM representou, no total dos municípios, cerca de 73% do total das transferências do OE. Continua a ser nos municípios de Alcoutim, Monchique e Aljezur que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes, com mais de 60%, representando, no total dos municípios, mais de 21% das receitas correntes (Apêndice 28).

Relativamente ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, os impostos diretos ocuparam a maior parcela das receitas próprias em praticamente todos os municípios, com um total superior a 64,5%. A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso superior a 21% no total dos municípios, sendo que em Alcoutim representou mais de 54%. No total dos municípios, as receitas próprias representaram mais de 77,5% do total das receitas correntes (Apêndice 29).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a pouco mais de 110 milhões de euros, uma diminuição de cerca de 20 milhões face ao ano anterior, tendo sido Albufeira o município que mais receitas arrecadou, com um valor superior a 15 milhões de euros, sobretudo pelo valor dos passivos financeiros, que se cifraram em mais de dez milhões de euros (Apêndice 30). Relativamente aos fundos recebidos do OE, Loulé foi o município que mais recebeu, com um valor superior a quatro milhões de euros, ao passo que S. Brás de Alportel recebeu pouco mais de um milhão e duzentos mil euros.

A totalidade dos municípios recebeu quase 36 milhões de euros, cerca de quatro milhões a mais do que no ano anterior, sendo que mais de 27 milhões corresponderam

ao FGM. Em termos percentuais, o FGM representou mais de 76% do total das transferências do OE dos municípios algarvios, tendo sido Olhão o município para quem este fundo teve menos peso, com pouco mais de 50% (Apêndice 31).

Quanto às verbas comunitárias, foi Monchique e VRSA quem mais recebeu dos fundos comunitários, com mais de três milhões cada. No total os municípios receberam mais de 24 milhões e meio de euros relativamente a projetos co-financiados, menos 22 milhões do valor recebido no ano anterior, o que representa, no total, mais de 22% das receitas de capital (Apêndice 32).

Em relação ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram mais de 32,5%, se bem que para Lagoa esse peso quase atingiu os 60%. Foi para VRSA que a venda de bens de investimento teve maior peso, apesar de, em termos gerais, ter sido muito pouco significativo. Os fundos comunitários representaram mais de 50% nas receitas de capital de VRSA, enquanto que em Portimão não atingiu sequer os 7%. Os passivos financeiros corresponderam a mais de um terço do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido para Albufeira que mais importância teve, com quase 69%.

O total das receitas próprias nos dezasseis municípios correspondeu a mais de 205 milhões de euros, um acréscimo de cerca de 22 milhões em relação ao ano anterior, representando mais de 55% do total das receitas (correntes e de capital). Mais de 141 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, representando a grande maioria das receitas próprias. No município de Portimão estas representam mais de 72% do total das receitas; pelo contrário, Alcoutim continuou a ser o município menos independente financeiramente, com menos de sete por cento de receitas próprias (Apêndice 33).

O total de receitas nos dezasseis municípios ascendeu a mais de 371 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de cerca de 10 milhões face ao ano anterior. Só o conjunto dos quatro municípios com mais receitas (Loulé, Albufeira, Portimão e Faro) representou mais de 47% do total das receitas, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.5: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2002

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	29.585.608	15.238.236	44.823.844	66,00%	34,00%	12,07%
Alcoutim	3.542.161	3.654.287	7.196.448	49,22%	50,78%	1,94%
Aljezur	4.738.488	4.930.366	9.668.854	49,01%	50,99%	2,60%
Castro Marim	5.969.321	3.927.107	9.896.428	60,32%	39,68%	2,66%
Faro	23.257.113	11.685.116	34.942.229	66,56%	33,44%	9,41%
Lagoa	18.489.789	3.199.771	21.689.560	85,25%	14,75%	5,84%
Lagos	22.912.764	5.001.643	27.914.407	82,08%	17,92%	7,52%
Loulé	51.858.748	14.107.754	65.966.503	78,61%	21,39%	17,76%
Monchique	4.700.088	7.485.218	12.185.306	38,57%	61,43%	3,28%
Olhão	13.118.137	8.381.040	21.499.177	61,02%	38,98%	5,79%
Portimão	26.039.864	4.458.450	30.498.314	85,38%	14,62%	8,21%
S. Brás de Alportel	4.865.105	2.649.633	7.514.738	64,74%	35,26%	2,02%
Silves	17.560.190	8.594.053	26.154.243	67,14%	32,86%	7,04%
Tavira	17.656.083	7.860.702	25.516.785	69,19%	30,81%	6,87%
Vila do Bispo	5.236.823	2.554.566	7.791.389	67,21%	32,79%	2,10%
Vila Real de S.to António	11.799.110	6.341.937	18.141.047	65,04%	34,96%	4,88%
TOTAL	261.329.393	110.069.881	371.399.274	70,36%	29,64%	100,00%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

O total das receitas correntes nos municípios algarvios ultrapassou os 261 milhões de euros, o que equivale a mais de 70% do total das receitas. Na esmagadora maioria dos municípios às receitas correntes correspondeu o maior peso no total das receitas, sendo a exceção os municípios de Monchique, Alcoutim e Aljezur.

No que se refere à despesa, as despesas com pessoal ocuparam mais de 99 milhões e meio de euros num total de mais de 220 milhões de euros, valor que correspondeu ao total da despesa corrente nos municípios algarvios, o que significa mais 8 milhões em relação ao ano anterior. Em aquisição de bens e serviços foram gastos mais de 94

milhões e meio de euros, cifrando-se os encargos financeiros em mais de três milhões e setecentos mil euros (Apêndice 34).

No total dos municípios, as despesas com pessoal ultrapassaram 45% do valor total das despesas correntes, sendo que para a maioria dos municípios os maiores gastos foram efetuados com pessoal. As exceções foram Albufeira, Castro Marim, Lagoa, Loulé, Portimão e Tavira, em que o maior peso correspondeu a aquisição de bens e serviços. Monchique continuou a ser o município que mais gastou, em termos percentuais, com pessoal, com mais de 61% da despesa; pelo contrário, Castro Marim foi novamente quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal. Loulé foi o município que mais dependeu em aquisição de bens e serviços, com mais de 50% do total da despesa neste grupo. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso pouco significativo no total das despesas (Apêndice 35).

Em relação às despesas de capital, estas corresponderam a mais de 150 milhões de euros, menos 23 milhões do que em 2001, sendo as despesas de investimento de mais de 122 milhões de euros. Destas, foi em água e saneamento e em comunicações e transportes (sobretudo nesta última) que a totalidade dos municípios mais investiu, com mais de 40 milhões investidos em comunicações e transportes (Apêndice 36). O investimento em habitação teve um peso de pouco mais de 2% no total dos municípios, investindo Tavira em habitação mais de 20% do total do investimento que efetuou.

Em equipamento escolar e social foi S. Brás de Alportel e Olhão para quem este grupo teve mais peso no investimento, correspondendo quase 20%. Alcoutim investiu em 2002 mais de 40% das suas despesas de investimento no sector de água e saneamento, ao passo que em comunicações e transportes, tal como em 2001, foi Vila do Bispo quem mais investiu, com mais de 73% das despesas de investimento neste grupo. Os grupos

instalações desportivas e de lazer, outros edifícios e equipamento e *software* informático tiveram, no geral, pouco peso no total dos municípios. Ainda assim, Silves investiu mais de 30% em instalações desportivas e de lazer (Apêndice 37).

O investimento ocupou, no total dos municípios, um mais de 81% das despesas de capital, sendo que, para a maioria deles, ultrapassou os 80%. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros tiveram um peso reduzido no total das despesas de capital na maioria dos municípios. Ainda assim, mais de 30% das despesas de capital de Faro e Loulé foram relativas a transferências de capital (Apêndice 38).

Em relação ao serviço da dívida, e face ao ano anterior, esta manteve-se, tendo representado, no total dos municípios, face às despesas totais, três por cento, com um valor aproximado de onze milhões de euros. Foi para o município de Tavira que o serviço da dívida teve maior peso, representando mais de seis por cento no total das despesas efetuadas, ultrapassando um milhão e meio de euros. Foi para Castro Marim que menos representou o serviço da dívida, com pouco mais de 19 mil euros (Apêndice 39).

Quanto ao total das despesas, os 16 municípios gastaram quase de 371 milhões de euros, um valor semelhante a 2001, mantendo-se o mesmo padrão que se verificou nos anos anteriores. Os municípios com mais receitas são também os que mais gastam, pelo que só os municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Faro tiveram um peso de cerca de 47% do total das despesas. Em termos percentuais, e na totalidade dos municípios, as despesas de capital, face às correntes, representaram cerca de 40% em relação ao total da despesa, tendo sido novamente em Monchique que este rácio foi maior, com mais de 73%. No município de Aljezur as despesas de capital representaram também uma percentagem superior em relação às correntes, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.6: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2002

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	28.065.404,53	16.913.057	44.978.462	62,40%	37,60%	12,13%
Alcoutim	3.455.595,37	3.323.341	6.778.937	50,98%	49,02%	1,83%
Aljezur	4.324.254,16	5.303.851	9.628.105	44,91%	55,09%	2,60%
Castro Marim	5.642.622,85	4.413.317	10.055.939	56,11%	43,89%	2,71%
Faro	17.138.518,09	15.712.091	32.850.609	52,17%	47,83%	8,86%
Lagoa	14.819.490,06	6.782.117	21.601.607	68,60%	31,40%	5,82%
Lagos	18.692.905,00	10.452.534	29.145.439	64,14%	35,86%	7,86%
Loulé	42.042.129,88	25.553.101	67.595.231	62,20%	37,80%	18,23%
Monchique	3.318.266,28	9.333.326	12.651.592	26,23%	73,77%	3,41%
Olhão	11.746.149,52	8.765.850	20.511.999	57,26%	42,74%	5,53%
Portimão	22.161.423,30	8.227.385	30.388.808	72,93%	27,07%	8,19%
S. Brás de Alportel	4.457.957,39	2.581.951	7.039.908	63,32%	36,68%	1,90%
Silves	13.945.087,32	11.808.773	25.753.860	54,15%	45,85%	6,94%
Tavira	15.140.786,87	10.151.028	25.291.815	59,86%	40,14%	6,82%
Vila do Bispo	4.603.352,84	3.058.688	7.662.041	60,08%	39,92%	2,07%
Vila Real de S.to António	10.874.998,46	8.079.922	18.954.920	57,37%	42,63%	5,11%
TOTAL	220.428.941,92	150.460.332,41	370.889.274,33	59,43%	40,57%	100,00%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

5.1.4. Ano de 2003

As receitas correntes ultrapassaram, neste ano, o valor de 293 milhões de euros, mais 60 milhões em relação ao ano anterior. As receitas próprias foram superiores a 230 milhões de euros, um valor superior em cerca de 28 milhões em relação a 2002. Os impostos diretos foram para além de 148 milhões de euros, ao passo que as transferências do OE renderam aos municípios algarvios mais de 55 milhões e meio de euros, um valor ligeiramente abaixo do verificado no ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas. O FGM é o que mais valor representa para os cofres dos municípios, com um valor recebido superior a 41 milhões de euros, idêntico ao do ano anterior. O FCM não teve, à semelhança dos anos anteriores, qualquer peso para quatro municípios (Apêndice 40).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FGM representou, no total dos municípios, cerca de 75% do total das transferências do OE. Continua a ser nos municí-

pios de Alcoutim, Monchique e Aljezur que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes, com mais de 55%, representando, no total dos municípios, quase 19% das receitas correntes (Apêndice 41).

Relativamente ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, os impostos diretos ocuparam a maior parcela das receitas próprias em praticamente todos os municípios, com um total superior a 64%, idêntico ao do ano anterior. A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso superior a 22% no total dos municípios, sendo que em Alcoutim representou mais de 54%. No total dos municípios, as receitas próprias representaram quase 79% do total das receitas correntes (Apêndice 42).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a quase 111 milhões de euros, um valor muito idêntico ao do ano anterior, tendo sido Loulé o município que mais receitas arrecadou, com um valor de quase 15 milhões de euros, tendo os passivos financeiros contribuído para este resultado, que se cifraram em mais de seis milhões de euros (Apêndice 43).

Relativamente aos fundos recebidos do OE, Loulé foi o município que mais recebeu, com um valor superior a quatro milhões de euros, idêntico ao do ano anterior; pelo contrário, S. Brás de Alportel recebeu pouco mais de um milhão e trezentos mil euros. A totalidade dos municípios recebeu mais de 37 milhões de euros, valor muito semelhante ao do ano anterior; tal como em 2002, mais de 27 milhões corresponderam ao FGM. Em termos percentuais, o FGM representou quase 75% do total das transferências do OE dos municípios algarvios, tendo sido Olhão o município para quem este fundo teve menos peso, com pouco mais de 50% (Apêndice 44).

Quanto às verbas comunitárias, foi Portimão e VRSA quem mais recebeu dos fundos comunitários, com mais de quatro milhões cada. No total os municípios receberam quase 31 milhões e meio de euros relativamente a financiamento europeu, mais sete milhões face ao valor recebido no ano anterior, o que representa, no total, mais de 28% das receitas de capital (Apêndice 45).

Em relação ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram mais de 33%, se bem que para Castro Marim esse peso quase atingiu os 69%. Foi para Albufeira que a venda de bens de investimento teve maior peso, apesar de, em termos gerais, ter sido muito pouco significativo. Os fundos comunitários representaram quase 70% das receitas de capital de VRSA, ao passo que para Alcoutim e Loulé estes fundos não tiveram qualquer peso. Os passivos financeiros corresponderam a mais de 25% do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido para Faro que mais importância teve, com quase 50%.

O total das receitas próprias nos dezasseis municípios correspondeu a mais de 205 milhões de euros, um acréscimo de cerca de 22 milhões em relação ao ano anterior, representando mais de 55% do total das receitas (correntes e de capital). Mais de 141 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, representando a grande maioria das receitas próprias. No município de Portimão estas representam mais de 72% do total das receitas; pelo contrário, Alcoutim continuou a ser o município menos independente financeiramente, com menos de sete por cento de receitas próprias (Apêndice 46).

O total de receitas nos dezasseis municípios ultrapassou os 403 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de cerca de 32 milhões face ao ano anterior. Os quatro municípios com mais receitas detêm mais de 47% do total, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.7: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2003

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	37.140.308	10.652.773	47.793.081	77,71%	22,29%	11,83%
Alcoutim	3.750.741	3.453.110	7.203.851	52,07%	47,93%	1,78%
Aljezur	5.133.422	5.074.269	10.207.690	50,29%	49,71%	2,53%
Castro Marim	6.528.050	2.578.010	9.106.060	71,69%	28,31%	2,25%
Faro	25.492.858	9.634.028	35.126.886	72,57%	27,43%	8,70%
Lagoa	22.487.965	5.317.362	27.805.328	80,88%	19,12%	6,88%
Lagos	28.134.345	6.214.705	34.349.050	81,91%	18,09%	8,50%
Loulé	59.156.825	14.734.056	73.890.881	80,06%	19,94%	18,30%
Monchique	4.887.235	8.308.053	13.195.289	37,04%	62,96%	3,27%
Olhão	14.121.692	6.515.716	20.637.409	68,43%	31,57%	5,11%
Portimão	24.157.061	9.763.033	33.920.094	71,22%	28,78%	8,40%
S. Brás de Alportel	5.049.672	2.574.765	7.624.437	66,23%	33,77%	1,89%
Silves	20.389.369	7.216.674	27.606.043	73,86%	26,14%	6,84%
Tavira	17.458.300	8.649.823	26.108.123	66,87%	33,13%	6,46%
Vila do Bispo	5.687.300	3.675.546	9.362.846	60,74%	39,26%	2,32%
Vila Real de S.to António	13.469.419	6.478.627	19.948.046	67,52%	32,48%	4,94%
TOTAL	293.044.563	110.840.552	403.885.115	72,56%	27,44%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

O total das receitas correntes nos municípios algarvios ultrapassou os 293 milhões de euros, o que equivale a mais de 72,5% do total das receitas. Na esmagadora maioria dos municípios o maior peso no total das receitas correspondeu às receitas correntes, sendo a exceção o município de Monchique, com quase 63% de receitas de capital.

No que se refere à despesa, as despesas com pessoal ocuparam mais de 108 milhões de euros num total de mais de 239 milhões de euros, valor que correspondeu ao total da despesa corrente nos municípios algarvios, o que significa mais 9 milhões em relação ao ano anterior. Em aquisição de bens e serviços foram gastos quase 102 milhões de euros, cifrando-se os encargos financeiros em quase cinco milhões de euros (Apêndice 47).

No total dos municípios, as despesas com pessoal ultrapassaram 45% do valor total das despesas correntes, sendo que para a maioria dos municípios os maiores gastos foram efetuados com pessoal. As exceções foram Albufeira, Castro Marim, Lagoa, Lagos e

Loulé, em que o maior peso correspondeu a aquisição de bens e serviços. Monchique continuou a ser o município que mais gastou com pessoal, em termos percentuais, com mais de 63%; pelo contrário, Castro Marim foi novamente quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal. Castro Marim foi o município que mais despendeu em aquisição de bens e serviços, com quase 50% do total da despesa neste grupo. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso pouco significativo no total das despesas (Apêndice 48).

Em relação às despesas de capital, estas corresponderam a mais de 163 milhões de euros, mais 13 milhões do que em 2002, sendo as despesas de investimento de mais de 126 milhões de euros. Destas, foi em comunicações e transportes que a totalidade dos municípios mais investiu, com mais de 36 milhões investidos neste grupo (Apêndice 49). O investimento em habitação teve um peso de pouco mais de 4% no total dos municípios, sendo Vila do Bispo quem mais investiu em habitação, com mais de 22% do total do investimento que efetuou, tendo também Aljezur um valor semelhante.

Em equipamento escolar e social foi novamente S. Brás de Alportel quem mais investiu, correspondendo a quase 30%. VRSA investiu em 2003 mais de 47% das suas despesas de investimento no sector de água e saneamento, ao passo que em comunicações e transportes, foi Vila do Bispo e Portimão quem mais investiu, com quase 55% das despesas de investimento neste grupo. Os grupos instalações desportivas e de lazer, outros edifícios e equipamento e *software* informático tiveram, no geral, pouco peso no total dos municípios. Ainda assim, VRSA investiu mais de 35% em instalações desportivas e de lazer (Apêndice 50).

O investimento ocupou, no total dos municípios, mais de 77% das despesas de capital, sendo que, em muitos deles, ultrapassou os 80%. Faro foi o município para quem as

despesas de investimento menos peso tiveram, com menos de 40%. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros tiveram um peso reduzido no total das despesas de capital na maioria dos municípios. Ainda assim, mais de 50% das despesas de capital de Faro foram relativas a transferências de capital (Apêndice 51).

Em relação ao serviço da dívida, e face ao ano anterior, esta subiu ligeiramente, tendo representado, no total dos municípios, face às despesas totais, pouco mais de três por cento, com um valor aproximado de 13 milhões de euros. Foi para o município de Tavira que o serviço da dívida teve maior peso, representando quase seis por cento no total das despesas efetuadas. Castro Marim foi para quem o serviço da dívida menos representou, com menos de 90 mil euros (Apêndice 52). Quanto ao total das despesas, os 16 municípios despenderam acima de 402 milhões de euros, mais 31 milhões em relação a 2002, mantendo-se o mesmo padrão que se verificou nos anos anteriores no que se refere aos municípios mais gastadores. O total das despesas é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 5.8: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2003

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	32.558.234,54	15.479.610	48.037.845	67,78%	32,22%	11,93%
Alcoutim	3.781.416,64	3.384.962	7.166.379	52,77%	47,23%	1,78%
Aljezur	4.533.598,88	5.383.539	9.917.138	45,71%	54,29%	2,46%
Castro Marim	5.761.860,71	3.343.902	9.105.763	63,28%	36,72%	2,26%
Faro	22.308.868,40	12.615.347	34.924.215	63,88%	36,12%	8,67%
Lagoa	15.456.359,27	12.463.333	27.919.692	55,36%	44,64%	6,93%
Lagos	21.652.850,43	10.810.895	32.463.746	66,70%	33,30%	8,06%
Loulé	43.828.406,82	30.373.123	74.201.530	59,07%	40,93%	18,43%
Monchique	3.754.191,49	9.471.303	13.225.495	28,39%	71,61%	3,28%
Olhão	13.747.444,10	7.907.208	21.654.652	63,48%	36,52%	5,38%
Portimão	21.960.297,72	11.851.430	33.811.728	64,95%	35,05%	8,40%
S. Brás de Alportel	4.553.179,82	2.607.508	7.160.688	63,59%	36,41%	1,78%
Silves	15.444.158,60	12.830.671	28.274.830	54,62%	45,38%	7,02%
Tavira	14.097.053,66	12.050.921	26.147.975	53,91%	46,09%	6,49%
Vila do Bispo	4.975.471,90	4.017.989	8.993.461	55,32%	44,68%	2,23%
Vila Real de S.to António	11.165.067,60	8.456.399	19.621.467	56,90%	43,10%	4,87%
TOTAL	239.578.460,58	163.048.140,72	402.626.601,30	59,50%	40,50%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Em termos percentuais, e na totalidade dos municípios, as despesas de capital, face às correntes, representaram cerca de 40% em relação ao total da despesa, tendo sido novamente em Monchique que este rácio foi maior, com mais de 71%. No município de Aljezur as despesas de capital representaram também uma percentagem superior em relação às correntes.

5.1.5. Ano de 2004

Em relação ao ano anterior, as receitas correntes ultrapassaram, neste ano, o valor de 337 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 44 milhões. As receitas próprias foram superiores a 270 milhões de euros, um valor superior em cerca de 40 milhões em relação a 2003. Os impostos diretos foram para além de 177 milhões de euros, ao passo que as transferências do OE se cifraram em mais de 58 milhões de euros, um valor um pouco acima do verificado no ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas.

O FGM é o que mais valor representa para os cofres dos municípios, com um valor recebido superior a 45 milhões e meio de euros, superior em mais de quatro milhões face ao do ano anterior. O FCM não teve qualquer peso para os mesmos quatro municípios dos anos anteriores, o mesmo sucedendo, este ano, para VRSA (Apêndice 53).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FGM representou, no total dos municípios, mais de 78% do total das transferências do OE. Alcoutim, Monchique e Aljezur continuam a ser os municípios em que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes, representando, no total dos municípios, cerca de 17% das receitas correntes (Apêndice 54).

Relativamente ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, os impostos diretos ocuparam a maior parcela das receitas próprias em todos os municípios, à exceção de Alcoutim, com um total superior a 65,5%, ligeiramente acima do ano anterior. A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso superior a 21% no total dos municípios, sendo que em Alcoutim representou mais de 46%. No total dos municípios, as receitas próprias tiveram um peso superior a 80% no total das receitas correntes (Apêndice 55).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a quase 124 milhões de euros, um valor em 13 milhões superior ao do ano anterior, tendo Lagos e Faro superado Loulé no total de receitas arrecadadas, com um valor superior a 15 milhões de euros cada. No caso de Faro, os passivos financeiros contribuíram para este resultado, tendo-se cifrado em mais de nove milhões de euros (Apêndice 56).

Relativamente aos fundos recebidos do OE, Loulé e Silves foram os municípios que mais receberam, tendo a totalidade dos municípios recebido quase 39 milhões de euros, valor superior ao do ano anterior em cerca de seis milhões; mais de 30 milhões corresponderam ao FGM. Em termos percentuais, o FGM representou mais de 78% face ao total das transferências do OE dos municípios algarvios, tendo sido S. Brás de Alportel o município para quem este fundo teve menos peso, com cerca de 65% (Apêndice 57).

Quanto às verbas comunitárias, foi VRSA e Albufeira quem mais recebeu dos fundos comunitários, com mais de cinco milhões cada. No total os municípios receberam cerca de 33 milhões de euros relativamente a financiamento europeu, muito semelhante ao valor recebido no ano anterior, o que representa, no total, mais de 26% das receitas de capital (Apêndice 58).

Em relação ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram mais de 31%, sendo que para Aljezur esse peso ultrapassou os 85%. Para Vila do Bispo e Olhão a venda de bens de investimento teve um peso considerável (mais de 20%), apesar de, em termos gerais, ter sido muito pouco significativo.

Os fundos comunitários representaram mais de 67% das receitas de capital de VRSA, ao passo que para Alcoutim e Loulé estes fundos não tiveram, também este ano, qualquer peso. Os passivos financeiros corresponderam a quase 20% do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido de novo para Faro que mais importância teve, com quase 60%.

O total das receitas próprias nos municípios em estudo correspondeu a cerca de 288 milhões de euros, um acréscimo de cerca de 83 milhões em relação ao ano anterior, representando mais de 62% do total das receitas. Mais de 196 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, o que equivale a mais de 55 milhões do que em 2003, representando a grande maioria das receitas próprias. No município de Lagos estas representaram mais de 85% do total das receitas; pelo contrário, Alcoutim e Monchique foram os municípios menos independentes financeiramente, com apenas dez por cento de receitas próprias (Apêndice 59).

O total de receitas nos dezasseis municípios ultrapassou os 461 milhões de euros, verificando-se um acréscimo em cerca de 58 milhões face ao ano anterior, sendo que os quatro municípios com mais receitas detêm quase 50% do total. O total das receitas correntes nos municípios algarvios ultrapassou os 337 milhões de euros, um acréscimo de 44 milhões face a 2003, o que equivale a mais de 73% do total das receitas. Na esmagadora maioria dos municípios o maior peso no total das receitas correspondeu às receitas cor-

rentes, sendo a exceção o município de Monchique, com quase 66% de receitas de capital, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.9: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2004

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	44.724.979	11.639.548	56.364.527	79,35%	20,65%	12,22%
Alcoutim	4.090.368	3.749.279	7.839.646	52,18%	47,82%	1,70%
Aljezur	6.730.447	2.359.263	9.089.710	74,04%	25,96%	1,97%
Castro Marim	7.845.072	5.478.656	13.323.728	58,88%	41,12%	2,89%
Faro	26.681.553	15.264.687	41.946.241	63,61%	36,39%	9,10%
Lagoa	23.745.947	4.800.283	28.546.230	83,18%	16,82%	6,19%
Lagos	31.498.506	15.649.920	47.148.425	66,81%	33,19%	10,22%
Loulé	68.811.101	13.212.721	82.023.822	83,89%	16,11%	17,79%
Monchique	5.249.415	10.175.197	15.424.612	34,03%	65,97%	3,34%
Olhão	17.890.876	5.969.517	23.860.393	74,98%	25,02%	5,17%
Portimão	30.433.491	6.510.327	36.943.818	82,38%	17,62%	8,01%
S. Brás de Alportel	5.802.287	3.501.535	9.303.822	62,36%	37,64%	2,02%
Silves	20.648.655	5.489.984	26.138.639	79,00%	21,00%	5,67%
Tavira	20.180.685	8.314.475	28.495.160	70,82%	29,18%	6,18%
Vila do Bispo	7.225.750	3.474.222	10.699.972	67,53%	32,47%	2,32%
Vila Real de S.to António	15.678.812	8.366.562	24.045.374	65,21%	34,79%	5,21%
TOTAL	337.237.945	123.956.175	461.194.119	73,12%	26,88%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

No que se refere à despesa, as despesas com pessoal ocuparam mais de 114 milhões de euros num total de mais de 264 milhões de euros, valor que correspondeu ao total da despesa corrente nos municípios algarvios, o que significa mais 6 milhões em relação ao ano anterior. Em aquisição de bens e serviços foram gastos quase 115 milhões de euros, cifrando-se os encargos financeiros em quase cinco milhões de euros (Apêndice 60).

No total dos municípios, as despesas com pessoal ultrapassaram 43% do valor total das despesas correntes, sendo que para a maioria dos municípios os maiores gastos foram efetuados com pessoal. As exceções foram Albufeira, Castro Marim, Lagoa, Lagos, Loulé e VRSA, em que o maior peso correspondeu a aquisição de bens e serviços. Monchique continuou a ser o município que mais gastou com pessoal, em termos percentuais, com quase 62%; pelo contrário, Castro Marim e VRSA foi quem teve, percen-

tualmente, menos despesas com pessoal. Castro Marim e Loulé foram os municípios que mais despenderam em aquisição de bens e serviços, com praticamente 50% do total da despesa neste grupo. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso pouco significativo no total das despesas (Apêndice 61).

Em relação às despesas de capital, estas corresponderam a mais de 171 milhões de euros, mais 8 milhões do que em 2003, sendo as despesas de investimento de mais de 145 milhões de euros. Destas, foi em comunicações e transportes e outros investimentos que a totalidade dos municípios mais investiu, com mais de 36 e 27 milhões, respetivamente, investidos nestes dois grupos (Apêndice 62). O investimento em habitação teve um peso muito residual no total dos municípios, sendo Tavira quem mais investiu em habitação, com mais de 10% do total do investimento que efetuou.

Em equipamento escolar e social foi Castro Marim quem mais investiu, correspondendo a mais de 26%. VRSA investiu em 2004 quase 40% das suas despesas de investimento no sector de água e saneamento, no seguimento do que sucedeu no ano anterior, ao passo que em comunicações e transportes foi Monchique e S. Brás de Alportel quem mais investiu, com mais de 60% das despesas de investimento neste grupo. Os grupos instalações desportivas e de lazer, outros edifícios e equipamento e *software* informático tiveram, no geral, pouco peso no total dos municípios. Ainda assim, VRSA investiu mais de 27% em instalações desportivas e de lazer, enquanto que Tavira gastou mais de 31% em outros edifícios. Lagoa investiu mais de um quinto do seu investimento total em equipamento e *software* informático (Apêndice 63).

O investimento ocupou, no total dos municípios, mais de 84% das despesas de capital, sendo que, na sua maioria, se situou entre 70 e 90%. Aljezur foi o município para quem

as despesas de investimento menos peso tiveram, com cerca de 63%. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros tiveram um peso reduzido no total das despesas de capital na maioria dos municípios. Ainda assim, cerca de 28% das despesas de capital de Aljezur foram relativas a transferências de capital (Apêndice 64).

Em relação ao serviço da dívida, e face ao ano anterior, esta subiu mais do dobro, tendo representado, no total dos municípios e face às despesas totais, quase nove por cento, com um valor que ultrapassou os 15 milhões de euros.

Foi para o município de Olhão que o serviço da dívida teve maior peso, representando mais de 23% no total das despesas efetuadas. Castro Marim foi para quem o serviço da dívida menos representou, com pouco mais de 90 mil euros (Apêndice 65).

Quanto ao total das despesas, os 16 municípios despenderam quase de 436 milhões de euros, mais 33 milhões em relação a 2003, mantendo-se o mesmo padrão que se verificou nos anos anteriores no que se refere aos quatro municípios mais gastadores.

Em termos percentuais, e na totalidade dos municípios, as despesas de capital, face às correntes, representaram quase 40% em relação ao total da despesa, tendo sido novamente em Monchique que este rácio foi maior, com quase 73%.

No município de Alcoutim as despesas de capital representaram também uma percentagem superior em relação às correntes. O total das despesas é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 5.10: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2004

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	35.179.425,80	21.038.611	56.218.037	62,58%	37,42%	12,90%
Alcoutim	3.575.957,21	4.306.581	7.882.538	45,37%	54,63%	1,81%
Aljezur	5.663.767,58	2.865.014	8.528.781	66,41%	33,59%	1,96%
Castro Marim	6.074.615,31	4.760.788	10.835.403	56,06%	43,94%	2,49%
Faro	24.311.351,84	16.369.365	40.680.717	59,76%	40,24%	9,33%
Lagoa	17.254.975,56	8.870.496	26.125.471	66,05%	33,95%	5,99%
Lagos	23.298.961,18	13.340.165	36.639.126	63,59%	36,41%	8,41%
Loulé	48.784.899,99	30.357.425	79.142.325	61,64%	38,36%	18,16%
Monchique	4.034.159,92	10.860.950	14.895.110	27,08%	72,92%	3,42%
Olhão	15.618.709,21	8.161.903	23.780.612	65,68%	34,32%	5,46%
Portimão	23.145.216,37	13.786.302	36.931.518	62,67%	37,33%	8,47%
S. Brás de Alportel	5.026.775,04	4.493.380	9.520.155	52,80%	47,20%	2,18%
Silves	16.555.444,63	10.236.214	26.791.659	61,79%	38,21%	6,15%
Tavira	16.675.953,98	11.973.909	28.649.863	58,21%	41,79%	6,57%
Vila do Bispo	5.093.122,76	3.164.921	8.258.044	61,67%	38,33%	1,89%
Vila Real de S.to António	14.160.518,36	6.878.905	21.039.424	67,30%	32,70%	4,83%
TOTAL	264.453.854,74	171.464.928,22	435.918.782,96	60,67%	39,33%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

5.1.6. Ano de 2005

Em relação a 2004, as receitas correntes ultrapassaram, neste ano, o valor de 337 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 41 milhões. As receitas próprias foram superiores a 305 milhões de euros, um valor superior em cerca de 35 milhões em relação ao ano anterior. Os impostos diretos foram para além de 205 milhões de euros, ao passo que as transferências do OE se cifraram em quase 60 milhões de euros, um valor um pouco acima do verificado no ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas. O FGM é o fundo que tem maior peso, com um valor recebido de quase 46 milhões de euros, muito semelhante ao do ano anterior. O FCM não teve qualquer peso para os mesmos cinco municípios do ano anterior (Apêndice 66).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FGM representou, no total dos municípios, mais de 77% do total das transferências do OE. Alcoutim, Monchique e

Aljezur continuam a ser os municípios em que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes, representando, no total dos municípios, mais de 15% das receitas correntes (Apêndice 67).

No que se refere ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, os impostos diretos ocuparam a maior parcela das receitas próprias em todos os municípios, à exceção de Alcoutim, com um total superior a 67%, ligeiramente acima do ano anterior. A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso de quase 20% no total dos municípios, sendo que em Alcoutim representou mais de 47%. No total dos municípios, as receitas próprias tiveram um peso de cerca de 80% no total das receitas correntes (Apêndice 68).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a cerca de 119 milhões de euros, valor de cinco milhões inferior ao do ano anterior, tendo Loulé arrecadado um valor superior a 21 milhões de euros. (Apêndice 69). Relativamente aos fundos recebidos do OE, Loulé foi novamente o município que mais recebeu, tendo a totalidade dos municípios recebido cerca de 39 milhões de euros, valor idêntico ao do ano anterior; deste valor, mais de 30 milhões correspondeu ao FGM. Em termos percentuais, o FGM representou mais de 77% face ao total das transferências do OE dos municípios algarvios, tendo sido S. Brás de Alportel o município para quem este fundo teve menos peso, com cerca de 64% (Apêndice 70).

Quanto às verbas comunitárias, foi Faro quem mais recebeu, com quase quatro milhões de euros. No total os municípios receberam cerca de 22 milhões de euros relativamente a financiamento europeu, menos 11 milhões em relação ao valor recebido no ano anterior, o que representa, no total, cerca de 19% das receitas de capital (Apêndice 71).

Relativamente ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram cerca de 33%, sendo que para Vila do Bispo esse peso ultrapassou os 83%. Foi para Albufeira que a venda de bens de investimento teve o maior peso (cerca de 60%). Quanto aos fundos comunitários, estes representaram mais de 50% das receitas de capital de S. Brás de Alportel, ao passo que para Loulé estes fundos não tiveram qualquer peso. Os passivos financeiros corresponderam a cerca de 13% do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido para Monchique que mais importância teve, com cerca de 43%.

O total das receitas próprias nos municípios em estudo correspondeu a cerca de 328 milhões de euros, um acréscimo de cerca de 40 milhões em relação ao ano anterior, representando quase 66% do total das receitas. Mais de 229 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, o que equivale a mais de 33 milhões do que em 2004, representando a grande maioria das receitas próprias. No município de Albufeira estas representaram cerca de 80% do total das receitas; pelo contrário, Alcoutim foi o município menos independente financeiramente, com apenas onze por cento de receitas próprias (Apêndice 72).

O total de receitas nos dezasseis municípios ultrapassou os 497 milhões de euros, verificando-se um acréscimo em cerca de 36 milhões face ao ano anterior, sendo que os quatro municípios com mais receitas detêm cerca de 50% do total da receita. O total das receitas correntes nos municípios algarvios ultrapassou ligeiramente os 337 milhões de euros, o mesmo valor que em 2004, o que equivale a cerca de 67% do total das receitas. Na esmagadora maioria dos municípios o maior peso no total das receitas correspondeu às receitas correntes, sendo as exceções os municípios de Monchique e Alcoutim, com valores ligeiramente acima dos 50%, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.11: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2005

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	53.909.100	15.670.428	69.579.528	77,48%	22,52%	13,98%
Alcoutim	4.251.382	4.403.942	8.655.324	49,12%	50,88%	1,74%
Aljezur	6.155.290	2.880.773	9.036.063	68,12%	31,88%	1,82%
Castro Marim	9.148.567	5.311.841	14.460.408	63,27%	36,73%	2,91%
Faro	27.058.671	12.967.594	40.026.266	67,60%	32,40%	8,04%
Lagoa	28.990.776	4.572.264	33.563.040	86,38%	13,62%	6,74%
Lagos	36.447.285	5.221.241	41.668.526	87,47%	12,53%	8,37%
Loulé	75.043.903	21.591.392	96.635.296	77,66%	22,34%	19,42%
Monchique	5.422.836	6.811.829	12.234.665	44,32%	55,68%	2,46%
Olhão	18.104.262	7.563.463	25.667.725	70,53%	29,47%	5,16%
Portimão	36.014.816	6.813.207	42.828.022	84,09%	15,91%	8,61%
S. Brás de Alportel	6.543.334	3.057.634	9.600.968	68,15%	31,85%	1,93%
Silves	22.963.733	9.755.923	32.719.656	70,18%	29,82%	6,58%
Tavira	22.631.760	5.941.459	28.573.220	79,21%	20,79%	5,74%
Vila do Bispo	7.200.162	1.766.339	8.966.501	80,30%	19,70%	1,80%
Vila Real de S.to António	18.521.168	4.890.427	23.411.595	79,11%	20,89%	4,70%
TOTAL	337.237.945	119.219.756	497.626.803	67,77%	23,96%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Relativamente à despesa, as despesas com pessoal corresponderam a mais de 123 milhões de euros num total de mais de 291 milhões de euros, valor que correspondeu ao total da despesa corrente nos municípios algarvios, o que significa mais 9 milhões em despesas com pessoal em relação ao ano anterior. Destaque para o facto de, pela primeira vez desde 2000, em aquisição de bens e serviços o valor total gasto pelos municípios foi superior a gastos com pessoal, neste caso em cerca de cinco milhões, cifrando-se os encargos financeiros ligeiramente acima de cinco milhões de euros (Apêndice 73).

No total dos municípios, as despesas com pessoal foram inferiores a 43% do valor total das despesas correntes. Apesar de, no total, os gastos com pessoal não corresponderem à maioria das despesas, em metade dos municípios ainda se manteve a tendência dos anos anteriores. As exceções foram os mesmos municípios em que tal ocorreu em 2004

(Albufeira, Castro Marim, Lagoa, Lagos, Loulé e VRSA), acrescentando também Portimão e Tavira, em que o maior peso correspondeu a aquisição de bens e serviços.

Monchique continuou a ser o município que mais gastou com pessoal, em termos percentuais, com mais de 63%; pelo contrário, Castro Marim e VRSA foram novamente quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal (cerca de 38%). Castro Marim foi o município que mais despendeu em aquisição de bens e serviços, com mais de 52% do total da despesa neste grupo. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso pouco significativo no total das despesas (Apêndice 74).

Em relação às despesas de capital, estas corresponderam a cerca de 206 milhões de euros, mais 35 milhões do que em 2004, sendo as despesas de investimento de mais de 176 milhões de euros, um acréscimo de 31 milhões face ao ano anterior. Destas, foi em comunicações e transportes que a totalidade dos municípios mais investiu, com mais de 46 milhões de euros investidos (Apêndice 75). O investimento em habitação teve um peso pouco significativo no total dos municípios, apesar de para VRSA esta rubrica ter um peso muito significativo, com mais de 30% do total do investimento que efetuou.

Em equipamento escolar e social foi São Brás de Alportel quem, percentualmente, mais investiu, correspondendo a mais de 23%. Aljezur, Loulé e Castro Marim foram quem mais investiu no sector de água e saneamento, cerca de um quinto das suas despesas de investimento; em comunicações e transportes foi Vila do Bispo quem mais investiu, com quase 60% das despesas de investimento neste grupo. Os grupos instalações desportivas e de lazer, outros edifícios e equipamento e *software* informático tiveram, no geral, pouco peso no total dos municípios. Ainda assim, VRSA investiu mais de 40% em instalações desportivas e de lazer, ao passo que para Faro mais de 37% das despesas

de investimento foram relativas a outros edifícios. Em equipamento e *software* informático, para quatro municípios cerca de 12% do seu investimento total foi relativo a este item (Apêndice 76).

O investimento ocupou, no total dos municípios, mais de 85% das despesas de capital, sendo que, na sua maioria, foi superior a 80%. Monchique foi o município para quem as despesas de investimento menos peso tiveram, com cerca de 65%. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros tiveram um peso reduzido no total das despesas de capital na maioria dos municípios. Ainda assim, cerca de 23% dos passivos financeiros de Monchique foram relativos a transferências de capital (Apêndice 77).

Em relação ao serviço da dívida, e face ao ano anterior, esta subiu muito ligeiramente, tendo representado, no total dos municípios e face às despesas totais, cerca de oito por cento, com um valor que ultrapassou os 16 milhões de euros. Foi para o município de Monchique que o serviço da dívida teve maior peso, representando cerca de 1/4 do total das despesas efetuadas. Castro Marim foi para quem o serviço da dívida menos representou, com menos de 150 mil euros (Apêndice 78).

Quanto ao total das despesas, a totalidade dos municípios despendeu mais de 497 milhões de euros, mais 61 milhões em relação a 2004, mantendo-se inalterado o padrão que se tem verificado nos anos anteriores em relação aos quatro municípios mais gastadores. Em termos percentuais, e na totalidade dos municípios, as despesas de capital, face às correntes, representaram cerca de 41% em relação ao total da despesa, tendo sido novamente em Monchique que este rácio foi maior, com quase 64%. No município de Alcoutim e Castro Marim as despesas de capital representaram também uma percentagem superior em relação às correntes. O total das despesas é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 5.12: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2005

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	38.555.312,38	21.700.268	60.255.580	63,99%	36,01%	12,12%
Alcoutim	4.204.112,87	4.854.702	9.058.815	46,41%	53,59%	1,82%
Aljezur	5.614.946,23	4.336.688	9.951.634	56,42%	43,58%	2,00%
Castro Marim	6.572.961,49	9.458.797	16.031.758	41,00%	59,00%	3,22%
Faro	23.319.752,93	16.652.032	39.971.785	58,34%	41,66%	8,04%
Lagoa	19.166.888,76	14.344.281	33.511.170	57,20%	42,80%	6,74%
Lagos	28.118.415,68	20.549.599	48.668.015	57,78%	42,22%	9,79%
Loulé	53.972.040,14	37.027.083	90.999.124	59,31%	40,69%	18,30%
Monchique	4.409.220,01	7.852.096	12.261.317	35,96%	64,04%	2,47%
Olhão	17.256.617,54	8.373.273	25.629.891	67,33%	32,67%	5,15%
Portimão	26.986.442,25	15.861.255	42.847.698	62,98%	37,02%	8,62%
S. Brás de Alportel	5.387.748,64	4.328.588	9.716.337	55,45%	44,55%	1,95%
Silves	18.640.871,49	14.090.865	32.731.737	56,95%	43,05%	6,58%
Tavira	17.991.574,56	10.343.692	28.335.267	63,50%	36,50%	5,70%
Vila do Bispo	6.357.397,23	4.469.928	10.827.325	58,72%	41,28%	2,18%
Vila Real de S.to António	14.612.787,47	11.775.009	26.387.796	55,38%	44,62%	5,31%
TOTAL	291.167.089,67	206.018.158,47	497.185.248,14	58,56%	41,44%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

5.1.7. Ano de 2006

Relativamente ao ano anterior, as receitas correntes ultrapassaram, neste ano, o valor de 396 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 59 milhões. As receitas próprias foram superiores a 328 milhões de euros, um valor superior em cerca de 23 milhões face ao ano anterior. Os impostos diretos foram para além de 224 milhões de euros, ao passo que as transferências do OE se cifraram em quase 59 milhões de euros, um valor muito similar ao verificado no ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas. O FGM é o fundo que tem maior peso, com um valor recebido de pouco mais de 46 milhões de euros, muito semelhante ao do ano anterior. O FCM não teve qualquer peso para os mesmos cinco municípios do ano anterior (Albufeira, Faro, Lagos, Portimão e VRSA), bem como, em 2006, também Olhão e S. Brás de Alportel não obtiveram quaisquer receitas deste fundo (Apêndice 79).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FGM representou, no total dos municípios, quase 79% do total das transferências do OE. Alcoutim, Monchique e Aljezur continuam a ser os municípios em que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes, representando, no total dos municípios, quase 15% das receitas correntes, muito semelhante ao ano anterior (Apêndice 80).

Relativamente ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, os impostos diretos ocuparam a maior parcela das receitas próprias em todos os municípios: Tal como nos anos anteriores, a exceção foi Alcoutim, com um total inferior a 40%, bastante abaixo do ano anterior. A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso de mais de 18% no total dos municípios, sendo que em Alcoutim representou mais de 48%. No total dos municípios, as receitas próprias tiveram um peso de cerca de 82% no total das receitas correntes (Apêndice 81).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a cerca de 104 milhões de euros, valor de cerca de 15 milhões inferior ao do ano anterior, tendo Loulé arrecadado um valor superior a 14 milhões de euros. (Apêndice 82). Relativamente aos fundos recebidos do OE, Loulé foi novamente o município que mais recebeu, com cerca de 4,5 milhões de euros, tendo a totalidade dos municípios recebido cerca de 39 milhões de euros, valor idêntico ao do ano anterior; deste valor, mais de 31 milhões correspondeu ao FGM. Em termos percentuais, o FGM representou mais de 78% face ao total das transferências do OE dos municípios algarvios, tendo sido Vila do Bispo o município para quem este fundo teve menos peso, abaixo de 69% (Apêndice 83).

Quanto às verbas comunitárias, foi Portimão quem mais recebeu, com mais de três milhões de euros. No total os municípios receberam cerca de 24 milhões de euros relati-

vamente a financiamento europeu, mais dois milhões em relação ao valor recebido no ano anterior, o que representa, no total, cerca de 23% das receitas de capital (Apêndice 84).

Em relação ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram cerca de 38%, sendo que para Albufeira esse peso ultrapassou os 84%. Foi para VRSA que a venda de bens de investimento teve o maior peso (mais de 53%). Quanto aos fundos comunitários, estes representaram mais de 48% das receitas de capital de Vila do Bispo; para Loulé estes fundos não tiveram novamente qualquer peso. Os passivos financeiros corresponderam a cerca de 10% do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido para Monchique que mais importância teve, com quase 25%.

O total das receitas próprias nos municípios em análise correspondeu a quase 340 milhões de euros, um aumento de cerca de 12 milhões em relação ao ano anterior, representando quase 68% do total das receitas. Quase 252 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, o que equivale a mais de 23 milhões do que em 2005, representando a grande maioria das receitas próprias. No município de Albufeira estas representaram cerca de 86% do total das receitas; pelo contrário, Alcoutim continuou a ser o município menos independente financeiramente, com apenas 14,5% de receitas próprias (Apêndice 85).

O total de receitas nos dezasseis municípios ultrapassou os 501 milhões de euros, pouco mais de quatro milhões face ao ano anterior. Em 2006, do grupo dos quatro municípios com mais receitas fez também parte Lagos, em detrimento de Faro, sendo que, no seu conjunto, detêm cerca de 50% do total da receita, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.13: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2006

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	61.298.417	3.694.084	64.992.501	94,32%	5,68%	12,97%
Alcoutim	4.277.926	4.897.167	9.175.093	46,63%	53,37%	1,83%
Aljezur	6.866.730	3.979.593	10.846.323	63,31%	36,69%	2,16%
Castro Marim	8.236.224	5.054.277	13.290.501	61,97%	38,03%	2,65%
Faro	24.360.017	10.756.711	35.116.728	69,37%	30,63%	7,01%
Lagoa	27.701.879	3.871.055	31.572.934	87,74%	12,26%	6,30%
Lagos	41.048.555	6.691.063	47.739.617	85,98%	14,02%	9,52%
Loulé	79.459.630	14.672.077	94.131.708	84,41%	15,59%	18,78%
Monchique	5.613.618	6.663.603	12.277.221	45,72%	54,28%	2,45%
Olhão	20.607.043	5.328.307	25.935.350	79,46%	20,54%	5,17%
Portimão	33.527.505	9.961.210	43.488.715	77,09%	22,91%	8,68%
S. Brás de Alportel	6.972.166	2.256.979	9.229.145	75,55%	24,45%	1,84%
Silves	24.356.717	10.650.569	35.007.285	69,58%	30,42%	6,98%
Tavira	24.814.819	5.545.071	30.359.891	81,74%	18,26%	6,06%
Vila do Bispo	7.715.136	2.984.773	10.699.909	72,10%	27,90%	2,13%
Vila Real de S.to António	19.708.619	7.665.629	27.374.248	72,00%	28,00%	5,46%
TOTAL	396.565.000	104.672.170	501.237.170	79,12%	20,88%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Após análise da tabela anterior, verifica-se que o total das receitas correntes nos municípios algarvios ultrapassou os 396 milhões de euros, mais 59 milhões que em 2005, o que equivale a quase 80% do total das receitas. Na esmagadora maioria dos municípios o maior peso no total das receitas correspondeu às receitas correntes, sendo as exceções os municípios de Monchique e Alcoutim, tal como sucedeu em 2005, com valores acima dos 53%.

Relativamente à despesa, as despesas com pessoal corresponderam a mais de 128 milhões de euros num total de mais de 317 milhões de euros, valor que correspondeu ao total da despesa corrente nos municípios algarvios, o que significa mais 5 milhões em despesas com pessoal em relação ao ano anterior. Tal como já tinha sucedido em 2005, em aquisição de bens e serviços o valor total gasto pelos municípios foi superior a gastos com pessoal, neste caso em cerca de dez milhões, cifrando-se os encargos financeiros em pouco mais de seis milhões de euros (Apêndice 86).

No total dos municípios, as despesas com pessoal pouco passaram de 40% do valor total das despesas correntes. Apesar de, no total, os gastos com pessoal não corresponderem à maioria das despesas, em quase metade dos municípios ainda se manteve a tendência dos anos anteriores. As exceções foram alguns dos municípios em que tal ocorreu em 2005 (Albufeira, Castro Marim, Lagoa, Lagos, Loulé e VRSA), acrescentando também Olhão, em que o maior peso correspondeu a aquisição de bens e serviços.

Monchique continuou a ser o município que mais gastou com pessoal, em termos percentuais, com mais de 61%; pelo contrário, VRSA foi quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal (cerca de 35%). Castro Marim e Albufeira foram os municípios que mais despenderam em aquisição de bens e serviços, com cerca de 53% do total da despesa neste grupo. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso pouco significativo no total das despesas (Apêndice 87).

Em relação às despesas de capital, estas corresponderam a cerca de 172 milhões de euros, menos 34 milhões do que em 2005, sendo as despesas de investimento de mais de 144 milhões de euros, menos 32 milhões face ao ano anterior. Destas, foi em comunicações e transportes que, no total, os municípios mais investiram, com quase 38 milhões de euros investidos (Apêndice 88). O investimento em habitação teve um peso pouco significativo no total dos municípios, com menos de seis milhões de euros gastos.

Em equipamento escolar e social foi Faro quem, percentualmente, mais investiu, correspondendo a quase 15%. Aljezur, Castro Marim e Lagoa foram quem mais investiu no sector de água e saneamento, o que equivale a cerca de 20% das suas despesas de investimento; em comunicações e transportes foi Vila do Bispo e Monchique quem mais investiu, com mais de 45% das despesas de investimento neste grupo.

Os grupos instalações desportivas e de lazer, outros edifícios, equipamento e *software* informático e outros investimentos tiveram, no seu conjunto, mais de metade do peso do investimento no total dos municípios. Alcoutim, VRSA e Faro investiram mais de 30% em instalações desportivas e de lazer, ao passo que para Olhão e Portimão cerca de 30% das despesas de investimento foram relativas a outros edifícios. Em equipamento e *software* informático, Albufeira e Lagoa tiveram cerca de 14% do seu investimento total relativo a este item (Apêndice 89).

O investimento ocupou, no total dos municípios, quase 84% das despesas de capital, sendo que, na maioria dos municípios, foi superior a 80%. Faro foi o município para quem as despesas de investimento menos peso tiveram, com cerca de 67%. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros e as outras despesas de capital tiveram um peso pouco significativo no total das despesas de capital na maioria dos municípios (Apêndice 90).

Em relação ao serviço da dívida, e face ao ano anterior, esta subiu cerca de dois milhões de euros, tendo representado, no total dos municípios e face às despesas totais, um pouco mais de dez por cento, com um valor que ultrapassou os 18 milhões de euros. Foi para a capital de distrito que o serviço da dívida teve maior peso, representando 27,5% do total das despesas efetuadas. Vila do Bispo foi para quem o serviço da dívida menos representou, com cerca de 182 mil euros (Apêndice 91).

Quanto ao total das despesas, a totalidade dos municípios gastou quase 490 milhões de euros, menos oito milhões do que em 2005, mantendo-se inalterado o padrão que se tem verificado nos anos anteriores em relação aos quatro municípios que mais despesa efetuaram, com a diferença de que Lagos ocupou o lugar de Faro, tendo inclusivamente

efetuado mais despesa do que Portimão. O total das despesas é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 5.14: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2006

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	47.501.534,89	13.286.198	60.787.733	78,14%	21,86%	12,42%
Alcoutim	4.211.832,12	3.574.217	7.786.049	54,09%	45,91%	1,59%
Aljezur	5.982.691,43	4.871.278	10.853.969	55,12%	44,88%	2,22%
Castro Marim	6.909.192,91	5.344.460	12.253.653	56,38%	43,62%	2,50%
Faro	23.991.041,68	12.843.650	36.834.692	65,13%	34,87%	7,53%
Lagoa	21.768.047,58	10.097.529	31.865.577	68,31%	31,69%	6,51%
Lagos	31.953.686,01	14.706.555	46.660.241	68,48%	31,52%	9,53%
Loulé	57.709.445,80	35.465.843	93.175.289	61,94%	38,06%	19,04%
Monchique	4.558.070,76	7.639.011	12.197.081	37,37%	62,63%	2,49%
Olhão	18.267.630,91	7.481.103	25.748.734	70,95%	29,05%	5,26%
Portimão	28.488.488,46	15.074.255	43.562.744	65,40%	34,60%	8,90%
S. Brás de Alportel	5.864.298,86	2.804.544	8.668.843	67,65%	32,35%	1,77%
Silves	19.637.097,08	15.214.314	34.851.411	56,35%	43,65%	7,12%
Tavira	15.839.284,79	13.895.389	29.734.674	53,27%	46,73%	6,08%
Vila do Bispo	6.872.055,28	4.601.263	11.473.318	59,90%	40,10%	2,34%
Vila Real de S.to António	18.008.708,47	4.979.510	22.988.219	78,34%	21,66%	4,70%
TOTAL	317.563.107,03	171.879.118,00	489.442.225,03	64,88%	35,12%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Em termos percentuais, e na totalidade dos municípios, as despesas de capital, face às correntes, representaram cerca de 35% em relação ao total da despesa. Foi novamente em Monchique que este rácio foi maior, com quase 63%, sendo o único município em que as despesas de capital representaram uma percentagem superior em relação às correntes.

5.1.8. Ano de 2007

Em 2007, as receitas correntes ultrapassaram o valor de 479 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 83 milhões. As receitas próprias foram superiores a 402 milhões de euros, um valor superior em cerca de 74 milhões face ao ano anterior. Os impostos diretos quase atingiram 289 milhões de euros, ao passo que as transferências

do OE se cifraram em cerca de 61 milhões de euros, mais dois milhões em relação no ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas.

Tal como já se tinha verificado no capítulo três, o FGM, o FBM e o FCM deram lugar a novas designações às verbas transferidas do OE para os municípios: FEF, FSM e participação no IRS (IRS). Tal como acontecia com o FGM, o FEF é o fundo que tem maior peso nas transferências do OE, com um valor recebido em 2007 de quase 44 milhões de euros, valor inferior em cerca de dois milhões face ao FGM do ano anterior. Dos restantes fundos do OE os municípios receberam, no total, cerca de 17 milhões de euros (Apêndice 92).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FEF representou, no total dos municípios, mais de 71% do total das transferências do OE. Alcoutim e Monchique continuam a ser os municípios em que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes (mais de 60%), representando, no total dos municípios, quase 13% das receitas correntes, cerca de dois pontos percentuais face ao ano anterior (Apêndice 93).

Relativamente ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, mantém-se o facto de os impostos diretos ocuparem a maior parcela das receitas próprias em todos os municípios: tal como nos anos anteriores, a exceção foi Alcoutim, com um total de quase 46%, um pouco acima do ano anterior. A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso de mais de 15% no total dos municípios, sendo que em Alcoutim representou quase 46%. No total dos municípios, as receitas próprias tiveram um peso de quase 84% no total das receitas correntes (Apêndice 94).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a pouco mais de 100 milhões de euros, valor inferior em cerca de quatro milhões face às do ano anterior, tendo Olhão arrecadado um valor superior a 20 milhões de euros. Relativamente aos fundos recebidos do OE, destaque para o facto de que, a partir de 2007, estes apenas correspondem ao FEF. Loulé foi o município que mais recebeu, com cerca de três milhões de euros, tendo a totalidade dos municípios recebido cerca de 28,5 milhões de euros, valor inferior ao do ano anterior em cerca de 11,5 milhões (Apêndice 95).

Quanto às verbas comunitárias, foi VRSA quem mais recebeu, com quase quatro milhões e meio de euros. No total os municípios receberam cerca mais de 31 milhões de euros relativamente a financiamento europeu, mais sete milhões em relação ao valor recebido no ano anterior, o que representa, no total, cerca de 31% das receitas de capital (Apêndice 96).

Relativamente ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram cerca de 28%, sendo que para Alcoutim esse peso ultrapassou os 55%. A venda de bens de investimento teve para o conjunto dos municípios um peso diminuto, apesar de, para Faro, a venda de bens de investimento ter representado quase 29%. Quanto aos fundos comunitários, estes representaram quase 60% das receitas de capital de VRSA, não tendo tido para Loulé, tal como no ano anterior, qualquer peso. Os passivos financeiros corresponderam a cerca de 18% do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido para Olhão que mais importância teve, com mais de 38%.

O total das receitas próprias nos municípios em análise correspondeu a mais de 410 milhões de euros, um aumento de cerca de 70 milhões em relação ao ano anterior, representando mais de 70% do total das receitas. Mais de 321 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, traduzindo-se em mais de 69 milhões do que em 2006, repre-

sentando a grande maioria das receitas próprias. No município de Loulé e Albufeira estas representaram mais de 85% do total das receitas; pelo contrário, Alcoutim manteve-se como o município menos independente financeiramente, com pouco mais de 13% de receitas próprias (Apêndice 97).

No que se refere ao total das receitas nos dezasseis municípios, o valor em 2007 ultrapassou os 580 milhões de euros, o que resulta num aumento muito significativo face ao ano anterior em mais de 79 milhões. Lagos continuou integrado no grupo dos quatro municípios com mais receitas, ao passo que Faro teve, em 2007, menos receitas do que Lagoa e Olhão, por exemplo. No seu conjunto, os quatro municípios detiveram mais de 50% do total da receita, como se poderá verificar na tabela seguinte:

Tabela 5.15: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2007

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	75.075.675	5.263.893	80.339.568	93,45%	6,55%	13,85%
Alcoutim	4.354.456	4.088.537	8.442.993	51,57%	48,43%	1,46%
Aljezur	8.074.807	6.800.952	14.875.759	54,28%	45,72%	2,56%
Castro Marim	11.658.351	6.098.714	17.757.065	65,65%	34,35%	3,06%
Faro	28.116.078	6.336.576	34.452.654	81,61%	18,39%	5,94%
Lagoa	33.389.459	3.637.085	37.026.545	90,18%	9,82%	6,38%
Lagos	45.632.793	6.998.840	52.631.633	86,70%	13,30%	9,07%
Loulé	103.345.297	5.588.103	108.933.400	94,87%	5,13%	18,78%
Monchique	5.691.914	4.283.256	9.975.170	57,06%	42,94%	1,72%
Olhão	24.160.075	20.724.224	44.884.299	53,83%	46,17%	7,74%
Portimão	45.442.953	6.342.590	51.785.543	87,75%	12,25%	8,93%
S. Brás de Alportel	7.500.153	2.503.847	10.004.000	74,97%	25,03%	1,72%
Silves	27.528.830	6.617.353	34.146.183	80,62%	19,38%	5,89%
Tavira	28.228.254	5.170.651	33.398.906	84,52%	15,48%	5,76%
Vila do Bispo	9.732.921	2.874.997	12.607.918	77,20%	22,80%	2,17%
Vila Real de S.to António	21.283.615	7.511.296	28.794.911	73,91%	26,09%	4,96%
TOTAL	479.215.631	100.840.914	580.056.545	82,62%	17,38%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Após análise da tabela anterior, constata-se que o total das receitas correntes nos municípios algarvios ultrapassou os 479 milhões de euros, mais 83 milhões que em 2006, o que equivale a mais de 82% do total das receitas. Na totalidade dos municípios o maior

peso no total das receitas correspondeu às receitas correntes, nalguns casos com valores acima dos 90%.

Relativamente à despesa, as despesas com pessoal corresponderam a mais de 134 milhões de euros num total de mais de 354 milhões de euros, valor que correspondeu ao total da despesa corrente nos municípios algarvios, o que significa mais seis milhões em despesas com pessoal em relação ao ano anterior. Mantendo-se a tendência que se tem vindo a verificar desde 2005, o valor total gasto pelos municípios em aquisição de bens e serviços foi superior a gastos com pessoal, neste caso em cerca de 26 milhões de euros. Em relação aos encargos financeiros, o valor total esteve perto dos oito milhões de euros, uma subida em cerca de dois milhões face a 2006 (Apêndice 98).

No total dos municípios, as despesas com pessoal não atingiram os 38% do valor total das despesas correntes, sendo o ano em que essa relação foi mais baixa. Pelo primeiro ano, menos de metade dos municípios teve menos gastos com pessoal do que com a totalidade das outras despesas correntes. Monchique continuou a ser o município que mais gastou com pessoal, em termos percentuais, com quase 64%; pelo contrário, VRSA foi quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal (menos de 30%).

Lagoa, VRSA e Albufeira foram os municípios que mais gastaram em aquisição de bens e serviços, com mais de 53% do total da despesa neste grupo. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso pouco significativo no total das despesas, com menos de 17%. Ainda assim, quase ¼ das despesas correntes de Portimão foram relativas ao grupo das outras despesas correntes (Apêndice 99).

Em relação às despesas de capital, estas ultrapassaram os 200 milhões de euros, mais 28 milhões do que em 2006, sendo as despesas de investimento de mais de 167 milhões de euros, mais 23 milhões face ao ano anterior. Destas, foi em comunicações e transportes que, no total, os municípios mais investiram, mais de 36 milhões de euros investidos (Apêndice 100). O investimento em habitação teve um peso considerável no total dos municípios, com mais de 17 milhões de euros gastos, pertencendo a Olhão a maioria do investimento nesta área, que correspondeu a mais de 58% do total do seu investimento.

Em equipamento escolar e social foi Monchique quem, percentualmente, mais investiu, correspondendo a cerca de 21%, tal como no ano anterior. Alcoutim continuou, em 2007, a reforçar o setor de água e saneamento, tendo sido quem mais investiu, o que equivaleu a mais de 45% das suas despesas de investimento; em comunicações e transportes foi novamente Vila do Bispo quem mais investiu, com mais de 53% das despesas de investimento neste grupo (Apêndice 101). Em instalações desportivas e de lazer foi para S. Brás de Alportel que este grupo teve mais relevância no total do investimento, ultrapassando os 47%. No grupo *outros edifícios* Portimão investiu mais de 27% das suas despesas de investimento, e em *equipamento e software informático* mais de 23%.

O grupo *outros investimentos* teve, no total, um peso superior a 17%, sendo que Castro Marim tem aqui o seu maior investimento, com mais de 58%. Estão aqui incluídos, quase na totalidade, *Bens de património histórico, artístico e cultural* (cerca de € 3.500.000,00). O investimento ocupou, no total dos municípios, quase 84% das despesas de capital, valor semelhante ao ano anterior. Faro foi o município para quem as despesas de investimento menos peso tiveram, com cerca de 61%. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros e as outras despesas de capital tiveram um

peso pouco significativo no total das despesas de capital na maioria dos municípios (Apêndice 102).

Em relação ao serviço da dívida, e face ao ano anterior, esta subiu cerca de quatro milhões de euros, tendo representado, no total dos municípios e face às despesas totais, um pouco mais de quatro por cento, com um valor que ultrapassou os 22 milhões de euros. Foi novamente para Faro que o serviço da dívida teve maior peso, representando mais de 13% do total das despesas efetuadas. Pelo contrário, foi para Vila do Bispo e VRSA para quem o serviço da dívida menos representou, com pouco mais de 1,5% (Apêndice 103).

Quanto ao total das despesas, o conjunto dos 16 municípios gastou quase 490 milhões de euros, mais 64 milhões do que em 2006, mantendo-se inalterado o padrão que se tem verificado no ano anteriores em relação aos quatro municípios que mais despesa efetuaram. O total das despesas é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 5.16: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2007

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	51.922.648,27	17.487.640	69.410.288	74,81%	25,19%	12,51%
Alcoutim	4.382.929,47	4.124.530	8.507.459	51,52%	48,48%	1,53%
Aljezur	6.790.216,31	8.109.226	14.899.442	45,57%	54,43%	2,69%
Castro Marim	7.404.332,17	7.227.999	14.632.331	50,60%	49,40%	2,64%
Faro	24.118.977,94	11.674.738	35.793.716	67,38%	32,62%	6,45%
Lagoa	23.569.665,06	10.585.816	34.155.481	69,01%	30,99%	6,16%
Lagos	32.589.784,82	18.403.206	50.992.991	63,91%	36,09%	9,19%
Loulé	60.424.725,73	37.549.655	97.974.380	61,67%	38,33%	17,66%
Monchique	4.453.091,97	5.596.323	10.049.415	44,31%	55,69%	1,81%
Olhão	22.106.181,04	22.709.861	44.816.042	49,33%	50,67%	8,08%
Portimão	38.759.414,89	15.337.824	54.097.239	71,65%	28,35%	9,75%
S. Brás de Alportel	6.757.663,40	2.917.514	9.675.177	69,85%	30,15%	1,74%
Silves	23.234.648,48	10.976.618	34.211.266	67,92%	32,08%	6,17%
Tavira	17.906.561,90	13.786.236	31.692.798	56,50%	43,50%	5,71%
Vila do Bispo	6.927.533,93	3.943.127	10.870.661	63,73%	36,27%	1,96%
Vila Real de S.to António	22.865.580,03	10.222.009	33.087.590	69,11%	30,89%	5,96%
TOTAL	354.213.955,41	200.652.322,51	554.866.277,92	63,84%	36,16%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Constata-se que, à semelhança dos anos anteriores, as despesas de capital, face às correntes, representaram a menor parcela: em 2007 as despesas de capital foram de cerca de 36% em relação ao total da despesa. Monchique, Aljezur e Olhão foram os municípios em que esta tendência não se verificou, com as despesas de capital a representarem uma percentagem superior em relação às correntes. Monchique foi onde o peso das despesas de capital foi maior.

5.1.9. Ano de 2008

As receitas correntes atingiram, em 2008, o valor de 462 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição em relação a 2007 de 17 milhões. As receitas próprias diminuíram também face ao ano anterior, tendo-se ficado por pouco mais de 382 milhões de euros, um valor inferior em cerca de 20 milhões. Os impostos diretos pouco ultrapassaram os 255 milhões de euros, ao passo que as transferências do OE atingiram os 66 milhões de euros, mais cinco milhões em relação no ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas. Do FEF os municípios receberam quase 46 milhões de euros, cerca de dois milhões a mais do que no ano anterior. Dos restantes fundos do OE, mais de 14 milhões foram relativos à participação no IRS e cerca de 6,5 milhões do FSM (Apêndice 104).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FEF representou, no total dos municípios, cerca de 69% do total das transferências do OE. Alcoutim e Monchique continuam a ser os municípios em que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes, com cerca de 80% e 64%, respetivamente. No total dos municípios, as verbas do OE representam quase 14% das receitas correntes, valor semelhante ao ano anterior (Apêndice 105).

Relativamente ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, mantém-se o facto de os impostos diretos ocuparem a maior parcela das receitas próprias na maioria dos municípios, com quase 67% no total. Alcoutim e VRSA foram exceção neste aspeto, em que a venda de bens e serviços e os impostos indiretos, respetivamente, tiveram o maior peso nas receitas próprias.

A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso de mais de 17% no total dos municípios, sendo que em Alcoutim correspondeu a mais de 52%. No total dos municípios, as receitas próprias tiveram um peso de quase 83% no total das receitas correntes, ligeiramente abaixo do ano anterior (Apêndice 106).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a pouco mais de 86 milhões de euros, valor inferior em cerca de 14 milhões face às do ano anterior, tendo Portimão sozinho arrecadado um valor superior a 16 milhões de euros. Relativamente aos fundos recebidos do OE, Loulé foi novamente o município que mais recebeu, com cerca de três milhões de euros, tendo a totalidade dos municípios recebido cerca de 30 milhões de euros, valor ligeiramente superior ao do ano anterior em cerca de 1,5 milhões (Apêndice 107).

Quanto às verbas comunitárias, foi Portimão e Alcoutim quem mais recebeu, com mais de três milhões de euros cada. No total os municípios receberam quase 28 milhões de euros relativamente a financiamento europeu, cerca de três milhões a menos em relação ao valor recebido no ano anterior, o que representa, no total, cerca de 32% das receitas de capital (Apêndice 108).

Relativamente ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram cerca de 35%, sendo que para Vila do Bispo esse peso quase atingiu os 79%. A venda de bens de investimento teve para o conjunto dos municípios um peso pouco significativo, apesar de, para S. Brás de Alportel, esta rubrica ter representado mais de 1/5 no total das receitas de capital. Os fundos comunitários representaram quase 56% das receitas de capital de Alcoutim, ao passo que os passivos financeiros corresponderam a cerca de 23% do total das receitas de capital dos municípios algarvios, tendo sido para Portimão que mais importância teve, com mais de 67%.

O total das receitas próprias no total dos municípios correspondeu a cerca de 386 milhões de euros, um decréscimo de cerca de 24 milhões em relação ao ano anterior, representando mais de 70% do total das receitas. Mais de 281 milhões de euros foram relativos a receitas fiscais, traduzindo-se em menos de 40 milhões do que em 2007, representando a grande maioria das receitas próprias. No município de Albufeira estas representaram mais de 86% do total das receitas; Alcoutim manteve-se como o município menos independente financeiramente, perdendo quase metade da sua independência financeira face ao ano anterior (Apêndice 109).

No que se refere ao total das receitas nos dezasseis municípios, o valor em 2008 quase atingiu os 549 milhões de euros, o que resulta num decréscimo bastante acentuado face ao ano anterior em cerca de 31 milhões. Nos quatro municípios com mais receitas mantém-se Lagos, ao passo que Faro teve, em 2008, menos receitas do que VRSA. No seu conjunto, os quatro municípios detiveram mais de 51% do total da receita, como se poderá observar na tabela seguinte:

Tabela 5.17: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2008

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	71.241.262	4.130.624	75.371.886	94,52%	5,48%	13,73%
Alcoutim	4.528.711	5.622.835	10.151.546	44,61%	55,39%	1,85%
Aljezur	7.590.586	5.276.921	12.867.507	58,99%	41,01%	2,34%
Castro Marim	9.390.140	4.103.939	13.494.079	69,59%	30,41%	2,46%
Faro	28.826.647	7.995.130	36.821.777	78,29%	21,71%	6,71%
Lagoa	30.643.651	2.224.920	32.868.570	93,23%	6,77%	5,99%
Lagos	42.094.016	2.638.376	44.732.392	94,10%	5,90%	8,15%
Loulé	93.300.237	8.200.725	101.500.961	91,92%	8,08%	18,49%
Monchique	6.084.875	3.268.625	9.353.500	65,05%	34,95%	1,70%
Olhão	23.233.915	4.491.308	27.725.223	83,80%	16,20%	5,05%
Portimão	43.278.211	16.146.119	59.424.330	72,83%	27,17%	10,83%
S. Brás de Alportel	8.452.416	3.760.216	12.212.632	69,21%	30,79%	2,23%
Silves	28.585.328	4.666.801	33.252.130	85,97%	14,03%	6,06%
Tavira	24.826.770	5.937.252	30.764.022	80,70%	19,30%	5,61%
Vila do Bispo	8.927.308	1.823.169	10.750.477	83,04%	16,96%	1,96%
Vila Real de S.to António	31.185.682	6.343.005	37.528.686	83,10%	16,90%	6,84%
TOTAL	462.189.753	86.629.965	548.819.718	84,22%	15,78%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Quanto à despesa, os gastos com pessoal corresponderam a mais de 141 milhões de euros num total de mais de 380 milhões de euros a que correspondeu a totalidade da despesa corrente nos municípios algarvios, traduzindo-se em mais sete milhões em despesas com pessoal em relação ao ano anterior. O valor total gasto pelos municípios em aquisição de bens e serviços continuou a ser superior a gastos com pessoal, neste caso em cerca de 27 milhões de euros. Em relação aos encargos financeiros, o valor total esteve perto dos dez milhões de euros, uma subida em cerca de dois milhões face ao ano anterior (Apêndice 110).

No total dos municípios, as despesas com pessoal ultrapassaram ligeiramente os 37% do valor total das despesas correntes, valor inferior ao do ano anterior. Neste ano, destaque para o facto de dez municípios terem tido menos gastos com pessoal em relação à totalidade das outras despesas correntes. Monchique manteve-se na mesma linha dos anos anteriores, continuando a ser o município que mais gastou com pessoal, em termos per-

centuais, com mais de 61%; pelo contrário, Portimão foi quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal (cerca de 30%).

Albufeira e Lagoa foram os municípios que mais gastaram em aquisição de bens e serviços, com mais de 55% do total da despesa neste grupo. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso pouco significativo no total das despesas, com menos de 19%. Ainda assim, cerca de 21% das despesas correntes de Portimão foram relativas ao grupo das outras despesas correntes (Apêndice 111).

Em relação às despesas de capital, estas ultrapassaram os 202 milhões de euros, mais dois milhões do que em 2007, sendo as despesas de investimento de mais de 161 milhões de euros, menos seis milhões face ao ano anterior. Destas, continuou a ser em comunicações e transportes que, no total, os municípios mais investiram, com mais de 36 milhões de euros investidos (Apêndice 112). O investimento em habitação teve um peso pouco significativo no total dos municípios, com pouco mais de sete milhões de euros gastos.

Em equipamento escolar e social foi Monchique quem, percentualmente, mais investiu, correspondendo a quase 23%, tal como tinha sucedido no ano anterior. Alcoutim continuou o reforço do grupo de água e saneamento, tendo sido quem mais investiu, o que equivaleu a quase 59% das suas despesas de investimento; em comunicações e transportes foi, uma vez mais, Vila do Bispo quem mais investiu, com mais de 62% das despesas de investimento neste grupo (Apêndice 113).

Em instalações desportivas e de lazer foi, de novo, para S. Brás de Alportel que este grupo teve mais importância no total do investimento, com mais de 46%. No grupo

outros edifícios, Portimão investiu mais de 41% das suas despesas de investimento, ao passo que em *equipamento e software informático* foi Silves para quem este agrupamento teve mais relevância, com quase 16%.

O grupo *outros investimentos* teve, no total, um peso superior a 20%, sendo que Faro tem aqui o seu maior investimento, com mais de 33%. O investimento ocupou, no total dos municípios, quase 80% das despesas de capital, valor um pouco inferior ao do ano anterior. Monchique foi o município para quem as despesas de investimento menos peso tiveram, com cerca de 58%. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros e as outras despesas de capital tiveram um peso pouco significativo no total das despesas de capital na maioria dos municípios. Ainda assim, as transferências representaram, para VRSA, mais de 30% das despesas de capital (Apêndice 114).

Em relação ao serviço da dívida, e face ao ano anterior, esta subiu cerca de dois milhões de euros, tendo representado, no total dos municípios e face às despesas totais, um pouco mais de quatro por cento, com um valor que ultrapassou os 24 milhões de euros. Foi para Monchique que o serviço da dívida teve maior peso, representando mais de 13% do total das despesas efetuadas. Pelo contrário, foi para Vila do Bispo para quem o serviço da dívida menos representou, com menos de um ponto percentual (Apêndice 115).

No que se refere ao total das despesas, os municípios gastaram, no seu conjunto, quase 583 milhões de euros, ou seja, mais 93 milhões do que em 2007, sendo que se manteve o facto de que a despesa realizada pelo conjunto dos quatro municípios que mais despesa efetuaram é superior a 50% do total da despesa em todos os municípios. O total das despesas é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 5.18: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2008

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	60.119.299,20	21.302.805	81.422.104	73,84%	26,16%	13,97%
Alcoutim	4.701.055,42	5.815.103	10.516.158	44,70%	55,30%	1,80%
Aljezur	7.147.965,51	5.733.841	12.881.806	55,49%	44,51%	2,21%
Castro Marim	8.401.131,17	9.374.848	17.775.979	47,26%	52,74%	3,05%
Faro	25.876.822,53	11.149.460	37.026.282	69,89%	30,11%	6,35%
Lagoa	25.383.245,27	12.539.370	37.922.615	66,93%	33,07%	6,51%
Lagos	37.049.217,18	15.191.679	52.240.896	70,92%	29,08%	8,97%
Loulé	67.050.122,82	38.913.485	105.963.608	63,28%	36,72%	18,19%
Monchique	4.766.248,79	4.583.674	9.349.922	50,98%	49,02%	1,60%
Olhão	19.598.025,99	8.335.391	27.933.417	70,16%	29,84%	4,79%
Portimão	39.366.224,33	20.161.583	59.527.807	66,13%	33,87%	10,22%
S. Brás de Alportel	7.881.991,84	5.272.904	13.154.896	59,92%	40,08%	2,26%
Silves	23.575.708,86	9.647.355	33.223.064	70,96%	29,04%	5,70%
Tavira	18.407.960,48	15.177.025	33.584.986	54,81%	45,19%	5,76%
Vila do Bispo	8.152.147,29	4.240.669	12.392.816	65,78%	34,22%	2,13%
Vila Real de S.to António	22.862.450,59	14.911.133	37.773.583	60,52%	39,48%	6,48%
TOTAL	380.339.617,27	202.350.323,08	582.689.940,35	65,27%	34,73%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Da análise da tabela anterior observa-se que, tal como tem sucedido nos anos anteriores, as despesas de capital, em relação às correntes, representaram um peso menor: em 2008 as despesas de capital foram de quase de 35% em relação ao total da despesa. Alcoutim e Castro Marim foram os municípios em que esta tendência não se verificou, com as despesas de capital a representarem uma percentagem superior em relação às correntes com valores acima dos 52%.

5.1.10. Ano de 2009

As receitas correntes atingiram, em 2009, o valor de 423 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição face a 2008 em cerca de 39 milhões. As receitas próprias diminuíram também face ao ano anterior, tendo-se ficado por pouco mais de 326 milhões de euros, um valor inferior em cerca de 56 milhões. Os impostos diretos pouco ultrapassaram os 213,5 milhões de euros, registando também uma quebra acentuada face ao ano anterior em cerca de 41,5 milhões. As transferências do OE atingiram quase os 66

milhões de euros, um valor muito semelhante ao do ano anterior, correspondendo à grande maioria das transferências correntes efetuadas (mais de 65%). Do FEF os municípios receberam quase 44 milhões de euros, cerca de dois milhões a menos do que no ano anterior. Dos restantes fundos do OE, cerca de 14,5 milhões foram relativos à participação no IRS e pouco mais de sete milhões do FSM, valores muito idênticos aos do ano anterior (Apêndice 116).

No que se refere ao peso individual dos fundos do OE, o FEF representou, no total dos municípios, cerca de 67% do total das transferências do OE. Alcoutim e Monchique continuam a ser os municípios em que as transferências do OE representaram a maior fatia das receitas correntes, com cerca de 81% e 64%, respetivamente. No total dos municípios, as verbas do OE representam mais de 15,5% das receitas correntes, ligeiramente acima do ano anterior (Apêndice 117).

Relativamente ao peso por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, os impostos diretos continuam a ocupar a maior parcela das receitas próprias na maioria dos municípios, com mais de 65% no total. Alcoutim e VRSA foram novamente exceção neste aspeto, em que a venda de bens e serviços tiveram o maior peso nas receitas próprias.

A venda de bens e serviços representou também uma parcela significativa no total das receitas próprias, com um peso de mais de 21% no total dos municípios, sendo que em Alcoutim correspondeu a quase 60%. No total dos municípios, as receitas próprias tiveram um peso de cerca de 77% no total das receitas correntes, cerca de seis pontos percentuais abaixo do ano anterior (Apêndice 118).

Em relação às receitas de capital, estas corresponderam a quase 150 milhões de euros, mais 64 milhões face às do ano anterior, tendo Loulé arrecadado um valor de quase 25 milhões de euros. Relativamente aos fundos recebidos do OE, Silves foi o município que mais recebeu, com quase três milhões de euros, tendo a totalidade dos municípios arrecadado cerca de 29 milhões de euros, valor ligeiramente inferior ao do ano anterior (Apêndice 119).

Quanto às verbas comunitárias, foi VRSA quem mais recebeu, com quase três milhões de euros. No total os municípios receberam pouco mais de milhões de euros relativamente a financiamento europeu, cerca de dez milhões a menos em relação ao valor recebido no ano anterior, o que representa, no total, pouco mais de 12% das receitas de capital (Apêndice 120).

Relativamente ao peso no total das receitas de capital, as transferências do OE representaram pouco mais de 19%, menos 16% face ao ano anterior, sendo que para Monchique esse peso quase atingiu os 76%. A venda de bens de investimento teve para o conjunto dos municípios um peso pouco significativo, ainda que, para Tavira, esta rubrica tenha representado quase 1/3 no total das receitas de capital. Os fundos comunitários representaram mais de 40% das receitas de capital de Vila do Bispo, ao passo que os passivos financeiros corresponderam à maioria do total das receitas de capital dos municípios algarvios, com um peso superior a 55%, mais do dobro do ano anterior. Albufeira foi o município para quem mais importância tiveram os passivos financeiros, com mais de 82% do valor relativo às receitas de capital.

O total das receitas próprias no total dos municípios pouco ultrapassou os 336 milhões de euros, um decréscimo de cerca de 50 milhões em relação ao ano anterior, representando menos de 59% do total das receitas. Pouco mais de 233 milhões de euros foram

relativos a receitas fiscais, traduzindo-se em menos de 48 milhões do que em 2008, representando, ainda assim, a grande maioria das receitas próprias. No município de Lagoa estas representaram quase 80% do total das receitas; Alcoutim manteve-se como o município menos independente financeiramente, com menos de nove por cento de receitas próprias (Apêndice 121).

No que se refere ao total das receitas nos dezasseis municípios, o valor em 2009 ultrapassou os 573 milhões de euros, mais 24 milhões face ao ano anterior. A tabela seguinte sintetiza alguns desses valores:

Tabela 5.19: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas correntes e de capital no total das receitas, por município, ano de 2009

MUNICÍPIOS	Total receitas correntes	Total receitas capital	Total receitas	Receitas correntes/Total receitas	Receitas capital/Total receitas	Receita total/total Algarve
Albufeira	63.835.809	14.899.881	78.735.690	81,08%	18,92%	13,74%
Alcoutim	4.701.246	3.536.512	8.237.758	57,07%	42,93%	1,44%
Aljezur	7.624.649	2.950.114	10.574.763	72,10%	27,90%	1,84%
Castro Marim	8.553.087	5.368.991	13.922.078	61,44%	38,56%	2,43%
Faro	32.084.233	11.075.653	43.159.886	74,34%	25,66%	7,53%
Lagoa	25.808.596	2.292.300	28.100.896	91,84%	8,16%	4,90%
Lagos	36.282.795	9.942.822	46.225.617	78,49%	21,51%	8,06%
Loulé	83.852.809	24.857.982	108.710.791	77,13%	22,87%	18,97%
Monchique	6.501.186	3.465.825	9.967.012	65,23%	34,77%	1,74%
Olhão	24.470.966	8.599.967	33.070.933	74,00%	26,00%	5,77%
Portimão	41.172.143	15.214.225	56.386.368	73,02%	26,98%	9,84%
S. Brás de Alportel	8.825.862	2.895.989	11.721.851	75,29%	24,71%	2,05%
Silves	30.774.649	19.207.672	49.982.320	61,57%	38,43%	8,72%
Tavira	23.345.545	10.883.814	34.229.359	68,20%	31,80%	5,97%
Vila do Bispo	7.315.326	3.723.031	11.038.357	66,27%	33,73%	1,93%
Vila Real de S.to António	18.546.497	10.562.327	29.108.824	63,71%	36,29%	5,08%
TOTAL	423.695.398	149.477.105	573.172.503	73,92%	26,08%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Constata-se que, nos quatro municípios com mais receita Silves ocupou o lugar de Lagos, ao passo que Faro teve, em 2009, menos receitas do que Lagos e Silves. No seu conjunto, mais de 51% do total da receita foi efetuada por apenas quatro municípios. As receitas correntes ocuparam quase 74% do total das receitas, sendo que para todos os

municípios as receitas correntes representaram o maior peso face às de capital. No caso de Lagoa, essa percentagem é de quase 92%.

Quanto à despesa, os gastos com pessoal ascenderam a 162 milhões de euros num total de quase 385 milhões de euros, valor a que correspondeu a totalidade da despesa corrente nos municípios algarvios, traduzindo-se em mais 21 milhões em despesas com pessoal em relação ao ano anterior. O valor total gasto pelos municípios em pessoal voltou a ser superior ao valor gasto em aquisição de bens e serviços, o que já não acontecia desde 2005. Em relação aos encargos financeiros, o valor total pouco ultrapassou os nove milhões de euros, um valor idêntico ao ano anterior (Apêndice 122).

No total dos municípios, as despesas com pessoal ultrapassaram ligeiramente os 42% do valor total das despesas correntes, mais cinco pontos percentuais face ao ano anterior. Destaque para o facto de, em 2009, apenas cinco municípios terem tido menos gastos com pessoal do que em aquisição de bens e serviços. Monchique manteve a mesma tendência dos anos anteriores, continuando a ser o município que mais gastou com pessoal, em termos percentuais, com quase 69%; pelo contrário, Portimão foi quem teve, percentualmente, menos despesas com pessoal, tal como tinha acontecido em 2008 (pouco mais de 34%).

Lagoa e Castro Marim foram os municípios que mais gastaram em aquisição de bens e serviços, com cerca de 55% do total da despesa neste grupo. Os encargos financeiros, as transferências correntes e as outras despesas correntes tiveram um peso relativamente reduzido no total das despesas, com pouco mais de 17%. Ainda assim, mais de 15% das despesas de Aljezur foram relativas a transferências, bem como cerca de 16% das despesas de Portimão foram referentes ao grupo das outras despesas correntes (Apêndice 123).

Em relação às despesas de capital, estas ultrapassaram ligeiramente os 212 milhões de euros, mais dez milhões do que em 2008, sendo as despesas de investimento de quase 175 milhões de euros, mais 14 milhões face ao ano anterior. Destas, continuou a ser em comunicações e transportes que, no total, os municípios mais investiram, com mais de 50 milhões de euros investidos, correspondendo ao maior investimento nos últimos anos (Apêndice 124). O investimento em habitação teve um peso pouco significativo no total dos municípios, com menos de oito milhões de euros gastos, sendo que a maioria deste investimento pertenceu a Lagos, com mais de 3,5 milhões.

Em equipamento escolar e social a despesa, em 2009, esteve essencialmente relacionada, na generalidade dos municípios algarvios, com as escolas. Foi Olhão quem, percentualmente, mais investiu neste grupo, correspondendo a mais de 48% do seu investimento. Loulé foi quem mais investiu em água e saneamento, o que equivaleu a mais de 43% das suas despesas de investimento; em comunicações e transportes foram os municípios de S. Brás de Alportel e Vila do Bispo quem mais investiu, com cerca de 57% das despesas de investimento neste grupo (Apêndice 125).

Em instalações desportivas e de lazer foi para Lagoa que este grupo teve mais importância no total do investimento, com mais de 36%. Nos grupos *outros edifícios e equipamento e software informático*, Portimão foi novamente quem mais investiu, com quase 19% das suas despesas de investimento em edifícios, ao passo que em *equipamento e software informático* esse valor ultrapassou os 31%. O grupo *outros investimentos* teve, no total, um peso de quase 18%, sendo que Silves tem aqui o seu maior investimento, com mais de 50%.

O investimento ocupou, no total dos municípios, mais de 82% das despesas de capital, valor um pouco superior ao do ano anterior. Monchique foi novamente o município para

quem as despesas de investimento menos peso tiveram, com menos de 53%. As transferências de capital, os ativos e os passivos financeiros e as outras despesas de capital tiveram um peso pouco significativo no total das despesas de capital na maioria dos municípios (cerca de 17%). Ainda assim, as transferências representaram, para Portimão, quase 28% das despesas de capital. Quanto aos passivos financeiros, estes significaram para Monchique quase 27% do seu investimento (Apêndice 126).

Em relação ao serviço da dívida, e face ao ano anterior, esta não sofreu grandes alterações, tendo representado, no total dos municípios e face às despesas totais, um pouco mais de quatro por cento, com um valor de quase 25 milhões de euros. Foi para Monchique que o serviço da dívida teve novamente maior peso, representando quase 15% do total das despesas efetuadas. Pelo contrário, Vila do Bispo mantém-se como sendo o município para quem o serviço da dívida menos representou, com menos de um ponto percentual (Apêndice 127).

No que se refere ao total das despesas, os municípios gastaram, no seu conjunto, mais de 597 milhões de euros, o que significa mais 14 milhões do que em 2008. À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, a despesa realizada pelo conjunto dos quatro municípios que mais despesa efetuaram é superior ao total da despesa realizada nos restantes municípios.

Constata-se que mais de 54% da despesa foi realizada pelos municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Silves. Verifica-se também que as despesas de capital em relação às correntes representaram, no total, cerca de 35,5% em relação ao total da despesa, tendo as despesas de capital tido, em todos os municípios, um peso menor em relação às correntes, na sequência do que tem sucedido nos anos anteriores. A tabela seguinte apresenta o panorama geral da despesa em 2009 de todos os municípios:

Tabela 5.20: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das despesas correntes e de capital no total das despesas, por município, ano de 2009

MUNICÍPIOS	Total despesas correntes	Total despesas capital	Total despesas	Despesas correntes/total despesas	Despesas capital/total despesas	Despesa total/total Algarve
Albufeira	56.214.408,35	38.393.857	94.608.265	59,42%	40,58%	15,85%
Alcoutim	5.030.310,30	3.636.249	8.666.560	58,04%	41,96%	1,45%
Aljezur	7.367.643,16	3.238.666	10.606.309	69,46%	30,54%	1,78%
Castro Marim	8.987.886,71	3.441.288	12.429.175	72,31%	27,69%	2,08%
Faro	26.428.003,81	15.564.925	41.992.929	62,93%	37,07%	7,03%
Lagoa	16.358.164,69	7.721.999	24.080.164	67,93%	32,07%	4,03%
Lagos	30.791.056,26	16.247.167	47.038.224	65,46%	34,54%	7,88%
Loulé	70.384.218,34	53.693.233	124.077.451	56,73%	43,27%	20,78%
Monchique	5.104.771,64	4.874.544	9.979.316	51,15%	48,85%	1,67%
Olhão	22.365.827,99	10.561.314	32.927.142	67,93%	32,07%	5,51%
Portimão	45.355.061,49	11.090.975	56.446.036	80,35%	19,65%	9,45%
S. Brás de Alportel	8.660.401,99	3.553.804	12.214.206	70,90%	29,10%	2,05%
Silves	34.346.585,19	13.894.701	48.241.286	71,20%	28,80%	8,08%
Tavira	19.389.867,10	13.649.135	33.039.002	58,69%	41,31%	5,53%
Vila do Bispo	7.394.062,19	4.190.701	11.584.763	63,83%	36,17%	1,94%
Vila Real de S.to António	20.668.928,10	8.456.473	29.125.402	70,97%	29,03%	4,88%
TOTAL	384.847.197,31	212.209.031,26	597.056.228,57	64,46%	35,54%	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

5.2. Evolução geral da receita

Tendo em conta a totalidade dos municípios, foi no ano de 2007 que estes conseguiram o maior volume de receitas, arrecadando mais de 580 milhões de euros; pelo contrário, em 2000, o valor de receitas não atingiu sequer os 304 milhões (Apêndice 128). Do total da receita arrecadada, só os municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Lagos conseguiram receber quase 49% do total da receita de todos os municípios, o que traduz as enormes disparidades existentes entre o valor total das fontes de receita entre cada um deles.

Em termos de evolução, os municípios conseguiram, no conjunto, arrecadar sempre mais receitas face ao ano anterior, à exceção do ano de 2008, em que perderam mais de 31 milhões de euros, uma diminuição superior a 5,5%. Pelo contrário, foi precisamente em 2007 que conseguiram o maior volume de receitas comparativamente com as do ano

anterior, o que se traduziu em quase 79 milhões de euros para os cofres dos municípios algarvios, um aumento de mais de 13,5%. Apesar deste aumento, foi em 2001 que se deu a maior evolução nas receitas, tendo os municípios recebido quase mais 16% em relação a 2000 (Apêndices 129 e 130).

Relativamente à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Loulé teve um aumento das suas receitas em quase 65 milhões de euros. Apesar deste aumento, foi Silves que, percentualmente, teve a maior evolução de receitas, com mais de 10,5%, um valor superior a 32 milhões de euros. Monchique, pelo contrário, perdeu quase 633 mil euros, tendo sido o único município que perdeu receitas. O total dos municípios teve um acréscimo de quase 270 milhões de euros, um aumento de quase seis pontos percentuais.

5.2.1. Evolução das receitas próprias

À semelhança do que aconteceu com o total das receitas, foi também no ano de 2007 que o conjunto dos municípios conseguiu o maior volume de receitas próprias, arrecadando mais de 410 milhões de euros; pelo contrário, no primeiro ano a que se refere esta análise, o valor de receitas pouco passou dos 170 milhões (Apêndice 131). Verifica-se também que os quatro municípios com maior volume de receitas são também aqueles que mais têm independência financeira. Quer isto dizer que Loulé, com quase 627 milhões de euros e cerca de 22% do total das receitas próprias é que detém o maior número, seguindo-se-lhe Albufeira, Lagos e depois Portimão. Registe-se também o facto de que a capital de distrito obteve ainda menos receitas próprias do que Lagoa, com pouco mais de 7% no total das receitas dos municípios.

Os quatro municípios com mais receitas conseguiram receber mais de 57% do total das receitas próprias obtidas em todos os municípios, o que revela uma grande fragilidade em muitos municípios algarvios, sobretudo os do interior, com uma grande incapacidade de gerar receitas próprias. Alcoutim é o município em que esta situação se verifica de forma mais evidente, apenas conseguindo, ao longo dos dez anos, pouco mais de oito milhões de euros de receitas próprias.

Em termos de evolução, os municípios conseguiram, no conjunto, arrecadar quase sempre mais receitas em relação ao ano anterior. As exceções ocorreram com as receitas dos últimos anos deste estudo (2008 e 2009), em que os municípios perderam mais de 23 e 50 milhões de euros de receitas próprias, decréscimos na ordem dos seis e catorze por cento, respetivamente. Pelo contrário, foi também em 2007 que conseguiram o maior volume de receitas comparativamente com as do ano anterior, o que se traduziu em mais de 70 milhões de euros, um aumento de mais de 17%. Apesar deste aumento, foi em 2004 que se deu a maior evolução nas receitas, tendo os municípios recebido mais de 18% em relação ao ano anterior (Apêndices 132 e 133).

Relativamente à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Loulé teve um aumento das suas receitas em mais de 40 milhões de euros. Apesar deste aumento, foi Aljezur que, percentualmente, teve a maior evolução de receitas, com quase 8,5%, cerca de 2,6 milhões de euros. Todos os municípios tiveram uma evolução positiva das suas receitas próprias, excetuando Monchique, que perdeu mais de 150 mil euros de receitas próprias ao longo de dez anos. O total dos municípios teve um acréscimo de quase 166 milhões de euros, um aumento de quase seis pontos percentuais, tal como aconteceu com as receitas totais.

No que se refere ao peso que as receitas próprias tiveram no total das receitas, verifica-se que, em termos médios ao longo dos dez anos, foi para Lagoa, Loulé, Albufeira e Lagos que este tipo de receitas teve mais relevância, com um peso de cerca de 75%. Pelo contrário, para Alcoutim e Monchique as receitas próprias tiveram um peso muito diminuto, não chegando sequer aos 20%, sendo que no caso de Alcoutim pouco passou dos 10% (Apêndice 134). No total dos municípios e do período em análise, o peso total foi, em média, de cerca de 62,5%, tendo sido em 2001 e 2003 que essa importância foi menor e maior, com cerca de 50% e 80%, respetivamente.

5.2.2. Evolução e importância dos impostos sobre o património

Do conjunto das receitas próprias fazem parte aquelas que incidem sobre o património, e que se traduzem, regra geral, no conjunto dos impostos diretos, à exceção da derrama. Trata-se, portanto, do IMI, do IMT e também do IUC, acerca dos quais já se tinha falado diversas vezes ao longo deste trabalho. Também já se tinha abordado a sua importância no total das receitas próprias dos municípios, sendo que agora vão ser analisadas com mais algum pormenor.

À semelhança do que aconteceu com as receitas próprias, foi também em 2007 que o conjunto dos municípios conseguiu o maior volume de receitas sobre o património, arrecadando mais de 175 milhões de euros. Tendo em conta que tem existido uma certa tendência para o aumento deste tipo de receitas ao longo dos anos, 2000 foi o ano em que esse valor foi menor, com menos de 105 milhões recebidos pelos municípios.

Verifica-se também que, em termos gerais, os quatro municípios com maior volume de receitas são também aqueles que mais têm este tipo de receitas. Quer isto dizer que Loulé, com mais de 457 milhões de euros e cerca de 27% do total de receitas sobre o patri-

mónio é que detém o maior número, seguindo-se-lhe Albufeira, Portimão e Lagos. O conjunto destes quatro municípios detém quase 63% do total deste tipo de receitas, o que demonstra claramente a sua distribuição assimétrica pelos restantes municípios. Alcoutim é novamente o município em que esta situação se verifica de forma mais evidente, apenas conseguindo, ao longo dos dez anos, pouco mais de 2,3 milhões de euros de receitas sobre o património (Apêndice 135).

Em termos de evolução, os municípios conseguiram, no conjunto, arrecadar quase sempre mais receitas em relação ao ano anterior, à exceção de 2004, 2008 e 2009, em que os municípios perderam mais de 24, 28 e 41 milhões de euros de receitas próprias, respetivamente. Pelo contrário, foi em 2007 que conseguiram o maior volume de receitas comparativamente com as do ano anterior, o que se traduziu em quase de 73 milhões de euros, um aumento de mais de 26%. Apesar deste aumento, foi em 2005 que se deu a maior evolução nas receitas em termos percentuais, tendo os municípios recebido mais de 30% em relação ao ano anterior (Apêndices 136 e 137).

Relativamente à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Loulé teve um aumento das suas receitas em mais de 32 milhões de euros. Apesar deste aumento, foi Aljezur que, percentualmente, teve a maior evolução de receitas, com mais de nove por cento, cerca de 1,5 milhões de euros, valor muito significativo no conjunto das poucas receitas que arrecada. Todos os municípios tiveram, ao longo dos anos, uma evolução positiva das suas receitas incidentes sobre o património. O total dos municípios teve um acréscimo de mais de 101 milhões de euros, um aumento de quase seis pontos percentuais, tal como aconteceu com as receitas totais e com as receitas próprias.

No que se refere à importância das receitas sobre o património no total das receitas próprias, verifica-se que, na maioria dos anos, o seu peso nos municípios é superior a 60%,

sendo que em 2004 esse peso foi de apenas 42% e em 2005 quase 52%. Em termos médios, é para Loulé e Portimão que a importância é maior, com mais de 70% das suas receitas próprias a dependerem dos impostos patrimoniais, sendo para Alcoutim, como seria de esperar, que esse peso é mais insignificante. No total do período em análise, e para o conjunto dos municípios, a importância dos impostos sobre o património no total das receitas próprias é de cerca de 60% (Apêndice 138).

Efetuada o mesmo raciocínio para o total das receitas, constata-se que o grau de importância deste tipo de receitas é semelhante ao verificado anteriormente, apenas com uma descida considerável de pontos percentuais: para Loulé e Portimão o peso é de cerca de 53% e 46%, respetivamente. Para Alcoutim, em termos médios ao longo dos dez anos, esse peso não chega aos três por cento. No total dos municípios e para o período analisado, é de mais de 1/3 o peso que os impostos sobre o património ocupam no total das receitas (Apêndice 139).

5.2.3. Evolução das transferências do OE

Constata-se que foi em 2006 que o conjunto dos municípios conseguiu receber o valor mais elevado das transferências do OE, arrecadando quase 99 milhões de euros, valor muito semelhante ao de 2005; pelo contrário, 2001 correspondeu ao ano em que os municípios receberam menos verbas, com pouco mais de 81 milhões de euros (Apêndice 140). Verifica-se também que foi para Loulé que mais verbas saíram do OE, com mais de 104 milhões de euros, o que equivale a cerca de 11% do total dos municípios. S. Brás de Alportel foi, dos municípios algarvios, quem menos recebeu do OE, não atingindo os 34 milhões de euros, valor pouco abaixo do que foi recebido por Vila do Bispo.

Relativamente à evolução verificada, registaram-se três anos em que os municípios receberam menos do que no ano anterior, concretamente em 2001, 2007 e 2009, tendo sido em 2007 que essa diminuição foi mais acentuada, correspondendo a um decréscimo de 10% de receitas face a 2006, quase nove milhões de euros a menos. Refira-se também que em 2006 as verbas recebidas foram as mesmas do ano anterior em todos os municípios, com a exceção de Vila do Bispo, que recebeu mais 33.300 euros do que em 2005. Face à quebra de fundos do OE que se tinha verificado em 2001, 2002 foi o ano em que os municípios receberam o valor mais elevado face ao ano anterior, o que significa quase 11 milhões de euros, um aumento superior a 11,5% (Apêndices 141 e 142).

No que se refere à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Alcoutim foi que teve um maior aumento das transferências do OE, com um acréscimo de mais de quatro pontos percentuais, correspondendo a mais de 2,5 milhões de euros recebidos. Verifica-se também que, ao longo deste período, houve um conjunto de seis municípios que perderam verbas do OE. Trata-se de Lagoa, Vila Real de St.º António, Faro, Albufeira, Tavira e Lagos, tendo, no seu conjunto, perdido quase 3,5 milhões de euros. Lagoa foi quem perdeu mais receita do OE, que corresponde a mais de um milhão de euros.

No conjunto dos municípios, estes tiveram um aumento das transferências do OE em mais de 8,5 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de quase 1%. Refira-se ainda que foi apenas nos anos de 2002, 2004 e 2005 que todos os municípios tiveram um aumento das verbas recebidas do OE face ao ano anterior, sendo que nos restantes anos houve sempre municípios que perderam receitas.

No que se refere ao peso que os fundos do OE tiveram no total das receitas, verifica-se que, quer nas receitas correntes, quer nas de capital, as transferências do OE represen-

tam uma parcela importante no total da receita dos municípios, sendo que, em média, foram mais importantes as de capital, tendo representado quase 32% no total dos municípios e do período em análise, contra pouco mais de 17% no que se refere às correntes (Apêndices 143 e 144).

Em termos médios ao longo dos dez anos, foi para Alcoutim, Monchique, Aljezur e S. Brás que as transferências correntes do OE tiveram mais relevância, tendo tido no caso de Alcoutim um peso de quase de 83%. Pelo contrário, foi para Lagos, Loulé, Albufeira e Lagoa que as verbas recebidas do OE tiveram menos importância, não chegando sequer aos 10%, no caso de Lagos. Verifica-se também que foi em 2007 e 2000 que essa importância foi menor e maior, com cerca de 13% e 22%, respetivamente.

Quer isto dizer que os municípios de maior dimensão (em termos de número de habitantes) conseguem arrecadar um maior número de receitas próprias, sendo estas de grande importância no total das suas receitas. Pelo contrário, os municípios de menor dimensão têm mais dificuldade em gerar receitas próprias, ficando altamente dependentes das verbas que o Estado lhes transfere, através dos respetivos fundos do OE.

No que se refere às verbas de capital transferidas do OE, não se mantém a tendência verificada com as transferências correntes, verificando-se algumas diferenças. Em termos médios ao longo dos dez anos, foi para Alcoutim, Vila do Bispo, Lagoa e Aljezur que as transferências de capital do OE tiveram mais relevância, com um peso superior a 50% em todos os municípios. Pelo contrário, foi para VRSA, Faro e Portimão que as verbas recebidas do OE tiveram menos importância, na casa dos 20%, aproximando-se de 30% no caso de Portimão. Verifica-se também que foi em 2009 e 2000 que essa importância foi menor e maior, com cerca de 20% e 43%, respetivamente.

5.2.4. Evolução dos fundos comunitários

As participações comunitárias relativas a projetos do FEDER correspondem, como já se tinha verificado, a uma parcela significativa nas receitas dos municípios. Deste modo, verifica-se que foi em 2001 que o conjunto dos municípios conseguiu receber o valor mais elevado das verbas do FEDER, arrecadando quase 47 milhões de euros; 2009 foi, pelo contrário, o ano em que os municípios receberam menos verbas, com pouco mais de 18 milhões de euros (Apêndice 145).

Verifica-se também que foi VRSA que mais verba recebeu dos fundos comunitários, com quase 34,5 milhões de euros, o que equivale a mais de 12% do total dos municípios. Vila do Bispo foi, dos municípios algarvios, quem menos recebeu do FEDER, pouco mais de nove milhões de euros, valor pouco abaixo do que foi recebido por Lagoa. Relativamente à evolução verificada, constata-se que em quatro anos a totalidade dos municípios recebeu menos participações do FEDER em relação ao ano anterior: trata-se de 2002, 2005, 2008 e 2009, tendo sido em 2002 que o decréscimo foi mais acentuado, com quase 22 milhões de euros a menos em relação ao ano anterior, o que equivale a uma quebra de mais de 88%.

No que se refere à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Loulé foi quem teve um maior acréscimo do valor recebido de verbas comunitárias, com um aumento de mais de 1,2 milhões de euros recebidos. Percentualmente, o maior aumento verificou-se em Vila do Bispo, com uma evolução positiva de quase 12% desta fonte de receita (Apêndices 146 e 147).

Refira-se também, ao longo deste período, houve um conjunto de sete municípios que perderam verbas comunitárias: trata-se de Albufeira, S. Brás de Alportel, Silves, Alje-

zur, Faro, VRSA e Monchique, tendo, no seu conjunto, perdido mais de 11 milhões de euros. Albufeira foi quem perdeu mais receitas, quase quatro milhões de euros, a que corresponde uma diminuição de mais de 15%. No conjunto dos municípios, estes perderam, ao longo deste período, mais de cinco milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de verbas comunitárias de quase 2%.

5.2.5. Evolução dos passivos financeiros

Com a diminuição das receitas dos municípios, nomeadamente das receitas próprias, o recurso ao crédito é uma das alternativas para fazer face à despesa que têm de realizar, no âmbito das suas atribuições e competências. Deste modo, procedendo à análise da evolução dos passivos financeiros nos municípios algarvios, verifica-se que foi em 2009 que mais recorreram ao financiamento como forma de obtenção de receita, financiando-se em quase 82,5 milhões de euros; 2006 foi, pelo contrário, o ano em que os municípios menos receberam, com pouco mais de dez milhões de euros.

Verifica-se também que foi Faro que mais se financiou junto da banca, com mais de 49 milhões de euros, o que equivale a cerca de 16% do total dos municípios. Seguiu-se-lhes Loulé, Portimão e Albufeira, representando, no seu conjunto, mais de 55% do total do recurso ao crédito nos municípios. No sentido inverso esteve Vila do Bispo, com menos de 1,5 milhões de euros de financiamento (Apêndice 148).

Relativamente à evolução verificada, constata-se que em quatro anos consecutivos ocorreu uma variação negativa, ou seja, de 2003 a 2006 os municípios recorreram continuamente menos ao crédito, tendo sido em 2003 que o decréscimo foi mais acentuado, com quase 14 milhões de euros a menos em relação a 2002. No que se refere à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, foi em Loulé que ocorreu a

maior evolução, com um aumento de quase 18 milhões de euros recebidos. Percentualmente, o maior aumento verificou-se em Silves, com uma evolução superior a 66% desta fonte de receita (Apêndice 149).

Refira-se também, ao longo deste período, houve um conjunto de cinco municípios que diminuíram o seu recurso ao crédito: tratou-se de Monchique, Tavira, Lagoa, Alcoutim e Aljezur, tendo, no seu conjunto, diminuído o recurso a esta fonte de receita em cerca de dez milhões de euros. Apesar da diminuição nalguns municípios, ainda assim, ao longo do período em análise o total dos municípios aumentou o seu recurso ao crédito em quase 61 milhões de euros, a que corresponde um aumento de mais de 20%.

5.3. Evolução geral da despesa

Observa-se que foi no ano de 2009, último ano deste estudo, que a totalidade dos municípios efetuou o maior volume de despesa, despendendo mais de 597 milhões de euros; pelo contrário, em 2000, o valor da despesa pouco foi além dos 306 milhões. Do total da despesa efetuada, um grupo de apenas quatro municípios (Loulé, Albufeira, Portimão e Lagos) efetuou cerca de 49% do total da despesa de todos os municípios (Apêndice 150).

Uma vez que foi quem teve receitas menores, Alcoutim seguiu a mesma tendência para a despesa, tendo sido o município que menos despesa efetuou ao longo dos dez anos, com pouco mais de 79 milhões de euros gastos. Isto significa que os quatro municípios que mais receitas obtêm são também aqueles que mais gastam, o mesmo se passando com os que menos receitas arrecadam.

Em termos de evolução, os municípios, no seu conjunto, gastaram sempre mais do que no ano anterior. O único ano em que tal não aconteceu foi em 2006, em que despende-

ram menos cerca de oito milhões de euros, uma redução em cerca de 1,5%. Pelo contrário, e tal como aconteceu com a receita, foi em 2007 que efetuaram mais despesa comparativamente com o ano anterior, o que se traduziu em quase 65,5 milhões, um aumento de quase 12%. Apesar deste aumento, foi em 2001 que se deu a maior evolução na despesa, tendo os municípios gasto mais de 17% em relação a 2000 (Apêndices 151 e 152).

Relativamente à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Loulé teve um aumento da sua despesa em quase 80 milhões de euros. Apesar deste aumento, foi Silves que, percentualmente, teve a maior evolução na despesa efetuada, com mais de 10%, um valor superior a 30 milhões de euros. Monchique, pelo contrário, foi o único município que teve uma evolução negativa na despesa, tendo gasto quase 650 mil euros a menos ao longo dos dez anos. O total dos municípios teve um acréscimo de mais de 290,5 milhões de euros, um aumento de mais de seis pontos percentuais, ou seja, superior à variação da receita.

5.3.1. Evolução das despesas com pessoal

Como já se tinha verificado anteriormente, este grupo de despesa é um dos mais significativos na totalidade das despesas correntes dos municípios algarvios. Pode verificar-se, para já, que em todos os anos houve um aumento das despesas com pessoal em relação ao ano anterior, tendo em conta a totalidade dos municípios algarvios. Isto significa que o último ano deste estudo foi o que mais gastos com pessoal teve, num total de mais de 162 milhões de euros, sendo 2000 o ano com menos despesas deste tipo, com menos de 81 milhões (Apêndice 153).

Verifica-se também que os quatro municípios com mais gastos em pessoal são, por esta ordem, Loulé, Albufeira, Faro e Portimão, ocupando, no total, quase 49,5% de todas as despesas com pessoal. Alcoutim foi quem menos gastou com pessoal, tendo gasto quase 21 milhões de euros ao longo do período em análise, cerca de 10% da despesa efetuada pelo município mais gastador.

Em termos da evolução verificada, 2009 foi o ano em que os municípios, no seu conjunto, gastaram mais face ao ano anterior, o que se traduz em quase 21 milhões de euros, um aumento face a 2008 de quase 13%. Relativamente à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Loulé e Albufeira foram os municípios que tiveram um maior aumento dos gastos com pessoal, ambos com mais de 12,5 milhões de euros.

Verifica-se também que foi Albufeira que, em termos percentuais, registou o maior aumento neste tipo de despesa (Apêndices 154 e 155). Lagoa foi o único município que conseguiu não aumentar os seus gastos com pessoal ao longo deste período, conseguindo gastar menos quase 800 mil euros, uma redução de cerca de 1,2 pontos percentuais. No total dos municípios verificou-se um acréscimo de despesas com pessoal de mais de 81 milhões de euros, a que corresponde um aumento de quase 7%.

Os gastos com pessoal ocupam, como se viu, uma parcela significativa na totalidade das despesas dos municípios algarvios. Após breve análise do Apêndice 156, constata-se que, em todos os anos, as despesas com pessoal ocuparam entre 24,5% e 27% do total das despesas dos municípios, sendo que 2001 e 2009 foram os anos em que este tipo de despesas teve menor e maior peso, respetivamente, na despesa total.

Em termos médios, e no total do período em análise, verifica-se que é em Olhão que as despesas com pessoal têm mais peso, com um valor superior a 30%. Pelo contrário, no

município de Castro Marim esse peso não chega sequer aos 20%. No total dos municípios, e no período temporal em estudo, os gastos com pessoal tiveram uma importância de quase 26% no total da despesa realizada.

5.3.2. Evolução do serviço da dívida

Após análise do serviço da dívida nos municípios ao longo do período em análise, observa-se que este foi sempre crescente ao longo dos anos. Em 2000 era de perto de nove milhões de euros, quase triplicando o valor inicial, atingindo quase 25 milhões de euros. Verifica-se também que, no total dos dez anos, o serviço da dívida, face ao total dos municípios, é mais elevado em Faro, aproximando-se dos 16%, o que equivale a cerca de 26,5 milhões de euros, seguindo Portimão muito de perto estes valores, sendo Loulé e Tavira, por esta ordem, os terceiro e o quarto municípios com o serviço da dívida mais elevado. Castro Marim encontra-se na base da tabela, com menos de 1,5 milhões de euros de serviço da dívida, a que corresponde menos de um ponto percentual (Apêndice 157).

Em termos da evolução verificada, 2007 foi o ano em que os municípios, no seu conjunto, mais elevaram a sua despesa face ao ano anterior, o que se traduz em mais de quatro milhões de euros, um aumento face a 2006 de quase 20%. Relativamente à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Faro foi o município que teve a maior evolução do serviço da dívida, com um aumento superior a quatro milhões de euros (Apêndice 158 e 159).

Foi a VRSA que correspondeu, em termos percentuais, o maior aumento ao longo dos dez anos, com quase 25%. Com variações negativas no serviço da dívida registaram-se três municípios - Vila do Bispo, Monchique e Lagoa -, sendo que foi Vila do Bispo que

mais conseguiu reduzir o seu valor, equivalendo a mais de 7%. No total dos municípios e ao longo do período analisado verificou-se um acréscimo de quase 16 milhões de euros, a que corresponde um aumento superior a 9,5%.

5.3.3. Evolução do investimento

Observa-se que, após análise do investimento efetuado pelos municípios ao longo do período analisado, 2005 foi o ano em que mais investimento foi efetuado, num valor superior a 176 milhões de euros. Pelo contrário, em 2000 foi efetuado o menor volume de despesa, não atingindo 118 milhões de euros. Verifica-se também que, no total dos dez anos, o investimento, face ao total dos municípios, foi mais elevado em Loulé, aproximando-se dos 17%, o que equivale a cerca de 250 milhões de euros.

Albufeira, Lagos e Portimão foram, por esta ordem, os outros municípios que mais investimento efetuaram, sendo que, no seu conjunto, realizaram cerca de 46% do total do investimento. Alcoutim, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo encontram-se no final da tabela, com cerca de 3,5 milhões de euros de investimento efetuado cada um deles, a que correspondem pouco mais de dois pontos percentuais no total do investimento (Apêndice 160).

Relativamente à variação ocorrida por município ao longo do período em estudo, Loulé foi o município que teve a maior evolução, com um aumento de quase 34 milhões de euros, a que equivale a cerca de 13,5% de mais investimento (Apêndices 161 e 162). Com variações negativas nas despesas de investimento contam-se metade dos municípios, a que corresponde uma diminuição de mais de 17 milhões de euros no investimento. Portimão, Tavira, Monchique, VRSA, S. Brás de Alportel, Aljezur, Faro e Castro Marim são esses municípios com perda de investimento, sendo Portimão o município

onde essa diminuição foi mais elevada, com cerca de sete milhões de euros, a que correspondem mais de 6% de perda de investimento. No total dos municípios e ao longo do período analisado, apesar de ter ocorrido muita diminuição no investimento, ainda assim verificou-se um acréscimo superior a 57 milhões de euros, a que corresponde um aumento de quase 4%.

Procedendo a uma análise evolutiva das despesas de investimento, constata-se que a maior variação, em termos percentuais, ocorreu em 2001, em que os municípios realizaram mais de 20% deste tipo de despesa face a 2000. Verifica-se também que 2005 foi o ano em que os municípios, no seu conjunto, mais despesa efetuaram em investimento face ao ano anterior, o que se traduz em mais de 31 milhões de euros, um aumento face a 2004 de mais de 17,5%. Pelo contrário, foi em 2002 e 2006 que se verificou a maior diminuição no investimento no total dos municípios, superior a 20%, tendo sido em 2002 de mais de 25 milhões de euros e superior a 32 milhões em 2006. No que se refere à eventual relação existente entre a receita arrecadada e o investimento efetuado, e de forma a verificar se existiria algum tipo de relação linear entre estas duas variáveis, procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação linear de *Pearson*. O respetivo cálculo é apresentado na tabela seguinte:

Tabela 5.21: Cálculo do coeficiente de *Pearson* entre a receita e o investimento

Municípios	Valor	Intensidade
Albufeira	0,36	fraca
Alcoutim	0,79	moderada
Aljezur	0,77	moderada
Castro Marim	0,46	fraca
Faro	0,45	fraca
Lagoa	0,70	moderada
Lagos	0,59	moderada
Loulé	0,92	forte
Monchique	0,85	forte
Olhão	0,88	forte
Portimão	0,09	ínfima
S. Brás de Alportel	0,39	fraca
Silves	0,74	moderada
Tavira	0,02	ínfima

Municípios	Valor	Intensidade
Vila do Bispo	0,62	moderada
Vila Real de S.to António	0,01	ínfima

Fonte: Autor

Tendo em conta as receitas arrecadadas pelos municípios e o correspondente investimento efetuado ao longo do período em estudo, pode observar-se, em todos os municípios a existência de uma correlação linear positiva entre estas duas variáveis. Assim, existirá uma forte relação entre a receita arrecadada e o investimento efetuado nos municípios de Loulé, Olhão e Monchique, sendo que essa relação será mais forte em Loulé. Quer isto dizer que quanto mais receita obtêm, mais investimento realizam. Em Alcoutim, Aljezur, Silves, Lagoa, Vila do Bispo e Lagos essa relação não é tão evidente, considerando-se apenas moderada. Nos restantes municípios existe uma relação linear bastante mais ténue entre estas duas variáveis.

5.4. Breve resumo do capítulo

Em relação à receita arrecadada, só os municípios de Loulé, Albufeira, Portimão e Lagos conseguiram receber quase 49% do total das receitas; destas, uma parte significativa são receitas próprias, sobretudo para Loulé, Albufeira, Lagos e Portimão, sendo os municípios que detêm mais receitas próprias, com cerca de 57% do total das receitas próprias obtidas em todos os municípios. Os municípios de menor dimensão, que têm mais dificuldade em gerar receitas próprias, ficam altamente dependentes das verbas que o Estado lhes transfere, através dos respetivos fundos do OE, tendo estes um grande peso nas suas receitas.

Quanto à despesa, os municípios, no seu conjunto, gastaram sempre mais do que no ano anterior, à exceção de 2006. A maior evolução na despesa ocorreu em 2001, tendo os municípios gasto mais de 17% em relação a 2000. As despesas com pessoal correspon-

dem à grande maioria das despesas correntes dos municípios, tendo aumentado de ano para ano. Em relação às despesas de investimento, 2005 foi o ano em que mais investimento foi efetuado, num valor superior a 176 milhões de euros. Pelo contrário, em 2000 foi efetuado o menor volume de despesa, não atingindo sequer 118 milhões de euros.

CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES

Em termos gerais da receita, foi no ano de 2007, ano de nova alteração da LFL, que os municípios conseguiram arrecadar o maior volume de receitas; 2000, pelo contrário, foi o ano em que o valor das receitas foi mais baixo. Quase metade da receita do total de todos os municípios foi para os cofres das autarquias de Loulé, Albufeira, Portimão e Lagos, o que traduz as enormes disparidades existentes entre o valor de receita entre cada um deles.

No seu conjunto, os municípios conseguiram arrecadar sempre mais receita face ao ano anterior, à exceção do ano de 2008, em que perderam mais de 31 milhões de euros. Loulé foi o município que mais viu as suas receitas crescer, em termos absolutos, cabendo a Silves a maior evolução de receitas, em termos percentuais. No sentido inverso esteve Monchique, que perdeu quase 633 mil euros ao longo dos anos, tendo sido o único município que perdeu receitas. Registe-se também que, em 2009, Silves está entre os quatro municípios com mais receitas, tendo Lagos saído dessa posição.

Os quatro municípios com maior volume de receitas são também aqueles que mais têm independência financeira. Ou seja, Loulé e Albufeira são os municípios com mais independência financeira, seguindo-se-lhes Lagos e Portimão, cabendo-lhes mais de 57% do total das receitas próprias obtidas em todos os municípios. Esta realidade revela uma grande fragilidade em muitos municípios algarvios, sobretudo os do interior, que se vêm confrontados com uma grande incapacidade de gerar receitas próprias, sendo Alcoutim o município mais dependente de outras fontes de receita que não as que consegue gerar no decorrer da sua atividade.

A autonomia financeira dos municípios advém fundamentalmente, como se viu, de receitas fiscais próprias, possibilitando-lhes uma menor dependência das verbas da administração central. Caso os municípios dispusessem de uma efetiva autonomia fiscal, com o reforço da fiscalidade própria em detrimento das transferências do Estado, este facto daria aos municípios maior independência financeira, diminuindo consideravelmente o peso das transferências do Estado nas suas receitas. Tal facto poderia também trazer consigo um maior grau de responsabilização em relação à despesa efetuada, uma vez que os autarcas teriam que justificar aos seus munícipes a despesa realizada face aos impostos que cobrariam na sua área de atuação.

Do conjunto das receitas próprias encontram-se os impostos sobre o património, que são a principal fonte das receitas que os municípios de maior dimensão (população) conseguem gerar. Neste sentido, os municípios com mais receitas próprias são rigorosamente os mesmos com um maior valor de receitas sobre o património, sendo que o conjunto desses quatro municípios detém quase 63% do total deste tipo de receitas.

Não surpreende, por isso, que Alcoutim surja novamente como o município na parte final da lista em termos de receitas sobre o património. Neste sentido, para Loulé e Portimão cerca de 70% das suas receitas próprias dependem dos impostos patrimoniais, sendo para Alcoutim que esse peso é menos significativo. No total dos dez anos, e para o conjunto dos municípios, a importância dos impostos sobre o património no total das receitas próprias é de cerca de 60%.

Como se viu, uma parte considerável das receitas próprias dos municípios, sobretudo os dos grandes centros urbanos e os do litoral, são relativas à cobrança do IMI, IMT e IUC. Isto significa que estes municípios são excessivamente dependentes de receitas provenientes de impostos sobre o património, pelo que se torna premente que se encontre uma

alternativa a outras fontes de receita. Uma possível solução poderia passar pela receita a favor dos municípios de parte de todos os impostos recolhidos na sua área de atuação, sendo uma temática com algum interesse para ser desenvolvida em estudos posteriores.

Em relação às verbas do OE, foi em 2006 que o conjunto dos municípios conseguiu receber o valor mais elevado desta importante fonte de receitas; pelo contrário, 2001 correspondeu ao ano em que os municípios receberam menos verbas. O ano de 2006 foi um ano atípico, uma vez que as verbas recebidas foram as mesmas do ano anterior em todos os municípios, com a exceção de Vila do Bispo. Verifica-se também que, ao longo deste período, houve um conjunto de seis municípios que perderam verbas do OE, concretamente Lagoa, Vila Real de St.º António, Faro, Albufeira, Tavira e Lagos.

Quer nas receitas correntes, quer nas de capital, as transferências do OE representam uma parcela importante no total da receita dos municípios, tendo as de capital representado quase 32% no total dos municípios, contra pouco mais de 17% no que se refere às correntes. É para os municípios de maior dimensão (em termos de número de habitantes) que as receitas próprias são de grande importância no total das suas receitas, como se tinha verificado. Pelo contrário, os municípios de menor dimensão têm mais dificuldade em gerar receitas próprias, ficando altamente dependentes das verbas que o Estado lhes transfere, através dos respetivos fundos do OE, como são os casos de Alcoutim, Monchique, Aljezur e S. Brás de Alportel.

Em 2007, com a entrada em vigor da nova LFL e as consequentes alterações que foram abordadas no Capítulo III, o conjunto dos municípios recebeu quase nove milhões de euros a menos face a 2006, o que se traduz numa quebra superior a 10%. Comparativamente com o ano anterior, nenhum município teve aumento das receitas do OE, sendo que a esmagadora maioria teve um decréscimo bastante acentuado. No caso de Castro

Marim quase atingiu os 22%, uma quebra muito significativa para um município do interior, em que as verbas do OE são a maior parte das suas receitas.

Relativamente às comparticipações referentes a projetos do FEDER, VRSA foi o município que mais verba recebeu dos fundos comunitários, correspondendo a mais de 12% do total dos municípios. No sentido inverso esteve Vila do Bispo, que foi dos municípios algarvios quem menos recebeu do FEDER. Verifica-se também que foi VRSA que mais verba recebeu dos fundos comunitários, com quase 34,5 milhões de euros, o que equivale a mais de 12% do total dos municípios. Vila do Bispo foi, dos municípios algarvios, quem menos recebeu do FEDER.

Ao longo do período em análise o total dos municípios aumentou o seu recurso ao crédito em quase 61 milhões de euros, a que corresponde um aumento de mais de 20%. Ainda assim, em quatro anos consecutivos (de 2003 a 2006) os municípios recorreram continuamente menos ao crédito, tendo havido, ao longo dos dez anos, um conjunto de cinco municípios que diminuíram o seu recurso ao crédito. Foi em 2009 que mais recorreram ao financiamento como forma de obtenção de receita, financiando-se em quase 82,5 milhões de euros; 2006 foi, pelo contrário, o ano em que os municípios menos receberam.

Em relação ao total da despesa efetuada, o mesmo grupo de quatro municípios que mais receita obteve foi também o que mais despesa realizou, tendo efetuado cerca de 49% do total da despesa de todos os municípios. O ano de 2009 correspondeu ao ano em que os municípios efetuaram mais despesa, tendo sido 2000 o ano em que o valor da despesa foi menor. A despesa evoluiu positivamente todos os anos, tendo sido 2006 o único ano em que tal não aconteceu, em que despenderam menos oito milhões de euros, uma

redução em cerca de 1,5%, pelo que, nos dez anos em análise, a variação da despesa foi superior à da receita.

As despesas com pessoal tiveram um lugar importante na totalidade das despesas correntes dos municípios algarvios, sendo que, na totalidade dos anos, as despesas com pessoal ocuparam entre 24,5% e 27% do total das despesas. Em todos os anos houve um aumento das despesas com pessoal em relação ao ano anterior, tendo sido em 2009 o ano que ocorreram mais gastos com pessoal.

Verificou-se também que Lagoa foi o único município que conseguiu não aumentar os seus gastos com pessoal, sendo que no total dos municípios verificou-se um acréscimo de despesas com pessoal de quase 7%. Destaque também para o facto de 2005 ter sido o primeiro ano em que, no total das despesas correntes dos municípios, os gastos com pessoal não corresponderam à maioria das despesas efetuadas.

Em relação ao serviço da dívida, observa-se que, na totalidade dos municípios, esta foi sempre crescente ao longo dos anos. Em 2000 era de perto de nove milhões de euros, quase triplicando o valor inicial. Verifica-se também que o serviço da dívida foi mais elevado em Faro, aproximando-se dos 16%, deixando a capital do Algarve muito limitada para realizar outro tipo de despesa, sendo que Portimão depara-se também com uma situação muito semelhante. Neste estudo não existem dados acerca da dívida efetiva dos municípios, mas revestir-se-ia também de algum interesse verificar, num estudo futuro, se o aumento da dívida estaria, ou não, relacionada com o aumento do investimento, ou seja, se seria utilizada para o seu financiamento.

Em termos das despesas de investimento efetuadas, 2005 foi o ano em que mais investimento foi realizado, sendo em 2000 o ano em que foi efetuado o menor volume de

despesa. Loulé foi o município que teve a maior evolução nas despesas de investimento, com um aumento de quase 13,5%. Em metade dos municípios registaram-se variações negativas nas despesas de investimento, a que corresponde uma diminuição de mais de 17 milhões de euros.

A maior variação no investimento ocorreu em 2001, tendo sido em 2005 que os municípios, no seu conjunto, mais despesa efetuaram em investimento face ao ano anterior. Pelo contrário, foi em 2002 e 2006 que se verificou a maior diminuição no investimento no total dos municípios, tendo sido em 2002 de mais de 25 milhões de euros e superior a 32 milhões em 2006.

Tendo em conta que 2001 e 2005 corresponderam a anos de eleições autárquicas, verifica-se que foi nestes dois anos que existiu o maior aumento nas despesas de investimento, na ordem dos 20% e 17,5%, respetivamente. Parece, por isso, existir uma relação bastante notória entre o investimento efetuado e os períodos eleitorais, sobretudo tendo-se verificado a maior diminuição no investimento nos anos seguintes às eleições autárquicas, com quebras na ordem dos 20%.

Verifica-se, deste modo, que as políticas parecem ser selecionadas com o objetivo de maximizarem a probabilidade da reeleição, correndo o risco de deixar para segundo plano o bem-estar social. A escolha do *timing* o mais oportuno possível para a realização dos seus investimentos permitiria aos autarcas maximizar o retorno económico e social dos mesmos.

Assim, o ciclo eleitoral deixava de gravitar em torno da decisão do investimento, sendo que uma estratégia de longo prazo seria mais benéfica para todos os intervenientes neste processo. Apesar de em 2009 ter decorrido outro ato eleitoral autárquico, não se conse-

que traçar o mesmo paralelismo em relação aos outros dois anos, pelo que se revestiria de algum interesse um estudo futuro acerca desta questão, com um maior grau de aprofundamento.

Relativamente à eventualidade de uma relação existente entre a receita arrecadada e o investimento efetuado nos municípios, verificou-se que essa relação é forte em Loulé, Olhão e Monchique, o que significa que, quanto mais receitas obtêm, mais investimento realizam. Nos restantes municípios, essa relação não é tão evidente.

Após a análise efetuada anteriormente, reforça-se a importância do poder local, uma vez que é aquele que está em melhores condições de estabelecer uma relação de proximidade com os cidadãos, de forma a satisfazer as suas necessidades. Este é, pois, fundamental para que se promova um desenvolvimento sustentado, ao nível do território e dos recursos, tendo em vista o aumento da qualidade de vida das populações que serve.

Para que a promoção desse desenvolvimento ocorra, é importante melhorar a informação para que aumente o interesse e a participação dos munícipes nos assuntos da esfera de atuação da respetiva autarquia, nomeadamente no que se refere à disponibilização dos principais documentos financeiros: cidadãos mais informados e conscientes serão cidadãos mais exigentes e participativos.

Para que os recursos públicos, que, por natureza, são escassos, sejam aproveitados o melhor possível, há que melhorar a eficiência na sua afetação. A existência de um planeamento a médio/longo prazo, mais independente dos ciclos políticos, traria consigo esse equilíbrio entre os recursos e a despesa realizada, bem como uma maior responsabilização dos decisores políticos e eleitos locais pela gestão efetuada. Assim, o desafio mais recente que se coloca aos municípios é o de encontrar os recursos financeiros

necessários à prossecução das suas competências, sendo que a orçamentação plurianual nos municípios deveria acompanhar essa tendência de um planeamento mais independente dos ciclos políticos.

ANEXOS

ANEXO 1: Receitas fiscais, ano 2000

MUNICÍPIOS	IMPOSTOS DIRECTOS						IMPOSTOS INDIRECTOS			
	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	IMP. MUN. S/ VEÍCULOS	MAIS VALIAS	IMP. MUN. SISA	DERRAMA	OUTROS I. D.	TOTAL IMPOSTOS DIRECTOS	IVA TURISMO	T. SERV. GERAIS	TOTAL IMP. INDIRECTOS
ALBUFEIRA	7 717 685	535 489	0	6 729 053	0	0	14 982 228	0	733 826	733 826
ALCOUTIM	92 382	11 642	0	36 826	0	0	140 851	0	524	524
ALJEZUR	351 802	26 177	0	342 819	0	0	720 798	0	309	309
CASTRO MARIM	825 186	33 454	0	1 081 898	0	0	1 940 538	0	296 027	296 027
FARO	6 133 548	584 317	0	4 597 974	2 405 812	0	13 721 651	0	929 300	929 300
LAGOA	3 623 208	176 096	0	3 855 608	0	0	7 654 912	0	967 818	967 818
LAGOS	3 921 524	210 962	0	5 304 147	36 791	0	9 473 424	0	487 201	487 201
LOULÉ	11 014 191	620 719	0	13 394 898	0	0	25 029 808	0	1 056 768	1 056 768
MONCHIQUE	379 301	32 113	0	288 260	0	0	699 674	0	13 443	13 443
OLHÃO	1 726 639	253 100	0	1 509 966	0	0	3 489 705	0	72 061	72 061
PORTIMÃO	8 257 943	408 067	0	5 911 249	0	0	14 577 259	0	2 172 285	2 172 285
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	543 126	75 922	0	441 930	0	0	1 060 978	0	115 906	115 906
SILVES	2 228 085	210 912	0	1 820 258	0	0	4 259 255	0	223 037	223 037
TAVIRA	1 953 068	157 490	0	1 941 601	54 593	0	4 106 753	0	701 420	701 420
VILA DO BISPO	1 034 706	34 841	0	889 531	0	0	1 959 079	0	65 387	65 387
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	1 736 784	115 891	0	1 462 740	0	0	3 315 415	0	405 767	405 767

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 2: Receitas correntes, ano 2000

MUNICÍPIOS	IMPOSTOS DIRECTOS	IMP. INDIRECTOS	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	REND. PROPR.	VENDA BENS DURAD.	VENDA BENS NÃO DURAD.	VENDA SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						OUTRAS REC. CORR.	TOTAL RECEITAS CORRENTES
								FUNDO GERAL MUNICIPAL	FUNDO DE COESÃO MUNICIPAL	OUTR. TRANSF. ADM. CENTRAL / REG. AUT.	FUNDOS COMUNITÁRIOS	OUTRAS TRANSF.	TOTAL TRANSF.		
ALBUFEIRA	14 982 228	733 826	1 341 682	237 797	25 025	1 023	5 293 528	3 541 046	0	439 137	0	0	3 980 183	259 609	26 854 900
ALCOUTIM	140 851	524	26 561	9 337	0	908	160 433	2 055 880	224 993	20 107	0	10 974	2 311 953	26 820	2 677 387
ALJEZUR	720 798	309	86 172	4 160	0	9 901	424 711	1 974 696	66 984	74 456	0	44 318	2 160 453	42 907	3 449 412
CASTRO MARIM	1 940 538	296 027	123 263	98 657	0	0	358 376	1 809 374	96 887	48 164	0	0	1 954 425	52 518	4 823 805
FARO	13 721 651	929 300	331 017	81 369	1 641	19 144	1 441 566	3 451 622	0	562 170	0	421 270	4 435 062	78 192	21 038 941
LAGOA	7 654 912	967 818	888 928	467 603	0	1 367	2 946 289	2 074 635	240 002	115 162	0	0	2 429 799	37 978	15 394 694
LAGOS	9 473 424	487 201	291 752	175 327	1 501	2 354 002	2 410 162	2 328 498	0	255 669	0	799 753	3 383 920	273 815	18 851 104
LOULÉ	25 029 808	1 056 768	2 182 011	193 549	0	39 819	5 405 528	4 580 142	644 302	459 458	1 247	39 709	5 724 858	188 770	39 821 111
MONCHIQUE	699 674	13 443	28 521	36 048	0	45	311 290	2 282 335	144 372	36 058	0	0	2 462 765	46 318	3 598 104
OLHÃO	3 489 705	72 061	849 333	43 814	0	12 719	2 164 050	2 034 996	899 712	211 021	0	10 136	3 155 864	222 768	10 010 315
PORTIMÃO	14 577 259	2 172 285	1 265 919	85 140	0	1 791	1 132 960	3 351 573	0	178 774	0	0	3 530 347	659 625	23 425 325
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	1 060 978	115 906	317 659	250 062	0	155	540 762	1 322 243	154 917	189 902	0	1 796	1 668 858	5 098	3 959 478
SILVES	4 259 255	223 037	729 168	43 834	0	29 020	2 942 858	3 324 179	453 342	377 076	0	0	4 154 597	496 314	12 878 084
TAVIRA	4 106 753	701 420	1 069 792	261 570	0	2 534	2 543 909	2 910 865	329 486	247 753	0	81 404	3 569 507	37 255	12 292 739
VILA DO BISPO	1 959 079	65 387	156 633	12 964	0	1 965	384 124	1 406 121	82 521	21 304	0	0	1 509 946	335 023	4 425 120
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	3 315 415	405 767	234 759	35 415	2 349	269	3 407 184	1 537 829	180 510	0	0	23 254	1 741 593	339 297	9 482 048

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 3: Receitas de capital, ano 2000

MUNICÍPIOS	V. BENS INVESTIMENTO	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL						TOTAL TRANSFERÊNCIAS	ACTIVOS FINANCEIROS	PASSIVOS FINANCEIROS	OUTRAS RECEITAS	TOTAL REC. CAPITAL
		FUNDO GERAL MUNICIPAL	FUNDO DE COESÃO MUNICIPAL	OUT. TRANSF. ADM. CENTRAL / REG. AUT.	FUNDOS COMUNITÁRIOS	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	TOTAL TRANSFERÊNCIAS					
ALBUFEIRA	52 623	2 360 701	0	644 597	4 518 081	0	7 523 379	0	406 949	16 515	7 999 466	
ALCOUTIM	209	1 370 587	149 994	92 737	828 074	0	2 441 391	0	248 012	15 562	2 705 176	
ALJEZUR	365 055	1 316 467	44 657	110 419	1 444 733	0	2 916 277	0	106 264	0	3 387 596	
CASTRO MARIM	43 395	1 206 248	64 594	73 478	525 633	288 071	2 158 024	0	0	0	2 201 420	
FARO	516 281	2 301 079	0	1 929 914	2 189 618	0	6 420 611	0	2 664 080	0	9 600 972	
LAGOA	119 756	1 383 087	159 999	1 569 473	89 694	21 199	3 223 451	0	857 932	0	4 201 140	
LAGOS	30 935	1 552 329	0	255 569	561 996	174 579	2 544 473	165	798 077	64 529	3 438 179	
LOULÉ	35 435	3 053 426	429 535	222 379	322 398	0	4 027 738	0	0	0	4 063 173	
MONCHIQUE	799 024	1 521 553	96 248	726 374	1 010 440	0	3 354 615	0	2 848 101	0	7 001 741	
OLHÃO	261 769	1 356 665	599 809	409 698	1 085 948	45	3 452 165	0	727 237	0	4 441 172	
PORTIMÃO	522 541	2 234 380	0	166 199	2 241 398	312 711	4 954 689	0	3 906 121	7 098	9 390 449	
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	46 638	881 496	103 276	160 733	1 832 404	0	2 977 908	0	362 626	0	3 387 172	
SILVES	43 894	2 216 119	302 232	748 396	1 750 541	0	5 017 288	0	0	0	5 061 183	
TAVIRA	1 223 596	1 940 573	219 661	1 626 126	708 892	0	4 495 251	0	8 842 914	0	14 561 761	
VILA DO BISPO	45 889	937 411	55 017	0	386 698	51 496	1 430 622	0	15 777	0	1 492 289	
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	1 323 575	1 025 219	120 340	1 259 350	4 073 428	0	6 478 337	0	0	27 638	7 829 551	

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 4: Despesas correntes, ano 2000

MUNICÍPIOS	PESSOAL	BENS DURA- DOUROS	BENS NÃO DURADOUROS	AQUISIÇÃO SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS				ENCARGOS FINANCEIROS	OUTRAS DESP. CORRENTES	TOTAL DESP. CORRENTES
					FREGUESIAS	SERV. MUNICIP.	OUTRAS TRANSF.	TOTAL TRANSF.			
ALBUFEIRA	9 824 797	411 553	2 107 720	6 160 244	328 758	0	1 066 285	1 395 043	91 245	240 161	20 230 764
ALCOUTIM	1 541 934	12 365	435 580	732 280	0	0	218 513	218 513	76 341	55 621	3 072 635
ALJEZUR	1 693 743	23 384	404 445	863 245	80 616	0	293 577	374 193	53 571	1 207	3 413 788
CASTRO MARIM	1 381 316	11 527	254 901	1 567 717	0	0	612 020	612 020	923	229	3 828 633
FARO	7 657 889	169 187	871 320	4 206 248	49 152	518 311	1 670 180	2 237 642	257 051	443 940	15 843 278
LAGOA	4 883 082	52 868	1 196 452	2 689 753	104 349	0	712 707	817 056	194 526	212 209	10 045 944
LAGOS	6 862 596	70 520	1 405 987	3 439 097	189 862	0	735 742	925 604	213 351	436 852	13 354 007
LOULÉ	14 103 251	43 480	2 168 873	10 498 758	752 935	0	1 528 801	2 281 736	173 637	104 279	29 374 014
MONCHIQUE	1 840 270	2 309	334 893	472 751	0	0	106 244	106 244	4 689	30 033	2 791 188
OLHÃO	5 505 332	17 483	736 450	3 222 579	66 106	0	602 593	668 698	68 749	48 189	10 267 480
PORTIMÃO	7 231 542	86 756	1 212 388	6 806 925	404 331	24 077	1 961 154	2 389 561	284 704	229 991	18 241 867
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	1 774 708	98 607	264 143	1 073 493	0	0	365 020	365 020	57 232	24 057	3 657 261
SILVES	5 663 042	40 497	807 923	2 476 142	404 540	0	560 225	964 765	75 807	440 992	10 469 169
TAVIRA	5 348 864	27 738	1 009 003	3 396 474	94 522	0	955 597	1 050 119	223 417	147 210	11 202 826
VILA DO BISPO	1 719 551	2 349	349 119	746 680	0	0	292 051	292 051	46 418	19 348	3 175 517
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	3 741 608	98 148	358 900	3 139 025	121 462	0	1 170 993	1 292 455	50 743	9 532	8 690 411

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 5: Despesas de capital, ano 2000

MUNICÍPIOS	TOTAL INVESTIMENTO	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				ACTIVOS FINAN- CEIROS	PASSIVOS FINANCEIROS	OUTRAS DESPESAS CAPITAL	TOTAL DESP. CAPITAL
		FREGUESIAS	SERV. MUNIC.	OUTRAS	TOTAL				
ALBUFEIRA	17 634 830	101 805	0	528 726	630 530	161 910	639 085	0	19 066 355
ALCOUTIM	1 898 091	36 412	0	146 472	182 884	0	167 631	1 711	2 250 317
ALJEZUR	2 860 052	108 030	0	158 633	266 662	1 047	295 283	0	3 423 045
CASTRO MARIM	3 298 196	0	0	0	0	0	5 636	0	3 303 833
FARO	10 960 725	99 376	1 073 463	1 041 350	2 214 189	1 289 043	485 600	0	14 949 557
LAGOA	5 697 619	0	0	856 371	856 371	231 248	501 651	515 652	7 802 541
LAGOS	8 191 284	30 367	0	125 632	155 999	108 179	502 968	0	8 958 430
LOULÉ	10 101 730	1 305 673	0	3 151 610	4 457 283	249	505 512	59 856	15 124 630
MONCHIQUE	5 341 911	184 555	0	272 468	457 024	0	1 831 162	202 063	7 832 159
OLHÃO	3 507 567	99 859	0	261 969	361 828	0	302 870	9 976	4 182 241
PORTIMÃO	13 349 393	0	0	137 274	137 274	113 816	90 357	0	13 690 840
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	3 822 962	0	0	17 458	17 458	21 289	113 791	0	3 975 499
SILVES	6 116 838	258 687	0	47 241	305 928	189 638	841 692	0	7 454 096
TAVIRA	14 665 761	370 263	0	141 853	512 116	549	517 652	0	15 696 077
VILA DO BISPO	1 925 295	0	0	63 098	63 098	30 287	164 703	0	2 183 383
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	8 480 118	0	0	210 258	210 258	0	114 649	0	8 805 025

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 6: Despesas de investimento, ano 2000

MUNICÍPIOS	AQUISIÇÃO TERRENOS	HABIT.	OUTROS EDIFÍCIOS				CONSTRUÇÕES DIVERSAS							
			INSTALAÇÕES DESP. R. ESCOLAS	EQUIPAMENTO SOCIAL	OUTROS	TOTAL	VIAD. ARR. OB. COMPL.	ESGOTOS	CAPT. TRAT. ÁGUA	VIAÇÃO RURAL	INFR. TRAT. RES. SÓLIDOS	CONSTR. DESP. RECR.	OUTRAS	TOTAL
ALBUFEIRA	71 627	1 153 710	0	379 211	100 563	479 774	463 109	9 169 357	1 008 789	363 284	0	240 231	3 166 010	14 410 780
ALCOUTIM	0	213 266	0	3 267	41 066	44 333	8 026	142 088	169 497	23 823	0	37 734	947 427	1 328 593
ALJEZUR	38 407	51 636	0	81 424	178 924	260 348	213 286	241 702	410 196	1 104 503	0	17 922	36 811	2 024 421
CASTRO MARIM	531 748	849 782 2 840	0	95 550	138 087	233 637	311 365	32 646	37 370	137 534	0	127 647	281 561	928 123 6 255
FARO	118 215	405 1 553	266 443	351 533	0	617 976	4 910 391	0	0	852 136	0	403 627	88 906	060 2 460
LAGOA	19 952	800 7 032	97 425	76 476	90 357	264 258	216 229	776 324	408 939	339 173	0	636 237	83 708	610
LAGOS	0	003	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LOULÉ	247 314	1 322	853 942	510 420	429 016	1 793 378	1 087 554	1 649 505	756 896	1 232 160	0	214 887	1 082 905	6 023 907
MONCHIQUE	7 482	61 367	0	114 913	279 616	394 529	618 036	657 146	447 013	2 178 639	0	4 439	437 800	4 343 073
OLHÃO	0	21 568	0	0	572 241	572 241	0	0	0	0	0	0	2 119 647	2 119 647
PORTIMÃO	0	496 074	0	6 081 454	18 371	6 099 824	1 262 358	2 689 743	0	396 095	0	433 575	680 450	5 462 221
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	98 273	41 670	196 252	0	0	196 252	2 994 219	0	0	0	0	0	0	2 994 219
SILVES	3 347	24 935 6 404	386 618	0	907 014	1 293 632	412 426	167 127	174 290	1 748 192	0	11 547	1 461 777	3 975 359
TAVIRA	992 074	196	3 485 500	0	0	3 485 500	271 935	25 967	165 835	543 755	0	839 676	774 663	2 621 831
VILA DO BISPO	264 363	38 677	245 548	0	0	245 548	954 560	0	0	0	0	0	0	954 560
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	46 139	14 415	14 370	238 585	611 990	864 945	321 151	4 153 131	31 469	143 130	0	880 174	1 687 728	7 216 783

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 7: Despesas de investimento, ano 2000 (cont.)

MUNICÍPIOS	MATERIAL TRANSPORTE	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	OUTROS INVESTIMENTOS	TOTAL INVESTIMENTO
ALBUFEIRA	511 403	1 004 778	2 758	17 634 830
ALCOUTIM	32 951	152 093	126 854	1 898 091
ALJEZUR	192 885	182 630	109 726	2 860 052
CASTRO MARIM	197 384	390 334	167 187	3 298 196
FARO	154 029	945 451	29 589	10 960 725
LAGOA	498 863	900 136	0	5 697 619
LAGOS	249 598	871 724	37 959	8 191 284
LOULÉ	424 522	955 712	655 575	10 101 730
MONCHIQUE	133 244	402 216	0	5 341 911
OLHÃO	65 343	728 769	0	3 507 567
PORTIMÃO	342 320	456 066	492 887	13 349 393
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	141 888	350 660	0	3 822 962
SILVES	209 550	363 888	246 127	6 116 838
TAVIRA	676 375	485 784	0	14 665 761
VILA DO BISPO	120 360	241 279	60 509	1 925 295
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	193 888	143 948	0	8 480 118

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 8: Receitas fiscais, ano 2001

	IMPOSTOS DIRECTOS						IMPOSTOS INDIRECTOS			
	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	IMP. MUN. S/ VEÍCULOS	MAIS VALIAS	IMP. MUN. SISA	DERRAMA	OUTROS I. D.	TOTAL IMPOSTOS DIRECTOS	IVA TURISMO	T. SERV. GERAIS	TOTAL IMP. INDIRECTOS
ALBUFEIRA	6 810 861	611 661	0	6 385 770	0	0	13 808 292	0	922 277	922 277
ALCOUTIM	107 007	12 550	0	59 033	0	0	178 590	0	4 215	4 215
ALJEZUR	429 764	27 439	0	605 890	0	0	1 063 093	0	249	249
CASTRO MARIM	925 914	39 340	0	1 140 801	0	0	2 106 054	0	159 276	159 276
FARO	6 075 174	675 667	0	4 874 817	2 765 271	0	14 390 928	0	799 942	799 942
LAGOA	3 821 984	211 645	0	4 443 262	0	0	8 476 891	0	1 167 636	1 167 636
LAGOS	3 375 246	234 879	0	6 447 457	3 901	0	10 061 482	0	743 418	743 418
LOULÉ	12 351 692	687 498	0	14 800 975	0	0	27 840 165	0	1 409 937	1 409 937
MONCHIQUE	460 316	30 671	0	298 940	0	0	789 926	0	13 463	13 463
OLHÃO	1 751 818	298 196	0	2 194 097	0	0	4 244 112	0	46 528	46 528
PORTIMÃO	8 156 528	452 938	0	6 123 268	0	2 993	14 735 727	0	1 409 448	1 409 448
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	538 138	92 732	0	675 507	0	0	1 306 377	0	52 000	52 000
SILVES	2 646 287	227 482	0	2 279 756	0	0	5 153 525	0	404 211	404 211
TAVIRA	2 001 965	178 989	0	1 990 917	100 827	0	4 272 698	0	1 301 917	1 301 917
VILA DO BISPO	543 779	36 273	0	655 131	0	0	1 235 183	0	143 614	143 614
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	2 109 501	132 186	0	1 743 688	0	0	3 985 375	0	775 915	775 915

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 9: Receitas correntes, ano 2001

MUNICÍPIOS	IMPOSTOS DIRECTOS	IMP. INDIRECTOS	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	REND. PROPR.	VENDA BENS DURAD.	VENDA BENS NÃO DURAD.	VENDA SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						OUTRAS REC. CORR.	TOTAL RECEITAS CORRENTES	
								FUNDO GERAL MUNICIPAL	FUNDO DE COESÃO MUNICIPAL	Art. 12.º, n.º 1, al. c) OE/2001	OUTR. TRAN. SF. ADM. CENTRAL / REG. AUT.	FUNDOS COMUNITÁRIOS	OUTRAS TRANSF.			TOTAL TRANSF.
ALBUFEIRA	13 808 292	922 277	1 656 578	311 923	18 451	50	6 009 293	3 392 504	0	534 517	0	0	409 358	4 336 379	317 719	27 380 962
ALCOUTIM	178 590	4 215	47 391	15 647	0	1 746	167 037	1 911 209	222 893	534 517	0	0	12 794	2 681 413	42 009	3 138 047
ALJEZUR	1 063 093	249	105 566	13 717	130	6 075	516 560	1 837 222	17 024	534 517	104 219	0	8 006	2 500 988	44 109	4 250 486
CASTRO MARIM	2 106 054	159 276	157 136	198 192	0	0	583 429	1 671 162	24 646	534 517	0	0	135 573	2 365 898	127 328	5 697 314
FARO	14 390 928	799 942	791 907	133 533	1 945	21 508	1 991 630	3 200 133	0	534 517	267 241	0	390 863	4 392 753	51 775	22 575 922
LAGOA	8 476 891	1 167 636	861 185	546 648	0	698	2 929 241	2 032 557	62 350	534 517	78 521	0	42 932	2 750 875	37 949	16 771 122
LAGOS	10 061 482	743 418	328 658	168 419	2 733	2 627 997	2 787 268	2 047 780	0	534 517	140 372	30 107	781 886	3 534 661	356 167	20 610 803
LOULÉ	27 840 165	1 409 937	2 606 448	288 664	0	52 713	5 842 729	4 952 235	166 090	534 517	630 236	25 494	24 112	6 332 683	372 173	44 745 513
MONCHIQUE	789 926	13 463	24 750	24 376	0	30	441 965	2 221 990	82 736	534 517	0	0	147 644	2 986 887	35 884	4 317 280
OLHÃO	4 244 112	46 528	997 456	86 676	0	9 682	2 512 265	1 989 944	730 130	534 517	231 467	0	12 061	3 498 120	460 889	11 855 728
PORTIMÃO	14 735 727	1 409 448	484 782	95 066	6 629	359	1 515 787	3 091 884	0	534 517	336 758	0	4 594	3 967 753	1 005 347	23 220 898
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	1 306 377	52 000	354 575	230 544	10	334	606 409	1 168 424	25 334	534 517	143 808	21 593	374	1 894 050	4 345	4 448 644
SILVES	5 153 525	404 211	859 958	62 464	0	72 106	3 458 779	3 416 845	237 912	534 517	398 724	0	218 698	4 806 696	487 395	15 305 135
TAVIRA	4 272 698	1 301 917	1 133 932	413 693	25	6 664	2 428 951	2 974 756	84 277	534 517	251 908	0	61 023	3 906 480	65 647	13 530 008
VILA DO BISPO	1 235 183	143 614	128 011	3 791	0	1 806	383 546	1 185 872	21 319	534 517	2 404	0	17 278	1 761 390	293 438	3 950 779
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	3 985 375	775 915	514 365	45 820	3 187	140	3 901 403	1 371 550	45 964	534 517	110 504	0	52 219	2 114 753	495 052	11 836 010

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 10: Receitas de capital, ano 2001

MUNICÍPIOS	V. BENS INVESTIMENTO	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL								ACTIVOS FINANCEIROS	PASSIVOS FINANCEIROS	OUTRAS RECEITAS	TOTAL REC. CAPITAL
		FUNDO GERAL MUNICIPAL	FUNDO DE COE-SÃO MUNICIPAL	Art. 12.º, n.º 1, al. c) OE/2001	OUT. TRANSF. ADM. CEN-TRAL / REG. AUT.	FUNDOS COMUNITÁRIOS	OUTRAS TRANSF. RÊNCIAS	TOTAL TRANSF. RÊNCIAS					
ALBUFEIRA	249	2 261 669	0	356 346	305 628	7 037 649	0	9 961 293	0	1 777 102	41 435	11 780 080	
ALCOUTIM	2 165	1 274 139	148 597	356 346	197 689	944 653	0	2 921 424	0	1 242 181	14 021	4 179 792	
ALJEZUR	50 134	1 224 818	11 353	356 346	86 167	970 027	0	2 648 712	0	451 412	1 112	3 151 370	
CASTRO MARIM	948	1 114 110	16 430	356 346	86 083	1 094 113	440 508	3 107 591	0	0	0	3 108 538	
FARO	71 213	2 133 423	0	356 346	1 354 551	5 014 405	4 255	8 862 980	0	5 247 005	19 952	14 201 150	
LAGOA	85 240	1 355 034	41 570	356 346	490 009	874 044	21 199	3 138 202	0	0	0	3 223 442	
LAGOS	39 305	1 365 190	0	356 346	154 149	1 804 332	456 470	4 136 486	80	5 985 575	15 757	10 177 203	
LOULÉ	36 113	3 301 493	110 728	356 346	721 047	6 271 900	1 247	10 762 762	0	6 391 437	0	17 190 311	
MONCHIQUE	59 956	1 481 330	55 157	356 346	86 162	3 369 794	14 909	5 363 698	0	399 038	0	5 822 692	
OLHÃO	32 676	1 326 628	486 757	356 346	348 580	4 176 131	31 614	6 726 055	0	2 472 466	0	9 231 198	
PORTIMÃO	738 141	2 061 252	0	356 346	69 737	3 610 529	1 795 722	7 893 586	54 529	5 282 025	0	13 968 281	
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	170 923	778 948	16 889	356 346	93 375	1 713 116	0	2 958 675	0	686 795	0	3 816 392	
SILVES	623	2 277 895	158 608	356 346	1 465 468	734 196	0	4 992 513	0	299 279	888	5 293 303	
TAVIRA	1 210 213	1 983 171	56 185	356 346	382 129	3 047 810	24 406	5 850 046	0	5 279 925	0	12 340 185	
VILA DO BISPO	0	790 585	14 216	356 346	75 159	1 100 328	0	2 336 634	0	175 482	0	2 512 116	
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	844 415	914 366	30 646	356 346	197 434	5 009 278	25 189	6 533 260	0	0	12 375	7 390 050	

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 11: Despesas correntes, ano 2001

MUNICÍPIOS	PESSOAL	BENS DURA- DOUROS	BENS NÃO DURADOUROS	AQUISIÇÃO SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS				ENCARGOS FINANCEIROS	OUTRAS DESP. CORRENTES	TOTAL DESP. CORRENTES
					FREGUESIAS	SERV. MUNI- CIP.	OUTRAS TRANSF.	TOTAL TRANSF.			
ALBUFEIRA	11 296 949	304 327	1 796 411	6 728 045	297 084	0	1 045 510	1 342 594	90 522	487 226	22 046 074
ALCOUTIM	1 723 082	21 628	586 167	800 097	0	0	319 685	319 685	102 194	57 611	3 610 464
ALJEZUR	1 842 130	25 204	422 487	915 199	104 668	0	401 198	505 866	74 336	41 445	3 826 668
CASTRO MARIM	1 721 586	8 165	286 235	1 844 011	0	0	704 507	704 507	868	12 859	4 578 231
FARO	8 819 186	178 699	1 231 273	5 484 562	2 697 235	0	0	2 697 235	372 587	475 993	19 259 535
LAGOA	5 568 699	99 086	1 522 346	4 401 113	148 492	0	794 570	943 062	225 517	154 333	12 914 157
LAGOS	7 871 076	163 202	2 994 044	3 784 614	230 599	0	897 063	1 127 662	227 008	615 477	16 783 083
LOULÉ	15 420 661	173 267	2 709 475	13 114 639	2 861 504	0	576 496	3 437 999	268 368	458 445	35 582 855
MONCHIQUE	1 972 706	1 566	358 466	637 793	0	0	54 344	54 344	0	35 450	3 060 325
OLHÃO	6 182 076	60 813	817 455	3 462 595	69 687	0	636 845	706 532	207 046	180 136	11 616 654
PORTIMÃO	8 325 825	93 340	1 281 437	7 656 199	428 592	0	2 295 034	2 723 626	497 022	353 403	20 930 852
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	1 857 628	61 143	296 161	1 120 275	0	0	455 198	455 198	109 406	25 154	3 924 966
SILVES	6 317 335	21 304	1 261 121	3 417 389	478 921	0	373 245	852 166	67 358	739 263	12 675 936
TAVIRA	5 759 195	51 316	981 859	3 659 810	912 621	0	0	912 621	531 619	220 977	12 117 397
VILA DO BISPO	2 045 540	7 153	351 847	918 486	24 940	0	363 524	388 464	50 857	17 608	3 779 955
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	4 234 295	55 995	453 477	3 738 944	125 323	0	1 221 945	1 347 268	53 202	1 107	9 884 289

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 12: Despesas de capital, ano 2001

MUNICÍPIOS	TOTAL INVESTI- MENTO	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				ACTIVOS FINAN- CEIROS	PASSIVOS FINAN- CEIROS	OUTRAS DESPESAS CAPITAL	TOTAL DESP. CAPITAL
		FREGUESIAS	SERV. MUNIC.	OUTRAS	TOTAL				
ALBUFEIRA	19 424 103	133 478	0	401 034	534 512	850 001	426 742	0	21 235 358
ALCOUTIM	3 181 991	34 916	352 376	0	387 292	35 430	156 064	0	3 760 777
ALJEZUR	3 044 647	84 267	0	179 906	264 173	0	154 937	103 042	3 566 799
CASTRO MARIM	6 842 081	62 350	0	0	62 350	0	3 157	0	6 907 588
FARO	12 454 440	5 406 096	0	0	5 406 096	0	558 025	0	18 418 561
LAGOA	6 770 304	1 269 810	0	0	1 269 810	268 513	528 831	18 066	8 855 523
LAGOS	14 528 940	86 641	0	148 677	235 318	0	504 355	2 359	15 270 972
LOULÉ	19 144 587	2 054 080	0	3 646 253	5 700 332	63 751	498 025	43 779	25 450 474
MONCHIQUE	6 145 529	51 127	0	306 287	357 414	0	418 082	155 296	7 076 321
OLHÃO	8 341 043	112 429	0	311 843	424 273	0	648 856	0	9 414 172
PORTIMÃO	14 536 203	0	0	448 888	448 888	52 319	2 090 168	88 916	17 216 493
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	3 743 079	0	0	26 411	26 411	22 157	173 741	0	3 965 388
SILVES	5 511 777	411 463	0	139 758	551 222	24 940	833 586	0	6 921 524
TAVIRA	12 704 198	442 708	0	0	442 708	0	642 636	0	13 789 542
VILA DO BISPO	3 178 540	13 737	0	52 493	66 230	0	166 723	0	3 411 493
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	8 274 050	0	0	206 313	206 313	0	115 252	0	8 595 615

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 13: Despesas de investimento, ano 2001

MUNICÍPIOS	AQUISIÇÃO TERRENOS	HABIT.	OUTROS EDIFÍCIOS				CONSTRUÇÕES DIVERSAS							
			INSTALAÇÕES DESP. R. ESCOLAS	EQUIPAMENTO SOCIAL	OUTROS	TOTAL	VIAD. ARR. OB. COMPL.	ESGOTOS	CAPT. TRAT. ÁGUA	VIAÇÃO RURAL	INFR. TRAT. RES. SÓLIDOS	CONSTR.DESP. RECR.	OUTRAS	TOTAL
ALBUFEIRA	495 730	417 324	64 809	48 513	162 922	276 244	1 001 631	6 632 216	4 076 141	0	0	1 096 812	4 378 129	17 184 929
ALCOUTIM	70 141	329 785	0	0	36 163	36 163	0	0	0	0	0	0	2 247 319	2 247 319
ALJEZUR	228 848	0	0	0	483 131	483 131	0	0	0	0	0	0	1 925 230	1 925 230
CASTRO MARIM	225 157	1 547 780	0	0	547 231	547 231	0	0	0	0	0	0	4 007 272	4 007 272
FARO	214 887	930 388	0	0	334 624	334 624	2 275 825	0	0	2 684 810	0	2 849 423	1 071 827	8 881 885
LAGOA	103 451	883 715	116 504	128 171	171 267	415 943	676 579	178 350	106 638	1 014 485	0	843 592	515 712	3 335 357
LAGOS	89 784	20 795	0	0	1 578 077	1 578 077	0	0	0	0	0	0	11 249 838	11 249 838
LOULÉ	809 639	0	3 028 032	3 014 734	0	6 042 767	1 483 954	1 939 177	2 106 443	2 795 019	0	662 708	598 183	9 585 484
MONCHIQUE	0	167 192	0	627 827	0	627 827	0	0	0	0	0	0	5 126 445	5 126 445
OLHÃO	2 394	42 483	0	0	1 977 040	1 977 040	0	0	0	0	0	0	4 938 937	4 938 937
PORTIMÃO	357 005	206	119 168	0	2 475 359	2 594 527	1 978 133	1 931 949	0	1 700 472	1 601	1 658 653	792 854	8 063 662
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	340 180	51 915	0	0	223 851	223 851	0	0	0	0	0	0	2 783 118	2 783 118
SILVES	0	10 879	0	0	1 223 222	1 223 222	0	0	0	0	0	0	3 015 567	3 015 567
TAVIRA	638 332	910	0	0	4 713 236	4 713 236	265 655	17 378	98 358	251 319	0	1 134 471	934 338	2 701 519
VILA DO BISPO	658	14 001	0	183 687	86 098	269 785	1 928 283	359 045	192 381	0	0	0	0	2 479 709
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	51 022	233 497	0	0	2 130 082	2 130 082	639 025	3 376 109	57 232	134 092	0	353 987	851 194	5 411 638

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 14: Despesas de investimento, ano 2001 (cont.)

MUNICÍPIOS	MATERIAL TRANSPORTE	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	OUTROS INVESTIMENTOS	TOTAL INVESTIMENTO
ALBUFEIRA	401 961	647 914	0	19 424 103
ALCOUTIM	104 658	175 821	218 104	3 181 991
ALJEZUR	138 052	189 578	79 808	3 044 647
CASTRO MARIM	58 389	185 393	270 857	6 842 081
FARO	236 201	1 845 423	11 033	12 454 440
LAGOA	893 033	1 138 805	0	6 770 304
LAGOS	265 066	1 285 362	40 019	14 528 940
LOULÉ	1 126 031	1 443 242	137 424	19 144 587
MONCHIQUE	48 418	175 647	0	6 145 529
OLHÃO	490 817	889 372	0	8 341 043
PORTIMÃO	145 370	666 349	251 085	14 536 203
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	17 189	326 827	0	3 743 079
SILVES	142 826	548 044	571 238	5 511 777
TAVIRA	415 294	901 906	0	12 704 198
VILA DO BISPO	128 416	256 477	29 494	3 178 540
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	168 893	278 918	0	8 274 050

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 15: Receitas fiscais, ano 2002

MUNICÍPIOS	Impostos directos						Impostos indirectos								
	01.01 Contribuição autárquica	01.02 Imposto municipal sobre veículos	01.03 Imposto municipal de sisa	01.04 Derrama	01.05 Impostos abolidos	01 Total impostos directos	IVA		Outros						02 Total impostos indirectos
							02.01.01 IVA actividades turísticas	02.02.01 Mercados e feiras	02.02.02 Loteamentos e obras	02.02.03 Ocupação da via pública	02.02.04 Canídeos	02.02.05 Publicidade	02.02.06 Outros	02.02 Total outros impostos indirectos	
ALBUFEIRA	8 058 718	641 293	6 945 694	0	0	15 645 705	0	0	476 833	99 089	0	94 229	62 747	732 897	732 897
ALCOUTIM	120 500	15 166	25 781	0	0	161 447	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALJEZUR	461 128	31 873	449 575	0	0	942 575	0	3 249	5 438	75	0	0	1 511	10 273	10 273
CASTRO MARIM	975 825	47 822	1 210 244	0	0	2 233 892	0	0	91 641	415	0	22 772	5 950	120 778	120 778
FARO	7 296 983	767 383	4 484 960	2 174 841	0	14 724 167	0	0	677 114	68 361	0	112 582	73 681	931 739	931 739
LAGOA	4 100 499	237 709	4 771 205	0	0	9 109 413	0	0	842 952	0	0	0	7 458	850 409	850 409
LAGOS	4 500 566	269 092	7 094 827	5 450	0	11 869 935	0	0	410 974	114 932	0	74 005	28 439	628 350	628 350
LOULÉ	14 855 076	815 686	18 109 600	0	0	33 780 363	0	0	808 169	5 160	0	233 619	15 212	1 062 161	1 062 161
MONCHIQUE	487 492	36 283	322 286	0	0	846 061	0	3 213	246	0	0	0	1 178	4 637	4 637
OLHÃO	2 171 478	354 308	2 161 024	0	0	4 686 810	0	52	1 222 990	9 658	0	37 672	3 823	1 274 195	1 274 195
PORTIMÃO	8 908 941	515 741	7 497 717	0	0	16 922 399	0	345 553	850 765	255 943	0	32 171	101 377	1 585 810	1 585 810
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	611 434	100 794	624 752	0	0	1 336 980	0	172	44 407	2 827	0	3 058	6 903	57 366	57 366
SILVES	3 364 445	263 725	3 387 044	0	0	7 015 213	0	0	90 853	4 877	0	24 428	71 950	192 108	192 108
TAVIRA	2 587 661	210 011	2 487 051	27 289	0	5 312 012	0	22 260	2 673 425	103 597	0	45 417	2 166	2 846 865	2 846 865
VILA DO BISPO	741 164	41 723	1 281 388	0	0	2 064 275	0	0	77 103	786	0	12 199	2 408	92 495	92 495
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	2 159 808	151 635	1 928 705	0	0	4 240 148	0	0	365 046	56 593	0	30 154	17 953	469 747	469 747

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 16: Receitas correntes, ano 2002

MUNICÍPIOS	Impostos directos	Impostos indirectos	Taxas, multas e outras penalidades	Rendimentos de propriedade	Transferências correntes								
					Administrações públicas								
					OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	OE - Outras	OE - Outros	Total transferências correntes OE	Fundos e serviços autónomos	Administração autárquica	Total administrações públicas
ALBUFEIRA	15 645 705	732 897	1 393 218	120 198	3 692 457	0	595 851	402 177	998 028	4 690 485	0	0	4 690 485
ALCOUTIM	161 447	0	45 881	10 835	2 223 696	230 687	595 851	5	595 856	3 050 239	0	0	3 050 239
ALJEZUR	942 575	10 273	89 999	20 717	2 084 297	50 215	595 851	129 563	725 414	2 859 926	14 130	0	2 874 056
CASTRO MARIM	2 233 892	120 778	103 797	42 733	1 888 436	64 976	595 851	23 432	619 283	2 572 695	0	67 713	2 640 408
FARO	14 724 167	931 739	898 430	102 563	3 404 375	0	595 851	96 956	692 807	4 097 182	175 513	0	4 272 695
LAGOA	9 109 413	850 409	559 362	733 467	2 097 763	177 717	595 851	130 579	726 430	3 001 910	8 090	0	3 010 000
LAGOS	11 869 935	628 350	385 606	108 268	2 224 021	0	595 851	194 667	790 518	3 014 539	0	0	3 014 539
LOULÉ	33 780 363	1 062 161	1 214 944	200 649	5 036 071	517 961	595 851	0	595 851	6 149 883	635 435	0	6 785 318
MONCHIQUE	846 061	4 637	32 358	11 399	2 488 640	160 766	595 851	109 298	705 149	3 354 555	0	0	3 354 555
OLHÃO	4 686 810	1 274 195	534 004	53 237	1 919 234	1 127 414	595 851	238 636	834 487	3 881 135	0	0	3 881 135
PORTIMÃO	16 922 399	1 585 810	317 259	92 378	3 280 770	0	595 851	433 564	1 029 415	4 310 185	18 813	0	4 328 998
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	1 336 980	57 366	63 031	353 846	1 146 134	185 041	595 851	119 900	715 751	2 046 926	27 295	0	2 074 220
SILVES	7 015 213	192 108	966 388	72 474	3 676 309	302 527	595 851	282 079	877 930	4 856 766	205 763	0	5 062 529
TAVIRA	5 312 012	2 846 865	1 176 079	395 158	3 109 469	218 837	595 851	11 379	607 230	3 935 536	373 521	0	4 309 057
VILA DO BISPO	2 064 275	92 495	44 390	16 777	1 347 835	47 092	595 851	686	596 537	1 991 464	43 266	5 198	2 039 929
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	4 240 148	469 747	410 456	52 437	1 425 548	172 351	595 851	56 440	652 291	2 250 190	0	33 407	2 283 596

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 17: Receitas correntes, ano 2002 (cont.)

MUNICÍPIOS	Transferências correntes				Venda de bens e prestações de serviços correntes				Rendas e alugueiros	Venda de bens e prestações de serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas correntes
	Administrações privadas		Famílias	Exterior	Total transfe-rências correntes		Venda de bens e prestações de serviços correntes					
	Instituições particulares	Outras empresas			Venda de bens duradouros	Venda de bens não duradouros	Presta-ções de serviços					
ALBUFEIRA	0	0	0	0	4 690 485	45 475	4 908 100	599 528	1 331 121	6 884 224	118 880	29 585 608
ALCOUTIM	0	0	0	0	3 050 239	0	41 692	174 469	49 555	265 716	8 044	3 542 161
ALJEZUR	0	0	9 386	0	2 883 442	15	305 393	87 085	217 609	610 103	181 379	4 738 488
CASTRO MARIM	0	0	0	0	2 640 408	0	322 422	70 035	273 417	665 874	161 839	5 969 321
FARO	0	0	0	34 916	4 307 611	0	20 709	931 044	1 199 217	2 150 971	141 633	23 257 113
LAGOA	0	0	0	2 000	3 012 000	0	2 689 950	1 357 300	136 037	4 183 288	41 849	18 489 789
LAGOS	0	1 685	20 184	833 395	3 869 803	3 808	2 605 839	2 859 168	169 842	5 638 657	412 145	22 912 764
LOULÉ	0	0	0	7 166	6 792 485	0	3 383 745	2 130 533	677 807	6 192 085	2 616 061	51 858 748
MONCHIQUE	0	0	0	0	3 354 555	0	15	148 736	209 581	358 332	92 745	4 700 088
OLHÃO	0	0	0	0	3 881 135	0	1 798 780	614 795	138 101	2 551 676	137 080	13 118 137
PORTIMÃO	0	0	0	583	4 329 581	0	254	1 240 263	324 414	1 564 931	1 227 505	26 039 864
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	0	0	0	1 050	2 075 270	0	496 236	446 605	32 305	975 146	3 466	4 865 105
SILVES	0	0	0	0	5 062 529	0	81 907	2 250 308	1 395 518	3 727 733	523 745	17 560 190
TAVIRA	206 504	0	0	0	4 515 560	0	1 045 086	589 230	1 707 601	3 341 917	68 492	17 656 083
VILA DO BISPO	0	0	0	0	2 039 929	1 264	266 160	208 798	272 519	748 741	230 216	5 236 823
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	0	41 802	0	0	2 325 398	4 870	915 265	2 451 678	497 559	3 869 373	431 552	11 799 110

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 18: Receitas de capital, ano de 2002

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	Transferências de capital								
		Administrações públicas								
		OE - FGM	OE - FCM	OE - cooper. técn. Financeira	OE - FBM	OE - Outras	OE - Outras	Total transfer. capital OE	Fundos e serviços autónomos	Total administr. públicas
ALBUFEIRA	17 957	2 461 638	0	0	397 234	24 940	422 174	2 883 812	0	2 883 812
ALCOUTIM	257	1 482 464	153 791	0	397 234	77 894	475 128	2 111 383	0	2 111 383
ALJEZUR	259 237	1 389 531	33 476	0	397 234	259 561	656 795	2 079 802	0	2 079 802
CASTRO MARIM	291	1 258 958	43 318	0	397 234	132 245	529 479	1 831 755	0	1 831 755
FARO	97 337	2 269 583	0	241 821	397 234	54 396	451 630	2 963 034	0	2 963 034
LAGOA	129 770	1 398 509	118 478	94 547	397 234	17 458	414 692	2 026 226	54 049	2 080 275
LAGOS	22 481	1 482 680	0	17 458	397 234	0	397 234	1 897 372	0	1 897 372
LOULÉ	0	3 357 380	345 307	467 313	397 234	0	397 234	4 567 234	11 223	4 578 457
MONCHIQUE	29 879	1 659 094	107 178	0	397 234	262 375	659 609	2 425 881	0	2 425 881
OLHÃO	370 033	1 279 490	751 610	0	397 234	680 319	1 077 553	3 108 653	0	3 108 653
PORTIMÃO	361 719	2 187 180	0	285 648	397 234	197 611	594 845	3 067 672	0	3 067 672
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	77 962	764 090	123 361	0	397 234	38 152	435 386	1 322 837	0	1 322 837
SILVES	1 795	2 450 873	201 685	246 680	397 234	0	397 234	3 296 472	0	3 296 472
TAVIRA	527 856	2 072 980	145 891	0	397 234	0	397 234	2 616 105	184 480	2 800 585
VILA DO BISPO	2 793	898 556	31 394	0	397 234	100 557	497 791	1 427 741	0	1 427 741
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	910 058	950 366	89 846	0	397 234	267 523	664 757	1 704 969	0	1 704 969

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 19: Receitas de capital, ano de 2002 (cont.)

MUNICÍPIOS	Transferências de capital						Activos financeiros	Passivos financeiros			Outras receitas capital	Total receitas capital
	Adm. privadas	09.04 Exterior			Total empresas	Total transf. Capital		Empréstimos a curto prazo	Total EMLP	Total passivos financeiros		
	Instituições particulares	FEDER	Fundo de coesão	Total exterior								
ALBUFEIRA	0	1 863 547	0	1 863 547	0	4 747 358	0	0	10 472 921	10 472 921	0	15 238 236
ALCOUTIM	0	1 201 844	0	1 201 844	0	3 313 227	0	0	340 803	340 803	0	3 654 287
ALJEZUR	0	1 805 567	97 145	1 902 712	0	3 982 514	0	200 000	488 615	688 615	0	4 930 366
CASTRO MARIM	0	377 876	0	377 876	54 730	2 264 362	0	0	1 662 455	1 662 455	0	3 927 107
FARO	0	1 258 558	0	1 258 558	0	4 221 592	0	498 798	6 867 389	7 366 187	0	11 685 116
LAGOA	0	968 822	20 905	989 727	0	3 070 001	0	0	0	0	0	3 199 771
LAGOS	0	1 791 437	0	1 791 437	20 926	3 709 735	216	0	1 216 693	1 216 693	52 518	5 001 643
LOULÉ	0	1 915 849	0	1 915 849	24 940	6 519 245	0	0	7 574 903	7 574 903	13 606	14 107 754
MONCHIQUE	0	3 437 207	0	3 437 207	0	5 863 089	0	0	1 592 250	1 592 250	0	7 485 218
OLHÃO	0	1 481 204	0	1 481 204	0	4 589 857	0	0	3 421 150	3 421 150	0	8 381 040
PORTIMÃO	0	281 667	0	281 667	0	3 349 339	81 260	646 104	0	646 104	20 029	4 458 450
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	0	1 129 122	0	1 129 122	0	2 451 959	0	0	119 712	119 712	0	2 649 633
SILVES	0	1 480 735	0	1 480 735	0	4 777 207	0	0	3 815 051	3 815 051	0	8 594 053
TAVIRA	151 940	1 447 470	0	1 447 470	0	4 399 995	209 496	0	2 723 356	2 723 356	0	7 860 702
VILA DO BISPO	0	1 124 033	0	1 124 033	0	2 551 773	0	0	0	0	0	2 554 566
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	0	3 231 514	0	3 231 514	0	4 936 483	0	0	495 396	495 396	0	6 341 937

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 20: Despesas correntes, ano 2002

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços correntes				Encargos correntes da dívida	Transferências correntes							Outras despesas correntes	Total despesas correntes	
	Total despesas pessoal	Bens duradouros	Bens não duradouros	Aquisição serviços	Total aquisição bens serv. correntes	Juros	Administrações públicas				Admin. privadas	Famílias	Exterior			Total transferências correntes
						Total encargos correntes dívida	Orçamento do Estado	Fundos e serviços autónomos	Administração autárquica	Total administrações públicas	Instituições particulares					
ALBUFEIRA	12 539 912	337 374	4 942 174	7 601 174	12 880 722	206 826	0	0	366 054	366 054	995 238	4 639	0	1 365 931	1 072 013	28 065 405
ALCOUTIM	1 845 412	81 050	484 797	676 000	1 241 846	108 684	0	28 869	12 115	40 984	148 535	18 806	0	208 325	51 328	3 455 595
ALJEZUR	2 135 984	16 230	532 665	961 084	1 509 979	57 952	10 336	22 300	155 639	188 275	387 588	35 956	0	611 820	8 519	4 324 254
CASTRO MARIM	1 932 365	4 259	623 367	1 795 083	2 422 708	16 347	16 716	118 843	19 640	155 199	872 078	8 827	0	1 036 104	20 272	5 642 623
FARO	9 021 807	50 621	748 589	4 520 932	5 320 142	573 433	0	0	269 308	269 308	1 640 199	39 852	309	1 949 668	273 468	17 138 518
LAGOA	6 448 167	93 588	3 422 460	3 444 514	6 960 562	152 310	0	158 412	325 918	484 330	617 665	25 849	0	1 127 844	130 607	14 819 490
LAGOS	8 768 054	103 227	3 000 735	4 492 055	7 596 017	358 012	56 167	24 964	325 890	407 021	732 248	114 203	0	1 253 472	717 350	18 692 905
LOULÉ	16 413 620	278 122	8 644 263	12 757 393	21 679 778	481 505	0	542 417	913 971	1 456 388	900 913	15 463	0	2 372 763	1 024 663	42 042 130
MONCHIQUE	2 041 285	3 509	359 581	775 440	1 138 531	16 106	0	0	0	0	106 201	0	0	106 201	16 142	3 318 266
OLHÃO	6 443 434	18 809	1 873 875	2 256 145	4 148 828	264 657	0	0	79 432	79 432	203 725	13 918	0	297 075	155 937	11 746 150
PORTIMÃO	9 139 062	77 424	1 138 694	8 104 644	9 320 762	692 892	15 157	5 603	821 461	842 220	1 064 895	14 814	0	1 921 929	604 018	22 161 423
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	2 109 831	9 936	893 237	875 675	1 778 849	101 558	44 299	0	13 768	58 067	379 638	0	0	437 704	30 016	4 457 957
SILVES	6 879 103	95 686	1 314 128	3 909 374	5 319 188	27 332	38 285	0	451 851	490 136	538 020	0	0	1 028 156	691 309	13 945 087
TAVIRA	6 603 975	80 178	2 883 590	3 703 579	6 667 347	567 298	25 245	13 966	188 416	227 627	1 030 609	3 770	0	1 262 006	40 161	15 140 787
VILA DO BISPO	2 309 102	23 373	385 583	1 457 969	1 866 925	40 596	0	0	95 369	95 369	187 367	81 385	0	364 121	22 609	4 603 353
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	4 720 756	62 164	1 514 799	3 076 473	4 653 436	46 298	0	68 536	110 635	179 171	1 184 193	86 431	0	1 449 795	4 713	10 874 998

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 21: Despesas de capital, ano 2002

MUNICÍPIOS	Aquisição bens investimento	Transferências de capital			Passivos financeiros						Total despesas de capital
		Administrações públicas	Administrações privadas		Amortizações da dívida						
		Total administrações públicas	Instituições particulares	Total transferências de capital	Activos financeiros	Títulos a médio e longo prazos	Empréstimos a curto prazo	Empréstimos a médio e longo prazos	Passivos financeiros	Outras despesas de capital	
ALBUFEIRA	15 327 548	132 312	496 071	628 383	559 880	0	0	382 855	382 855	14 393	16 913 057
ALCOUTIM	2 959 662	60 574	170 266	233 139	0	0	0	130 539	130 539	0	3 323 341
ALJEZUR	4 502 423	117 345	84 440	201 785	70 480	0	200 000	329 063	529 063	100	5 303 851
CASTRO MARIM	4 409 955	0	0	0	0	0	0	3 362	3 362	0	4 413 317
FARO	8 603 506	5 637 213	117 504	5 804 597	166 407	0	498 798	506 261	1 005 059	132 523	15 712 091
LAGOA	5 101 543	168 299	668 112	837 686	0	0	0	402 058	402 058	440 831	6 782 117
LAGOS	9 817 692	13 722	105 686	119 408	0	0	0	488 452	488 452	26 982	10 452 534
LOULÉ	16 660 509	6 340 904	1 757 412	8 098 315	0	535 702	0	0	535 702	258 575	25 553 101
MONCHIQUE	8 007 600	137 587	459 649	597 236	0	0	0	600 000	600 000	128 489	9 333 326
OLHÃO	7 988 137	259 230	60 000	319 230	4 988	0	0	453 495	453 495	0	8 765 850
PORTIMÃO	6 887 431	0	389 042	389 042	25 000	0	646 104	279 808	925 912	0	8 227 385
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	2 333 439	0	3 490	3 490	30 122	0	0	214 900	214 900	0	2 581 951
SILVES	10 416 308	428 807	245 706	674 514	200 672	0	0	517 279	517 279	0	11 808 773
TAVIRA	8 581 746	372 380	132 641	505 022	79 256	0	209 496	775 509	985 005	0	10 151 028
VILA DO BISPO	2 882 465	35 016	0	43 994	0	0	0	132 229	132 229	0	3 058 688
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	7 953 582	0	0	0	0	0	0	126 340	126 340	0	8 079 922

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 22: Despesas de investimento, ano 2002

MUNICÍPIOS	Terrenos e recursos naturais												
		Total habitação	O. edif. - instalações serviços	O. edif. - instalações desp. recreat.	O. edif. - mercados instal. fisc. sanit.	O. edif. - creches	O. edif. - escolas	O. edif. - lares 3ª idade	O. edif. - outros	Total outros edifícios	Constr. div. - Viad. arr.ob. compl.	Constr. div. - Esgotos	Constr. div. - Iluminação pública
ALBUFEIRA	442 429	270 301	109 617	0	6 478	0	530 698	0	754 559	1 401 351	5 422 207	1 536 897	36 855
ALCOUTIM	16 938	223 589	31 314	12 936	30	0	0	0	10 800	55 081	0	915 948	0
ALJEZUR	60 606	4 022	6 753	63 223	215 799	0	63 453	0	205 709	554 937	783 284	40 122	65 346
CASTRO MARIM	5 622	243 821	0	59 036	81 087	0	7 067	0	0	147 189	148 168	209 754	0
FARO	43 132	61 992	60 315	890 216	18 138	0	309 539	0	594 601	1 872 809	2 871 069	0	470 163
LAGOA	0	42 135	1 108 018	28 513	0	0	214 645	0	31 794	1 382 971	144 388	31 064	34 822
LAGOS	64 844	18 451	570 095	0	320 828	0	83 716	0	228 440	1 203 079	4 245 357	1 876 091	144 773
LOULÉ	100 779	26 051	1 877 794	2 342 692	0	0	871 273	0	637 521	5 729 279	1 737 419	1 524 393	111 834
MONCHIQUE	129 189	191 203	0	353 385	0	0	0	0	270 992	624 378	907 997	661 045	0
OLHÃO	205 078	38 955	80 322	92 595	52 262	4 984	924 344	649 485	89 047	1 893 039	4 112 432	237 656	0
PORTIMÃO	2 493 989	237 509	282 305	0	3 035	0	233 673	0	0	519 012	816 900	336 242	132 963
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	119 712	83 583	114 272	0	4 879	0	463 192	0	7 124	589 467	767 409	28 218	27 490
SILVES	633 872	15 003	0	6 819	0	0	530 142	0	362 062	899 023	230 795	421 131	81 015
TAVIRA	683 053	1 777 079	739 173	299 758	56 712	310 921	162 807	20 083	1 262 306	2 851 761	321 252	134 574	3 967
VILA DO BISPO	0	43 102	15 538	18 452	106	0	5 769	45 515	0	85 381	2 104 205	0	19 052
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	134 204	32 623	0	0	0	149 653	100 274	61 704	651 098	962 729	0	2 727 393	113 515

Fonte: DGAL

(valores em euros)

ANEXO 23: Despesas de investimento, ano 2002 (cont.)

MUNICÍPIOS	Despesas de investimento, ano 2002											Total aquisição bens investimento		
	Constr. div. - Parques e jardins	Constr. div. - Inst. desp. e recreat.	Constr. div. - Água	Constr. div. - Vição rural	Constr. div. - Sinalização e trânsito	Constr. div. - Energia eléctrica	Constr. div. - Cemitérios	Constr. div. - Outros	Total construções diversas	Total edifícios e outras construções	Equipamento de transporte		Maquinaria e equipamento	Outros
ALBUFEIRA	713 406	400 790	2 004 084	0	66 296	130 695	0	1 756 206	5 071 477	5 071 477	287 369	858 662	0	6 217 508
ALCOUTIM	0	0	268 582	258 464	0	0	0	801 070	1 328 116	1 328 116	38 441	87 700	293 849	2 006 571
ALIEZUR	4 831	14 444	54 666	652 037	57 579	0	0	1 813 410	2 596 967	2 596 967	0	279 084	118 054	3 646 143
CASTRO MARIM	1 027 042	0	14 624	2 071 745	4 401	7 437	0	3 517	3 128 765	3 128 765	5 784	144 216	376 635	5 727 145
FARO	710 143	2 260	0	1 409 478	19 131	0	14 153	195 324	2 364 643	2 364 643	99 287	628 602	205 963	4 707 972
LAGOA	205 111	328 593	120 221	1 216 228	51 354	0	7 641	126 034	2 055 183	3 690 561	426 016	957 469	27 496	5 101 543
LAGOS	257 741	451 337	386 562	0	65 659	0	215 466	0	1 376 765	1 592 231	45 951	826 907	15 474	2 480 563
LOULÉ	870 237	99 572	1 640 332	1 892 285	31 613	53 548	127 651	202 419	4 917 657	5 045 308	671 522	1 841 574	0	9 450 689
MONCHIQUE	0	25 828	570 218	3 607 693	0	0	0	477 848	4 681 586	4 681 586	621 717	190 485	0	9 101 481
OLHÃO	10 617	0	138 373	83 731	4 468	76 403	32 694	304 839	651 125	6 933 206	243 146	606 707	0	7 988 137
PORTIMÃO	48 552	304 396	0	100 021	123 195	0	0	554 326	1 130 490	3 173 116	402 553	661 498	156 275	6 887 431
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	7 534	0	20 821	341 928	43 862	0	0	63 142	477 287	477 287	0	205 059	35 215	1 059 489
SILVES	37 606	3 109 853	459 356	2 508 577	100 033	0	0	102 966	6 318 391	6 318 391	368 298	613 900	834 880	10 644 046
TAVIRA	559 229	0	183 801	543 020	4 673	186 315	47 514	76 152	1 600 705	1 648 219	279 657	508 086	421 611	3 400 593
VILA DO BISPO	58 247	0	41 397	0	7 999	0	0	198 817	306 460	306 460	96 450	198 472	29 342	630 725
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	753 150	292 794	0	347 653	31 702	0	6 986	2 128 666	3 560 951	3 567 938	92 258	327 034	2 874	4 337 758

Fonte: DGAL

(valores em euros)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, A. P. (1997) *Economia Pública*, Alfragide, McGraw-Hill.
- Bravo, A. e J. Sá (2000) *Autarquias Locais – Descentralização e melhor Gestão*, Lisboa, Verbo.
- Carapeto, C. e F. Fonseca (2006) *Administração Pública – Modernização, Qualidade e Inovação* (2.ª Edição), Lisboa, Edições Sílabo.
- Pereira, P.T., A. Afonso, M. Arcanjo e J.C. Santos (2009) *Economia e Finanças Públicas* (3.ª Edição), Lisboa, Escolar Editora.
- Montalvo, A. (2003) *O processo de mudança e o novo modelo da gestão pública municipal*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Nabais, J. C. (2006) A Autonomia Financeira das Autarquias Locais, *Boletim da Faculdade de Direito*, volume LXXXII (separata), p. 15-63.
- Neves, M.J. (2004) *Governo e Administração Local*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Tavares, J.F. (2004) *Estudos de Administração e Finanças Públicas*, Coimbra, Livraria Almedina.

REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS

- Alves, P. Transferência de Competências para os Municípios – Domínio da Educação [online]. Comunicação no XXX Colóquio Nacional da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, realizado em Tróia a 28 de outubro de 2010 [citado em 5 de setembro de 2011]. Disponível em URL: <http://www.atam.pt/component/option,com_docman/task,cat_view/gid,77/Itemid,99999999/>.
- AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve. Algarve e Municípios [online]. Faro: AMAL. 2011 [citado em 31 de setembro de 2011]. Disponível em URL: <<http://www.amal.pt/algarve/default.asp>>.
- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Organização do Estado e do Poder Local [online]. Coimbra: Associação Nacional de Municípios Portugueses. 2011a [citado em 25 de maio de 2011]. Disponível em URL: <<http://www.anmp.pt/anmp/age/cong/14/rel01.pdf>>.

- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Municípios – Distrito Faro [online]. Coimbra: Associação Nacional de Municípios Portugueses. 2011b [citado em 25 de agosto de 2011]. Disponível em URL: <http://www.anmp.pt/anmp/pro/mun1/mun101w2.php?dis=08>.
- Bilhim, J. A Governação nas Autarquias Locais [online]. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação. 2004 [citado em 14 de julho de 2011]. Disponível em URL: < www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/AGovernNasAutarquias04.pdf>. ISBN 972-8589-37-9.
- Camões, P. J. Análise da Evolução Finanças Locais Portuguesas [online]. Lisboa: Escolar Editora. 2005 [citado em 13 de julho de 2011]. Disponível em URL: < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4280/1/finan%c3%a7as%20locais%20portuguesas.pdf>>.
- Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). O que são as Autarquias Locais [online]. Lisboa: Direcção-Geral das Autarquias Locais, 2011a [citado em 27 de maio de 2011]. Disponível em URL: <<http://www.dgaa.pt/default.asp?s=12168>>.
- Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). Fundos Municipais [online]. Lisboa: Direcção-Geral das Autarquias Locais, 2011b [citado em 18 de julho de 2011]. Disponível em URL: <<http://www.dgaa.pt/default.asp?s=12105>>.
- Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). POCAL [online]. Lisboa: Direcção-Geral das Autarquias Locais, 2011c [citado em 10 de março de 2011]. Disponível em URL: <<http://www.dgaa.pt/default.asp?s=12104>>.
- Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). Contas de gerência dos municípios [online]. Lisboa: Direcção-Geral das Autarquias Locais, 2011d [citado em 14 de abril de 2011]. Disponível em URL: < <http://www.portalautarquico.pt/portalautarquico/Section.aspx>>.
- Fernandes, M.J. Contribuição da informação contabilística para a tomada de decisão na administração pública autárquica: controlo do endividamento líquido [online]. In *Revista de Estudos Politécnicos - Polytechnical Studies Review*, 2007, Vol. V, n.º 8, 067-096. [citado em 21 de novembro de 2011]. Disponível em URL: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n8/v5n8a04.pdf>>. ISSN: 1645-9911
- Governo de Portugal. Programa do Governo - Administração Local e Reforma Administrativa [online]. Lisboa: Governo de Portugal. 2011 [citado em 30 de julho de 2011]. Disponível em URL: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramadoGoverno_32.aspx>.

Instituto Nacional de Estatística, IP (INE). Censos 2011 – Resultados Preliminares [online]. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP. 2011a [citado em 12 de outubro de 2011]. Disponível em URL:

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122103956&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1>. ISBN 978-989-25-0135-2.

Instituto Nacional de Estatística, IP (INE). Dados estatísticos – estatísticas territoriais [online]. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP. 2011b [citado em 17 de outubro de 2011]. Disponível em URL:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_unid_territorial&menuBOUI=13707095&contexto=ut&selTab=tab3>.

PRINCIPAL LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Diplomas ordenados por ordem cronológica:

Lei n.º 79/77, de 25 de outubro – estabelece as atribuições das autarquias locais e as competências dos respetivos órgãos.

Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro - aprova a lei das finanças locais (primeira LFL).

Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março – estabelece o regime de delimitação e de coordenação das actuações da Administração Central e Local em matéria de investimentos públicos.

Decreto-Lei n.º 98/84, de 29 de março - altera a LFL.

Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março - actualiza e reforça as atribuições das autarquias locais e a competência dos respetivos órgãos.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Lei da Bases do Sistema Educativo (estabelece o quadro geral do sistema educativo).

Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro – altera a LFL.

Lei n.º 2/92, de 9 de março – aprova o OE para 1992 (alteração à LFL).

Lei n.º 27/96, de 1 de agosto - Lei da Tutela Administrativa (estabelece o regime jurídico da tutela administrativa a que ficam sujeitas as autarquias locais e entidades equiparadas, bem como o respetivo regime sancionatório).

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro - Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar).

Lei n.º 42/98, de 6 de agosto - altera a LFL. Revoga a Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – aprova o POCAL.

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro - estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

Lei n.º 94/2001, de 20 de agosto – quarta alteração à Lei n.º 42/98, de 6 de agosto (LFL), alterada pelas Leis n.ºs 87-B/98, de 31 de dezembro, 3-B/2000, de 4 de Abril, e 15/2001, de 5 de junho.

Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro – transfere para as câmaras municipais competências dos governos civis em matérias consultivas, informativas e de licenciamento.

Constituição da República Portuguesa (CRP) - atualizada com a VII Revisão Constitucional (2005).

Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias (atual LFL).

Lei n.º 67-A/2007, de 31 dezembro – Lei do OE para 2008.

Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho - desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Valor das receitas correntes por município, ano de 2000 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FGM	OE - FCM	OE - outras	Total transferências OE			
Albufeira	14.982.228	2.313.305	5.319.575	259.609	22.874.717	3.541.046	0	439 137	3.980.183	0	3.980.183	26.854.900
Alcoutim	140.851	36.422	161.341	26.820	365.434	2.055.880	224.993	20 107	2.300.980	10.974	2.311.953	2.677.387
Aljezur	720.798	90.642	434.613	42.907	1.288.959	1.974.696	66.984	74 456	2.116.135	44.318	2.160.453	3.449.412
Castro Marim	1.940.538	517.947	358.376	52.518	2.869.380	1.809.374	96.887	48 164	1.954.425	0	1.954.425	4.823.805
Faro	13.721.651	1.341.687	1.462.351	78.192	16.603.880	3.451.622	0	562 170	4.013.792	421.270	4.435.062	21.038.941
Lagoa	7.654.912	2.324.348	2.947.656	37.978	12.964.895	2.074.635	240.002	115 162	2.429.799	0	2.429.799	15.394.694
Lagos	9.473.424	954.280	4.765.665	273.815	15.467.184	2.328.498	0	255 669	2.584.167	799.753	3.383.920	18.851.104
Loulé	25.029.808	3.432.328	5.445.347	188.770	34.096.253	4.580.142	644.302	459 458	5.683.902	40.956	5.724.858	39.821.111
Monchique	699.674	78.012	311.335	46.318	1.135.339	2.282.335	144.372	36 058	2.462.765	0	2.462.765	3.598.104
Olhão	3.489.705	965.209	2.176.769	222.768	6.854.451	2.034.996	899.712	211 021	3.145.729	10.136	3.155.864	10.010.315
Portimão	14.577.259	3.523.344	1.134.750	659.625	19.894.978	3.351.573	0	178 774	3.530.347	0	3.530.347	23.425.325
S. Brás de Alportel	1.060.978	683.627	540.916	5.098	2.290.620	1.322.243	154.917	189 902	1.667.062	1.796	1.668.858	3.959.478
Silves	4.259.255	996.040	2.971.878	496.314	8.723.486	3.324.179	453.342	377 076	4.154.597	0	4.154.597	12.878.084
Tavira	4.106.753	2.032.781	2.546.443	37.255	8.723.232	2.910.865	329.486	247 753	3.488.104	81.404	3.569.507	12.292.739
Vila do Bispo	1.959.079	234.984	386.090	335.023	2.915.174	1.406.121	82.521	21 304	1.509.946	0	1.509.946	4.425.120
Vila Real de S.to António	3.315.415	675.941	3.409.802	339.297	7.740.456	1.537.829	180.510	0	1.718.339	23.254	1.741.593	9.482.048
TOTAL	107.132.326	20.200.896	34.372.906	3.102.308	164.808.437	39.986.034	3.518.027	3.236.211	46.740.271	1.433.859	48.174.130	212.982.567

Adaptado de: DGAL

rend. = rendimentos

APÊNDICE 2: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2000 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - outras	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	88,97%	0,00%	11,03%	14,82%
Alcoutim	89,35%	9,78%	0,87%	85,94%
Aljezur	93,32%	3,17%	3,52%	61,35%
Castro Marim	92,58%	4,96%	2,46%	40,52%
Faro	85,99%	0,00%	14,01%	19,08%
Lagoa	85,38%	9,88%	4,74%	15,78%
Lagos	90,11%	0,00%	9,89%	13,71%
Loulé	80,58%	11,34%	8,08%	14,27%
Monchique	92,67%	5,86%	1,46%	68,45%
Olhão	64,69%	28,60%	6,71%	31,42%
Portimão	94,94%	0,00%	5,06%	15,07%
S. Brás de Alportel	79,32%	9,29%	11,39%	42,10%
Silves	80,01%	10,91%	9,08%	32,26%
Tavira	83,45%	9,45%	7,10%	28,38%
Vila do Bispo	93,12%	5,47%	1,41%	34,12%
Vila Real de S.to António	89,50%	10,50%	0,00%	18,12%
TOTAL	85,55%	7,53%	6,92%	21,95%

Fonte: Autor

Cálculo: OE - FGM/total das transferências do OE; (...)

APÊNDICE 3: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2000 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	65,50%	10,11%	23,26%	1,13%	85,18%
Alcoutim	38,54%	9,97%	44,15%	7,34%	13,65%
Aljezur	55,92%	7,03%	33,72%	3,33%	37,37%
Castro Marim	67,63%	18,05%	12,49%	1,83%	59,48%
Faro	82,64%	8,08%	8,81%	0,47%	78,92%
Lagoa	59,04%	17,93%	22,74%	0,29%	84,22%
Lagos	61,25%	6,17%	30,81%	1,77%	82,05%
Loulé	73,41%	10,07%	15,97%	0,55%	85,62%
Monchique	61,63%	6,87%	27,42%	4,08%	31,55%
Olhão	50,91%	14,08%	31,76%	3,25%	68,47%
Portimão	73,27%	17,71%	5,70%	3,32%	84,93%
S. Brás de Alportel	46,32%	29,84%	23,61%	0,22%	57,85%
Silves	48,83%	11,42%	34,07%	5,69%	67,74%
Tavira	47,08%	23,30%	29,19%	0,43%	70,96%
Vila do Bispo	67,20%	8,06%	13,24%	11,49%	65,88%
Vila Real de S.to António	42,83%	8,73%	44,05%	4,38%	81,63%
TOTAL	65,00%	12,26%	20,86%	1,88%	77,38%

Fonte: Autor

rend. = Rendimentos. **Cálculo:** Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 4: Valor por município das receitas de capital, ano de 2000 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FGM	OE - FCM	OE - outras transferências	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras transferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	52.623	2.360.701	0	644.597	3.005.297	4.518.081	0	7.523.379	0	406.949	16.515	7.999.466
Alcoutim	209	1.370.587	149.994	92.737	1.613.317	828.074	0	2.441.391	0	248.012	15.562	2.705.176
Aljezur	365.055	1.316.467	44.657	110.419	1.471.544	1.444.733	0	2.916.277	0	106.264	0	3.387.596
Castro Marim	43.395	1.206.248	64.594	73.478	1.344.320	525.633	288.071	2.158.024	0	0	0	2.201.420
Faro	516.281	2.301.079	0	1.929.914	4.230.993	2.189.618	0	6.420.611	0	2.664.080	0	9.600.972
Lagoa	119.756	1.383.087	159.999	1.569.473	3.112.559	89.694	21.199	3.223.451	0	857.932	0	4.201.140
Lagos	30.935	1.552.329	0	255.569	1.807.898	561.996	174.579	2.544.473	165	798.077	64.529	3.438.179
Loulé	35.435	3.053.426	429.535	222.379	3.705.340	322.398	0	4.027.738	0	0	0	4.063.173
Monchique	799.024	1.521.553	96.248	726.374	2.344.176	1.010.440	0	3.354.615	0	2.848.101	0	7.001.741
Olhão	261.769	1.356.665	599.809	409.698	2.366.173	1.085.948	45	3.452.165	0	727.237	0	4.441.172
Portimão	522.541	2.234.380	0	166.199	2.400.580	2.241.398	312.711	4.954.689	0	3.906.121	7.098	9.390.449
S. Brás de Alportel	46.638	881.496	103.276	160.733	1.145.504	1.832.404	0	2.977.908	0	362.626	0	3.387.172
Silves	43.894	2.216.119	302.232	748.396	3.266.747	1.750.541	0	5.017.288	0	0	0	5.061.183
Tavira	1.223.596	1.940.573	219.661	1.626.126	3.786.360	708.892	0	4.495.251	0	8.842.914	0	14.561.761
Vila do Bispo	45.889	937.411	55.017	0	992.428	386.698	51.496	1.430.622	0	15.777	0	1.492.289
Vila Real de S.to António	1.323.575	1.025.219	120.340	1.259.350	2.404.909	4.073.428	0	6.478.337	0	0	27.638	7.829.551
TOTAL	5.430.617	26.657.341	2.345.363	9.995.441	38.998.144	23.569.976	848.101	63.416.222	165	21.784.090	131.343	90.762.438

Adaptado de: DGAL

Estado - Part. Com. Proj. co-financiados = Estado - Participação Comunitária em Projetos co-financiados

APÊNDICE 5: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2000 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - outras transferências
Albufeira	78,55%	0,00%	21,45%
Alcoutim	84,95%	9,30%	5,75%
Aljezur	89,46%	3,03%	7,50%
Castro Marim	89,73%	4,80%	5,47%
Faro	54,39%	0,00%	45,61%
Lagoa	44,44%	5,14%	50,42%
Lagos	85,86%	0,00%	14,14%
Loulé	82,41%	11,59%	6,00%
Monchique	64,91%	4,11%	30,99%
Olhão	57,34%	25,35%	17,31%
Portimão	93,08%	0,00%	6,92%
S. Brás de Alportel	76,95%	9,02%	14,03%
Silves	67,84%	9,25%	22,91%
Tavira	51,25%	5,80%	42,95%
Vila do Bispo	94,46%	5,54%	0,00%
Vila Real de S.to António	42,63%	5,00%	52,37%
TOTAL	68,36%	6,01%	25,63%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 6: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2000 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	37,57%	0,66%	56,48%	5,09%
Alcoutim	59,64%	0,01%	30,61%	9,17%
Aljezur	43,44%	10,78%	42,65%	3,14%
Castro Marim	61,07%	1,97%	23,88%	0,00%
Faro	44,07%	5,38%	22,81%	27,75%
Lagoa	74,09%	2,85%	2,13%	20,42%
Lagos	52,58%	0,90%	16,35%	23,21%
Loulé	91,19%	0,87%	7,93%	0,00%
Monchique	33,48%	11,41%	14,43%	40,68%
Olhão	53,28%	5,89%	24,45%	16,37%
Portimão	25,56%	5,56%	23,87%	41,60%
S. Brás de Alportel	33,82%	1,38%	54,10%	10,71%
Silves	64,55%	0,87%	34,59%	0,00%
Tavira	26,00%	8,40%	4,87%	60,73%
Vila do Bispo	66,50%	3,08%	25,91%	1,06%
Vila Real de S.to António	30,72%	16,90%	52,03%	0,00%
TOTAL	42,97%	5,98%	25,97%	24,00%

Fonte: Autor

Estado - Part. Com. Proj. co-financiados = Estado - Participação Comunitária em Projetos co-financiados. **Cálculo:** Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 7: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2000

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	15.716.054	6.951.676	276.125	22.943.855	65,83%
Alcoutim	141.374	197.449	42.383	381.206	7,08%
Aljezur	721.107	890.000	42.907	1.654.014	24,19%
Castro Marim	2.236.565	623.692	52.518	2.912.775	41,46%
Faro	14.650.951	2.391.018	78.192	17.120.160	55,88%
Lagoa	8.622.729	4.423.943	37.978	13.084.651	66,77%
Lagos	9.960.625	5.263.680	338.509	15.562.814	69,82%
Loulé	26.086.576	7.856.341	188.770	34.131.688	77,78%
Monchique	713.116	1.174.928	46.318	1.934.363	18,25%
Olhão	3.561.766	3.331.686	222.768	7.116.220	49,24%
Portimão	16.749.544	3.008.350	666.723	20.424.617	62,24%
S. Brás de Alportel	1.176.884	1.155.276	5.098	2.337.257	31,81%
Silves	4.482.293	3.788.774	496.314	8.767.381	48,87%
Tavira	4.808.172	5.101.401	37.255	9.946.828	37,04%
Vila do Bispo	2.024.466	601.575	335.023	2.961.064	50,04%
Vila Real de S.to António	3.721.182	5.003.551	366.936	9.091.669	52,52%
TOTAL	115.373.405	51.763.340	3.233.817	170.370.562	56,09%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

Cálculo: Receitas próprias = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas;
Receitas fiscais = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 8: Valor das despesas correntes por município, ano de 2000 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	9.824.797	8.679.517	91.245	1.395.043	240.161	20.230.764
Alcoutim	1.541.934	1.180.226	76.341	218.513	55.621	3.072.635
Aljezur	1.693.743	1.291.074	53.571	374.193	1.207	3.413.788
Castro Marim	1.381.316	1.834.145	923	612.020	229	3.828.633
Faro	7.657.889	5.246.755	257.051	2.237.642	443.940	15.843.278
Lagoa	4.883.082	3.939.072	194.526	817.056	212.209	10.045.944
Lagos	6.862.596	4.915.603	213.351	925.604	436.852	13.354.007
Loulé	14.103.251	12.711.111	173.637	2.281.736	104.279	29.374.014
Monchique	1.840.270	809.953	4.689	106.244	30.033	2.791.188
Olhão	5.505.332	3.976.512	68.749	668.698	48.189	10.267.480
Portimão	7.231.542	8.106.069	284.704	2.389.561	229.991	18.241.867
S. Brás de Alportel	1.774.708	1.436.244	57.232	365.020	24.057	3.657.261
Silves	5.663.042	3.324.563	75.807	964.765	440.992	10.469.169
Tavira	5.348.864	4.433.216	223.417	1.050.119	147.210	11.202.826
Vila do Bispo	1.719.551	1.098.148	46.418	292.051	19.348	3.175.517
Vila Real de S.to António	3.741.608	3.596.073	50.743	1.292.455	9.532	8.690.411
TOTAL	80.773.526	66.578.281	1.872.403	15.990.722	2.443.850	167.658.782

Adaptado de: DGAL

APÊNDICE 9: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	48,56%	42,90%	0,45%	6,90%	1,19%
Alcoutim	50,18%	38,41%	2,48%	7,11%	1,81%
Aljezur	49,61%	37,82%	1,57%	10,96%	0,04%
Castro Marim	36,08%	47,91%	0,02%	15,99%	0,01%
Faro	48,34%	33,12%	1,62%	14,12%	2,80%
Lagoa	48,61%	39,21%	1,94%	8,13%	2,11%
Lagos	51,39%	36,81%	1,60%	6,93%	3,27%
Loulé	48,01%	43,27%	0,59%	7,77%	0,36%
Monchique	65,93%	29,02%	0,17%	3,81%	1,08%
Olhão	53,62%	38,73%	0,67%	6,51%	0,47%
Portimão	39,64%	44,44%	1,56%	13,10%	1,26%
S. Brás de Alportel	48,53%	39,27%	1,56%	9,98%	0,66%
Silves	54,09%	31,76%	0,72%	9,22%	4,21%
Tavira	47,75%	39,57%	1,99%	9,37%	1,31%
Vila do Bispo	54,15%	34,58%	1,46%	9,20%	0,61%
Vila Real de S.to António	43,05%	41,38%	0,58%	14,87%	0,11%
TOTAL	48,18%	39,71%	1,12%	9,54%	1,46%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 10: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2000 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habituação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	1.153.710	379.211	10.178.146	826.393	240.231	100.563	1.004.778	3.751.798	17.634.830	630.530	161.910	639.085	0	19.066.355
Alcoutim	213.266	3.267	311.584	31.848	37.734	41.066	152.093	1.107.232	1.898.091	182.884	0	167.631	1.711	2.250.317
Aljezur	51.636	81.424	651.899	1.317.789	17.922	178.924	182.630	377.829	2.860.052	266.662	1.047	295.283	0	3.423.045
Castro Marim	849.782	95.550	70.016	448.898	127.647	138.087	390.334	1.177.881	3.298.196	0	0	5.636	0	3.303.833
Faro	2.840.405	617.976	0	5.762.527	403.627	0	945.451	390.738	10.960.725	2.214.189	1.289.043	485.600	0	14.949.557
Lagoa	1.553.800	173.901	1.185.264	555.401	636.237	90.357	900.136	602.523	5.697.619	856.371	231.248	501.651	515.652	7.802.541
Lagos	7.032.003	0	0	0	0	0	871.724	287.557	8.191.284	155.999	108.179	502.968	0	8.958.430
Loulé	1.322	1.364.362	2.406.401	2.319.714	214.887	429.016	955.712	2.410.316	10.101.730	4.457.283	249	505.512	59.856	15.124.630
Monchique	61.367	114.913	1.104.159	2.796.675	4.439	279.616	402.216	578.526	5.341.911	457.024	0	1.831.162	202.063	7.832.159
Olhão	21.568	0	0	0	0	572.241	728.769	2.184.989	3.507.567	361.828	0	302.870	9.976	4.182.241
Portimão	496.074	6.081.454	2.689.743	1.658.453	433.575	18.371	456.066	1.515.657	13.349.393	137.274	113.816	90.357	0	13.690.840
S. Brás de Alportel	41.670	196.252	0	2.994.219	0	0	350.660	240.161	3.822.962	17.458	21.289	113.791	0	3.975.499
Silves	24.935	386.618	341.417	2.160.618	11.547	907.014	363.888	1.920.801	6.116.838	305.928	189.638	841.692	0	7.454.096
Tavira	6.404.196	3.485.500	191.803	815.689	839.676	0	485.784	2.443.112	14.665.761	512.116	549	517.652	0	15.696.077
Vila do Bispo	38.677	245.548	0	954.560	0	0	241.279	445.232	1.925.295	63.098	30.287	164.703	0	2.183.383
Vila Real de S.to António	14.415	252.955	4.184.600	464.281	880.174	611.990	143.948	1.927.754	8.480.118	210.258	0	114.649	0	8.805.025
TOTAL	20.798.825	13.478.931	23.315.031	23.107.067	3.847.697	3.367.245	8.575.468	21.362.107	117.852.371	10.828.902	2.147.255	7.080.242	789.258	138.698.028

Adaptado de: DGAL

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 11: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2000 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Peso Invest. município/Total Invest.
Albufeira	6,54%	2,15%	57,72%	4,69%	1,36%	0,57%	5,70%	21,27%	14,96%
Alcoutim	11,24%	0,17%	16,42%	1,68%	1,99%	2,16%	8,01%	58,33%	1,61%
Aljezur	1,81%	2,85%	22,79%	46,08%	0,63%	6,26%	6,39%	13,21%	2,43%
Castro Marim	25,77%	2,90%	2,12%	13,61%	3,87%	4,19%	11,83%	35,71%	2,80%
Faro	25,91%	5,64%	0,00%	52,57%	3,68%	0,00%	8,63%	3,56%	9,30%
Lagoa	27,27%	3,05%	20,80%	9,75%	11,17%	1,59%	15,80%	10,57%	4,83%
Lagos	85,85%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,64%	3,51%	6,95%
Loulé	0,01%	13,51%	23,82%	22,96%	2,13%	4,25%	9,46%	23,86%	8,57%
Monchique	1,15%	2,15%	20,67%	52,35%	0,08%	5,23%	7,53%	10,83%	4,53%
Olhão	0,61%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	16,31%	20,78%	62,29%	2,98%
Portimão	3,72%	45,56%	20,15%	12,42%	3,25%	0,14%	3,42%	11,35%	11,33%
S. Brás de Alportel	1,09%	5,13%	0,00%	78,32%	0,00%	0,00%	9,17%	6,28%	3,24%
Silves	0,41%	6,32%	5,58%	35,32%	0,19%	14,83%	5,95%	31,40%	5,19%
Tavira	43,67%	23,77%	1,31%	5,56%	5,73%	0,00%	3,31%	16,66%	12,44%
Vila do Bispo	2,01%	12,75%	0,00%	49,58%	0,00%	0,00%	12,53%	23,13%	1,63%
Vila Real de S.to António	0,17%	2,98%	49,35%	5,47%	10,38%	7,22%	1,70%	22,73%	7,20%
TOTAL	17,65%	11,44%	19,78%	19,61%	3,26%	2,86%	7,28%	18,13%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimento. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 12: Peso total por município de cada tipo de despesa no total das despesas de capital, ano de 2000 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	92,49%	3,31%	0,85%	3,35%	0,00%
Alcoutim	84,35%	8,13%	0,00%	7,45%	0,08%
Aljezur	83,55%	7,79%	0,03%	8,63%	0,00%
Castro Marim	99,83%	0,00%	0,00%	0,17%	0,00%
Faro	73,32%	14,81%	8,62%	3,25%	0,00%
Lagoa	73,02%	10,98%	2,96%	6,43%	6,61%
Lagos	91,44%	1,74%	1,21%	5,61%	0,00%
Loulé	66,79%	29,47%	0,00%	3,34%	0,40%
Monchique	68,20%	5,84%	0,00%	23,38%	2,58%
Olhão	83,87%	8,65%	0,00%	7,24%	0,24%
Portimão	97,51%	1,00%	0,83%	0,66%	0,00%
S. Brás de Alportel	96,16%	0,44%	0,54%	2,86%	0,00%
Silves	82,06%	4,10%	2,54%	11,29%	0,00%
Tavira	93,44%	3,26%	0,00%	3,30%	0,00%
Vila do Bispo	88,18%	2,89%	1,39%	7,54%	0,00%
Vila Real de S.to António	96,31%	2,39%	0,00%	1,30%	0,00%
TOTAL	84,97%	7,81%	1,55%	5,10%	0,57%

Fonte: Autor

investim.= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 13: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação ao valor total da despesa (em percentagem), ano de 2000

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	91.245,10	639.085	730.330	1,86%
Alcoutim	76.341,02	167.631	243.972	4,58%
Aljezur	53.570,89	295.283	348.854	5,10%
Castro Marim	922,78	5.636	6.559	0,09%
Faro	257.050,51	485.600	742.650	2,41%
Lagoa	194.526,19	501.651	696.177	3,90%
Lagos	213.350,82	502.968	716.319	3,21%
Loulé	173.636,54	505.512	679.148	1,53%
Monchique	4.688,70	1.831.162	1.835.851	17,28%
Olhão	68.749,31	302.870	371.619	2,57%
Portimão	284.703,86	90.357	375.061	1,17%
S. Brás de Alportel	57.232,07	113.791	171.023	2,24%
Silves	75.807,30	841.692	917.499	5,12%
Tavira	223.416,57	517.652	741.069	2,76%
Vila do Bispo	46.418,13	164.703	211.121	3,94%
Vila Real de S.to António	50.742,71	114.649	165.391	0,95%
TOTAL	1.872.403	7.080.242	8.952.644	2,92%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 14: Valor das receitas correntes por município, ano de 2001 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FGM	OE - FCM	OE - outras	Total transferências OE			
Albufeira	13.808.292	2.890.778	6.027.793	317.719	23.044.583	3.392.504	0	534.517	3.927.021	409.358	4.336.379	27.380.962
Alcoutim	178.590	67.253	168.783	42.009	456.635	1.911.209	222.893	534.517	2.668.619	12.794	2.681.413	3.138.047
Aljezur	1.063.093	119.532	522.765	44.109	1.749.499	1.837.222	17.024	534.517	2.388.763	112.225	2.500.988	4.250.486
Castro Marim	2.106.054	514.605	583.429	127.328	3.331.416	1.671.162	24.646	534.517	2.230.325	135.573	2.365.898	5.697.314
Faro	14.390.928	1.725.382	2.015.084	51.775	18.183.169	3.200.133	0	534.517	3.734.649	658.104	4.392.753	22.575.922
Lagoa	8.476.891	2.575.468	2.929.939	37.949	14.020.246	2.032.557	62.350	534.517	2.629.423	121.452	2.750.875	16.771.122
Lagos	10.061.482	1.240.495	5.417.998	356.167	17.076.141	2.047.780	0	534.517	2.582.297	952.365	3.534.661	20.610.803
Loulé	27.840.165	4.305.050	5.895.442	372.173	38.412.830	4.952.235	166.090	534.517	5.652.842	679.842	6.332.683	44.745.513
Monchique	789.926	62.589	441.995	35.884	1.330.394	2.221.990	82.736	534.517	2.839.242	147.644	2.986.887	4.317.280
Olhão	4.244.112	1.130.660	2.521.947	460.889	8.357.608	1.989.944	730.130	534.517	3.254.591	243.528	3.498.120	11.855.728
Portimão	14.735.727	1.989.296	1.522.775	1.005.347	19.253.145	3.091.884	0	534.517	3.626.400	341.352	3.967.753	23.220.898
S. Brás de Alportel	1.306.377	637.120	606.753	4.345	2.554.593	1.168.424	25.334	534.517	1.728.275	165.775	1.894.050	4.448.644
Silves	5.153.525	1.326.633	3.530.886	487.395	10.498.439	3.416.845	237.912	534.517	4.189.274	617.422	4.806.696	15.305.135
Tavira	4.272.698	2.849.543	2.435.640	65.647	9.623.527	2.974.756	84.277	534.517	3.593.550	312.931	3.906.480	13.530.008
Vila do Bispo	1.235.183	275.416	385.351	293.438	2.189.389	1.185.872	21.319	534.517	1.741.707	19.683	1.761.390	3.950.779
Vila Real de S.to António	3.985.375	1.336.100	3.904.730	495.052	9.721.257	1.371.550	45.964	534.517	1.952.031	162.723	2.114.753	11.836.010
TOTAL	113.648.417	23.045.919	38.911.309	4.197.225	179.802.870	38.466.067	1.720.673	8.552.269	48.739.009	5.092.771	53.831.780	233.634.650

Adaptado de: DGAL

rend. = rendimentos

APÊNDICE 15: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2001 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - outras	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	86,39%	0,00%	13,61%	14,34%
Alcoutim	71,62%	8,35%	20,03%	85,04%
Aljezur	76,91%	0,71%	22,38%	56,20%
Castro Marim	74,93%	1,11%	23,97%	39,15%
Faro	85,69%	0,00%	14,31%	16,54%
Lagoa	77,30%	2,37%	20,33%	15,68%
Lagos	79,30%	0,00%	20,70%	12,53%
Loulé	87,61%	2,94%	9,46%	12,63%
Monchique	78,26%	2,91%	18,83%	65,76%
Olhão	61,14%	22,43%	16,42%	27,45%
Portimão	85,26%	0,00%	14,74%	15,62%
S. Brás de Alportel	67,61%	1,47%	30,93%	38,85%
Silves	81,56%	5,68%	12,76%	27,37%
Tavira	82,78%	2,35%	14,87%	26,56%
Vila do Bispo	68,09%	1,22%	30,69%	44,09%
Vila Real de S.to António	70,26%	2,35%	27,38%	16,49%
TOTAL	78,92%	3,53%	17,55%	20,86%

Fonte: Autor. Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 16: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2001 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	59,92%	12,54%	26,16%	1,38%	84,16%
Alcoutim	39,11%	14,73%	36,96%	9,20%	14,55%
Aljezur	60,77%	6,83%	29,88%	2,52%	41,16%
Castro Marim	63,22%	15,45%	17,51%	3,82%	58,47%
Faro	79,14%	9,49%	11,08%	0,28%	80,54%
Lagoa	60,46%	18,37%	20,90%	0,27%	83,60%
Lagos	58,92%	7,26%	31,73%	2,09%	82,85%
Loulé	72,48%	11,21%	15,35%	0,97%	85,85%
Monchique	59,38%	4,70%	33,22%	2,70%	30,82%
Olhão	50,78%	13,53%	30,18%	5,51%	70,49%
Portimão	76,54%	10,33%	7,91%	5,22%	82,91%
S. Brás de Alportel	51,14%	24,94%	23,75%	0,17%	57,42%
Silves	49,09%	12,64%	33,63%	4,64%	68,59%
Tavira	44,40%	29,61%	25,31%	0,68%	71,13%
Vila do Bispo	56,42%	12,58%	17,60%	13,40%	55,42%
Vila Real de S.to António	41,00%	13,74%	40,17%	5,09%	82,13%
TOTAL	63,21%	12,82%	21,64%	2,33%	76,96%

Fonte: Autor

rend. = Rendimentos. Cálculo: Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 17: Valor por município das receitas de capital, ano de 2001 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FGM	OE - FCM	OE - outras transferências	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras transferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	249	2.261.669	0	356.346	2.618.016	7.037.649	305.628	9.961.293	0	1.777.102	41.435	11.780.080
Alcoutim	2.165	1.274.139	148.597	356.346	1.779.082	944.653	197.689	2.921.424	0	1.242.181	14.021	4.179.792
Aljezur	50.134	1.224.818	11.353	356.346	1.592.517	970.027	86.167	2.648.712	0	451.412	1.112	3.151.370
Castro Marim	948	1.114.110	16.430	356.346	1.486.887	1.094.113	526.591	3.107.591	0	0	0	3.108.538
Faro	71.213	2.133.423	0	356.346	2.489.770	5.014.405	1.358.805	8.862.980	0	5.247.005	19.952	14.201.150
Lagoa	85.240	1.355.034	41.570	356.346	1.752.950	874.044	511.208	3.138.202	0	0	0	3.223.442
Lagos	39.305	1.365.190	0	356.346	1.721.536	1.804.332	610.618	4.136.486	80	5.985.575	15.757	10.177.203
Loulé	36.113	3.301.493	110.728	356.346	3.768.568	6.271.900	722.294	10.762.762	0	6.391.437	0	17.190.311
Monchique	59.956	1.481.330	55.157	356.346	1.892.833	3.369.794	101.071	5.363.698	0	399.038	0	5.822.692
Olhão	32.676	1.326.628	486.757	356.346	2.169.731	4.176.131	380.194	6.726.055	0	2.472.466	0	9.231.198
Portimão	738.141	2.061.252	0	356.346	2.417.599	3.610.529	1.865.459	7.893.586	54.529	5.282.025	0	13.968.281
S. Brás de Alportel	170.923	778.948	16.889	356.346	1.152.183	1.713.116	93.375	2.958.675	0	686.795	0	3.816.392
Silves	623	2.277.895	158.608	356.346	2.792.849	734.196	1.465.468	4.992.513	0	299.279	888	5.293.303
Tavira	1.210.213	1.983.171	56.185	356.346	2.395.701	3.047.810	406.535	5.850.046	0	5.279.925	0	12.340.185
Vila do Bispo	0	790.585	14.216	356.346	1.161.147	1.100.328	75.159	2.336.634	0	175.482	0	2.512.116
Vila Real de S.to António	844.415	914.366	30.646	356.346	1.301.359	5.009.278	222.623	6.533.260	0	0	12.375	7.390.050
TOTAL	3.342.315	25.644.053	1.147.135	5.701.539	32.492.728	46.772.304	8.928.886	88.193.918	54.608	35.689.723	105.541	127.386.104

Adaptado de: DGAL

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; transf.= transferências

APÊNDICE 18: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2001 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - outras transferências
Albufeira	86,39%	0,00%	13,61%
Alcoutim	71,62%	8,35%	20,03%
Aljezur	76,91%	0,71%	22,38%
Castro Marim	74,93%	1,11%	23,97%
Faro	85,69%	0,00%	14,31%
Lagoa	77,30%	2,37%	20,33%
Lagos	79,30%	0,00%	20,70%
Loulé	87,61%	2,94%	9,46%
Monchique	78,26%	2,91%	18,83%
Olhão	61,14%	22,43%	16,42%
Portimão	85,26%	0,00%	14,74%
S. Brás de Alportel	67,61%	1,47%	30,93%
Silves	81,56%	5,68%	12,76%
Tavira	82,78%	2,35%	14,87%
Vila do Bispo	68,09%	1,22%	30,69%
Vila Real de S.to António	70,26%	2,35%	27,38%
TOTAL	78,92%	3,53%	17,55%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 19: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2001 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	37,57%	0,00%	59,74%	15,09%
Alcoutim	59,64%	0,05%	22,60%	29,72%
Aljezur	43,44%	1,59%	30,78%	14,32%
Castro Marim	61,07%	0,03%	35,20%	0,00%
Faro	44,07%	0,50%	35,31%	36,95%
Lagoa	74,09%	2,64%	27,12%	0,00%
Lagos	52,58%	0,39%	17,73%	58,81%
Loulé	91,19%	0,21%	36,49%	37,18%
Monchique	33,48%	1,03%	57,87%	6,85%
Olhão	53,28%	0,35%	45,24%	26,78%
Portimão	25,56%	5,28%	25,85%	37,81%
S. Brás de Alportel	33,82%	4,48%	44,89%	18,00%
Silves	64,55%	0,01%	13,87%	5,65%
Tavira	26,00%	9,81%	24,70%	42,79%
Vila do Bispo	66,50%	0,00%	43,80%	6,99%
Vila Real de S.to António	30,72%	11,43%	67,78%	0,00%
TOTAL	25,51%	2,62%	36,72%	28,02%

Fonte: Autor. Estado - Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos.

Cálculo: Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 20: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2001

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	14.730.569	7.996.543	359.154	23.086.267	58,95%
Alcoutim	182.804	233.986	56.030	472.821	6,46%
Aljezur	1.063.342	692.182	45.221	1.800.745	24,33%
Castro Marim	2.265.331	939.705	127.328	3.332.364	37,84%
Faro	15.190.870	3.011.737	71.727	18.274.334	49,69%
Lagoa	9.644.527	4.423.011	37.949	14.105.486	70,55%
Lagos	10.804.900	5.954.380	372.003	17.131.284	55,64%
Loulé	29.250.102	8.826.668	372.173	38.448.943	62,08%
Monchique	803.389	551.077	35.884	1.390.349	13,71%
Olhão	4.290.640	3.638.756	460.889	8.390.284	39,79%
Portimão	16.145.175	2.840.764	1.059.876	20.045.815	53,90%
S. Brás de Alportel	1.358.376	1.362.796	4.345	2.725.517	32,98%
Silves	5.557.736	4.453.931	488.283	10.499.950	50,97%
Tavira	5.574.615	5.193.479	65.647	10.833.741	41,88%
Vila do Bispo	1.378.797	517.154	293.438	2.189.389	33,88%
Vila Real de S.to António	4.761.290	5.309.330	507.427	10.578.047	55,02%
TOTAL	123.002.464	55.945.496	4.357.374	183.305.334	50,77%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

Cálculo: Receitas próprias = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas;
Receitas fiscais = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 21: Valor das despesas correntes por município, ano de 2001 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	11.296.949	8.828.783	90.522	1.342.594	487.226	22.046.074
Alcoutim	1.723.082	1.407.892	102.194	319.685	57.611	3.610.464
Aljezur	1.842.130	1.362.890	74.336	505.866	41.445	3.826.668
Castro Marim	1.721.586	2.138.411	868	704.507	12.859	4.578.231
Faro	8.819.186	6.894.534	372.587	2.697.235	475.993	19.259.535
Lagoa	5.568.699	6.022.546	225.517	943.062	154.333	12.914.157
Lagos	7.871.076	6.941.860	227.008	1.127.662	615.477	16.783.083
Loulé	15.420.661	15.997.381	268.368	3.437.999	458.445	35.582.855
Monchique	1.972.706	997.825	0	54.344	35.450	3.060.325
Olhão	6.182.076	4.340.864	207.046	706.532	180.136	11.616.654
Portimão	8.325.825	9.030.975	497.022	2.723.626	353.403	20.930.852
S. Brás de Alportel	1.857.628	1.477.579	109.406	455.198	25.154	3.924.966
Silves	6.317.335	4.699.813	67.358	852.166	739.263	12.675.936
Tavira	5.759.195	4.692.985	531.619	912.621	220.977	12.117.397
Vila do Bispo	2.045.540	1.277.486	50.857	388.464	17.608	3.779.955
Vila Real de S.to António	4.234.295	4.248.416	53.202	1.347.268	1.107	9.884.289
TOTAL	90.957.971	80.360.242	2.877.909	18.518.830	3.876.488	196.591.440

Adaptado de: DGAL

APÊNDICE 22: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2001 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	51,24%	40,05%	0,41%	6,09%	2,21%
Alcoutim	47,72%	38,99%	2,83%	8,85%	1,60%
Aljezur	48,14%	35,62%	1,94%	13,22%	1,08%
Castro Marim	37,60%	46,71%	0,02%	15,39%	0,28%
Faro	45,79%	35,80%	1,93%	14,00%	2,47%
Lagoa	43,12%	46,64%	1,75%	7,30%	1,20%
Lagos	46,90%	41,36%	1,35%	6,72%	3,67%
Loulé	43,34%	44,96%	0,75%	9,66%	1,29%
Monchique	64,46%	32,61%	0,00%	1,78%	1,16%
Olhão	53,22%	37,37%	1,78%	6,08%	1,55%
Portimão	39,78%	43,15%	2,37%	13,01%	1,69%
S. Brás de Alportel	47,33%	37,65%	2,79%	11,60%	0,64%
Silves	49,84%	37,08%	0,53%	6,72%	5,83%
Tavira	47,53%	38,73%	4,39%	7,53%	1,82%
Vila do Bispo	54,12%	33,80%	1,35%	10,28%	0,47%
Vila Real de S.to António	42,84%	42,98%	0,54%	13,63%	0,01%
TOTAL	46,27%	40,88%	1,46%	9,42%	1,97%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 23: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2001 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	417.324	113.322	10.708.358	1.001.631	1.096.812	162.922	647.914	5.275.820	19.424.103	534.512	850.001	426.742	0	21.235.358
Alcoutim	329.785	0	0	0	0	36.163	175.821	2.640.222	3.181.991	387.292	35.430	156.064	0	3.760.777
Aljezur	0	0	0	0	0	483.131	189.578	2.371.939	3.044.647	264.173	0	154.937	103.042	3.566.799
Castro Marim	1.547.780	0	0	0	0	547.231	185.393	4.561.676	6.842.081	62.350	0	3.157	0	6.907.588
Faro	930.388	0	0	4.960.635	2.849.423	334.624	1.845.423	1.533.948	12.454.440	5.406.096	0	558.025	0	18.418.561
Lagoa	883.715	244.675	284.988	1.691.065	843.592	171.267	1.138.805	1.512.196	6.770.304	1.269.810	268.513	528.831	18.066	8.855.523
Lagos	20.795	0	0	0	0	1.578.077	1.285.362	11.644.706	14.528.940	235.318	0	504.355	2.359	15.270.972
Loulé	0	6.042.767	4.045.620	4.278.973	662.708	0	1.443.242	2.671.277	19.144.587	5.700.332	63.751	498.025	43.779	25.450.474
Monchique	167.192	627.827	0	0	0	0	175.647	5.174.864	6.145.529	357.414	0	418.082	155.296	7.076.321
Olhão	42.483	0	0	0	0	1.977.040	889.372	5.432.149	8.341.043	424.273	0	648.856	0	9.414.172
Portimão	2.458.206	119.168	1.933.550	3.678.605	1.658.653	2.475.359	666.349	1.546.313	14.536.203	448.888	52.319	2.090.168	88.916	17.216.493
S. Brás de Alportel	51.915	0	0	0	0	223.851	326.827	3.140.486	3.743.079	26.411	22.157	173.741	0	3.965.388
Silves	10.879	0	0	0	0	1.223.222	548.044	3.729.632	5.511.777	551.222	24.940	833.586	0	6.921.524
Tavira	3.333.910	0	115.736	516.974	1.134.471	4.713.236	901.906	1.987.964	12.704.198	442.708	0	642.636	0	13.789.542
Vila do Bispo	14.001	183.687	551.426	1.928.283	0	86.098	256.477	158.568	3.178.540	66.230	0	166.723	0	3.411.493
Vila Real de S.to António	233.497	0	3.433.341	773.117	353.987	2.130.082	278.918	1.071.109	8.274.050	206.313	0	115.252	0	8.595.615
TOTAL	10.441.870	7.331.446	21.073.019	18.829.281	8.599.645	16.142.302	10.955.078	54.452.869	147.825.511	16.383.341	1.317.111	7.919.180	411.458	173.856.601

Adaptado de: DGAL

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 24: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2001 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Peso Invest. município/Total Invest.
Albufeira	2,15%	0,58%	55,13%	5,16%	5,65%	0,84%	3,34%	27,16%	13,14%
Alcoutim	10,36%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,14%	5,53%	82,97%	2,15%
Aljezur	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,87%	6,23%	77,91%	2,06%
Castro Marim	22,62%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	2,71%	66,67%	4,63%
Faro	7,47%	0,00%	0,00%	39,83%	22,88%	2,69%	14,82%	12,32%	8,43%
Lagoa	13,05%	3,61%	4,21%	24,98%	12,46%	2,53%	16,82%	22,34%	4,58%
Lagos	0,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,86%	8,85%	80,15%	9,83%
Loulé	0,00%	31,56%	21,13%	22,35%	3,46%	0,00%	7,54%	13,95%	12,95%
Monchique	2,72%	10,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,86%	84,21%	4,16%
Olhão	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	23,70%	10,66%	65,13%	5,64%
Portimão	16,91%	0,82%	13,30%	25,31%	11,41%	17,03%	4,58%	10,64%	9,83%
S. Brás de Alportel	1,39%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,98%	8,73%	83,90%	2,53%
Silves	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	22,19%	9,94%	67,67%	3,73%
Tavira	26,24%	0,00%	0,91%	4,07%	8,93%	37,10%	7,10%	15,65%	8,59%
Vila do Bispo	0,44%	5,78%	17,35%	60,67%	0,00%	2,71%	8,07%	4,99%	2,15%
Vila Real de S.to António	2,82%	0,00%	41,50%	9,34%	4,28%	25,74%	3,37%	12,95%	5,60%
TOTAL	7,06%	4,96%	14,26%	12,74%	5,82%	10,92%	7,41%	36,84%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimento. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 25: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2001 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	91,47%	2,52%	4,00%	2,01%	0,00%
Alcoutim	84,61%	10,30%	0,94%	4,15%	0,00%
Aljezur	85,36%	7,41%	0,00%	4,34%	2,89%
Castro Marim	99,05%	0,90%	0,00%	0,05%	0,00%
Faro	67,62%	29,35%	0,00%	3,03%	0,00%
Lagoa	76,45%	14,34%	3,03%	5,97%	0,20%
Lagos	95,14%	1,54%	0,00%	3,30%	0,02%
Loulé	75,22%	22,40%	0,25%	1,96%	0,17%
Monchique	86,85%	5,05%	0,00%	5,91%	2,19%
Olhão	88,60%	4,51%	0,00%	6,89%	0,00%
Portimão	84,43%	2,61%	0,30%	12,14%	0,52%
S. Brás de Alportel	94,39%	0,67%	0,56%	4,38%	0,00%
Silves	79,63%	7,96%	0,36%	12,04%	0,00%
Tavira	92,13%	3,21%	0,00%	4,66%	0,00%
Vila do Bispo	93,17%	1,94%	0,00%	4,89%	0,00%
Vila Real de S.to António	96,26%	2,40%	0,00%	1,34%	0,00%
TOTAL	85,03%	9,42%	0,76%	4,56%	0,24%

Fonte: Autor

investim.= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas. **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 26: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2001

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	90.521,84	426.742	517.263	1,20%
Alcoutim	102.193,71	156.064	258.258	3,50%
Aljezur	74.335,85	154.937	229.272	3,10%
Castro Marim	867,91	3.157	4.025	0,04%
Faro	372.587,07	558.025	930.612	2,47%
Lagoa	225.516,51	528.831	754.347	3,47%
Lagos	227.007,91	504.355	731.362	2,28%
Loulé	268.368,23	498.025	766.393	1,26%
Monchique	0,00	418.082	418.082	4,12%
Olhão	207.046,02	648.856	855.902	4,07%
Portimão	497.022,18	2.090.168	2.587.190	6,78%
S. Brás de Alportel	109.406,33	173.741	283.148	3,59%
Silves	67.357,67	833.586	900.944	4,60%
Tavira	531.618,80	642.636	1.174.255	4,53%
Vila do Bispo	50.857,43	166.723	217.581	3,03%
Vila Real de S.to António	53.201,78	115.252	168.454	0,91%
TOTAL	2.877.909	7.919.180	10.797.089	2,91%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 27: Valor das receitas correntes por município, ano de 2002 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE					Total transferências OE	Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	OE - outras	OE - FBM				
Albufeira	15.645.705	2.246.314	6.884.224	118.880	24.895.123	3.692.457	0	595.851	402.177	4.690.485	0	4.690.485	29.585.608	
Alcoutim	161.447	56.716	265.716	8.044	491.922	2.223.696	230.687	595.851	5	3.050.239	0	3.050.239	3.542.161	
Aljezur	942.575	120.989	610.103	181.379	1.855.047	2.084.297	50.215	595.851	129.563	2.859.926	23.516	2.883.442	4.738.488	
Castro Marim	2.233.892	267.308	665.874	161.839	3.328.913	1.888.436	64.976	595.851	23.432	2.572.695	67.713	2.640.408	5.969.321	
Faro	14.724.167	1.932.732	2.150.971	141.633	18.949.502	3.404.375	0	595.851	96.956	4.097.182	210.429	4.307.611	23.257.113	
Lagoa	9.109.413	2.143.239	4.183.288	41.849	15.477.789	2.097.763	177.717	595.851	130.579	3.001.910	10.090	3.012.000	18.489.789	
Lagos	11.869.935	1.122.225	5.638.657	412.145	19.042.961	2.224.021	0	595.851	194.667	3.014.539	855.264	3.869.803	22.912.764	
Loulé	33.780.363	2.477.754	6.192.085	2.616.061	45.066.263	5.036.071	517.961	595.851	0	6.149.883	642.602	6.792.485	51.858.748	
Monchique	846.061	48.394	358.332	92.745	1.345.533	2.488.640	160.766	595.851	109.298	3.354.555	0	3.354.555	4.700.088	
Olhão	4.686.810	1.861.436	2.551.676	137.080	9.237.001	1.919.234	1.127.414	595.851	238.636	3.881.135	0	3.881.135	13.118.137	
Portimão	16.922.399	1.995.448	1.564.931	1.227.505	21.710.283	3.280.770	0	595.851	433.564	4.310.185	19.396	4.329.581	26.039.864	
S. Brás de Alportel	1.336.980	474.242	975.146	3.466	2.789.835	1.146.134	185.041	595.851	119.900	2.046.926	28.345	2.075.270	4.865.105	
Silves	7.015.213	1.230.969	3.727.733	523.745	12.497.661	3.676.309	302.527	595.851	282.079	4.856.766	205.763	5.062.529	17.560.190	
Tavira	5.312.012	4.418.101	3.341.917	68.492	13.140.522	3.109.469	218.837	595.851	11.379	3.935.536	580.025	4.515.560	17.656.083	
Vila do Bispo	2.064.275	153.662	748.741	230.216	3.196.894	1.347.835	47.092	595.851	686	1.991.464	48.465	2.039.929	5.236.823	
Vila Real de S.to António	4.240.148	932.640	3.869.373	431.552	9.473.712	1.425.548	172.351	595.851	56.440	2.250.190	75.209	2.325.398	11.799.110	
TOTAL	130.891.395	21.482.169	43.728.767	6.396.631	202.498.963	41.045.055	3.255.584	9.533.616	2.229.361	56.063.616	2.766.815	58.830.431	261.329.393	

Adaptado de: DGAL

rend. = rendimentos

APÊNDICE 28: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2002 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	OE - outras	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	78,72%	0,00%	12,70%	8,57%	15,85%
Alcoutim	72,90%	7,56%	19,53%	0,00%	86,11%
Aljezur	72,88%	1,76%	20,83%	4,53%	60,36%
Castro Marim	73,40%	2,53%	23,16%	0,91%	43,10%
Faro	83,09%	0,00%	14,54%	2,37%	17,62%
Lagoa	69,88%	5,92%	19,85%	4,35%	16,24%
Lagos	73,78%	0,00%	19,77%	6,46%	13,16%
Loulé	81,89%	8,42%	9,69%	0,00%	11,86%
Monchique	74,19%	4,79%	17,76%	3,26%	71,37%
Olhão	49,45%	29,05%	15,35%	6,15%	29,59%
Portimão	76,12%	0,00%	13,82%	10,06%	16,55%
S. Brás de Alportel	55,99%	9,04%	29,11%	5,86%	42,07%
Silves	75,69%	6,23%	12,27%	5,81%	27,66%
Tavira	79,01%	5,56%	15,14%	0,29%	22,29%
Vila do Bispo	67,68%	2,36%	29,92%	0,03%	38,03%
Vila Real de S.to António	63,35%	7,66%	26,48%	2,51%	19,07%
TOTAL	73,21%	5,81%	17,00%	3,98%	21,45%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 29: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2002 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	62,85%	9,02%	27,65%	0,48%	84,15%
Alcoutim	32,82%	11,53%	54,02%	1,64%	13,89%
Aljezur	50,81%	6,52%	32,89%	9,78%	39,15%
Castro Marim	67,11%	8,03%	20,00%	4,86%	55,77%
Faro	77,70%	10,20%	11,35%	0,75%	81,48%
Lagoa	58,85%	13,85%	27,03%	0,27%	83,71%
Lagos	62,33%	5,89%	29,61%	2,16%	83,11%
Loulé	74,96%	5,50%	13,74%	5,80%	86,90%
Monchique	62,88%	3,60%	26,63%	6,89%	28,63%
Olhão	50,74%	20,15%	27,62%	1,48%	70,41%
Portimão	77,95%	9,19%	7,21%	5,65%	83,37%
S. Brás de Alportel	47,92%	17,00%	34,95%	0,12%	57,34%
Silves	56,13%	9,85%	29,83%	4,19%	71,17%
Tavira	40,42%	33,62%	25,43%	0,52%	74,42%
Vila do Bispo	64,57%	4,81%	23,42%	7,20%	61,05%
Vila Real de S.to António	44,76%	9,84%	40,84%	4,56%	80,29%
TOTAL	64,64%	10,61%	21,59%	3,16%	77,49%

Fonte: Autor

rend. = Rendimentos. Cálculo: Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 30: Valor por município das receitas de capital, ano de 2002 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras transferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	17.957	2.461.638	0	397.234	2.858.872	1.863.547	24.940	4.747.358	0	10.472.921	0	15.238.236
Alcoutim	257	1.482.464	153.791	397.234	2.033.489	1.201.844	77.894	3.313.227	0	340.803	0	3.654.287
Aljezur	259.237	1.389.531	33.476	397.234	1.820.241	1.805.567	356.706	3.982.514	0	688.615	0	4.930.366
Castro Marim	291	1.258.958	43.318	397.234	1.699.510	377.876	186.975	2.264.362	0	1.662.455	0	3.927.107
Faro	97.337	2.269.583	0	397.234	2.666.817	1.258.558	296.217	4.221.592	0	7.366.187	0	11.685.116
Lagoa	129.770	1.398.509	118.478	397.234	1.914.221	968.822	186.959	3.070.001	0	0	0	3.199.771
Lagos	22.481	1.482.680	0	397.234	1.879.914	1.791.437	38.384	3.709.735	216	1.216.693	52.518	5.001.643
Loulé	0	3.357.380	345.307	397.234	4.099.921	1.915.849	503.476	6.519.245	0	7.574.903	13.606	14.107.754
Monchique	29.879	1.659.094	107.178	397.234	2.163.506	3.437.207	262.375	5.863.089	0	1.592.250	0	7.485.218
Olhão	370.033	1.279.490	751.610	397.234	2.428.334	1.481.204	680.319	4.589.857	0	3.421.150	0	8.381.040
Portimão	361.719	2.187.180	0	397.234	2.584.414	281.667	483.258	3.349.339	81.260	646.104	20.029	4.458.450
S. Brás de Alportel	77.962	764.090	123.361	397.234	1.284.685	1.129.122	38.152	2.451.959	0	119.712	0	2.649.633
Silves	1.795	2.450.873	201.685	397.234	3.049.792	1.480.735	246.680	4.777.207	0	3.815.051	0	8.594.053
Tavira	527.856	2.072.980	145.891	397.234	2.616.105	1.447.470	336.420	4.399.995	209.496	2.723.356	0	7.860.702
Vila do Bispo	2.793	898.556	31.394	397.234	1.327.184	1.124.033	100.557	2.551.773	0	0	0	2.554.566
Vila Real de S.to António	910.058	950.366	89.846	397.234	1.437.446	3.231.514	267.523	4.936.483	0	495.396	0	6.341.937
TOTAL	2.809.425	27.363.372	2.145.335	6.355.744	35.864.451	24.796.452	4.086.834	64.747.737	290.972	42.135.595	86.152	110.069.881

Adaptado de: DGAL

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; **transf.**= transferências

APÊNDICE 31: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2002 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM
Albufeira	86,11%	0,00%	13,89%
Alcoutim	72,90%	7,56%	19,53%
Aljezur	76,34%	1,84%	21,82%
Castro Marim	74,08%	2,55%	23,37%
Faro	85,10%	0,00%	14,90%
Lagoa	73,06%	6,19%	20,75%
Lagos	78,87%	0,00%	21,13%
Loulé	81,89%	8,42%	9,69%
Monchique	76,69%	4,95%	18,36%
Olhão	52,69%	30,95%	16,36%
Portimão	84,63%	0,00%	15,37%
S. Brás de Alportel	59,48%	9,60%	30,92%
Silves	80,36%	6,61%	13,02%
Tavira	79,24%	5,58%	15,18%
Vila do Bispo	67,70%	2,37%	29,93%
Vila Real de S.to António	66,11%	6,25%	27,63%
TOTAL	76,30%	5,98%	17,72%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 32: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2002 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	18,76%	0,12%	12,23%	68,73%
Alcoutim	55,65%	0,01%	32,89%	9,33%
Aljezur	36,92%	5,26%	36,62%	13,97%
Castro Marim	43,28%	0,01%	9,62%	42,33%
Faro	22,82%	0,83%	10,77%	63,04%
Lagoa	59,82%	4,06%	30,28%	0,00%
Lagos	37,59%	0,45%	35,82%	24,33%
Loulé	29,06%	0,00%	13,58%	53,69%
Monchique	28,90%	0,40%	45,92%	21,27%
Olhão	28,97%	4,42%	17,67%	40,82%
Portimão	57,97%	8,11%	6,32%	14,49%
S. Brás de Alportel	48,49%	2,94%	42,61%	4,52%
Silves	35,49%	0,02%	17,23%	44,39%
Tavira	33,28%	6,72%	18,41%	34,65%
Vila do Bispo	51,95%	0,11%	44,00%	0,00%
Vila Real de S.to António	22,67%	14,35%	50,95%	7,81%
TOTAL	32,58%	2,55%	22,53%	38,28%

Fonte: Autor. **Estado - Part. Com. Proj.**= Participação Comunitária em Projetos.
Cálculo: Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 33: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2002

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	16.378.602	8.415.598	118.880	24.913.080	55,58%
Alcoutim	161.447	322.689	8.044	492.180	6,84%
Aljezur	952.849	980.056	181.379	2.114.283	21,87%
Castro Marim	2.354.670	812.695	161.839	3.329.204	33,64%
Faro	15.655.906	3.249.300	141.633	19.046.839	54,51%
Lagoa	9.959.822	5.605.888	41.849	15.607.559	71,96%
Lagos	12.498.285	6.155.013	464.663	19.117.960	68,49%
Loulé	34.842.523	7.607.679	2.629.667	45.079.869	68,34%
Monchique	850.698	431.968	92.745	1.375.412	11,29%
Olhão	5.961.005	3.508.950	137.080	9.607.035	44,69%
Portimão	18.508.209	2.336.288	1.247.534	22.092.031	72,44%
S. Brás de Alportel	1.394.346	1.469.985	3.466	2.867.797	38,16%
Silves	7.207.321	4.768.390	523.745	12.499.456	47,79%
Tavira	8.158.877	5.441.009	68.492	13.668.378	53,57%
Vila do Bispo	2.156.770	812.701	230.216	3.199.687	41,07%
Vila Real de S.to António	4.709.895	5.242.323	431.552	10.383.770	57,24%
TOTAL	141.751.226	57.160.530	6.482.784	205.394.540	55,30%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

Cálculo: Receitas próprias = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas;
Receitas fiscais = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 34: Valor das despesas correntes por município, ano de 2002 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	12.539.912	12.880.722	206.826	1.365.931	1.072.013	28.065.405
Alcoutim	1.845.412	1.241.846	108.684	208.325	51.328	3.455.595
Aljezur	2.135.984	1.509.979	57.952	611.820	8.519	4.324.254
Castro Marim	1.932.365	2.422.708	16.347	1.036.104	235.099	5.642.623
Faro	9.021.807	5.320.142	573.433	1.949.668	273.468	17.138.518
Lagoa	6.448.167	6.960.562	152.310	1.127.844	130.607	14.819.490
Lagos	8.768.054	7.596.017	358.012	1.253.472	717.350	18.692.905
Loulé	16.413.620	21.679.778	481.505	2.372.763	1.094.463	42.042.130
Monchique	2.041.285	1.138.531	16.106	106.201	16.142	3.318.266
Olhão	6.443.434	4.148.828	264.657	297.075	592.155	11.746.150
Portimão	9.139.062	9.320.762	692.892	1.921.929	1.086.778	22.161.423
S. Brás de Alportel	2.109.831	1.778.849	101.558	437.704	30.016	4.457.957
Silves	6.879.103	5.319.188	27.332	1.028.156	691.309	13.945.087
Tavira	6.603.975	6.667.347	567.298	1.262.006	40.161	15.140.787
Vila do Bispo	2.309.102	1.866.925	40.596	364.121	22.609	4.603.353
Vila Real de S.to António	4.720.756	4.653.436	46.298	1.449.795	4.713	10.874.998
TOTAL	99.351.871	94.505.622	3.711.805	16.792.914	6.066.731	220.428.942

Adaptado de: DGAL

APÊNDICE 35: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2002 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	44,68%	45,90%	0,74%	4,87%	3,82%
Alcoutim	53,40%	35,94%	3,15%	6,03%	1,49%
Aljezur	49,40%	34,92%	1,34%	14,15%	0,20%
Castro Marim	34,25%	42,94%	0,29%	18,36%	4,17%
Faro	52,64%	31,04%	3,35%	11,38%	1,60%
Lagoa	43,51%	46,97%	1,03%	7,61%	0,88%
Lagos	46,91%	40,64%	1,92%	6,71%	3,84%
Loulé	39,04%	51,57%	1,15%	5,64%	2,60%
Monchique	61,52%	34,31%	0,49%	3,20%	0,49%
Olhão	54,86%	35,32%	2,25%	2,53%	5,04%
Portimão	41,24%	42,06%	3,13%	8,67%	4,90%
S. Brás de Alportel	47,33%	39,90%	2,28%	9,82%	0,67%
Silves	49,33%	38,14%	0,20%	7,37%	4,96%
Tavira	43,62%	44,04%	3,75%	8,34%	0,27%
Vila do Bispo	50,16%	40,56%	0,88%	7,91%	0,49%
Vila Real de S.to António	43,41%	42,79%	0,43%	13,33%	0,04%
TOTAL	45,07%	42,87%	1,68%	7,62%	2,75%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 36: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2002 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	270.301	530.698	3.540.981	5.488.503	1.114.196	870.654	858.662	2.653.554	15.327.548	628.383	559.880	382.855	14.393	16.913.057
Alcoutim	223.589	0	1.184.530	258.464	12.936	42.145	87.700	1.150.298	2.959.662	233.139	0	130.539	0	3.323.341
Aljezur	4.022	63.453	94.788	1.492.900	82.498	428.261	279.084	2.057.417	4.502.423	201.785	70.480	529.063	100	5.303.851
Castro Marim	243.821	7.067	224.377	2.224.314	1.086.077	81.087	144.216	398.996	4.409.955	0	0	3.362	0	4.413.317
Faro	61.992	309.539	0	4.299.678	1.602.619	673.054	628.602	1.028.022	8.603.506	5.804.597	166.407	1.005.059	132.523	15.712.091
Lagoa	42.135	214.645	151.285	1.411.970	562.217	1.139.812	957.469	622.010	5.101.543	837.686	0	402.058	440.831	6.782.117
Lagos	18.451	83.716	2.262.653	4.311.016	709.078	1.119.363	826.907	486.508	9.817.692	119.408	0	488.452	26.982	10.452.534
Loulé	26.051	871.273	3.164.725	3.661.317	3.312.501	2.515.315	1.841.574	1.267.753	16.660.509	8.098.315	0	535.702	258.575	25.553.101
Monchique	191.203	0	1.231.262	4.515.690	379.213	270.992	190.485	1.228.754	8.007.600	597.236	0	600.000	128.489	9.333.326
Olhão	38.955	1.578.812	376.029	4.200.631	103.212	221.631	606.707	862.160	7.988.137	319.230	4.988	453.495	0	8.765.850
Portimão	237.509	233.673	336.242	1.040.116	352.948	285.339	661.498	3.740.107	6.887.431	389.042	25.000	925.912	0	8.227.385
S. Brás de Alportel	83.583	463.192	49.039	1.153.198	7.534	126.275	205.059	245.559	2.333.439	3.490	30.122	214.900	0	2.581.951
Silves	15.003	530.142	880.487	2.839.405	3.154.278	362.062	613.900	2.021.031	10.416.308	674.514	200.672	517.279	0	11.808.773
Tavira	1.777.079	493.811	318.375	868.946	858.988	2.058.191	508.086	1.698.269	8.581.746	505.022	79.256	985.005	0	10.151.028
Vila do Bispo	43.102	51.284	41.397	2.112.204	76.699	15.645	198.472	343.662	2.882.465	43.994	0	132.229	0	3.058.688
Vila Real de S.to António	32.623	311.631	2.727.393	379.355	1.045.943	651.098	327.034	2.478.504	7.953.582	0	0	126.340	0	8.079.922
TOTAL	3.309.420	5.742.936	16.583.564	40.257.707	14.460.937	10.860.923	8.935.457	22.282.601	122.433.545	18.455.841	1.136.804	7.432.249	1.001.893	150.460.332

Adaptado de: DGAL

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 37: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2002 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Invest. município/Total Invest.
Albufeira	1,76%	3,46%	23,10%	35,81%	7,27%	5,68%	5,60%	17,31%	12,52%
Alcoutim	7,55%	0,00%	40,02%	8,73%	0,44%	1,42%	2,96%	38,87%	2,42%
Aljezur	0,09%	1,41%	2,11%	33,16%	1,83%	9,51%	6,20%	45,70%	3,68%
Castro Marim	5,53%	0,16%	5,09%	50,44%	24,63%	1,84%	3,27%	9,05%	3,60%
Faro	0,72%	3,60%	0,00%	49,98%	18,63%	7,82%	7,31%	11,95%	7,03%
Lagoa	0,83%	4,21%	2,97%	27,68%	11,02%	22,34%	18,77%	12,19%	4,17%
Lagos	0,19%	0,85%	23,05%	43,91%	7,22%	11,40%	8,42%	4,96%	8,02%
Loulé	0,16%	5,23%	19,00%	21,98%	19,88%	15,10%	11,05%	7,61%	13,61%
Monchique	2,39%	0,00%	15,38%	56,39%	4,74%	3,38%	2,38%	15,34%	6,54%
Olhão	0,49%	19,76%	4,71%	52,59%	1,29%	2,77%	7,60%	10,79%	6,52%
Portimão	3,45%	3,39%	4,88%	15,10%	5,12%	4,14%	9,60%	54,30%	5,63%
S. Brás de Alportel	3,58%	19,85%	2,10%	49,42%	0,32%	5,41%	8,79%	10,52%	1,91%
Silves	0,14%	5,09%	8,45%	27,26%	30,28%	3,48%	5,89%	19,40%	8,51%
Tavira	20,71%	5,75%	3,71%	10,13%	10,01%	23,98%	5,92%	19,79%	7,01%
Vila do Bispo	1,50%	1,78%	1,44%	73,28%	2,66%	0,54%	6,89%	11,92%	2,35%
Vila Real de S.to António	0,41%	3,92%	34,29%	4,77%	13,15%	8,19%	4,11%	31,16%	6,50%
TOTAL	2,70%	4,69%	13,54%	32,88%	11,81%	8,87%	7,30%	18,20%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimento. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 38: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2002 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	90,63%	3,72%	3,31%	2,26%	0,09%
Alcoutim	89,06%	7,02%	0,00%	3,93%	0,00%
Aljezur	84,89%	3,80%	1,33%	9,98%	0,00%
Castro Marim	99,92%	0,00%	0,00%	0,08%	0,00%
Faro	54,76%	36,94%	1,06%	6,40%	0,84%
Lagoa	75,22%	12,35%	0,00%	5,93%	6,50%
Lagos	93,93%	1,14%	0,00%	4,67%	0,26%
Loulé	65,20%	31,69%	0,00%	2,10%	1,01%
Monchique	85,80%	6,40%	0,00%	6,43%	1,38%
Olhão	91,13%	3,64%	0,06%	5,17%	0,00%
Portimão	83,71%	4,73%	0,30%	11,25%	0,00%
S. Brás de Alportel	90,38%	0,14%	1,17%	8,32%	0,00%
Silves	88,21%	5,71%	1,70%	4,38%	0,00%
Tavira	84,54%	4,98%	0,78%	9,70%	0,00%
Vila do Bispo	94,24%	1,44%	0,00%	4,32%	0,00%
Vila Real de S.to António	98,44%	0,00%	0,00%	1,56%	0,00%
TOTAL	81,37%	12,27%	0,76%	4,94%	0,67%

Fonte: Autor

investim.= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas. **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 39: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2002

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	206.826,18	382.855	589.681	1,31%
Alcoutim	108.683,60	130.539	239.223	3,53%
Aljezur	57.952,19	529.063	587.015	6,10%
Castro Marim	16.346,84	3.362	19.708	0,20%
Faro	573.432,65	1.005.059	1.578.492	4,81%
Lagoa	152.309,98	402.058	554.368	2,57%
Lagos	358.012,00	488.452	846.464	2,90%
Loulé	481.505,19	535.702	1.017.207	1,50%
Monchique	16.106,31	600.000	616.106	4,87%
Olhão	264.656,72	453.495	718.151	3,50%
Portimão	692.892,05	925.912	1.618.804	5,33%
S. Brás de Alportel	101.557,70	214.900	316.458	4,50%
Silves	27.331,53	517.279	544.611	2,11%
Tavira	567.297,84	985.005	1.552.303	6,14%
Vila do Bispo	40.596,02	132.229	172.825	2,26%
Vila Real de S.to António	46.297,72	126.340	172.638	0,91%
TOTAL	3.711.805	7.432.249	11.144.053	3,00%

Adaptado de: DGAL e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 40: Valor das receitas correntes por município, ano de 2003 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rendim.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total transferências OE			
Albufeira	21.318.704	2.620.789	8.339.302	167.380	32.446.175	3.794.510	0	617.302	4.411.812	282.321	4.694.133	37.140.308
Alcoutim	195.657	49.666	304.306	13.616	563.246	2.350.404	219.789	617.302	3.187.495	0	3.187.495	3.750.741
Aljezur	1.063.648	460.099	597.417	8.181	2.129.345	2.160.931	74.996	617.302	2.853.229	150.848	3.004.077	5.133.422
Castro Marim	1.926.664	403.014	1.350.644	59.683	3.740.004	1.949.251	97.429	617.302	2.663.982	124.063	2.788.045	6.528.050
Faro	15.284.847	3.037.192	2.399.511	234.441	20.955.991	3.503.135	0	617.302	4.120.437	416.430	4.536.867	25.492.858
Lagoa	12.199.708	2.304.245	4.816.819	40.039	19.360.811	2.061.767	274.957	617.302	2.954.026	173.129	3.127.155	22.487.965
Lagos	15.152.352	1.307.464	6.865.823	492.773	23.818.412	2.283.782	0	617.302	2.901.084	1.414.849	4.315.933	28.134.345
Loulé	39.770.269	5.147.670	7.013.505	26.620	51.958.065	4.924.220	801.115	617.302	6.342.637	856.123	7.198.760	59.156.825
Monchique	769.526	73.571	463.393	27.078	1.333.568	2.592.898	181.094	617.302	3.391.294	162.373	3.553.667	4.887.235
Olhão	4.800.061	1.381.010	3.671.213	137.357	9.989.642	1.917.910	1.221.454	617.302	3.756.666	375.384	4.132.050	14.121.692
Portimão	15.322.869	3.593.571	689.574	206.010	19.812.024	3.356.235	0	617.302	3.973.537	371.500	4.345.037	24.157.061
S. Brás de Alportel	1.256.814	614.342	1.020.867	6.470	2.898.493	1.245.116	133.982	617.302	1.996.400	154.780	2.151.180	5.049.672
Silves	7.508.702	2.073.411	4.018.549	799.567	14.400.230	3.631.943	457.193	617.302	4.706.438	1.282.702	5.989.140	20.389.369
Tavira	5.600.738	2.785.953	4.566.629	91.924	13.045.244	3.080.911	338.961	617.302	4.037.174	375.883	4.413.057	17.458.300
Vila do Bispo	2.284.363	123.884	1.058.185	81.061	3.547.493	1.392.729	70.331	617.302	2.080.362	59.445	2.139.807	5.687.300
Vila Real de S.to António	4.080.718	1.958.927	4.698.995	13.515	10.752.155	1.399.801	237.769	617.302	2.254.872	462.392	2.717.264	13.469.419
TOTAL	148.535.641	27.934.808	51.874.732	2.405.716	230.750.896	41.645.543	4.109.070	9.876.832	55.631.445	6.662.222	62.293.667	293.044.563

Adaptado de: DGAL, 2011d

rend. = rendimentos

APÊNDICE 41: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2003 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	86,01%	0,00%	13,99%	11,88%
Alcoutim	73,74%	6,90%	19,37%	84,98%
Aljezur	75,74%	2,63%	21,64%	55,58%
Castro Marim	73,17%	3,66%	23,17%	40,81%
Faro	85,02%	0,00%	14,98%	16,16%
Lagoa	69,80%	9,31%	20,90%	13,14%
Lagos	78,72%	0,00%	21,28%	10,31%
Loulé	77,64%	12,63%	9,73%	10,72%
Monchique	76,46%	5,34%	18,20%	69,39%
Olhão	51,05%	32,51%	16,43%	26,60%
Portimão	84,46%	0,00%	15,54%	16,45%
S. Brás de Alportel	62,37%	6,71%	30,92%	39,54%
Silves	77,17%	9,71%	13,12%	23,08%
Tavira	76,31%	8,40%	15,29%	23,12%
Vila do Bispo	66,95%	3,38%	29,67%	36,58%
Vila Real de S.to António	62,08%	10,54%	27,38%	16,74%
TOTAL	74,86%	7,39%	17,75%	18,98%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 42: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2003 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	65,70%	8,08%	25,70%	0,52%	87,36%
Alcoutim	34,74%	8,82%	54,03%	2,42%	15,02%
Aljezur	49,95%	21,61%	28,06%	0,38%	41,48%
Castro Marim	51,52%	10,78%	36,11%	1,60%	57,29%
Faro	72,94%	14,49%	11,45%	1,12%	82,20%
Lagoa	63,01%	11,90%	24,88%	0,21%	86,09%
Lagos	63,62%	5,49%	28,83%	2,07%	84,66%
Loulé	76,54%	9,91%	13,50%	0,05%	87,83%
Monchique	57,70%	5,52%	34,75%	2,03%	27,29%
Olhão	48,05%	13,82%	36,75%	1,37%	70,74%
Portimão	77,34%	18,14%	3,48%	1,04%	82,01%
S. Brás de Alportel	43,36%	21,20%	35,22%	0,22%	57,40%
Silves	52,14%	14,40%	27,91%	5,55%	70,63%
Tavira	42,93%	21,36%	35,01%	0,70%	74,72%
Vila do Bispo	64,39%	3,49%	29,83%	2,29%	62,38%
Vila Real de S.to António	37,95%	18,22%	43,70%	0,13%	79,83%
TOTAL	64,37%	12,11%	22,48%	1,04%	78,74%

Fonte: Autor

rend. = Rendimentos. **Cálculo:** Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 43: Valor por município das receitas de capital, ano de 2003 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras transferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	1.112.714	2.529.673	0	411.534	2.941.207	1.884.169	190.253	5.015.629	0	4.411.930	112.500	10.652.773
Alcoutim	277.586	1.566.936	146.526	411.534	2.124.996	0	1.025.531	3.150.527	0	24.998	0	3.453.110
Aljezur	166.155	1.440.621	49.997	411.534	1.902.152	1.326.059	15.958	3.244.169	0	1.663.945	0	5.074.269
Castro Marim	11.830	1.299.500	64.952	411.534	1.775.986	744.063	46.131	2.566.180	0	0	0	2.578.010
Faro	46.576	2.335.423	0	411.534	2.746.957	1.787.343	284.071	4.818.371	0	4.769.081	0	9.634.028
Lagoa	33.412	1.374.512	183.304	411.534	1.969.350	2.022.895	346.366	4.338.611	0	945.340	0	5.317.362
Lagos	86.446	1.522.522	0	411.534	1.934.056	2.110.411	984.372	5.028.839	0	1.084.060	15.360	6.214.705
Loulé	122.820	3.282.814	534.076	411.534	4.228.424	0	4.068.407	8.296.831	0	6.303.400	11.005	14.734.056
Monchique	0	1.728.599	120.730	411.534	2.260.863	3.237.573	1.191.152	6.689.588	0	1.618.466	0	8.308.053
Olhão	610.935	1.278.606	814.303	411.534	2.504.443	1.929.584	59.881	4.493.908	0	1.409.790	1.084	6.515.716
Portimão	563.416	2.237.490	0	411.534	2.649.024	4.967.651	27.665	7.644.340	93.192	1.461.960	125	9.763.033
S. Brás de Alportel	19.404	830.077	89.322	411.534	1.330.933	890.015	51.886	2.272.834	0	282.326	200	2.574.765
Silves	17.310	2.421.296	304.796	411.534	3.137.626	2.292.531	499.187	5.929.344	0	1.270.019	0	7.216.674
Tavira	624.845	2.053.940	225.974	411.534	2.691.448	2.187.536	296.970	5.175.954	0	2.849.024	0	8.649.823
Vila do Bispo	0	928.486	46.888	411.534	1.386.908	1.590.528	394.953	3.372.389	0	303.157	0	3.675.546
Vila Real de S.to António	331.362	933.201	158.512	411.534	1.503.247	4.498.773	145.244	6.147.265	0	0	0	6.478.627
TOTAL	4.024.811	27.763.696	2.739.380	6.584.544	37.087.620	31.469.130	9.628.029	78.184.779	93.192	28.397.496	140.274	110.840.552

Adaptado de: DGAL, 2011d

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; transf.= transferências

APÊNDICE 44: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2003 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM
Albufeira	86,01%	0,00%	13,99%
Alcoutim	73,74%	6,90%	19,37%
Aljezur	75,74%	2,63%	21,64%
Castro Marim	73,17%	3,66%	23,17%
Faro	85,02%	0,00%	14,98%
Lagoa	69,80%	9,31%	20,90%
Lagos	78,72%	0,00%	21,28%
Loulé	77,64%	12,63%	9,73%
Monchique	76,46%	5,34%	18,20%
Olhão	51,05%	32,51%	16,43%
Portimão	84,46%	0,00%	15,54%
S. Brás de Alportel	62,37%	6,71%	30,92%
Silves	77,17%	9,71%	13,12%
Tavira	76,31%	8,40%	15,29%
Vila do Bispo	66,95%	3,38%	29,67%
Vila Real de S.to António	62,08%	10,54%	27,38%
TOTAL	74,86%	7,39%	17,75%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 45: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2003 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	27,61%	10,45%	17,69%	41,42%
Alcoutim	61,54%	8,04%	0,00%	0,72%
Aljezur	37,49%	3,27%	26,13%	32,79%
Castro Marim	68,89%	0,46%	28,86%	0,00%
Faro	28,51%	0,48%	18,55%	49,50%
Lagoa	37,04%	0,63%	38,04%	17,78%
Lagos	31,12%	1,39%	33,96%	17,44%
Loulé	28,70%	0,83%	0,00%	42,78%
Monchique	27,21%	0,00%	38,97%	19,48%
Olhão	38,44%	9,38%	29,61%	21,64%
Portimão	27,13%	5,77%	50,88%	14,97%
S. Brás de Alportel	51,69%	0,75%	34,57%	10,97%
Silves	43,48%	0,24%	31,77%	17,60%
Tavira	31,12%	7,22%	25,29%	32,94%
Vila do Bispo	37,73%	0,00%	43,27%	8,25%
Vila Real de S.to António	23,20%	5,11%	69,44%	0,00%
TOTAL	33,46%	3,63%	28,39%	25,62%

Fonte: Autor

Estado - Part. Com. Proj. co-financiados = Estado - Participação Comunitária em Projetos co-financiados. **Cálculo:** Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 46: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2003

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	23.393.662	9.452.016	825.711	33.671.389	90,66%
Alcoutim	234.605	581.892	24.334	840.831	22,42%
Aljezur	1.163.792	763.572	368.136	2.295.499	44,72%
Castro Marim	2.272.257	1.362.474	117.104	3.751.835	57,47%
Faro	16.747.279	2.446.086	1.809.201	21.002.567	82,39%
Lagoa	13.706.911	4.850.231	837.081	19.394.222	86,24%
Lagos	16.265.121	6.952.269	702.828	23.920.218	85,02%
Loulé	41.416.379	7.136.325	3.539.186	52.091.890	88,06%
Monchique	811.392	463.393	58.783	1.333.568	27,29%
Olhão	6.001.599	4.282.148	317.914	10.601.661	75,07%
Portimão	17.732.185	1.252.990	1.483.582	20.468.757	84,73%
S. Brás de Alportel	1.568.298	1.040.271	309.528	2.918.097	57,79%
Silves	9.470.027	4.035.859	911.654	14.417.540	70,71%
Tavira	8.042.004	5.191.474	436.611	13.670.089	78,30%
Vila do Bispo	2.397.184	1.058.185	92.124	3.547.493	62,38%
Vila Real de S.to António	5.843.714	5.030.357	209.445	11.083.517	82,29%
TOTAL	167.066.408	55.899.543	12.043.222	235.009.173	80,20%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculo: Receitas próprias = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas;
Receitas fiscais = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 47: Valor das despesas correntes por município, ano de 2003 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	13.792.484	15.041.467	571.999	1.644.986	1.507.298	32.558.235
Alcoutim	2.006.786	1.456.204	87.788	197.175	33.465	3.781.417
Aljezur	2.251.266	1.454.443	54.181	765.013	8.697	4.533.599
Castro Marim	2.242.916	2.872.041	41.595	557.589	47.720	5.761.861
Faro	9.990.364	8.460.516	784.943	2.984.744	88.301	22.308.868
Lagoa	6.612.741	7.237.760	116.110	1.283.036	206.712	15.456.359
Lagos	9.256.075	9.824.395	349.747	1.507.928	714.706	21.652.850
Loulé	18.697.361	21.361.376	659.782	2.617.189	492.700	43.828.407
Monchique	2.377.615	1.068.921	233.296	72.984	1.376	3.754.191
Olhão	6.823.243	5.784.551	403.602	508.068	227.980	13.747.444
Portimão	9.521.687	8.287.316	559.172	2.609.312	982.811	21.960.298
S. Brás de Alportel	2.319.557	1.725.570	78.901	394.100	35.052	4.553.180
Silves	7.683.599	6.003.683	175.380	1.341.139	240.358	15.444.159
Tavira	7.059.139	4.969.104	615.131	850.380	603.300	14.097.054
Vila do Bispo	2.433.910	2.082.632	30.286	366.468	62.175	4.975.472
Vila Real de S.to António	5.245.697	4.313.075	52.716	1.476.011	77.568	11.165.068
TOTAL	108.314.440	101.943.053	4.814.626	19.176.122	5.330.219	239.578.461

Adaptado de: DGAL, 2011d

APÊNDICE 48: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2003 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Tranferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	42,36%	46,20%	1,76%	5,05%	4,63%
Alcoutim	53,07%	38,51%	2,32%	5,21%	0,88%
Aljezur	49,66%	32,08%	1,20%	16,87%	0,19%
Castro Marim	38,93%	49,85%	0,72%	9,68%	0,83%
Faro	44,78%	37,92%	3,52%	13,38%	0,40%
Lagoa	42,78%	46,83%	0,75%	8,30%	1,34%
Lagos	42,75%	45,37%	1,62%	6,96%	3,30%
Loulé	42,66%	48,74%	1,51%	5,97%	1,12%
Monchique	63,33%	28,47%	6,21%	1,94%	0,04%
Olhão	49,63%	42,08%	2,94%	3,70%	1,66%
Portimão	43,36%	37,74%	2,55%	11,88%	4,48%
S. Brás de Alportel	50,94%	37,90%	1,73%	8,66%	0,77%
Silves	49,75%	38,87%	1,14%	8,68%	1,56%
Tavira	50,08%	35,25%	4,36%	6,03%	4,28%
Vila do Bispo	48,92%	41,86%	0,61%	7,37%	1,25%
Vila Real de S.to António	46,98%	38,63%	0,47%	13,22%	0,69%
TOTAL	45,21%	42,55%	2,01%	8,00%	2,22%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 49: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2003 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	99.975	960.531	4.522.947	3.299.934	337.346	813.112	1.181.181	1.493.484	12.708.509	575.613	1.784.625	410.863	0	15.479.610
Alcoutim	55.934	0	1.170.197	291.371	169.335	91.828	104.473	991.329	2.874.467	344.656	15.725	150.115	0	3.384.962
Aljezur	870.398	20.972	84.095	1.594.033	46.191	296.516	79.149	974.147	3.965.502	965.718	29.925	422.394	0	5.383.539
Castro Marim	25.712	330.089	147.275	591.130	124.803	4.742	197.482	1.874.501	3.295.735	0	500	47.667	0	3.343.902
Faro	147.240	46.432	0	2.007.347	835.517	423.771	574.307	984.626	5.019.240	6.516.310	361.175	718.622	0	12.615.347
Lagoa	16.750	81.679	2.005.678	2.647.015	339.440	2.487.974	780.820	1.771.357	10.130.714	659.983	332.200	291.572	1.048.864	12.463.333
Lagos	197.246	189.617	0	88.282	661.292	1.421.661	1.191.679	6.136.552	9.886.329	248.758	181.000	465.094	29.714	10.810.895
Loulé	9.248	390.013	1.983.526	8.049.806	2.307.010	1.895.245	1.944.333	1.238.255	17.817.435	9.124.906	1.807.386	1.506.193	117.203	30.373.123
Monchique	1.152.958	10.152	517.073	3.414.734	146.569	450.404	191.299	2.343.347	8.226.536	400.792	0	531.054	312.921	9.471.303
Olhão	47.353	362.035	0	198	219.795	147.349	307.652	5.194.387	6.278.770	471.698	254.625	726.390	175.727	7.907.208
Portimão	3.784	910.794	736.356	5.366.830	497.343	1.479.159	369.682	395.093	9.759.041	624.232	307.800	1.160.358	0	11.851.430
S. Brás de Alportel	13.977	691.250	105.837	900.932	42.075	47.642	150.495	373.387	2.325.594	15.625	43.575	222.715	0	2.607.508
Silves	40.636	892.565	1.680.934	3.813.246	1.275.512	647.142	846.539	2.246.920	11.443.495	824.464	420.285	142.427	0	12.830.671
Tavira	1.918.165	344.708	354.993	1.909.321	1.326.838	2.796.438	453.385	1.459.077	10.562.926	571.762	0	916.233	0	12.050.921
Vila do Bispo	820.195	104.839	101.378	2.046.067	27.605	78.672	199.173	347.061	3.724.991	89.986	47.250	155.761	0	4.017.989
Vila Real de S.to António	238.926	105.795	3.957.965	147.440	2.964.283	216.039	199.925	461.841	8.292.214	0	0	164.185	0	8.456.399
TOTAL	5.658.497	5.441.472	17.368.255	36.167.689	11.320.954	13.297.694	8.771.574	28.285.364	126.311.498	21.434.502	5.586.071	8.031.642	1.684.428	163.048.141

Adaptado de: DGAL, 2011d

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 50: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2003 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habi- tação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comu- nic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informá- tico	Outros investim.	Invest. muni- cípio/Total Invest.
Albufeira	0,79%	7,56%	35,59%	25,97%	2,65%	6,40%	9,29%	11,75%	10,06%
Alcoutim	1,95%	0,00%	40,71%	10,14%	5,89%	3,19%	3,63%	34,49%	2,28%
Aljezur	21,95%	0,53%	2,12%	40,20%	1,16%	7,48%	2,00%	24,57%	3,14%
Castro Marim	0,78%	10,02%	4,47%	17,94%	3,79%	0,14%	5,99%	56,88%	2,61%
Faro	2,93%	0,93%	0,00%	39,99%	16,65%	8,44%	11,44%	19,62%	3,97%
Lagoa	0,17%	0,81%	19,80%	26,13%	3,35%	24,56%	7,71%	17,49%	8,02%
Lagos	2,00%	1,92%	0,00%	0,89%	6,69%	14,38%	12,05%	62,07%	7,83%
Loulé	0,05%	2,19%	11,13%	45,18%	12,95%	10,64%	10,91%	6,95%	14,11%
Monchique	14,02%	0,12%	6,29%	41,51%	1,78%	5,48%	2,33%	28,49%	6,51%
Olhão	0,75%	5,77%	0,00%	0,00%	3,50%	2,35%	4,90%	82,73%	4,97%
Portimão	0,04%	9,33%	7,55%	54,99%	5,10%	15,16%	3,79%	4,05%	7,73%
S. Brás de Alportel	0,60%	29,72%	4,55%	38,74%	1,81%	2,05%	6,47%	16,06%	1,84%
Silves	0,36%	7,80%	14,69%	33,32%	11,15%	5,66%	7,40%	19,63%	9,06%
Tavira	18,16%	3,26%	3,36%	18,08%	12,56%	26,47%	4,29%	13,81%	8,36%
Vila do Bispo	22,02%	2,81%	2,72%	54,93%	0,74%	2,11%	5,35%	9,32%	2,95%
Vila Real de S.to António	2,88%	1,28%	47,73%	1,78%	35,75%	2,61%	2,41%	5,57%	6,56%
TOTAL	4,48%	4,31%	13,75%	28,63%	8,96%	10,53%	6,94%	22,39%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; Saneam.= Saneamento; Comunic. e Transp.= Comunicações e Transportes; Inst. Desp.= Instalações Desportivas; Equip.= Equipamento; investim.= investimentos; Invest.= Investimen-
to. Cálculo: Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 51: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2003 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	82,10%	3,72%	11,53%	2,65%	0,00%
Alcoutim	84,92%	10,18%	0,46%	4,43%	0,00%
Aljezur	73,66%	17,94%	0,56%	7,85%	0,00%
Castro Marim	98,56%	0,00%	0,01%	1,43%	0,00%
Faro	39,79%	51,65%	2,86%	5,70%	0,00%
Lagoa	81,28%	5,30%	2,67%	2,34%	8,42%
Lagos	91,45%	2,30%	1,67%	4,30%	0,27%
Loulé	58,66%	30,04%	5,95%	4,96%	0,39%
Monchique	86,86%	4,23%	0,00%	5,61%	3,30%
Olhão	79,41%	5,97%	3,22%	9,19%	2,22%
Portimão	82,34%	5,27%	2,60%	9,79%	0,00%
S. Brás de Alportel	89,19%	0,60%	1,67%	8,54%	0,00%
Silves	89,19%	6,43%	3,28%	1,11%	0,00%
Tavira	87,65%	4,74%	0,00%	7,60%	0,00%
Vila do Bispo	92,71%	2,24%	1,18%	3,88%	0,00%
Vila Real de S.to António	98,06%	0,00%	0,00%	1,94%	0,00%
TOTAL	77,47%	13,15%	3,43%	4,93%	1,03%

Fonte: Autor

investim.= investimento; Transf.= Transferências; financ.= financeiros; desp.= despe-
sas. Cálculo: total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 52: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2003

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	571.998,70	410.863	982.861	2,05%
Alcoutim	87.787,68	150.115	237.902	3,32%
Aljezur	54.180,57	422.394	476.574	4,81%
Castro Marim	41.594,97	47.667	89.262	0,98%
Faro	784.942,80	718.622	1.503.565	4,31%
Lagoa	116.109,75	291.572	407.682	1,46%
Lagos	349.746,70	465.094	814.841	2,51%
Loulé	659.781,75	1.506.193	2.165.975	2,92%
Monchique	233.295,93	531.054	764.350	5,78%
Olhão	403.601,55	726.390	1.129.991	5,22%
Portimão	559.171,62	1.160.358	1.719.529	5,09%
S. Brás de Alportel	78.900,93	222.715	301.616	4,21%
Silves	175.380,09	142.427	317.807	1,12%
Tavira	615.130,54	916.233	1.531.363	5,86%
Vila do Bispo	30.286,40	155.761	186.047	2,07%
Vila Real de S.to António	52.716,19	164.185	216.901	1,11%
TOTAL	4.814.626	8.031.642	12.846.268	3,19%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 53: Valor das receitas correntes por município, ano de 2004 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rendim.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total transferências OE			
Albufeira	24.658.043	3.020.108	11.668.479	360.693	39.707.324	3.934.248		646.977	4.581.225	436.430	5.017.655	44.724.979
Alcoutim	196.165	74.418	318.810	99.474	688.867	2.499.758	232.009	646.977	3.378.744	22.756	3.401.500	4.090.368
Aljezur	1.571.430	410.293	613.122	54.240	2.649.083	2.344.395	33.050	646.977	3.024.422	1.056.942	4.081.364	6.730.447
Castro Marim	2.940.657	231.495	1.664.765	46.677	4.883.594	2.136.334	40.509	646.977	2.823.820	137.658	2.961.478	7.845.072
Faro	17.299.203	2.887.938	1.418.262	167.596	21.773.000	3.669.878		646.977	4.316.855	591.698	4.908.553	26.681.553
Lagoa	12.391.997	2.022.634	6.114.698	40.668	20.569.997	2.292.630	127.853	646.977	3.067.460	108.490	3.175.950	23.745.947
Lagos	17.425.750	1.263.910	7.738.404	665.561	27.093.624	2.365.508		646.977	3.012.485	1.392.396	4.404.881	31.498.506
Loulé	48.036.964	5.649.344	7.274.956	315.894	61.277.158	5.556.430	362.270	646.977	6.565.677	968.266	7.533.943	68.811.101
Monchique	801.630	203.497	451.909	3.075	1.460.111	2.855.396	92.398	646.977	3.594.771	194.533	3.789.304	5.249.415
Olhão	6.626.259	1.978.781	3.840.117	967.069	13.412.227	2.550.453	667.427	646.977	3.864.857	613.792	4.478.649	17.890.876
Portimão	20.420.525	3.931.401	962.020	284.537	25.598.484	3.440.998		646.977	4.087.975	747.033	4.835.008	30.433.491
S. Brás de Alportel	1.683.483	738.044	1.070.133	9.768	3.501.427	1.360.142	85.108	646.977	2.092.227	208.633	2.300.860	5.802.287
Silves	7.633.400	2.449.671	4.004.243	1.220.685	15.307.999	4.032.506	207.682	646.977	4.887.165	453.491	5.340.656	20.648.655
Tavira	6.985.491	2.696.325	5.090.936	117.295	14.890.047	3.393.557	151.667	646.977	4.192.201	1.098.437	5.290.638	20.180.685
Vila do Bispo	3.157.279	196.474	1.355.163	86.965	4.795.880	1.526.194	32.013	646.977	2.205.184	224.686	2.429.870	7.225.750
Vila Real de S.to António	5.373.898	2.117.181	5.312.579	100.035	12.903.694	1.716.128		646.977	2.363.105	412.014	2.775.119	15.678.812
TOTAL	177.202.173	29.871.515	58.898.598	4.540.231	270.512.517	45.674.555	2.031.986	10.351.632	58.058.173	8.667.255	66.725.428	337.237.945

Adaptado de: DGAL, 2011d

rend. = rendimentos

APÊNDICE 54: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2004 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	85,88%	0,00%	14,12%	10,24%
Alcoutim	73,98%	6,87%	19,15%	82,60%
Aljezur	77,52%	1,09%	21,39%	44,94%
Castro Marim	75,65%	1,43%	22,91%	35,99%
Faro	85,01%	0,00%	14,99%	16,18%
Lagoa	74,74%	4,17%	21,09%	12,92%
Lagos	78,52%	0,00%	21,48%	9,56%
Loulé	84,63%	5,52%	9,85%	9,54%
Monchique	79,43%	2,57%	18,00%	68,48%
Olhão	65,99%	17,27%	16,74%	21,60%
Portimão	84,17%	0,00%	15,83%	13,43%
S. Brás de Alportel	65,01%	4,07%	30,92%	36,06%
Silves	82,51%	4,25%	13,24%	23,67%
Tavira	80,95%	3,62%	15,43%	20,77%
Vila do Bispo	69,21%	1,45%	29,34%	30,52%
Vila Real de S.to António	72,62%	0,00%	27,38%	15,07%
TOTAL	78,67%	3,50%	17,83%	17,22%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 55: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2004 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	62,10%	7,61%	29,39%	0,91%	88,78%
Alcoutim	28,48%	10,80%	46,28%	14,44%	16,84%
Aljezur	59,32%	15,49%	23,14%	2,05%	39,36%
Castro Marim	60,22%	4,74%	34,09%	0,96%	62,25%
Faro	79,45%	13,26%	6,51%	0,77%	81,60%
Lagoa	60,24%	9,83%	29,73%	0,20%	86,63%
Lagos	64,32%	4,66%	28,56%	2,46%	86,02%
Loulé	78,39%	9,22%	11,87%	0,52%	89,05%
Monchique	54,90%	13,94%	30,95%	0,21%	27,81%
Olhão	49,40%	14,75%	28,63%	7,21%	74,97%
Portimão	79,77%	15,36%	3,76%	1,11%	84,11%
S. Brás de Alportel	48,08%	21,08%	30,56%	0,28%	60,35%
Silves	49,87%	16,00%	26,16%	7,97%	74,14%
Tavira	46,91%	18,11%	34,19%	0,79%	73,78%
Vila do Bispo	65,83%	4,10%	28,26%	1,81%	66,37%
Vila Real de S.to António	41,65%	16,41%	41,17%	0,78%	82,30%
TOTAL	65,51%	11,04%	21,77%	1,68%	80,21%

Fonte: Autor

rend. = rendimentos. Cálculo: Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 56: Valor por município das receitas de capital, ano de 2004 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras transferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	28.799	2.622.832		431.318	3.054.150	5.392.363	278.798	8.725.311	0	2.885.439	0	11.639.548
Alcoutim	158.975	1.666.505	154.673	431.318	2.252.496		1.253.807	3.506.303	0	84.001	0	3.749.279
Aljezur	57.433	1.562.930	22.034	431.318	2.016.282	208.767	0	2.225.049	0	76.781	0	2.359.263
Castro Marim	0	1.424.222	27.006	431.318	1.882.546	3.015.736	12.265	4.910.547	0	568.109	0	5.478.656
Faro	10.545	2.446.586		431.318	2.877.904	3.021.299	337.231	6.236.434	0	9.017.709	0	15.264.687
Lagoa	22.692	1.528.420	85.236	431.318	2.044.974	1.848.635	285.423	4.179.031	0	598.560	0	4.800.283
Lagos	365.768	1.577.006		431.318	2.008.324	493.340	12.088.430	14.590.094	0	672.477	21.580	15.649.920
Loulé	166.304	3.704.286	241.513	431.318	4.377.117		4.372.333	8.749.450	0	4.296.967	0	13.212.721
Monchique	44.042	1.903.598	61.599	431.318	2.396.515	4.630.854	3.088.100	10.115.468	0	15.687	0	10.175.197
Olhão	1.282.738	1.700.302	444.952	431.318	2.576.572	663.853	7.471	3.247.895	0	1.299.349	139.534	5.969.517
Portimão	248.732	2.293.998		431.318	2.725.316	2.742.748	23.059	5.491.122	94.973	675.500	0	6.510.327
S. Brás de Alportel	41.645	906.761	56.739	431.318	1.394.818	1.465.280	347.071	3.207.169	0	251.741	980	3.501.535
Silves	345	2.688.338	138.455	431.318	3.258.111	1.041.083	845.360	5.144.554	0	345.085	0	5.489.984
Tavira	626.311	2.262.371	101.111	431.318	2.794.800	2.345.493	388.097	5.528.390	0	2.159.774	0	8.314.475
Vila do Bispo	734.109	1.017.462	21.342	431.318	1.470.122	476.944	781.943	2.729.009	0	0	11.104	3.474.222
Vila Real de S.to António	201.017	1.144.086		431.318	1.575.404	5.663.273	0	7.238.677	0	926.867	0	8.366.562
TOTAL	3.989.455	30.449.703	1.354.660	6.901.088	38.705.451	33.009.667	24.109.386	95.824.504	94.973	23.874.045	173.198	123.956.175

Adaptado de: DGAL, 2011d

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; **transf.**= transferências

APÊNDICE 57: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2004 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM
Albufeira	85,88%	0,00%	14,12%
Alcoutim	73,98%	6,87%	19,15%
Aljezur	77,52%	1,09%	21,39%
Castro Marim	75,65%	1,43%	22,91%
Faro	85,01%	0,00%	14,99%
Lagoa	74,74%	4,17%	21,09%
Lagos	78,52%	0,00%	21,48%
Loulé	84,63%	5,52%	9,85%
Monchique	79,43%	2,57%	18,00%
Olhão	65,99%	17,27%	16,74%
Portimão	84,17%	0,00%	15,83%
S. Brás de Alportel	65,01%	4,07%	30,92%
Silves	82,51%	4,25%	13,24%
Tavira	80,95%	3,62%	15,43%
Vila do Bispo	69,21%	1,45%	29,34%
Vila Real de S.to António	72,62%	0,00%	27,38%
TOTAL	78,67%	3,50%	17,83%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 58: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2004 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	26,24%	0,25%	46,33%	24,79%
Alcoutim	60,08%	4,24%	0,00%	2,24%
Aljezur	85,46%	2,43%	8,85%	3,25%
Castro Marim	34,36%	0,00%	55,05%	10,37%
Faro	18,85%	0,07%	19,79%	59,08%
Lagoa	42,60%	0,47%	38,51%	12,47%
Lagos	12,83%	2,34%	3,15%	4,30%
Loulé	33,13%	1,26%	0,00%	32,52%
Monchique	23,55%	0,43%	45,51%	0,15%
Olhão	43,16%	21,49%	11,12%	21,77%
Portimão	41,86%	3,82%	42,13%	10,38%
S. Brás de Alportel	39,83%	1,19%	41,85%	7,19%
Silves	59,35%	0,01%	18,96%	6,29%
Tavira	33,61%	7,53%	28,21%	25,98%
Vila do Bispo	42,32%	21,13%	13,73%	0,00%
Vila Real de S.to António	18,83%	2,40%	67,69%	11,08%
TOTAL	31,23%	3,22%	26,63%	19,26%

Fonte: Autor

Estado - Part. Com. Proj. = Estado - Participação Comunitária em Projetos. Cálculo: Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 59: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2004

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	27.427.532	11.697.278	611.313	39.736.123	70,50%
Alcoutim	243.791	477.785	126.266	847.842	10,81%
Aljezur	1.709.510	670.555	326.452	2.706.516	29,78%
Castro Marim	3.098.942	1.664.765	119.887	4.883.594	36,65%
Faro	18.778.675	1.428.808	1.596.262	21.803.744	51,98%
Lagoa	13.691.642	6.137.390	766.657	20.595.689	72,15%
Lagos	18.354.236	8.104.172	14.039.732	40.498.140	85,90%
Loulé	49.225.996	7.441.260	4.798.297	61.465.553	74,94%
Monchique	832.933	495.951	175.269	1.504.153	9,75%
Olhão	8.433.814	5.122.855	1.277.830	14.834.499	62,17%
Portimão	23.015.102	1.210.752	1.716.335	25.942.188	70,22%
S. Brás de Alportel	2.098.152	1.111.778	446.622	3.656.553	39,30%
Silves	9.959.861	4.004.588	1.343.895	15.308.344	58,57%
Tavira	9.241.219	5.717.248	611.678	15.570.145	54,64%
Vila do Bispo	3.336.931	2.089.272	114.890	5.541.093	51,79%
Vila Real de S.to António	7.241.142	5.513.596	349.973	13.104.711	54,50%
TOTAL	196.689.476	62.888.053	28.421.356	287.998.885	62,45%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculo: Receitas próprias = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas;
Receitas fiscais = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 60: Valor das despesas correntes por município, ano de 2004 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	14.898.893	16.474.435	483.441	2.439.202	883.453	35.179.426
Alcoutim	2.016.164	1.251.703	68.475	169.057	70.559	3.575.957
Aljezur	2.409.478	2.261.078	59.021	859.496	74.695	5.663.768
Castro Marim	2.301.877	3.026.714	31.789	689.675	24.561	6.074.615
Faro	10.925.762	7.932.442	1.008.570	4.298.998	145.580	24.311.352
Lagoa	7.102.754	8.457.436	114.134	1.493.639	87.013	17.254.976
Lagos	9.825.941	10.756.400	273.053	1.901.270	542.297	23.298.961
Loulé	20.021.181	24.088.363	555.002	3.353.161	767.192	48.784.900
Monchique	2.499.416	1.205.918	215.584	98.272	14.969	4.034.160
Olhão	7.169.709	6.883.448	466.185	613.543	485.825	15.618.709
Portimão	9.642.321	9.525.552	577.964	2.445.108	954.272	23.145.216
S. Brás de Alportel	2.550.949	1.943.804	56.301	407.836	67.885	5.026.775
Silves	7.915.980	6.383.986	417.849	1.687.137	150.492	16.555.445
Tavira	7.465.503	6.658.450	609.782	1.722.932	219.287	16.675.954
Vila do Bispo	2.596.213	2.041.048	27.022	386.640	42.200	5.093.123
Vila Real de S.to António	5.388.495	6.698.581	139.524	1.721.697	212.221	14.160.518
TOTAL	114.730.638	115.589.359	5.103.695	24.287.662	4.742.500	264.453.855

Adaptado de: DGAL, 2011d

APÊNDICE 61: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2004 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	42,35%	46,83%	1,37%	6,93%	2,51%
Alcoutim	56,38%	35,00%	1,91%	4,73%	1,97%
Aljezur	42,54%	39,92%	1,04%	15,18%	1,32%
Castro Marim	37,89%	49,83%	0,52%	11,35%	0,40%
Faro	44,94%	32,63%	4,15%	17,68%	0,60%
Lagoa	41,16%	49,01%	0,66%	8,66%	0,50%
Lagos	42,17%	46,17%	1,17%	8,16%	2,33%
Loulé	41,04%	49,38%	1,14%	6,87%	1,57%
Monchique	61,96%	29,89%	5,34%	2,44%	0,37%
Olhão	45,90%	44,07%	2,98%	3,93%	3,11%
Portimão	41,66%	41,16%	2,50%	10,56%	4,12%
S. Brás de Alportel	50,75%	38,67%	1,12%	8,11%	1,35%
Silves	47,81%	38,56%	2,52%	10,19%	0,91%
Tavira	44,77%	39,93%	3,66%	10,33%	1,31%
Vila do Bispo	50,97%	40,07%	0,53%	7,59%	0,83%
Vila Real de S.to António	38,05%	47,30%	0,99%	12,16%	1,50%
TOTAL	43,38%	43,71%	1,93%	9,18%	1,79%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 62: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2004 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habitacão	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	5.902	1.908.103	4.623.644	2.269.120	4.299.384	1.815.370	2.109.243	1.984.401	19.015.167	409.108	807.063	799.901	7.372	21.038.611
Alcoutim	32.797	0	1.279.025	208.448	157.055	229.259	96.985	1.522.565	3.526.133	591.854	19.763	168.831		4.306.581
Aljezur	62.912	169.879	142.426	714.765	30.126	87.959	241.396	370.668	1.820.132	806.361	34.913	197.795	5.813	2.865.014
Castro Marim	58.332	1.237.284	361.161	1.556.318	412.548	735	184.923	855.028	4.666.329	33.520	0	60.938		4.760.788
Faro	59.541	149.896	0	2.952.954	788.754	3.872.344	838.936	3.972.201	12.634.626	2.831.868	0	902.871		16.369.365
Lagoa	41.712	102.065	679.522	822.086	840.141	1.451.048	1.578.563	2.170.033	7.685.170	674.275	70.975	410.373	29.702	8.870.496
Lagos	175.048	2.183.584	587.462	2.008.614	1.912.075	2.921.270	1.524.544	359.140	11.671.738	388.725	208.250	828.572	242.881	13.340.165
Loulé	354.369	2.000.074	4.929.623	6.648.367	1.842.945	2.884.115	1.923.372	2.911.095	23.493.960	4.933.390	373.800	1.455.765	100.510	30.357.425
Monchique	677.758	170.719	402.012	5.915.473	149.251	349.259	121.102	1.329.573	9.115.147	560.412	0	894.890	290.501	10.860.950
Olhão	133.405	144.044	0	240.085	212.347	226.199	619.195	4.653.593	6.228.867	492.525	0	1.440.510		8.161.903
Portimão	154.489	1.525.850	447.471	3.345.695	501.111	2.130.590	966.860	2.603.754	11.675.820	348.550	324.975	1.436.957		13.786.302
S. Brás de Alportel	382	319	475.625	2.516.736	191.020	37.422	219.410	719.237	4.160.149	61.588	50.837	220.805		4.493.380
Silves	6.733	711.748	1.411.378	2.537.006	475.165	1.453.018	1.366.305	1.787.067	9.748.420	265.851	74.820	147.123		10.236.214
Tavira	1.147.779	518.019	701.786	2.876.985	835.543	3.282.010	521.586	677.147	10.560.855	571.559	25.000	816.494		11.973.909
Vila do Bispo	254.535	204.344	141.524	1.362.351	7.373	21.038	212.016	429.198	2.632.379	303.385	55.125	174.032		3.164.921
Vila Real de S.to António	256.393	223.077	2.617.779	192.993	1.840.359	55.703	324.821	1.174.763	6.685.888	0	0	193.017		6.878.905
TOTAL	3.422.088	11.249.004	18.800.437	36.167.994	14.495.197	20.817.341	12.849.257	27.519.463	145.320.782	13.272.971	2.045.521	10.148.875	676.779	171.464.928

Adaptado de: DGAL, 2011d

Eq.= Equipamento; Saneam.= Saneamento; Comunic. e Transp.= Comunicações e Transportes; Inst. Desp.= Instalações Desportivas; Equip.= Equipamento; investim.= investimento; Transf.= Transferências; financ.= financeiros; desp.= despesas

APÊNDICE 63: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2004 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habi-tação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Invest. município/Total Invest.
Albufeira	0,03%	10,03%	24,32%	11,93%	22,61%	9,55%	11,09%	10,44%	13,08%
Alcoutim	0,93%	0,00%	36,27%	5,91%	4,45%	6,50%	2,75%	43,18%	2,43%
Aljezur	3,46%	9,33%	7,83%	39,27%	1,66%	4,83%	13,26%	20,36%	1,25%
Castro Marim	1,25%	26,52%	7,74%	33,35%	8,84%	0,02%	3,96%	18,32%	3,21%
Faro	0,47%	1,19%	0,00%	23,37%	6,24%	30,65%	6,64%	31,44%	8,69%
Lagoa	0,54%	1,33%	8,84%	10,70%	10,93%	18,88%	20,54%	28,24%	5,29%
Lagos	1,50%	18,71%	5,03%	17,21%	16,38%	25,03%	13,06%	3,08%	8,03%
Loulé	1,51%	8,51%	20,98%	28,30%	7,84%	12,28%	8,19%	12,39%	16,17%
Monchique	7,44%	1,87%	4,41%	64,90%	1,64%	3,83%	1,33%	14,59%	6,27%
Olhão	2,14%	2,31%	0,00%	3,85%	3,41%	3,63%	9,94%	74,71%	4,29%
Portimão	1,32%	13,07%	3,83%	28,65%	4,29%	18,25%	8,28%	22,30%	8,03%
S. Brás de Alportel	0,01%	0,01%	11,43%	60,50%	4,59%	0,90%	5,27%	17,29%	2,86%
Silves	0,07%	7,30%	14,48%	26,02%	4,87%	14,91%	14,02%	18,33%	6,71%
Tavira	10,87%	4,91%	6,65%	27,24%	7,91%	31,08%	4,94%	6,41%	7,27%
Vila do Bispo	9,67%	7,76%	5,38%	51,75%	0,28%	0,80%	8,05%	16,30%	1,81%
Vila Real de S.to António	3,83%	3,34%	39,15%	2,89%	27,53%	0,83%	4,86%	17,57%	4,60%
TOTAL	2,35%	7,74%	12,94%	24,89%	9,97%	14,33%	8,84%	18,94%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimento. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 64: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2004 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	90,38%	1,94%	3,84%	3,80%	0,04%
Alcoutim	81,88%	13,74%	0,46%	3,92%	0,00%
Aljezur	63,53%	28,15%	1,22%	6,90%	0,20%
Castro Marim	98,02%	0,70%	0,00%	1,28%	0,00%
Faro	77,18%	17,30%	0,00%	5,52%	0,00%
Lagoa	86,64%	7,60%	0,80%	4,63%	0,33%
Lagos	87,49%	2,91%	1,56%	6,21%	1,82%
Loulé	77,39%	16,25%	1,23%	4,80%	0,33%
Monchique	83,93%	5,16%	0,00%	8,24%	2,67%
Olhão	76,32%	6,03%	0,00%	17,65%	0,00%
Portimão	84,69%	2,53%	2,36%	10,42%	0,00%
S. Brás de Alportel	92,58%	1,37%	1,13%	4,91%	0,00%
Silves	95,23%	2,60%	0,73%	1,44%	0,00%
Tavira	88,20%	4,77%	0,21%	6,82%	0,00%
Vila do Bispo	83,17%	9,59%	1,74%	5,50%	0,00%
Vila Real de S.to António	97,19%	0,00%	0,00%	2,81%	0,00%
TOTAL	84,75%	7,74%	1,19%	5,92%	0,39%

Fonte: Autor

investim.= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas. **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 65: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2004

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	483.441,16	799.901	1.283.342	6,10%
Alcoutim	68.475,02	168.831	237.306	5,51%
Aljezur	59.020,65	197.795	256.816	8,96%
Castro Marim	31.788,67	60.938	92.727	1,95%
Faro	1.008.569,78	902.871	1.911.441	11,68%
Lagoa	114.133,83	410.373	524.507	5,91%
Lagos	273.052,90	828.572	1.101.625	8,26%
Loulé	555.002,23	1.455.765	2.010.767	6,62%
Monchique	215.583,95	894.890	1.110.474	10,22%
Olhão	466.184,84	1.440.510	1.906.695	23,36%
Portimão	577.963,57	1.436.957	2.014.920	14,62%
S. Brás de Alportel	56.300,88	220.805	277.106	6,17%
Silves	417.848,73	147.123	564.972	5,52%
Tavira	609.782,15	816.494	1.426.276	11,91%
Vila do Bispo	27.022,37	174.032	201.054	6,35%
Vila Real de S.to António	139.523,98	193.017	332.541	4,83%
TOTAL	5.103.695	10.148.875	15.252.570	8,90%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 66: Valor das receitas correntes por município, ano de 2005 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rendim.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total transferências OE			
Albufeira	27.602.978	4.633.381	13.655.191	433.187	46.324.738	4.018.727	0	654.123	4.672.850	2.911.512	7.584.362	53.909.100
Alcoutim	301.412	56.686	364.776	50.140	773.013	2.597.467	211.623	654.123	3.463.213	15.156	3.478.369	4.251.382
Aljezur	1.710.741	434.610	667.931	2.601	2.815.883	2.369.516	76.394	654.123	3.100.033	239.374	3.339.407	6.155.290
Castro Marim	3.200.546	1.034.351	1.799.377	30.555	6.064.830	2.147.033	93.259	654.123	2.894.415	189.322	3.083.737	9.148.567
Faro	16.780.431	2.984.473	1.262.254	54.359	21.081.517	3.749.069	0	654.123	4.403.192	1.573.963	5.977.155	27.058.671
Lagoa	14.072.666	2.592.545	6.498.036	69.117	23.232.363	2.172.351	302.336	654.123	3.128.810	2.629.603	5.758.413	28.990.776
Lagos	21.703.371	1.767.705	8.411.948	110.443	31.993.468	2.418.612	0	654.123	3.072.735	1.381.083	4.453.818	36.447.285
Loulé	53.504.851	6.411.857	7.242.684	223.660	67.383.052	5.196.494	846.373	654.123	6.696.990	963.862	7.660.852	75.043.903
Monchique	889.806	323.736	369.252	1.944	1.584.738	2.897.078	133.440	654.123	3.684.641	153.457	3.838.098	5.422.836
Olhão	7.675.558	1.478.655	3.727.713	527.379	13.409.306	3.044.128	426.572	654.123	4.124.823	570.133	4.694.956	18.104.262
Portimão	24.295.967	4.915.828	1.381.520	303.869	30.897.183	3.515.611		654.123	4.169.734	947.898	5.117.632	36.014.816
S. Brás de Alportel	2.064.273	908.366	1.097.160	5.412	4.075.210	1.369.984	109.964	654.123	2.134.071	334.052	2.468.123	6.543.334
Silves	10.203.505	2.317.915	4.383.405	545.429	17.450.254	3.847.156	483.630	654.123	4.984.909	528.570	5.513.479	22.963.733
Tavira	11.397.286	3.136.098	3.029.712	357.010	17.920.107	3.271.136	350.785	654.123	4.276.044	435.610	4.711.654	22.631.760
Vila do Bispo	3.198.125	182.044	1.348.783	31.086	4.760.038	1.531.878	74.312	654.123	2.260.313	179.811	2.440.124	7.200.162
Vila Real de S.to António	6.876.760	3.212.007	5.442.162	13.340	15.544.269	1.756.244	0	654.123	2.410.367	566.532	2.976.899	18.521.168
TOTAL	205.478.276	36.390.255	60.681.903	2.759.533	305.309.967	45.902.484	3.108.688	10.465.968	59.477.140	13.619.940	73.097.080	378.407.047

Adaptado de: DGAL, 2011d

rend. = rendimentos

APÊNDICE 67: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2005 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	86,00%	0,00%	14,00%	8,67%
Alcoutim	75,00%	6,11%	18,89%	81,46%
Aljezur	76,44%	2,46%	21,10%	50,36%
Castro Marim	74,18%	3,22%	22,60%	31,64%
Faro	85,14%	0,00%	14,86%	16,27%
Lagoa	69,43%	9,66%	20,91%	10,79%
Lagos	78,71%	0,00%	21,29%	8,43%
Loulé	77,59%	12,64%	9,77%	8,92%
Monchique	78,63%	3,62%	17,75%	67,95%
Olhão	73,80%	10,34%	15,86%	22,78%
Portimão	84,31%	0,00%	15,69%	11,58%
S. Brás de Alportel	64,20%	5,15%	30,65%	32,61%
Silves	77,18%	9,70%	13,12%	21,71%
Tavira	76,50%	8,20%	15,30%	18,89%
Vila do Bispo	67,77%	3,29%	28,94%	31,39%
Vila Real de S.to António	72,86%	0,00%	27,14%	13,01%
TOTAL	77,18%	5,23%	17,60%	15,72%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 68: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2005 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	59,59%	10,00%	29,48%	0,94%	85,93%
Alcoutim	38,99%	7,33%	47,19%	6,49%	18,18%
Aljezur	60,75%	15,43%	23,72%	0,09%	45,75%
Castro Marim	52,77%	17,05%	29,67%	0,50%	66,29%
Faro	79,60%	14,16%	5,99%	0,26%	77,91%
Lagoa	60,57%	11,16%	27,97%	0,30%	80,14%
Lagos	67,84%	5,53%	26,29%	0,35%	87,78%
Loulé	79,40%	9,52%	10,75%	0,33%	89,79%
Monchique	56,15%	20,43%	23,30%	0,12%	29,22%
Olhão	57,24%	11,03%	27,80%	3,93%	74,07%
Portimão	78,63%	15,91%	4,47%	0,98%	85,79%
S. Brás de Alportel	50,65%	22,29%	26,92%	0,13%	62,28%
Silves	58,47%	13,28%	25,12%	3,13%	75,99%
Tavira	63,60%	17,50%	16,91%	1,99%	79,18%
Vila do Bispo	67,19%	3,82%	28,34%	0,65%	66,11%
Vila Real de S.to António	44,24%	20,66%	35,01%	0,09%	83,93%
TOTAL	67,30%	11,92%	19,88%	0,90%	80,68%

Fonte: Autor

rend. = rendimentos. Cálculo: Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 69: Valor por município das receitas de capital, ano de 2005 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras transferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	9.315.204	2.679.151	0	436.082	3.115.233	2.026.861	174.443	5.316.537	0	755.687	283.000	15.670.428
Alcoutim	209.257	1.731.644	141.082	436.082	2.308.808	736.559	1.123.968	4.169.336	0	25.350	0	4.403.942
Aljezur	100.390	1.579.677	50.930	436.082	2.066.689	575.430	97.500	2.739.619	0	0	40.764	2.880.773
Castro Marim	0	1.431.356	62.172	436.082	1.929.610	1.843.674	4.843	3.778.127	0	1.533.714	0	5.311.841
Faro	126.003	2.499.380	0	436.082	2.935.462	3.984.381	782.087	7.701.930	0	5.139.661	0	12.967.594
Lagoa	1.639.306	1.448.234	201.557	436.082	2.085.873	603.794	60.521	2.750.188	0	182.770	0	4.572.264
Lagos	390.188	1.612.408	0	436.082	2.048.490	2.110.902	19.367	4.178.758	98	648.230	3.966	5.221.241
Loulé	5.111.744	3.464.329	564.249	436.082	4.464.660		12.014.988	16.479.648	0	0		21.591.392
Monchique	637.802	1.931.385	88.960	436.082	2.456.427	382.556	385.022	3.224.005	0	2.947.470	2.552	6.811.829
Olhão	1.740.297	1.762.390	246.963	436.082	2.445.435	1.138.025	184.239	3.767.698	0	2.002.248	53.220	7.563.463
Portimão	568.828	2.343.741		436.082	2.779.823	1.643.432	405.430	4.828.684	106.476	1.309.107	112	6.813.207
S. Brás de Alportel	20.950	913.323	73.310	436.082	1.422.715	1.546.169	2.577	2.971.461	0	65.223	0	3.057.634
Silves	2.228.066	2.564.771	322.420	436.082	3.323.273	2.261.485	1.289.621	6.874.379	0	653.477	0	9.755.923
Tavira	271.712	2.180.758	233.857	436.082	2.850.697	2.133.892	638.919	5.623.508	0	46.240	0	5.941.459
Vila do Bispo	34.920	987.952	49.542	436.082	1.473.576	158.705	88.433	1.720.714	0	10.706	0	1.766.339
Vila Real de S.to António	94.707	1.170.830	0	436.082	1.606.912	1.557.183	1.105.664	4.269.759	0	525.961	0	4.890.427
TOTAL	22.489.373	30.301.329	2.035.042	6.977.312	39.313.683	22.703.047	18.377.621	80.394.351	106.574	15.845.844	383.614	119.219.756

Adaptado de: DGAL, 2011d

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; transf.= transferências

APÊNDICE 70: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2005 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM
Albufeira	86,00%	0,00%	14,00%
Alcoutim	75,00%	6,11%	18,89%
Aljezur	76,44%	2,46%	21,10%
Castro Marim	74,18%	3,22%	22,60%
Faro	85,14%	0,00%	14,86%
Lagoa	69,43%	9,66%	20,91%
Lagos	78,71%	0,00%	21,29%
Loulé	77,59%	12,64%	9,77%
Monchique	78,63%	3,62%	17,75%
Olhão	72,07%	10,10%	17,83%
Portimão	84,31%	0,00%	15,69%
S. Brás de Alportel	64,20%	5,15%	30,65%
Silves	77,18%	9,70%	13,12%
Tavira	76,50%	8,20%	15,30%
Vila do Bispo	67,04%	3,36%	29,59%
Vila Real de S.to António	72,86%	0,00%	27,14%
TOTAL	77,08%	5,18%	17,75%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 71: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2005 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	19,88%	59,44%	12,93%	4,82%
Alcoutim	52,43%	4,75%	16,72%	0,58%
Aljezur	71,74%	3,48%	19,97%	0,00%
Castro Marim	36,33%	0,00%	34,71%	28,87%
Faro	22,64%	0,97%	30,73%	39,63%
Lagoa	45,62%	35,85%	13,21%	4,00%
Lagos	39,23%	7,47%	40,43%	12,42%
Loulé	20,68%	23,67%	0,00%	0,00%
Monchique	36,06%	9,36%	5,62%	43,27%
Olhão	32,33%	23,01%	15,05%	26,47%
Portimão	40,80%	8,35%	24,12%	19,21%
S. Brás de Alportel	46,53%	0,69%	50,57%	2,13%
Silves	34,06%	22,84%	23,18%	6,70%
Tavira	47,98%	4,57%	35,92%	0,78%
Vila do Bispo	83,43%	1,98%	8,98%	0,61%
Vila Real de S.to António	32,86%	1,94%	31,84%	10,75%
TOTAL	32,98%	18,86%	19,04%	13,29%

Fonte: Autor

Estado - Part. Com. Proj. = Estado - Participação Comunitária em Projetos. **Cálculo:** Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 72: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2005

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	31.782.697	22.970.395	1.169.849	55.922.942	80,37%
Alcoutim	349.978	574.032	58.259	982.269	11,35%
Aljezur	1.854.297	768.321	334.418	2.957.036	32,72%
Castro Marim	4.155.683	1.799.377	109.770	6.064.830	41,94%
Faro	17.966.998	1.388.257	1.852.265	21.207.520	52,98%
Lagoa	15.435.635	8.137.342	1.298.693	24.871.669	74,10%
Lagos	22.965.615	8.802.136	619.970	32.387.720	77,73%
Loulé	54.939.190	12.354.428	5.201.178	72.494.796	75,02%
Monchique	927.446	1.007.054	290.591	2.225.092	18,19%
Olhão	8.945.412	5.468.010	789.401	15.202.823	59,23%
Portimão	27.712.962	1.950.348	1.909.289	31.572.599	73,72%
S. Brás de Alportel	2.630.684	1.118.109	347.366	4.096.160	42,66%
Silves	12.372.198	6.611.472	694.650	19.678.320	60,14%
Tavira	14.077.941	3.301.424	812.453	18.191.818	63,67%
Vila do Bispo	3.329.973	1.383.703	81.282	4.794.958	53,48%
Vila Real de S.to António	9.838.253	5.536.869	263.854	15.638.976	66,80%
TOTAL	229.284.963	83.171.276	15.833.289	328.289.528	65,97%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculo: Receitas próprias = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas;
Receitas fiscais = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 73: Valor das despesas correntes por município, ano de 2005 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	16.259.863	18.107.566	549.075	2.410.242	1.228.567	38.555.312
Alcoutim	2.227.277	1.532.434	68.171	217.191	159.040	4.204.113
Aljezur	2.647.603	1.972.905	59.313	927.648	7.478	5.614.946
Castro Marim	2.426.424	3.435.671	67.245	619.964	23.657	6.572.961
Faro	11.700.084	6.854.760	982.482	3.755.530	26.898	23.319.753
Lagoa	7.593.201	9.182.340	111.518	1.685.682	594.148	19.166.889
Lagos	11.195.578	13.231.555	316.949	2.561.937	812.397	28.118.416
Loulé	21.348.075	26.416.227	692.940	3.765.076	1.749.722	53.972.040
Monchique	2.800.961	1.358.331	131.664	70.518	47.746	4.409.220
Olhão	7.546.551	7.530.570	498.960	862.510	818.026	17.256.618
Portimão	10.520.369	11.492.035	712.283	2.549.121	1.712.634	26.986.442
S. Brás de Alportel	2.725.055	2.035.379	56.065	434.061	137.189	5.387.749
Silves	8.520.507	7.275.358	191.008	1.863.562	790.437	18.640.871
Tavira	7.244.623	8.251.057	580.673	1.545.926	369.296	17.991.575
Vila do Bispo	2.885.599	2.733.152	45.367	667.597	25.682	6.357.397
Vila Real de S.to António	5.470.211	6.586.088	241.426	2.067.842	247.220	14.612.787
TOTAL	123.111.981	127.995.426	5.305.139	26.004.406	8.750.137	291.167.090

Adaptado de: DGAL, 2011d

APÊNDICE 74: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2005 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	42,17%	46,97%	1,42%	6,25%	3,19%
Alcoutim	52,98%	36,45%	1,62%	5,17%	3,78%
Aljezur	47,15%	35,14%	1,06%	16,52%	0,13%
Castro Marim	36,92%	52,27%	1,02%	9,43%	0,36%
Faro	50,17%	29,39%	4,21%	16,10%	0,12%
Lagoa	39,62%	47,91%	0,58%	8,79%	3,10%
Lagos	39,82%	47,06%	1,13%	9,11%	2,89%
Loulé	39,55%	48,94%	1,28%	6,98%	3,24%
Monchique	63,53%	30,81%	2,99%	1,60%	1,08%
Olhão	43,73%	43,64%	2,89%	5,00%	4,74%
Portimão	38,98%	42,58%	2,64%	9,45%	6,35%
S. Brás de Alportel	50,58%	37,78%	1,04%	8,06%	2,55%
Silves	45,71%	39,03%	1,02%	10,00%	4,24%
Tavira	40,27%	45,86%	3,23%	8,59%	2,05%
Vila do Bispo	45,39%	42,99%	0,71%	10,50%	0,40%
Vila Real de S.to António	37,43%	45,07%	1,65%	14,15%	1,69%
TOTAL	42,28%	43,96%	1,82%	8,93%	3,01%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 75: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2005 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habitacão	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	23.348	1.951.603	1.297.041	6.865.913	3.851.037	733.403	1.759.279	3.588.096	20.069.720	326.414	297.062	1.007.072	0	21.700.268
Alcoutim	8.261	0	562.518	215.835	913.002	89.159	265.861	2.199.214	4.253.849	393.198	17.763	189.893	0	4.854.702
Aljezur	90.000	57.864	763.041	1.095.460	89.484	229.320	400.009	608.092	3.333.270	765.474	34.913	203.031	0	4.336.688
Castro Marim	332.290	167.001	1.918.149	3.332.864	461.281	527	179.773	2.628.978	9.020.863	236.614	120.751	80.569	0	9.458.797
Faro	229.458	2.395.019	0	1.798.162	709.253	5.061.874	1.535.640	1.648.248	13.377.654	1.965.597	50.000	1.258.780	0	16.652.032
Lagoa	68.909	1.096.832	1.704.862	3.763.304	1.483.682	646.250	1.540.937	2.670.110	12.974.886	857.656	0	472.175	39.564	14.344.281
Lagos	338.886	2.993.362	640.790	4.317.996	5.963.677	1.600.145	1.541.184	1.600.727	18.996.768	442.163	208.250	794.068	108.350	20.549.599
Loulé	1.114.193	2.007.512	6.368.479	9.037.996	1.421.104	1.745.527	2.535.306	5.077.555	29.307.673	5.969.557	872.200	784.281	93.372	37.027.083
Monchique	324.742	63.265	640.837	2.017.569	509.631	55.627	177.448	1.333.598	5.122.717	635.481	0	1.814.521	279.377	7.852.096
Olhão	110.163	266.705	227.953	2.263.831	1.279.366	936.037	636.878	1.130.694	6.851.627	604.064	50.001	867.582	0	8.373.273
Portimão	166.408	1.374.793	0	2.041.616	119.952	4.362.516	1.251.194	3.277.452	12.593.931	653.290	922.576	1.691.458	0	15.861.255
S. Brás de Alportel	211	964.350	395.870	1.275.401	297.516	325.502	288.017	496.940	4.043.806	74.950	50.838	158.994	0	4.328.588
Silves	92.112	284.859	1.415.995	3.910.177	339.508	2.823.983	1.064.827	3.102.629	13.034.089	306.607	378.103	372.066	0	14.090.865
Tavira	1.242.743	165.765	226.880	1.699.299	1.366.836	1.679.575	973.133	808.399	8.162.632	763.516	139.625	1.277.920	0	10.343.692
Vila do Bispo	4.494	154.881	144.679	2.298.360	127.785	189.449	107.291	818.447	3.845.387	468.741	214	155.586	0	4.469.928
Vila Real de S.to António	3.497.921	263.621	631.378	411.279	4.610.442	890.125	284.234	854.201	11.443.201	138.529	4.500	188.778	0	11.775.009
TOTAL	7.644.141	14.207.431	16.938.473	46.345.063	23.543.556	21.369.020	14.541.009	31.843.380	176.432.074	14.601.851	3.146.796	11.316.774	520.663	206.018.158

Adaptado de: DGAL, 2011d

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 76: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2005 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Invest. município/Total Invest.
Albufeira	0,12%	9,72%	6,46%	34,21%	19,19%	3,65%	8,77%	17,88%	11,38%
Alcoutim	0,19%	0,00%	13,22%	5,07%	21,46%	2,10%	6,25%	51,70%	2,41%
Aljezur	2,70%	1,74%	22,89%	32,86%	2,68%	6,88%	12,00%	18,24%	1,89%
Castro Marim	3,68%	1,85%	21,26%	36,95%	5,11%	0,01%	1,99%	29,14%	5,11%
Faro	1,72%	17,90%	0,00%	13,44%	5,30%	37,84%	11,48%	12,32%	7,58%
Lagoa	0,53%	8,45%	13,14%	29,00%	11,44%	4,98%	11,88%	20,58%	7,35%
Lagos	1,78%	15,76%	3,37%	22,73%	31,39%	8,42%	8,11%	8,43%	10,77%
Loulé	3,80%	6,85%	21,73%	30,84%	4,85%	5,96%	8,65%	17,33%	16,61%
Monchique	6,34%	1,23%	12,51%	39,38%	9,95%	1,09%	3,46%	26,03%	2,90%
Olhão	1,61%	3,89%	3,33%	33,04%	18,67%	13,66%	9,30%	16,50%	3,88%
Portimão	1,32%	10,92%	0,00%	16,21%	0,95%	34,64%	9,93%	26,02%	7,14%
S. Brás de Alportel	0,01%	23,85%	9,79%	31,54%	7,36%	8,05%	7,12%	12,29%	2,29%
Silves	0,71%	2,19%	10,86%	30,00%	2,60%	21,67%	8,17%	23,80%	7,39%
Tavira	15,22%	2,03%	2,78%	20,82%	16,75%	20,58%	11,92%	9,90%	4,63%
Vila do Bispo	0,12%	4,03%	3,76%	59,77%	3,32%	4,93%	2,79%	21,28%	2,18%
Vila Real de S.to António	30,57%	2,30%	5,52%	3,59%	40,29%	7,78%	2,48%	7,46%	6,49%
TOTAL	4,33%	8,05%	9,60%	26,27%	13,34%	12,11%	8,24%	18,05%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimento. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 77: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2005 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	92,49%	1,50%	1,37%	4,64%	0,00%
Alcoutim	87,62%	8,10%	0,37%	3,91%	0,00%
Aljezur	76,86%	17,65%	0,81%	4,68%	0,00%
Castro Marim	95,37%	2,50%	1,28%	0,85%	0,00%
Faro	80,34%	11,80%	0,30%	7,56%	0,00%
Lagoa	90,45%	5,98%	0,00%	3,29%	0,28%
Lagos	92,44%	2,15%	1,01%	3,86%	0,53%
Loulé	79,15%	16,12%	2,36%	2,12%	0,25%
Monchique	65,24%	8,09%	0,00%	23,11%	3,56%
Olhão	81,83%	7,21%	0,60%	10,36%	0,00%
Portimão	79,40%	4,12%	5,82%	10,66%	0,00%
S. Brás de Alportel	93,42%	1,73%	1,17%	3,67%	0,00%
Silves	92,50%	2,18%	2,68%	2,64%	0,00%
Tavira	78,91%	7,38%	1,35%	12,35%	0,00%
Vila do Bispo	86,03%	10,49%	0,00%	3,48%	0,00%
Vila Real de S.to António	97,18%	1,18%	0,04%	1,60%	0,00%
TOTAL	85,64%	7,09%	1,53%	5,49%	0,25%

Fonte: Autor

investim.= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas. **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 78: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação ao valor total da despesa (em percentagem), ano de 2005

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	549.075,09	1.007.072	1.556.147	7,17%
Alcoutim	68.170,63	189.893	258.063	5,32%
Aljezur	59.312,68	203.031	262.344	6,05%
Castro Marim	67.245,36	80.569	147.814	1,56%
Faro	982.481,98	1.258.780	2.241.262	13,46%
Lagoa	111.518,16	472.175	583.693	4,07%
Lagos	316.948,74	794.068	1.111.016	5,41%
Loulé	692.940,24	784.281	1.477.221	3,99%
Monchique	131.664,47	1.814.521	1.946.186	24,79%
Olhão	498.960,01	867.582	1.366.542	16,32%
Portimão	712.282,90	1.691.458	2.403.741	15,15%
S. Brás de Alportel	56.064,76	158.994	215.059	4,97%
Silves	191.007,99	372.066	563.074	4,00%
Tavira	580.672,82	1.277.920	1.858.592	17,97%
Vila do Bispo	45.367,12	155.586	200.953	4,50%
Vila Real de S.to António	241.426,23	188.778	430.205	3,65%
TOTAL	5.305.139	11.316.774	16.621.913	8,07%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 79: Valor das receitas correntes por município, ano de 2006 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rendim.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total transferências OE			
Albufeira	34.850.380	5.512.242	15.442.466	93.738	55.898.827	4.024.689		648.161	4.672.850	726.740	5.399.590	61.298.417
Alcoutim	289.292	32.398	358.212	62.935	742.837	2.604.011	211.040	648.161	3.463.212	71.877	3.535.089	4.277.926
Aljezur	2.344.597	454.381	690.728	4.414	3.494.120	2.389.327	62.545	648.161	3.100.033	272.576	3.372.609	6.866.730
Castro Marim	3.357.013	192.565	1.561.770	78.087	5.189.435	2.170.487	75.767	648.161	2.894.415	152.374	3.046.789	8.236.224
Faro	15.707.842	2.415.463	1.300.944	103.045	19.527.295	3.755.032	0	648.161	4.403.193	429.530	4.832.723	24.360.017
Lagoa	15.429.319	2.539.234	6.269.566	14.962	24.253.082	2.227.692	252.957	648.161	3.128.810	319.987	3.448.797	27.701.879
Lagos	25.336.799	1.992.753	8.453.917	112.071	35.895.539	2.424.574	0	648.161	3.072.735	2.080.280	5.153.015	41.048.555
Loulé	57.131.617	8.047.971	6.271.076	97.711	71.548.376	5.349.318	699.511	648.161	6.696.990	1.214.264	7.911.254	79.459.630
Monchique	830.257	318.061	318.895	292.118	1.759.331	2.893.753	142.727	648.161	3.684.641	169.646	3.854.287	5.613.618
Olhão	9.199.855	1.528.623	4.136.275	1.058.513	15.923.266	3.293.994	0	648.161	3.942.155	741.622	4.683.777	20.607.043
Portimão	23.625.949	4.054.312	1.189.790	290.151	29.160.201	3.521.573	0	648.161	4.169.734	197.570	4.367.304	33.527.505
S. Brás de Alportel	2.356.690	959.930	1.157.950	4.668	4.479.237	1.485.911	0	648.161	2.134.072	358.857	2.492.929	6.972.166
Silves	10.463.299	4.023.858	3.797.787	569.359	18.854.303	3.937.977	398.771	648.161	4.984.909	517.504	5.502.413	24.356.717
Tavira	12.352.993	4.992.327	2.235.099	319.343	19.899.761	3.341.319	286.565	648.161	4.276.045	639.013	4.915.058	24.814.819
Vila do Bispo	3.732.598	191.343	1.309.325	58.913	5.292.179	1.551.294	60.859	648.161	2.260.314	162.643	2.422.957	7.715.136
Vila Real de S.to António	7.040.753	4.068.264	5.450.572	14.389	16.573.977	1.762.207		648.161	2.410.368	724.274	3.134.642	19.708.619
TOTAL	224.049.253	41.323.724	59.944.372	3.174.417	328.491.766	46.733.158	2.190.742	10.370.576	59.294.476	8.778.758	68.073.234	396.565.000

Adaptado de: DGAL, 2011d

rend. = rendimentos

APÊNDICE 80: Peso total por município dos fundos municipais (correntes) no total das transferências do OE, ano de 2006 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	86,13%	0,00%	13,87%	7,62%
Alcoutim	75,19%	6,09%	18,72%	80,96%
Aljezur	77,07%	2,02%	20,91%	45,15%
Castro Marim	74,99%	2,62%	22,39%	35,14%
Faro	85,28%	0,00%	14,72%	18,08%
Lagoa	71,20%	8,08%	20,72%	11,29%
Lagos	78,91%	0,00%	21,09%	7,49%
Loulé	79,88%	10,45%	9,68%	8,43%
Monchique	78,54%	3,87%	17,59%	65,64%
Olhão	83,56%	0,00%	16,44%	19,13%
Portimão	84,46%	0,00%	15,54%	12,44%
S. Brás de Alportel	69,63%	0,00%	30,37%	30,61%
Silves	79,00%	8,00%	13,00%	20,47%
Tavira	78,14%	6,70%	15,16%	17,23%
Vila do Bispo	68,63%	2,69%	28,68%	29,30%
Vila Real de S.to António	73,11%	0,00%	26,89%	12,23%
TOTAL	78,82%	3,69%	17,49%	14,95%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 81: Peso total por município de cada tipo de receita própria (corrente) no total das receitas próprias, ano de 2006 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	62,35%	9,86%	27,63%	0,17%	91,19%
Alcoutim	38,94%	4,36%	48,22%	8,47%	17,36%
Aljezur	67,10%	13,00%	19,77%	0,13%	50,88%
Castro Marim	64,69%	3,71%	30,10%	1,50%	63,01%
Faro	80,44%	12,37%	6,66%	0,53%	80,16%
Lagoa	63,62%	10,47%	25,85%	0,06%	87,55%
Lagos	70,58%	5,55%	23,55%	0,31%	87,45%
Loulé	79,85%	11,25%	8,76%	0,14%	90,04%
Monchique	47,19%	18,08%	18,13%	16,60%	31,34%
Olhão	57,78%	9,60%	25,98%	6,65%	77,27%
Portimão	81,02%	13,90%	4,08%	1,00%	86,97%
S. Brás de Alportel	52,61%	21,43%	25,85%	0,10%	64,24%
Silves	55,50%	21,34%	20,14%	3,02%	77,41%
Tavira	62,08%	25,09%	11,23%	1,60%	80,19%
Vila do Bispo	70,53%	3,62%	24,74%	1,11%	68,59%
Vila Real de S.to António	42,48%	24,55%	32,89%	0,09%	84,10%
TOTAL	68,21%	12,58%	18,25%	0,97%	82,83%

Fonte: Autor

rend. = rendimentos. Cálculo: Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 82: Valor por município das receitas de capital, ano de 2006 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras transferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	140.728	2.683.126	0	432.107	3.115.233	155.898	182.808	3.453.939	0	99.417		3.694.084
Alcoutim	591.099	1.736.008	140.694	432.107	2.308.809	1.983.862	13.397	4.306.068	0	0	0	4.897.167
Aljezur	305.851	1.592.885	41.697	432.107	2.066.689	847.671	183.751	3.098.112	0	575.000	631	3.979.593
Castro Marim	452.797	1.446.992	50.511	432.107	1.929.610	2.305.839	155.172	4.390.621	0	210.860	0	5.054.277
Faro	3.353.166	2.503.354	0	432.107	2.935.461	2.720.123	533.633	6.189.217	0	1.214.328	0	10.756.711
Lagoa	17.585	1.485.128	168.638	432.107	2.085.873	1.195.937	166.859	3.448.669	0	404.801	0	3.871.055
Lagos	10.695	1.616.383	0	432.107	2.048.490	1.719.174	1.307.373	5.075.037	292	1.603.043	1.995	6.691.063
Loulé	7.185	3.566.212	466.341	432.107	4.464.660	0	9.225.755	13.690.415	0	889.633	84.846	14.672.077
Monchique	631.095	1.929.169	95.151	432.107	2.456.427	1.133.860	832.547	4.422.834	0	1.603.238	6.436	6.663.603
Olhão	518.160	2.195.996	0	432.107	2.628.103	1.498.634	446.226	4.572.963	0	181.145	56.040	5.328.307
Portimão	502.985	2.347.716	0	432.107	2.779.823	3.103.282	1.867.639	7.750.744	91.426	1.616.055	0	9.961.210
S. Brás de Alportel	27.685	990.607	0	432.107	1.422.714	713.748	0	2.136.462	0	92.832	0	2.256.979
Silves	154.500	2.625.318	265.848	432.107	3.323.273	2.964.242	2.970.252	9.257.767	0	1.238.302	0	10.650.569
Tavira	217.009	2.227.546	191.043	432.107	2.850.696	1.351.422	1.115.935	5.318.054	10.009	0	0	5.545.071
Vila do Bispo	0	1.034.196	40.572	432.107	1.506.875	1.445.205	32.693	2.984.773	0	0	0	2.984.773
Vila Real de S.to António	4.117.376	1.174.804	0	432.107	1.606.911	1.337.774	0	2.944.685	0	603.569		7.665.629
TOTAL	11.047.914	31.155.440	1.460.495	6.913.712	39.529.647	24.476.672	19.034.039	83.040.358	101.727	10.332.223	149.947	104.672.170

Adaptado de: DGAL, 2011d

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; **transf.**= transferências

APÊNDICE 83: Peso total por município dos fundos municipais (capital) no total das transferências do OE, ano de 2006 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FGM	OE - FCM	OE - FBM
Albufeira	86,13%	0,00%	13,87%
Alcoutim	75,19%	6,09%	18,72%
Aljezur	77,07%	2,02%	20,91%
Castro Marim	74,99%	2,62%	22,39%
Faro	85,28%	0,00%	14,72%
Lagoa	71,20%	8,08%	20,72%
Lagos	78,91%	0,00%	21,09%
Loulé	79,88%	10,45%	9,68%
Monchique	78,54%	3,87%	17,59%
Olhão	83,56%	0,00%	16,44%
Portimão	84,46%	0,00%	15,54%
S. Brás de Alportel	69,63%	0,00%	30,37%
Silves	79,00%	8,00%	13,00%
Tavira	78,14%	6,70%	15,16%
Vila do Bispo	68,63%	2,69%	28,68%
Vila Real de S.to António	73,11%	0,00%	26,89%
TOTAL	78,82%	3,69%	17,49%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FGM/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 84: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2006 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	84,33%	3,81%	4,22%	2,69%
Alcoutim	47,15%	12,07%	40,51%	0,00%
Aljezur	51,93%	7,69%	21,30%	14,45%
Castro Marim	38,18%	8,96%	45,62%	4,17%
Faro	27,29%	31,17%	25,29%	11,29%
Lagoa	53,88%	0,45%	30,89%	10,46%
Lagos	30,62%	0,16%	25,69%	23,96%
Loulé	30,43%	0,05%	0,00%	6,06%
Monchique	36,86%	9,47%	17,02%	24,06%
Olhão	49,32%	9,72%	28,13%	3,40%
Portimão	27,91%	5,05%	31,15%	16,22%
S. Brás de Alportel	63,04%	1,23%	31,62%	4,11%
Silves	31,20%	1,45%	27,83%	11,63%
Tavira	51,41%	3,91%	24,37%	0,00%
Vila do Bispo	50,49%	0,00%	48,42%	0,00%
Vila Real de S.to António	20,96%	53,71%	17,45%	7,87%
TOTAL	37,77%	10,55%	23,38%	9,87%

Fonte: Autor

Estado - Part. Com. Proj. = Estado - Participação Comunitária em Projetos. Cálculo: Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 85: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2006

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	39.878.623	15.583.194	577.738	56.039.555	86,22%
Alcoutim	313.412	949.311	71.213	1.333.936	14,54%
Aljezur	2.495.951	996.579	308.072	3.800.602	35,04%
Castro Marim	3.492.500	2.014.567	135.165	5.642.231	42,45%
Faro	16.906.030	4.654.110	1.320.321	22.880.460	65,16%
Lagoa	16.845.394	6.287.151	1.138.122	24.270.667	76,87%
Lagos	26.814.131	8.464.612	629.778	35.908.522	75,22%
Loulé	60.188.825	6.278.261	5.173.321	71.640.406	76,11%
Monchique	861.351	949.990	585.521	2.396.862	19,52%
Olhão	10.520.994	4.654.435	1.322.037	16.497.466	63,61%
Portimão	26.129.614	1.692.774	1.932.223	29.754.612	68,42%
S. Brás de Alportel	2.918.490	1.185.635	402.797	4.506.922	48,83%
Silves	12.900.140	3.952.287	2.156.376	19.008.803	54,30%
Tavira	16.883.285	2.452.108	791.386	20.126.779	66,29%
Vila do Bispo	3.894.795	1.309.325	88.059	5.292.179	49,46%
Vila Real de S.to António	10.904.401	9.567.948	219.004	20.691.352	75,59%
TOTAL	251.947.936	70.992.287	16.851.132	339.791.355	67,79%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculo: Receitas próprias = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas;
Receitas fiscais = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 86: Valor das despesas correntes por município, ano de 2006 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	17.225.655	24.880.894	637.295	2.533.155	2.224.536	47.501.535
Alcoutim	2.391.624	1.441.448	74.035	221.669	83.056	4.211.832
Aljezur	2.865.382	1.806.124	62.927	1.183.345	64.914	5.982.691
Castro Marim	2.509.749	3.673.880	88.312	627.999	9.253	6.909.193
Faro	11.615.131	6.578.865	1.353.509	4.379.330	64.207	23.991.042
Lagoa	7.852.790	11.100.267	136.927	1.973.718	704.345	21.768.048
Lagos	12.501.420	15.313.404	343.011	2.704.274	1.091.577	31.953.686
Loulé	21.595.408	27.317.435	815.655	4.337.167	3.643.782	57.709.446
Monchique	2.786.768	1.508.606	134.062	99.285	29.349	4.558.071
Olhão	7.719.190	8.147.028	545.489	741.226	1.114.697	18.267.631
Portimão	11.398.957	10.379.556	471.776	2.736.877	3.501.322	28.488.488
S. Brás de Alportel	2.778.229	2.464.783	58.332	464.813	98.142	5.864.299
Silves	8.845.273	7.311.139	327.002	1.787.520	1.366.163	19.637.097
Tavira	7.133.380	5.390.114	862.997	1.687.123	765.670	15.839.285
Vila do Bispo	3.103.323	2.934.857	23.763	635.324	174.788	6.872.055
Vila Real de S.to António	6.375.339	7.993.473	196.166	2.880.927	562.803	18.008.708
TOTAL	128.697.618	138.241.873	6.131.259	28.993.753	15.498.604	317.563.107

Adaptado de: DGAL, 2011d

APÊNDICE 87: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2006 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	36,26%	52,38%	1,34%	5,33%	4,68%
Alcoutim	56,78%	34,22%	1,76%	5,26%	1,97%
Aljezur	47,89%	30,19%	1,05%	19,78%	1,09%
Castro Marim	36,32%	53,17%	1,28%	9,09%	0,13%
Faro	48,41%	27,42%	5,64%	18,25%	0,27%
Lagoa	36,07%	50,99%	0,63%	9,07%	3,24%
Lagos	39,12%	47,92%	1,07%	8,46%	3,42%
Loulé	37,42%	47,34%	1,41%	7,52%	6,31%
Monchique	61,14%	33,10%	2,94%	2,18%	0,64%
Olhão	42,26%	44,60%	2,99%	4,06%	6,10%
Portimão	40,01%	36,43%	1,66%	9,61%	12,29%
S. Brás de Alportel	47,38%	42,03%	0,99%	7,93%	1,67%
Silves	45,04%	37,23%	1,67%	9,10%	6,96%
Tavira	45,04%	34,03%	5,45%	10,65%	4,83%
Vila do Bispo	45,16%	42,71%	0,35%	9,25%	2,54%
Vila Real de S.to António	35,40%	44,39%	1,09%	16,00%	3,13%
TOTAL	40,53%	43,53%	1,93%	9,13%	4,88%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 88: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2006 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habitacão	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	7.813	942.968	816.847	3.553.832	688.387	604.487	1.616.005	3.121.495	11.351.834	689.077	0	1.245.287		13.286.198
Alcoutim	9.466	0	218.248	511.724	1.017.597	241.729	196.923	835.324	3.031.011	344.603	500	198.103	0	3.574.217
Aljezur	260.045	78.191	916.372	837.593	947.128	177.964	355.861	577.153	4.150.307	492.162	0	228.809	0	4.871.278
Castro Marim	58.455	35.755	1.023.806	772.960	444.086	9.559	167.820	2.474.928	4.987.370	216.848	0	140.242	0	5.344.460
Faro	105.849	1.254.053	0	1.048.349	2.664.487	814.087	653.704	2.089.848	8.630.377	1.561.186	474.111	2.177.976	0	12.843.650
Lagoa	0	561.317	1.570.285	1.099.333	830.099	444.545	1.089.685	2.100.071	7.695.335	1.497.722	385.875	488.569	30.028	10.097.529
Lagos	456.185	1.596.218	287.411	3.939.794	3.355.553	1.797.377	1.252.480	733.765	13.418.782	358.479	100.000	741.051	88.243	14.706.555
Loulé	1.685.826	2.741.063	4.804.449	9.195.276	1.094.584	2.870.446	2.079.957	4.848.029	29.319.631	5.075.451	79.950	987.731	3.079	35.465.843
Monchique	159.718	291.186	549.003	2.487.982	742.061	133.630	175.809	883.617	5.423.006	513.488	0	1.270.176	432.340	7.639.011
Olhão	72.227	323.165	335.335	1.979.889	239.304	1.841.168	490.393	838.780	6.120.260	406.366	0	908.847	45.630	7.481.103
Portimão	1.002.159	177.439	0	2.533.527	642.087	3.734.302	931.521	3.670.463	12.691.498	649.141	46.200	1.682.697	4.719	15.074.255
S. Brás de Alportel	18.381	280.897	75.252	801.734	373.288	172.996	265.097	502.849	2.490.494	95.286	0	218.764	0	2.804.544
Silves	58.156	205.081	1.827.496	3.831.193	526.397	4.208.740	1.071.037	2.999.364	14.727.464	108.924	0	377.926	0	15.214.314
Tavira	1.399.029	683.163	270.968	2.634.890	2.758.236	1.704.253	942.747	1.163.074	11.556.359	848.929	325.126	1.164.975	0	13.895.389
Vila do Bispo	45.135	240.911	158.224	2.028.228	686.264	196.796	68.831	756.236	4.180.626	207.093	55.125	158.347	73	4.601.263
Vila Real de S.to António	592.106	23.005	80.245	717.672	1.407.028	618.301	206.509	821.719	4.466.586	126.770	130.200	255.955		4.979.510
TOTAL	5.930.549	9.434.413	12.933.941	37.973.976	18.416.587	19.570.379	11.564.382	28.416.714	144.240.940	13.191.525	1.597.087	12.245.455	604.112	171.879.118

Adaptado de: DGAL, 2011d

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicaes e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalaes Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 89: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2006 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habi- tação	Eq. Esco- lar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Invest. muni- cípio/Total Invest.
Albufeira	0,07%	8,31%	7,20%	31,31%	6,06%	5,33%	14,24%	27,50%	7,87%
Alcoutim	0,31%	0,00%	7,20%	16,88%	33,57%	7,98%	6,50%	27,56%	2,10%
Aljezur	6,27%	1,88%	22,08%	20,18%	22,82%	4,29%	8,57%	13,91%	2,88%
Castro Marim	1,17%	0,72%	20,53%	15,50%	8,90%	0,19%	3,36%	49,62%	3,46%
Faro	1,23%	14,53%	0,00%	12,15%	30,87%	9,43%	7,57%	24,22%	5,98%
Lagoa	0,00%	7,29%	20,41%	14,29%	10,79%	5,78%	14,16%	27,29%	5,34%
Lagos	3,40%	11,90%	2,14%	29,36%	25,01%	13,39%	9,33%	5,47%	9,30%
Loulé	5,75%	9,35%	16,39%	31,36%	3,73%	9,79%	7,09%	16,54%	20,33%
Monchique	2,95%	5,37%	10,12%	45,88%	13,68%	2,46%	3,24%	16,29%	3,76%
Olhão	1,18%	5,28%	5,48%	32,35%	3,91%	30,08%	8,01%	13,70%	4,24%
Portimão	7,90%	1,40%	0,00%	19,96%	5,06%	29,42%	7,34%	28,92%	8,80%
S. Brás de Alportel	0,74%	11,28%	3,02%	32,19%	14,99%	6,95%	10,64%	20,19%	1,73%
Silves	0,39%	1,39%	12,41%	26,01%	3,57%	28,58%	7,27%	20,37%	10,21%
Tavira	12,11%	5,91%	2,34%	22,80%	23,87%	14,75%	8,16%	10,06%	8,01%
Vila do Bispo	1,08%	5,76%	3,78%	48,51%	16,42%	4,71%	1,65%	18,09%	2,90%
Vila Real de S.to António	13,26%	0,52%	1,80%	16,07%	31,50%	13,84%	4,62%	18,40%	3,10%
TOTAL	4,11%	6,54%	8,97%	26,33%	12,77%	13,57%	8,02%	19,70%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimen-
to. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 90: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2006 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	85,44%	5,19%	0,00%	9,37%	0,00%
Alcoutim	84,80%	9,64%	0,01%	5,54%	0,00%
Aljezur	85,20%	10,10%	0,00%	4,70%	0,00%
Castro Marim	93,32%	4,06%	0,00%	2,62%	0,00%
Faro	67,20%	12,16%	3,69%	16,96%	0,00%
Lagoa	76,21%	14,83%	3,82%	4,84%	0,30%
Lagos	91,24%	2,44%	0,68%	5,04%	0,60%
Loulé	82,67%	14,31%	0,23%	2,79%	0,01%
Monchique	70,99%	6,72%	0,00%	16,63%	5,66%
Olhão	81,81%	5,43%	0,00%	12,15%	0,61%
Portimão	84,19%	4,31%	0,31%	11,16%	0,03%
S. Brás de Alportel	88,80%	3,40%	0,00%	7,80%	0,00%
Silves	96,80%	0,72%	0,00%	2,48%	0,00%
Tavira	83,17%	6,11%	2,34%	8,38%	0,00%
Vila do Bispo	90,86%	4,50%	1,20%	3,44%	0,00%
Vila Real de S.to António	89,70%	2,55%	2,61%	5,14%	0,00%
TOTAL	83,92%	7,67%	0,93%	7,12%	0,35%

Fonte: Autor **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financei-
ros; **desp.**= despesas. **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 91: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2006

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	637.295,00	1.245.287	1.882.582	14,17%
Alcoutim	74.035,06	198.103	272.139	7,61%
Aljezur	62.926,71	228.809	291.736	5,99%
Castro Marim	88.312,11	140.242	228.554	4,28%
Faro	1.353.509,45	2.177.976	3.531.486	27,50%
Lagoa	136.927,33	488.569	625.496	6,19%
Lagos	343.010,89	741.051	1.084.062	7,37%
Loulé	815.654,86	987.731	1.803.386	5,08%
Monchique	134.061,86	1.270.176	1.404.238	18,38%
Olhão	545.489,26	908.847	1.454.336	19,44%
Portimão	471.776,08	1.682.697	2.154.473	14,29%
S. Brás de Alportel	58.331,56	218.764	277.095	9,88%
Silves	327.002,00	377.926	704.928	4,63%
Tavira	862.997,00	1.164.975	2.027.972	14,59%
Vila do Bispo	23.763,14	158.347	182.110	3,96%
Vila Real de S.to António	196.166,42	255.955	452.121	9,08%
TOTAL	6.131.259	12.245.455	18.376.714	10,69%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 92: Valor das receitas correntes por município, ano de 2007 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rendim.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FEF	OE - FSM	OE - IRS	Total transferências OE			
Albufeira	49.847.548	6.688.784	11.608.617	132.065	68.277.014	3.478.529	556.767	1.095.877	5.131.173	1.667.488	6.798.661	75.075.675
Alcoutim	341.247	50.887	368.230	41.239	801.603	3.421.342	38.756	31.028	3.491.126	61.727	3.552.853	4.354.456
Aljezur	3.192.231	649.617	776.095	16.180	4.634.123	3.004.574	81.932	77.167	3.163.673	277.011	3.440.684	8.074.807
Castro Marim	4.156.214	3.380.419	1.489.570	59.839	9.086.042	2.105.087	74.409	107.162	2.286.658	285.651	2.572.309	11.658.351
Faro	16.890.584	3.151.686	1.352.082	48.033	21.442.385	1.717.692	728.973	2.934.918	5.381.583	1.292.110	6.673.693	28.116.078
Lagoa	19.893.074	2.635.151	7.027.408	31.919	29.587.552	2.220.500	305.911	561.476	3.087.887	714.020	3.801.907	33.389.459
Lagos	28.042.839	2.953.565	9.465.220	123.776	40.585.400	2.158.829	394.037	873.079	3.425.945	1.621.448	5.047.393	45.632.793
Loulé	77.679.299	8.611.489	7.135.875	211.900	93.638.564	4.513.307	902.125	1.951.323	7.366.755	2.339.978	9.706.733	103.345.297
Monchique	1.059.342	275.879	352.529	3.044	1.690.794	3.284.871	88.875	75.404	3.449.150	551.970	4.001.120	5.691.914
Olhão	9.488.648	3.410.858	4.783.686	1.100.389	18.783.580	3.001.216	606.026	906.530	4.513.772	862.722	5.376.494	24.160.075
Portimão	31.949.212	5.090.335	1.732.559	331.422	39.103.528	2.321.189	706.762	1.562.045	4.589.996	1.749.428	6.339.424	45.442.953
S. Brás de Alportel	2.555.194	946.209	1.256.572	23.811	4.781.786	1.727.600	137.863	265.642	2.131.105	587.262	2.718.367	7.500.153
Silves	13.557.368	3.328.664	3.874.379	622.626	21.383.036	3.708.227	450.396	632.235	4.790.858	1.354.935	6.145.793	27.528.830
Tavira	15.237.656	5.054.047	2.194.883	546.642	23.033.228	3.244.280	292.642	524.532	4.061.454	1.133.573	5.195.027	28.228.254
Vila do Bispo	5.673.308	179.456	1.594.470	15.363	7.462.597	1.980.117	72.172	90.421	2.142.710	127.614	2.270.324	9.732.921
Vila Real de S.to António	9.338.895	2.965.240	5.804.459	28.185	18.136.779	1.839.490	23.500	447.815	2.310.805	836.031	3.146.836	21.283.615
TOTAL	288.902.660	49.372.285	60.816.634	3.336.433	402.428.013	43.726.850	5.461.146	12.136.654	61.324.650	15.462.969	76.787.619	479.215.631

Adaptado de: DGAL, 2011d

rend. = rendimentos

APÊNDICE 93: Peso total por município dos fundos municipais (correntes) no total das transferências do OE, ano de 2007 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FEF	OE - FSM	OE - IRS	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	67,79%	10,85%	21,36%	6,83%
Alcoutim	98,00%	1,11%	0,89%	80,17%
Aljezur	94,97%	2,59%	2,44%	39,18%
Castro Marim	92,06%	3,25%	4,69%	19,61%
Faro	31,92%	13,55%	54,54%	19,14%
Lagoa	71,91%	9,91%	18,18%	9,25%
Lagos	63,01%	11,50%	25,48%	7,51%
Loulé	61,27%	12,25%	26,49%	7,13%
Monchique	95,24%	2,58%	2,19%	60,60%
Olhão	66,49%	13,43%	20,08%	18,68%
Portimão	50,57%	15,40%	34,03%	10,10%
S. Brás de Alportel	81,07%	6,47%	12,46%	28,41%
Silves	77,40%	9,40%	13,20%	17,40%
Tavira	79,88%	7,21%	12,91%	14,39%
Vila do Bispo	92,41%	3,37%	4,22%	22,02%
Vila Real de S.to António	79,60%	1,02%	19,38%	10,86%
TOTAL	71,30%	8,91%	19,79%	12,80%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FEF/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 94: Peso total por município de cada tipo de receita própria (corrente) no total das receitas próprias, ano de 2007 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	73,01%	9,80%	17,00%	0,19%	90,94%
Alcoutim	42,57%	6,35%	45,94%	5,14%	18,41%
Aljezur	68,89%	14,02%	16,75%	0,35%	57,39%
Castro Marim	45,74%	37,20%	16,39%	0,66%	77,94%
Faro	78,77%	14,70%	6,31%	0,22%	76,26%
Lagoa	67,23%	8,91%	23,75%	0,11%	88,61%
Lagos	69,10%	7,28%	23,32%	0,30%	88,94%
Loulé	82,96%	9,20%	7,62%	0,23%	90,61%
Monchique	62,65%	16,32%	20,85%	0,18%	29,71%
Olhão	50,52%	18,16%	25,47%	5,86%	77,75%
Portimão	81,70%	13,02%	4,43%	0,85%	86,05%
S. Brás de Alportel	53,44%	19,79%	26,28%	0,50%	63,76%
Silves	63,40%	15,57%	18,12%	2,91%	77,68%
Tavira	66,16%	21,94%	9,53%	2,37%	81,60%
Vila do Bispo	76,02%	2,40%	21,37%	0,21%	76,67%
Vila Real de S.to António	51,49%	16,35%	32,00%	0,16%	85,21%
TOTAL	71,79%	12,27%	15,11%	0,83%	83,98%

Fonte: Autor

rend. = rendimentos. Cálculo: Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 95: Valor por município das receitas de capital, ano de 2007 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FEF	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras trans-ferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	18.001	2.007.905	2.007.905	52.762	1.604.762	3.665.429	0	1.426.967	153.496	5.263.893
Alcoutim	313.524	2.280.895	2.280.895	1.492.965	0	3.773.860	0	0	1.153	4.088.537
Aljezur	158.610	2.003.049	2.003.049	2.674.706	44.607	4.722.362	272.430	1.630.000	17.551	6.800.952
Castro Marim	19.811	1.673.052	1.673.052	3.264.223	432.850	5.370.125	0	708.778	0	6.098.714
Faro	1.835.480	978.586	978.586	771.128	710.721	2.460.435	0	2.035.525	5.136	6.336.576
Lagoa	7.550	1.431.508	1.431.508	1.534.813	265.370	3.231.691	0	342.440	55.404	3.637.085
Lagos	400.732	1.439.219	1.439.219	2.661.910	1.137.642	5.238.771	85	1.359.252	0	6.998.840
Loulé	0	2.864.761	2.864.761	0	2.591.064	5.455.825	0	100.000	32.278	5.588.103
Monchique	0	2.180.165	2.180.165	1.820.060	279.723	4.279.949	0	0	3.308	4.283.256
Olhão	1.412.768	2.000.811	2.000.811	3.165.552	6.138.559	11.304.922	0	8.006.534	0	20.724.224
Portimão	305.792	1.432.955	1.432.955	2.128.046	231.651	3.792.652	83.937	2.160.208	0	6.342.590
S. Brás de Alportel	346.610	1.129.285	1.129.285	843.513	184.438	2.157.236	0	0	0	2.503.847
Silves	63.000	2.409.570	2.409.570	3.242.550	902.233	6.554.353	0	0	0	6.617.353
Tavira	331.926	2.115.058	2.115.058	2.069.914	558.390	4.743.362	4.587	90.777	0	5.170.651
Vila do Bispo	0	1.310.549	1.310.549	1.287.537	274.541	2.872.627	0	2.370	0	2.874.997
Vila Real de S.to António	1.510.470	1.247.110	1.247.110	4.451.554	2.162	5.700.826	0	0	300.000	7.511.296
TOTAL	6.724.273	28.504.478	28.504.478	31.461.232	15.358.714	75.324.424	361.039	17.862.851	568.326	100.840.914

Adaptado de: DGAL, 2011d

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; **transf.**= transferências

APÊNDICE 96: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2007 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	38,14%	0,34%	1,00%	27,11%
Alcoutim	55,79%	7,67%	36,52%	0,00%
Aljezur	29,45%	2,33%	39,33%	23,97%
Castro Marim	27,43%	0,32%	53,52%	11,62%
Faro	15,44%	28,97%	12,17%	32,12%
Lagoa	39,36%	0,21%	42,20%	9,42%
Lagos	20,56%	5,73%	38,03%	19,42%
Loulé	51,27%	0,00%	0,00%	1,79%
Monchique	50,90%	0,00%	42,49%	0,00%
Olhão	9,65%	6,82%	15,27%	38,63%
Portimão	22,59%	4,82%	33,55%	34,06%
S. Brás de Alportel	45,10%	13,84%	33,69%	0,00%
Silves	36,41%	0,95%	49,00%	0,00%
Tavira	40,91%	6,42%	40,03%	1,76%
Vila do Bispo	45,58%	0,00%	44,78%	0,08%
Vila Real de S.to António	16,60%	20,11%	59,26%	0,00%
TOTAL	28,27%	6,67%	31,20%	17,71%

Fonte: Autor

Estado - Part. Com. Proj. = Estado - Participação Comunitária em Projetos. **Cálculo:** Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 97: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2007

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	54.147.474	11.626.617	2.674.419	68.448.511	85,20%
Alcoutim	370.772	681.754	63.754	1.116.279	13,22%
Aljezur	3.471.162	934.705	676.847	5.082.714	34,17%
Castro Marim	7.449.513	1.509.381	146.959	9.105.853	51,28%
Faro	18.357.743	3.187.562	1.737.696	23.283.001	67,58%
Lagoa	21.412.827	7.034.958	1.202.721	29.650.506	80,08%
Lagos	30.064.903	9.865.952	1.055.362	40.986.217	77,87%
Loulé	80.650.760	7.135.875	5.884.207	93.670.842	85,99%
Monchique	1.093.740	352.529	247.833	1.694.102	16,98%
Olhão	12.648.732	6.196.454	1.351.163	20.196.348	45,00%
Portimão	35.454.358	2.038.351	2.000.549	39.493.258	76,26%
S. Brás de Alportel	3.091.294	1.603.182	433.921	5.128.397	51,26%
Silves	15.533.796	3.937.379	1.974.861	21.446.036	62,81%
Tavira	19.808.816	2.526.809	1.034.116	23.369.740	69,97%
Vila do Bispo	5.812.558	1.594.470	55.569	7.462.597	59,19%
Vila Real de S.to António	11.919.953	7.314.929	712.367	19.947.249	69,27%
TOTAL	321.288.399	67.540.907	21.252.345	410.081.651	70,70%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculo: **Receitas próprias** = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas; **Receitas fiscais** = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 98: Valor das despesas correntes por município, ano de 2007 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	18.040.983	27.637.466	877.638	3.109.489	2.257.072	51.922.648
Alcoutim	2.327.969	1.531.144	111.993	325.237	86.586	4.382.929
Aljezur	2.994.436	2.513.327	125.624	1.093.951	62.878	6.790.216
Castro Marim	2.754.221	3.820.887	158.139	623.543	47.542	7.404.332
Faro	12.267.740	6.665.381	1.750.891	3.374.280	60.685	24.118.978
Lagoa	7.717.817	13.043.913	175.413	2.156.893	475.629	23.569.665
Lagos	12.157.608	15.723.695	498.833	2.758.503	1.451.145	32.589.785
Loulé	22.634.496	29.977.705	1.088.748	4.295.891	2.427.886	60.424.726
Monchique	2.840.582	1.409.628	131.614	53.930	17.338	4.453.092
Olhão	8.465.611	10.789.623	569.177	1.106.096	1.175.674	22.106.181
Portimão	11.883.787	13.758.209	737.847	3.002.825	9.376.748	38.759.415
S. Brás de Alportel	3.026.381	3.045.970	75.691	469.573	140.049	6.757.663
Silves	9.782.956	8.589.184	441.814	1.559.687	2.861.008	23.234.648
Tavira	7.282.645	6.398.071	747.548	1.634.352	1.843.945	17.906.562
Vila do Bispo	3.185.438	2.987.077	20.555	598.378	136.086	6.927.534
Vila Real de S.to António	6.679.858	12.344.887	271.561	3.119.993	449.281	22.865.580
TOTAL	134.042.529	160.236.169	7.783.086	29.282.621	22.869.550	354.213.955

Adaptado de: DGAL, 2011d

APÊNDICE 99: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2007 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	34,75%	53,23%	1,69%	5,99%	4,35%
Alcoutim	53,11%	34,93%	2,56%	7,42%	1,98%
Aljezur	44,10%	37,01%	1,85%	16,11%	0,93%
Castro Marim	37,20%	51,60%	2,14%	8,42%	0,64%
Faro	50,86%	27,64%	7,26%	13,99%	0,25%
Lagoa	32,74%	55,34%	0,74%	9,15%	2,02%
Lagos	37,30%	48,25%	1,53%	8,46%	4,45%
Loulé	37,46%	49,61%	1,80%	7,11%	4,02%
Monchique	63,79%	31,66%	2,96%	1,21%	0,39%
Olhão	38,30%	48,81%	2,57%	5,00%	5,32%
Portimão	30,66%	35,50%	1,90%	7,75%	24,19%
S. Brás de Alportel	44,78%	45,07%	1,12%	6,95%	2,07%
Silves	42,11%	36,97%	1,90%	6,71%	12,31%
Tavira	40,67%	35,73%	4,17%	9,13%	10,30%
Vila do Bispo	45,98%	43,12%	0,30%	8,64%	1,96%
Vila Real de S.to António	29,21%	53,99%	1,19%	13,64%	1,96%
TOTAL	37,84%	45,24%	2,20%	8,27%	6,46%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 100: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2007 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habituação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	26.570	875.286	1.910.033	4.687.120	1.102.475	1.255.093	1.854.275	4.035.174	15.746.027	508.357	0	1.206.713	26.543	17.487.640
Alcoutim	74.561	0	1.554.634	13.156	246.554	339.190	149.427	1.042.226	3.419.747	339.826	0	364.957	0	4.124.530
Aljezur	803.633	111.037	1.049.644	997.435	1.364.617	63.863	579.632	2.253.638	7.223.498	644.983	0	233.905	6.839	8.109.226
Castro Marim	148.385	262.976	1.275.386	726.662	329.912	0	143.761	4.013.789	6.900.871	148.105	0	179.023	0	7.227.999
Faro	81.995	373.928	0	1.940.345	3.044.493	433.046	485.055	768.646	7.127.509	1.231.647	140.263	3.175.320	0	11.674.738
Lagoa	132.786	420.874	1.347.849	1.515.677	1.002.364	782.791	1.503.974	2.023.595	8.729.910	1.292.139	0	506.921	56.846	10.585.816
Lagos	532.691	1.912.769	120.275	4.676.818	3.855.209	1.550.198	1.216.710	1.537.285	15.401.955	1.947.441	200.000	717.677	136.133	18.403.206
Loulé	220.898	2.015.155	6.243.429	4.758.192	4.434.272	3.758.920	3.001.804	5.852.069	30.284.738	5.919.157	0	1.344.582	1.178	37.549.655
Monchique	67.185	813.434	402.339	1.237.721	253.181	408.250	121.436	422.278	3.725.824	453.143	0	1.058.873	358.483	5.596.323
Olhão	12.578.278	630.054	241.064	3.772.366	2.063.067	648.168	471.023	1.067.435	21.471.455	363.407	0	847.720	27.280	22.709.861
Portimão	192.911	1.562.049	0	1.209.227	867.118	3.103.293	2.672.713	1.838.503	11.445.815	803.182	0	3.084.607	4.220	15.337.824
S. Brás de Alportel	16.650	10.417	31.670	220.771	1.250.736	371.997	297.201	426.588	2.626.030	78.945	0	212.539	0	2.917.514
Silves	12.915	830.690	1.683.747	2.825.558	772.678	1.568.391	703.000	2.031.336	10.428.315	71.643	0	476.660	0	10.976.618
Tavira	895.796	877.503	35.010	2.642.584	2.872.354	1.829.151	951.655	1.164.182	11.268.237	1.327.876	1.000	1.189.124	0	13.786.236
Vila do Bispo	153.143	12.789	193.875	1.890.403	139.063	510.125	257.506	406.803	3.563.707	234.534	0	144.886	0	3.943.127
Vila Real de S.to António	1.085.035	2.805	424.932	2.909.835	1.579.306	569.969	428.556	707.729	7.708.166	146.982	2.123.740	243.121	0	10.222.009
TOTAL	17.023.432	10.711.765	16.513.886	36.023.873	25.177.400	17.192.445	14.837.728	29.591.276	167.071.804	15.511.366	2.465.003	14.986.628	617.522	200.652.323

Adaptado de: DGAL, 2011d

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 101: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2007 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Peso Invest. município/Total Invest.
Albufeira	0,17%	5,56%	12,13%	29,77%	7,00%	7,97%	11,78%	25,63%	9,42%
Alcoutim	2,18%	0,00%	45,46%	0,38%	7,21%	9,92%	4,37%	30,48%	2,05%
Aljezur	11,13%	1,54%	14,53%	13,81%	18,89%	0,88%	8,02%	31,20%	4,32%
Castro Marim	2,15%	3,81%	18,48%	10,53%	4,78%	0,00%	2,08%	58,16%	4,13%
Faro	1,15%	5,25%	0,00%	27,22%	42,71%	6,08%	6,81%	10,78%	4,27%
Lagoa	1,52%	4,82%	15,44%	17,36%	11,48%	8,97%	17,23%	23,18%	5,23%
Lagos	3,46%	12,42%	0,78%	30,37%	25,03%	10,06%	7,90%	9,98%	9,22%
Loulé	0,73%	6,65%	20,62%	15,71%	14,64%	12,41%	9,91%	19,32%	18,13%
Monchique	1,80%	21,83%	10,80%	33,22%	6,80%	10,96%	3,26%	11,33%	2,23%
Olhão	58,58%	2,93%	1,12%	17,57%	9,61%	3,02%	2,19%	4,97%	12,85%
Portimão	1,69%	13,65%	0,00%	10,56%	7,58%	27,11%	23,35%	16,06%	6,85%
S. Brás de Alportel	0,63%	0,40%	1,21%	8,41%	47,63%	14,17%	11,32%	16,24%	1,57%
Silves	0,12%	7,97%	16,15%	27,10%	7,41%	15,04%	6,74%	19,48%	6,24%
Tavira	7,95%	7,79%	0,31%	23,45%	25,49%	16,23%	8,45%	10,33%	6,74%
Vila do Bispo	4,30%	0,36%	5,44%	53,05%	3,90%	14,31%	7,23%	11,42%	2,13%
Vila Real de S.to António	14,08%	0,04%	5,51%	37,75%	20,49%	7,39%	5,56%	9,18%	4,61%
TOTAL	10,19%	6,41%	9,88%	21,56%	15,07%	10,29%	8,88%	17,71%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimento. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 102: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2007 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	90,04%	2,91%	0,00%	6,90%	0,15%
Alcoutim	82,91%	8,24%	0,00%	8,85%	0,00%
Aljezur	89,08%	7,95%	0,00%	2,88%	0,08%
Castro Marim	95,47%	2,05%	0,00%	2,48%	0,00%
Faro	61,05%	10,55%	1,20%	27,20%	0,00%
Lagoa	82,47%	12,21%	0,00%	4,79%	0,54%
Lagos	83,69%	10,58%	1,09%	3,90%	0,74%
Loulé	80,65%	15,76%	0,00%	3,58%	0,00%
Monchique	66,58%	8,10%	0,00%	18,92%	6,41%
Olhão	94,55%	1,60%	0,00%	3,73%	0,12%
Portimão	74,62%	5,24%	0,00%	20,11%	0,03%
S. Brás de Alportel	90,01%	2,71%	0,00%	7,28%	0,00%
Silves	95,00%	0,65%	0,00%	4,34%	0,00%
Tavira	81,74%	9,63%	0,01%	8,63%	0,00%
Vila do Bispo	90,38%	5,95%	0,00%	3,67%	0,00%
Vila Real de S.to António	75,41%	1,44%	20,78%	2,38%	0,00%
TOTAL	83,26%	7,73%	1,23%	7,47%	0,31%

Fonte: Autor

investim.= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas. **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 103: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2007

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	877.637,71	1.206.713	2.084.350	3,00%
Alcoutim	111.992,77	364.957	476.950	5,61%
Aljezur	125.624,49	233.905	359.529	2,41%
Castro Marim	158.138,92	179.023	337.162	2,30%
Faro	1.750.891,39	3.175.320	4.926.211	13,76%
Lagoa	175.412,97	506.921	682.334	2,00%
Lagos	498.833,48	717.677	1.216.510	2,39%
Loulé	1.088.747,50	1.344.582	2.433.330	2,48%
Monchique	131.614,30	1.058.873	1.190.487	11,85%
Olhão	569.176,81	847.720	1.416.896	3,16%
Portimão	737.847,22	3.084.607	3.822.454	7,07%
S. Brás de Alportel	75.691,17	212.539	288.230	2,98%
Silves	441.814,06	476.660	918.474	2,68%
Tavira	747.548,04	1.189.124	1.936.672	6,11%
Vila do Bispo	20.554,53	144.886	165.441	1,52%
Vila Real de S.to António	271.561,02	243.121	514.682	1,56%
TOTAL	7.783.086	14.986.628	22.769.714	4,10%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 104: Valor das receitas correntes por município, ano de 2008 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rendim.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FEF	OE - FSM	OE - IRS	Total transferências OE			
Albufeira	45.073.146	6.188.345	13.345.740	131.405	64.738.637	3.114.320	667.028	1.171.183	4.952.531	1.550.094	6.502.625	71.241.262
Alcoutim	251.618	71.616	366.912	9.125	699.272	3.595.744	30.158	37.558	3.663.460	165.979	3.829.439	4.528.711
Aljezur	2.657.069	543.664	1.046.669	8.610	4.256.014	2.994.258	80.399	95.893	3.170.550	164.022	3.334.572	7.590.586
Castro Marim	4.112.841	265.700	1.719.851	102.149	6.200.541	2.683.635	98.506	164.369	2.946.510	243.089	3.189.599	9.390.140
Faro	15.772.235	4.173.942	1.682.687	114.125	21.742.988	1.866.442	831.444	3.309.869	6.007.755	1.075.904	7.083.659	28.826.647
Lagoa	16.461.978	3.045.671	7.443.759	32.718	26.984.126	2.142.312	344.609	791.123	3.278.044	381.481	3.659.525	30.643.651
Lagos	24.317.062	3.456.866	8.972.261	208.037	36.954.226	1.890.671	430.484	1.040.303	3.361.458	1.778.331	5.139.789	42.094.016
Loulé	65.054.440	10.225.549	7.506.962	241.298	83.028.249	4.643.215	1.050.225	2.372.734	8.066.174	2.205.814	10.271.988	93.300.237
Monchique	1.141.491	489.304	350.684	3.450	1.984.929	3.767.604	84.082	84.699	3.936.385	163.561	4.099.946	6.084.875
Olhão	9.358.020	2.600.777	5.006.720	637.284	17.602.800	3.161.105	634.093	937.710	4.732.908	898.207	5.631.115	23.233.915
Portimão	28.910.743	6.366.213	1.350.183	415.676	37.042.816	2.171.884	802.848	1.849.321	4.824.053	1.411.343	6.235.396	43.278.211
S. Brás de Alportel	2.792.789	1.092.224	1.565.575	39.338	5.489.927	2.111.720	167.106	318.719	2.597.545	364.944	2.962.489	8.452.416
Silves	13.720.835	3.189.471	4.394.224	876.529	22.181.059	4.232.278	501.160	732.456	5.465.894	938.375	6.404.269	28.585.328
Tavira	13.038.313	3.588.708	2.168.714	648.382	19.444.117	3.562.154	314.582	676.013	4.552.749	829.904	5.382.653	24.826.770
Vila do Bispo	4.306.180	192.475	1.928.008	20.852	6.447.515	2.156.558	77.851	95.075	2.329.484	150.309	2.479.793	8.927.308
Vila Real de S.to António	8.368.405	12.777.123	6.612.752	45.884	27.804.165	1.728.470	297.442	447.369	2.473.281	908.236	3.381.517	31.185.682
TOTAL	255.337.167	58.267.651	65.461.701	3.534.862	382.601.380	45.822.370	6.412.017	14.124.394	66.358.781	13.229.592	79.588.373	462.189.753

Adaptado de: DGAL, 2011d

rend. = rendimentos

APÊNDICE 105: Peso total por município dos fundos municipais no total das transferências do OE, ano de 2008 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FEF	OE - FSM	OE - IRS	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	62,88%	13,47%	23,65%	6,95%
Alcoutim	98,15%	0,82%	1,03%	80,89%
Aljezur	94,44%	2,54%	3,02%	41,77%
Castro Marim	91,08%	3,34%	5,58%	31,38%
Faro	31,07%	13,84%	55,09%	20,84%
Lagoa	65,35%	10,51%	24,13%	10,70%
Lagos	56,25%	12,81%	30,95%	7,99%
Loulé	57,56%	13,02%	29,42%	8,65%
Monchique	95,71%	2,14%	2,15%	64,69%
Olhão	66,79%	13,40%	19,81%	20,37%
Portimão	45,02%	16,64%	38,34%	11,15%
S. Brás de Alportel	81,30%	6,43%	12,27%	30,73%
Silves	77,43%	9,17%	13,40%	19,12%
Tavira	78,24%	6,91%	14,85%	18,34%
Vila do Bispo	92,58%	3,34%	4,08%	26,09%
Vila Real de S.to António	69,89%	12,03%	18,09%	7,93%
TOTAL	69,05%	9,66%	21,28%	14,36%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FEF/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 106: Peso total por município de cada tipo de receita própria (corrente) no total das receitas próprias, ano de 2008 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	69,62%	9,56%	20,61%	0,20%	90,87%
Alcoutim	35,98%	10,24%	52,47%	1,30%	15,44%
Aljezur	62,43%	12,77%	24,59%	0,20%	56,07%
Castro Marim	66,33%	4,29%	27,74%	1,65%	66,03%
Faro	72,54%	19,20%	7,74%	0,52%	75,43%
Lagoa	61,01%	11,29%	27,59%	0,12%	88,06%
Lagos	65,80%	9,35%	24,28%	0,56%	87,79%
Loulé	78,35%	12,32%	9,04%	0,29%	88,99%
Monchique	57,51%	24,65%	17,67%	0,17%	32,62%
Olhão	53,16%	14,77%	28,44%	3,62%	75,76%
Portimão	78,05%	17,19%	3,64%	1,12%	85,59%
S. Brás de Alportel	50,87%	19,90%	28,52%	0,72%	64,95%
Silves	61,86%	14,38%	19,81%	3,95%	77,60%
Tavira	67,06%	18,46%	11,15%	3,33%	78,32%
Vila do Bispo	66,79%	2,99%	29,90%	0,32%	72,22%
Vila Real de S.to António	30,10%	45,95%	23,78%	0,17%	89,16%
TOTAL	66,74%	15,23%	17,11%	0,92%	82,78%

Fonte: Autor

rend. = rendimentos. Cálculo: Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 107: Valor por município das receitas de capital, ano de 2008 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FEF	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras transferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	74.855	2.076.214	2.076.214	1.961.194	4.613	4.042.022	0	3.033	10.715	4.130.624
Alcoutim	13.653	2.397.162	2.397.162	3.144.925	3.650	5.545.737	0	0	63.445	5.622.835
Aljezur	99.535	1.996.172	1.996.172	2.114.755	455.611	4.566.539	0	600.000	10.848	5.276.921
Castro Marim	18.252	1.789.088	1.789.088	1.743.356	553.242	4.085.687	0	0	0	4.103.939
Faro	118.334	1.005.007	1.005.007	2.743.199	188.939	3.937.145	0	3.934.745	4.906	7.995.130
Lagoa	106.886	1.428.208	1.428.208	495.255	43.619	1.967.082	0	150.952	0	2.224.920
Lagos	269.096	1.260.448	1.260.448	755.042	353.790	2.369.280	0	0	0	2.638.376
Loulé	392.351	3.095.476	3.095.476	2.762.680	1.950.218	7.808.374	0	0	0	8.200.725
Monchique	0	2.511.736	2.511.736	606.668	150.221	3.268.625	0	0	0	3.268.625
Olhão	588.430	2.107.404	2.107.404	1.774.260	18.334	3.899.998	0	0	2.880	4.491.308
Portimão	390.923	1.447.922	1.447.922	3.264.449	0	4.712.371	77.238	10.901.238	64.349	16.146.119
S. Brás de Alportel	841.219	1.137.080	1.137.080	696.846	103.952	1.937.877	0	981.120	0	3.760.216
Silves	46.000	2.821.518	2.821.518	984.314	814.969	4.620.801	0	0	0	4.666.801
Tavira	197.637	2.374.769	2.374.769	2.806.526	553.554	5.734.848	2.502	0	2.264	5.937.252
Vila do Bispo	0	1.437.705	1.437.705	302.437	790	1.740.931	0	82.238	0	1.823.169
Vila Real de S.to António	248.586	1.152.313	1.152.313	1.750.243	0	2.902.556	0	3.045.000	146.863	6.343.005
TOTAL	3.405.757	30.038.222	30.038.222	27.906.150	5.195.501	63.139.873	79.740	19.698.326	306.270	86.629.965

Adaptado de: DGAL, 2011d

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; **transf.**= transferências

APÊNDICE 108: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2008 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	50,26%	1,81%	47,48%	0,07%
Alcoutim	42,63%	0,24%	55,93%	0,00%
Aljezur	37,83%	1,89%	40,08%	11,37%
Castro Marim	43,59%	0,44%	42,48%	0,00%
Faro	12,57%	1,48%	34,31%	49,21%
Lagoa	64,19%	4,80%	22,26%	6,78%
Lagos	47,77%	10,20%	28,62%	0,00%
Loulé	37,75%	4,78%	33,69%	0,00%
Monchique	76,84%	0,00%	18,56%	0,00%
Olhão	46,92%	13,10%	39,50%	0,00%
Portimão	8,97%	2,42%	20,22%	67,52%
S. Brás de Alportel	30,24%	22,37%	18,53%	26,09%
Silves	60,46%	0,99%	21,09%	0,00%
Tavira	40,00%	3,33%	47,27%	0,00%
Vila do Bispo	78,86%	0,00%	16,59%	4,51%
Vila Real de S.to António	18,17%	3,92%	27,59%	48,01%
TOTAL	34,67%	3,93%	32,21%	22,74%

Fonte: Autor

Part. Com. Proj. = Participação Comunitária em Projetos. **Cálculo:** Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 109: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2008

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	48.390.160	13.420.595	3.013.451	64.824.206	86,01%
Alcoutim	270.324	380.566	125.480	776.370	7,65%
Aljezur	2.857.350	1.146.205	362.842	4.366.396	33,93%
Castro Marim	4.234.273	1.738.103	246.417	6.218.793	46,09%
Faro	16.730.912	1.801.021	3.334.295	21.866.229	59,38%
Lagoa	18.080.667	7.550.645	1.459.700	27.091.012	82,42%
Lagos	27.191.064	9.241.357	790.902	37.223.322	83,21%
Loulé	68.369.051	7.899.313	7.152.236	83.420.600	82,19%
Monchique	1.179.252	350.684	454.993	1.984.929	21,22%
Olhão	11.765.039	5.595.150	833.921	18.194.110	65,62%
Portimão	33.257.423	1.741.106	2.576.796	37.575.325	63,23%
S. Brás de Alportel	3.364.078	2.406.794	560.274	6.331.146	51,84%
Silves	15.056.391	4.440.224	2.730.445	22.227.059	66,84%
Tavira	16.029.381	2.366.351	1.250.788	19.646.521	63,86%
Vila do Bispo	4.429.493	1.928.008	90.014	6.447.515	59,97%
Vila Real de S.to António	10.530.084	6.861.339	10.808.192	28.199.614	75,14%
TOTAL	281.734.942	68.867.458	35.790.747	386.393.147	70,40%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculo: **Receitas próprias** = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas; **Receitas fiscais** = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 110: Valor das despesas correntes por município, ano de 2008 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	18.750.522	34.080.485	978.278	3.743.473	2.566.541	60.119.299
Alcoutim	2.397.925	1.801.360	97.986	314.383	89.402	4.701.055
Aljezur	3.081.268	2.543.466	190.921	1.194.692	137.619	7.147.966
Castro Marim	2.925.596	4.546.389	186.144	661.118	81.885	8.401.131
Faro	12.749.831	7.433.234	2.015.138	3.354.993	323.626	25.876.823
Lagoa	8.013.277	14.060.099	214.125	2.173.725	922.019	25.383.245
Lagos	12.562.289	16.738.640	661.979	3.707.121	3.379.188	37.049.217
Loulé	24.522.409	32.126.830	1.375.619	5.630.883	3.394.381	67.050.123
Monchique	2.910.025	1.562.104	183.184	69.816	41.120	4.766.249
Olhão	8.626.520	7.649.160	893.724	1.103.981	1.324.641	19.598.026
Portimão	12.181.038	13.474.806	1.095.560	4.333.222	8.281.598	39.366.224
S. Brás de Alportel	3.497.113	3.626.741	95.131	527.609	135.397	7.881.992
Silves	10.299.415	10.331.185	608.313	1.898.129	438.667	23.575.709
Tavira	8.013.115	6.298.368	897.725	1.756.287	1.442.466	18.407.960
Vila do Bispo	3.512.270	3.773.856	29.920	599.073	237.029	8.152.147
Vila Real de S.to António	7.178.394	8.522.806	381.484	3.325.902	3.453.864	22.862.451
TOTAL	141.221.008	168.569.529	9.905.232	34.394.406	26.249.443	380.339.617

Adaptado de: DGAL, 2011d

APÊNDICE 111: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2008 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	31,19%	56,69%	1,63%	6,23%	4,27%
Alcoutim	51,01%	38,32%	2,08%	6,69%	1,90%
Aljezur	43,11%	35,58%	2,67%	16,71%	1,93%
Castro Marim	34,82%	54,12%	2,22%	7,87%	0,97%
Faro	49,27%	28,73%	7,79%	12,97%	1,25%
Lagoa	31,57%	55,39%	0,84%	8,56%	3,63%
Lagos	33,91%	45,18%	1,79%	10,01%	9,12%
Loulé	36,57%	47,91%	2,05%	8,40%	5,06%
Monchique	61,05%	32,77%	3,84%	1,46%	0,86%
Olhão	44,02%	39,03%	4,56%	5,63%	6,76%
Portimão	30,94%	34,23%	2,78%	11,01%	21,04%
S. Brás de Alportel	44,37%	46,01%	1,21%	6,69%	1,72%
Silves	43,69%	43,82%	2,58%	8,05%	1,86%
Tavira	43,53%	34,22%	4,88%	9,54%	7,84%
Vila do Bispo	43,08%	46,29%	0,37%	7,35%	2,91%
Vila Real de S.to António	31,40%	37,28%	1,67%	14,55%	15,11%
TOTAL	37,13%	44,32%	2,60%	9,04%	6,90%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 112: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2008 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	29.653	1.684.652	2.687.622	4.650.920	1.029.995	1.321.783	2.462.910	4.282.018	18.149.553	1.702.446	179.522	1.271.285	0	21.302.805
Alcoutim	46.188	0	2.981.004	232.057	115.285	17.606	157.887	1.515.711	5.065.737	555.509	0	192.465	1.392	5.815.103
Aljezur	100.000	464.209	42.969	1.928.285	796.048	168.852	217.821	886.582	4.604.764	781.746	0	324.743	22.588	5.733.841
Castro Marim	1.927.057	660.361	1.505.376	3.069.996	52.428	2.656	488.253	1.168.721	8.874.848	325.108	0	174.893	0	9.374.848
Faro	62.638	987.102	0	2.353.865	1.401.018	250.300	171.011	2.606.697	7.832.632	1.035.564	0	2.281.264	0	11.149.460
Lagoa	0	461.812	912.796	2.003.289	3.559.298	606.952	1.432.073	1.937.942	10.914.162	1.146.373	0	472.360	6.475	12.539.370
Lagos	676.761	597.862	1.237.330	3.201.166	384.383	1.656.615	1.064.850	4.123.757	12.942.724	1.431.378	128.579	630.383	58.614	15.191.679
Loulé	174.682	2.788.900	4.897.799	6.844.506	1.569.295	5.189.418	3.608.035	4.662.746	29.735.381	7.658.296	0	1.381.228	138.580	38.913.485
Monchique	45.176	611.833	122.092	591.485	160.321	106.443	354.421	677.685	2.669.455	411.886	0	1.073.291	429.041	4.583.674
Olhão	215.973	191.324	119.093	490.496	2.786.447	514.261	915.731	1.549.523	6.782.847	434.693	0	1.117.851	0	8.335.391
Portimão	1.554.438	110.419	0	867.500	1.499.708	6.163.017	2.094.498	2.734.634	15.024.214	2.410.376	127.500	2.599.493	0	20.161.583
S. Brás de Alportel	1.824	5.273	129.432	1.098.447	2.299.478	471.531	286.676	704.669	4.997.331	56.410	0	215.946	3.216	5.272.904
Silves	9.776	904.209	945.260	1.933.058	598.049	800.186	1.373.715	2.107.643	8.671.895	252.896	228.463	494.100	0	9.647.355
Tavira	1.346.279	574.737	18.319	2.501.026	1.955.300	2.274.761	790.483	1.527.826	10.988.730	1.614.540	703.617	1.870.138	0	15.177.025
Vila do Bispo	54.073	201.661	193.266	2.478.740	48.632	204.893	186.489	617.422	3.985.175	173.224	0	82.270	0	4.240.669
Vila Real de S.to António	977.660	151.464	1.271.198	2.236.672	2.816.408	340.937	898.246	1.345.853	10.038.438	4.557.368	0	315.327	0	14.911.133
TOTAL	7.222.179	10.395.817	17.063.553	36.481.509	21.072.092	20.090.210	16.503.097	32.449.429	161.277.887	24.547.813	1.367.681	14.497.038	659.906	202.350.323

Adaptado de: DGAL, 2011d

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 113: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2008 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Invest. município/Total Invest.
Albufeira	0,16%	9,28%	14,81%	25,63%	5,68%	7,28%	13,57%	23,59%	11,25%
Alcoutim	0,91%	0,00%	58,85%	4,58%	2,28%	0,35%	3,12%	29,92%	3,14%
Aljezur	2,17%	10,08%	0,93%	41,88%	17,29%	3,67%	4,73%	19,25%	2,86%
Castro Marim	21,71%	7,44%	16,96%	34,59%	0,59%	0,03%	5,50%	13,17%	5,50%
Faro	0,80%	12,60%	0,00%	30,05%	17,89%	3,20%	2,18%	33,28%	4,86%
Lagoa	0,00%	4,23%	8,36%	18,35%	32,61%	5,56%	13,12%	17,76%	6,77%
Lagos	5,23%	4,62%	9,56%	24,73%	2,97%	12,80%	8,23%	31,86%	8,03%
Loulé	0,59%	9,38%	16,47%	23,02%	5,28%	17,45%	12,13%	15,68%	18,44%
Monchique	1,69%	22,92%	4,57%	22,16%	6,01%	3,99%	13,28%	25,39%	1,66%
Olhão	3,18%	2,82%	1,76%	7,23%	41,08%	7,58%	13,50%	22,84%	4,21%
Portimão	10,35%	0,73%	0,00%	5,77%	9,98%	41,02%	13,94%	18,20%	9,32%
S. Brás de Alportel	0,04%	0,11%	2,59%	21,98%	46,01%	9,44%	5,74%	14,10%	3,10%
Silves	0,11%	10,43%	10,90%	22,29%	6,90%	9,23%	15,84%	24,30%	5,38%
Tavira	12,25%	5,23%	0,17%	22,76%	17,79%	20,70%	7,19%	13,90%	6,81%
Vila do Bispo	1,36%	5,06%	4,85%	62,20%	1,22%	5,14%	4,68%	15,49%	2,47%
Vila Real de S.to António	9,74%	1,51%	12,66%	22,28%	28,06%	3,40%	8,95%	13,41%	6,22%
TOTAL	4,48%	6,45%	10,58%	22,62%	13,07%	12,46%	10,23%	20,12%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimento. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 114: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2008 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	85,20%	7,99%	0,84%	5,97%	0,00%
Alcoutim	87,11%	9,55%	0,00%	3,31%	0,02%
Aljezur	80,31%	13,63%	0,00%	5,66%	0,39%
Castro Marim	94,67%	3,47%	0,00%	1,87%	0,00%
Faro	70,25%	9,29%	0,00%	20,46%	0,00%
Lagoa	87,04%	9,14%	0,00%	3,77%	0,05%
Lagos	85,20%	9,42%	0,85%	4,15%	0,39%
Loulé	76,41%	19,68%	0,00%	3,55%	0,36%
Monchique	58,24%	8,99%	0,00%	23,42%	9,36%
Olhão	81,37%	5,22%	0,00%	13,41%	0,00%
Portimão	74,52%	11,96%	0,63%	12,89%	0,00%
S. Brás de Alportel	94,77%	1,07%	0,00%	4,10%	0,06%
Silves	89,89%	2,62%	2,37%	5,12%	0,00%
Tavira	72,40%	10,64%	4,64%	12,32%	0,00%
Vila do Bispo	93,98%	4,08%	0,00%	1,94%	0,00%
Vila Real de S.to António	67,32%	30,56%	0,00%	2,11%	0,00%
TOTAL	79,70%	12,13%	0,68%	7,16%	0,33%

Fonte: Autor. **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas. **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 115: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2008

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	978.278,06	1.271.285	2.249.563	2,76%
Alcoutim	97.985,81	192.465	290.451	2,76%
Aljezur	190.921,22	324.743	515.664	4,00%
Castro Marim	186.143,58	174.893	361.036	2,03%
Faro	2.015.137,81	2.281.264	4.296.402	11,60%
Lagoa	214.125,40	472.360	686.486	1,81%
Lagos	661.979,41	630.383	1.292.363	2,47%
Loulé	1.375.619,37	1.381.228	2.756.848	2,60%
Monchique	183.183,91	1.073.291	1.256.475	13,44%
Olhão	893.724,13	1.117.851	2.011.575	7,20%
Portimão	1.095.560,20	2.599.493	3.695.053	6,21%
S. Brás de Alportel	95.131,34	215.946	311.078	2,36%
Silves	608.312,55	494.100	1.102.413	3,32%
Tavira	897.724,64	1.870.138	2.767.863	8,24%
Vila do Bispo	29.920,04	82.270	112.190	0,91%
Vila Real de S.to António	381.484,06	315.327	696.811	1,84%
TOTAL	9.905.232	14.497.038	24.402.269	4,19%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 116: Valor das receitas correntes por município, ano de 2009 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rendim.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Total receitas próprias	Fundos municipais - transferências do OE				Outras transferências correntes	Total transferências correntes	Total receitas correntes
						OE - FEF	OE - FSM	OE - IRS	Total transferências OE			
Albufeira	38.324.867	3.894.414	12.665.167	397.554	55.282.002	2.561.669	794.273	1.290.870	4.646.812	3.906.996	8.553.808	63.835.809
Alcoutim	282.431	36.242	480.754	3.454	802.881	3.773.654	32.713	0	3.806.367	91.998	3.898.365	4.701.246
Aljezur	2.314.017	622.104	1.144.864	109.846	4.190.830	2.977.883	84.441	119.142	3.181.466	252.352	3.433.818	7.624.649
Castro Marim	4.064.313	194.303	1.517.476	117.237	5.893.329	2.321.009	97.573	0	2.418.582	241.176	2.659.758	8.553.087
Faro	16.130.071	3.229.370	1.360.954	525.471	21.245.866	1.790.089	991.994	3.617.423	6.399.506	4.438.861	10.838.367	32.084.233
Lagoa	12.472.680	2.577.937	6.941.223	23.196	22.015.035	1.827.744	387.162	1.037.537	3.252.443	541.118	3.793.561	25.808.596
Lagos	17.544.089	2.336.918	11.253.449	91.385	31.225.841	1.594.682	504.919	1.228.089	3.327.690	1.729.264	5.056.954	36.282.795
Loulé	57.384.337	9.178.751	7.047.058	695.199	74.305.345	4.247.642	1.171.551	1.746.418	7.165.611	2.381.853	9.547.464	83.852.809
Monchique	830.910	367.571	342.831	155.492	1.696.803	3.944.385	96.619	99.933	4.140.937	663.446	4.804.383	6.501.186
Olhão	7.468.552	1.913.140	5.258.180	1.212.356	15.852.229	3.193.164	717.563	685.695	4.596.422	4.022.315	8.618.737	24.470.966
Portimão	22.275.130	5.560.055	2.264.686	500.769	30.600.639	1.801.177	935.593	2.020.405	4.757.175	5.814.329	10.571.504	41.172.143
S. Brás de Alportel	2.304.872	859.315	1.770.355	134.010	5.068.552	2.200.066	189.101	347.538	2.736.705	1.020.605	3.757.310	8.825.862
Silves	11.932.757	3.713.260	5.676.891	898.412	22.221.319	4.347.229	572.324	884.077	5.803.630	2.749.699	8.553.329	30.774.649
Tavira	10.969.263	2.226.078	2.352.525	364.665	15.912.531	3.537.273	366.248	862.366	4.765.887	2.667.127	7.433.014	23.345.545
Vila do Bispo	2.688.559	137.138	1.914.399	15.182	4.755.278	2.127.350	86.088	135.518	2.348.956	211.092	2.560.048	7.315.326
Vila Real de S.to António	6.584.133	1.414.852	7.395.477	52.977	15.447.439	1.556.950	348.367	500.670	2.405.987	693.071	3.099.058	18.546.497
TOTAL	213.570.981	38.261.445	69.386.288	5.297.206	326.515.920	43.801.966	7.376.529	14.575.681	65.754.176	31.425.302	97.179.478	423.695.398

Adaptado de: DGAL, 2011d

rend. = rendimentos

APÊNDICE 117: Peso total por município dos fundos municipais (correntes) no total das transferências do OE, ano de 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	OE - FEF	OE - FSM	OE - IRS	Transferências OE/Total receitas correntes
Albufeira	55,13%	17,09%	27,78%	7,28%
Alcoutim	99,14%	0,86%	0,00%	80,97%
Aljezur	93,60%	2,65%	3,74%	41,73%
Castro Marim	95,97%	4,03%	0,00%	28,28%
Faro	27,97%	15,50%	56,53%	19,95%
Lagoa	56,20%	11,90%	31,90%	12,60%
Lagos	47,92%	15,17%	36,91%	9,17%
Loulé	59,28%	16,35%	24,37%	8,55%
Monchique	95,25%	2,33%	2,41%	63,70%
Olhão	69,47%	15,61%	14,92%	18,78%
Portimão	37,86%	19,67%	42,47%	11,55%
S. Brás de Alportel	80,39%	6,91%	12,70%	31,01%
Silves	74,91%	9,86%	15,23%	18,86%
Tavira	74,22%	7,68%	18,09%	20,41%
Vila do Bispo	90,57%	3,66%	5,77%	32,11%
Vila Real de S.to António	64,71%	14,48%	20,81%	12,97%
TOTAL	66,61%	11,22%	22,17%	15,52%

Fonte: Autor.

Cálculo: OE – FEF/total transferências OE; (...)

APÊNDICE 118: Peso total por município de cada tipo de receita própria no total das receitas próprias, ano de 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Impostos diretos	Impostos indiretos, taxas e rend.	Venda bens e serviços correntes	Outras receitas correntes	Receitas próprias/Total receitas correntes
Albufeira	69,33%	7,04%	22,91%	0,72%	86,60%
Alcoutim	35,18%	4,51%	59,88%	0,43%	17,08%
Aljezur	55,22%	14,84%	27,32%	2,62%	54,96%
Castro Marim	68,96%	3,30%	25,75%	1,99%	68,90%
Faro	75,92%	15,20%	6,41%	2,47%	66,22%
Lagoa	56,66%	11,71%	31,53%	0,11%	85,30%
Lagos	56,18%	7,48%	36,04%	0,29%	86,06%
Loulé	77,23%	12,35%	9,48%	0,94%	88,61%
Monchique	48,97%	21,66%	20,20%	9,16%	26,10%
Olhão	47,11%	12,07%	33,17%	7,65%	64,78%
Portimão	72,79%	18,17%	7,40%	1,64%	74,32%
S. Brás de Alportel	45,47%	16,95%	34,93%	2,64%	57,43%
Silves	53,70%	16,71%	25,55%	4,04%	72,21%
Tavira	68,93%	13,99%	14,78%	2,29%	68,16%
Vila do Bispo	56,54%	2,88%	40,26%	0,32%	65,00%
Vila Real de S.to António	42,62%	9,16%	47,88%	0,34%	83,29%
TOTAL	65,41%	11,72%	21,25%	1,62%	77,06%

Fonte: Autor

rend. = rendimentos. Cálculo: Impostos diretos/total receitas próprias; (...)

APÊNDICE 119: Valor por município das receitas de capital, ano de 2009 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Venda bens investimento	OE - FEF	Total fundos OE	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Outras trans-ferências capital	Total transf. Capital	Ativos financeiros	Passivos financeiros	Outras receitas capital	Total receitas capital
Albufeira	283.049	1.707.779	1.707.779	598.619	37.561	2.343.958	0	12.269.932	2.942	14.899.881
Alcoutim	0	2.515.769	2.515.769	997.571	12.081	3.525.421	0	0	11.090	3.536.512
Aljezur	78.410	1.985.256	1.985.256	260.959	609.295	2.855.510	0	0	16.194	2.950.114
Castro Marim	180.000	1.547.339	1.547.339	972.040	454.887	2.974.265	0	2.214.726	0	5.368.991
Faro	1.461.830	963.894	963.894	519.520	497.598	1.981.012	0	7.625.810	7.000	11.075.653
Lagoa	2.460	1.218.496	1.218.496	652.251	24.846	1.895.593	0	194.247	200.000	2.292.300
Lagos	565.429	1.063.121	1.063.121	775.613	3.580.120	5.418.854	0	3.958.540	0	9.942.822
Loulé	0	2.831.761	2.831.761	1.602.909	2.642.950	7.077.620	0	17.760.000	20.362	24.857.982
Monchique	80.762	2.629.590	2.629.590	662.067	88.326	3.379.983	0	0	5.080	3.465.825
Olhão	35.601	2.128.776	2.128.776	2.333.517	2.074	4.464.366	0	4.100.000	0	8.599.967
Portimão	792.435	1.200.951	1.200.951	2.244.652	55.200	3.500.803	80.446	10.840.541	0	15.214.225
S. Brás de Alportel	13.012	1.184.651	1.184.651	625.452	8.948	1.819.050	0	980.987	82.940	2.895.989
Silves	4.355	2.898.153	2.898.153	109.539	1.195.625	4.203.317	0	15.000.000	0	19.207.672
Tavira	3.500.203	2.358.182	2.358.182	1.630.553	688.982	4.677.717	0	2.519.215	186.680	10.883.814
Vila do Bispo	0	1.418.233	1.418.233	1.492.617	0	2.910.850	0	809.431	2.750	3.723.031
Vila Real de S.to António	2.114.718	1.038.111	1.038.111	2.926.539	0	3.964.650	0	4.413.516	69.443	10.562.327
TOTAL	9.112.264	28.690.062	28.690.062	18.404.417	9.898.492	56.992.970	80.446	82.686.944	604.481	149.477.105

Adaptado de: DGAL, 2011d

Part. Com. Proj.= Participação Comunitária em Projetos; **transf.**= transferências

APÊNDICE 120: Peso total por município de cada tipo de receita de capital no total das receitas de capital, ano de 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Transferências OE	Venda bens investimento	Estado - Part. Com. Proj. co-financiados	Passivos financeiros
Albufeira	11,46%	1,90%	4,02%	82,35%
Alcoutim	71,14%	0,00%	28,21%	0,00%
Aljezur	67,29%	2,66%	8,85%	0,00%
Castro Marim	28,82%	3,35%	18,10%	41,25%
Faro	8,70%	13,20%	4,69%	68,85%
Lagoa	53,16%	0,11%	28,45%	8,47%
Lagos	10,69%	5,69%	7,80%	39,81%
Loulé	11,39%	0,00%	6,45%	71,45%
Monchique	75,87%	2,33%	19,10%	0,00%
Olhão	24,75%	0,41%	27,13%	47,67%
Portimão	7,89%	5,21%	14,75%	71,25%
S. Brás de Alportel	40,91%	0,45%	21,60%	33,87%
Silves	15,09%	0,02%	0,57%	78,09%
Tavira	21,67%	32,16%	14,98%	23,15%
Vila do Bispo	38,09%	0,00%	40,09%	21,74%
Vila Real de S.to António	9,83%	20,02%	27,71%	41,79%
TOTAL	19,19%	6,10%	12,31%	55,32%

Fonte: Autor

Part. Com. Proj. = Participação Comunitária em Projetos. **Cálculo:** Transferências OE/total receitas capital; (...)

APÊNDICE 121: Valores (em euros) e peso (em percentagem) das receitas próprias no total das receitas, ano de 2009

MUNICÍPIOS	Receitas fiscais	Venda bens e serviços	Outras receitas	Total receitas próprias	% receitas próprias
Albufeira	39.654.122	12.948.215	2.965.655	55.567.992	70,58%
Alcoutim	298.729	480.754	34.489	813.972	9,88%
Aljezur	2.452.961	1.223.274	609.200	4.285.434	40,53%
Castro Marim	4.175.509	1.697.476	200.343	6.073.329	43,62%
Faro	17.026.853	2.822.784	2.865.059	22.714.696	52,63%
Lagoa	13.967.071	6.943.683	1.306.741	22.217.495	79,06%
Lagos	19.280.575	11.818.878	691.817	31.791.270	68,77%
Loulé	60.774.284	7.047.058	6.504.365	74.325.706	68,37%
Monchique	849.519	423.593	509.533	1.782.645	17,89%
Olhão	9.117.918	5.293.781	1.476.130	15.887.830	48,04%
Portimão	26.396.681	3.057.121	2.019.719	31.473.521	55,82%
S. Brás de Alportel	2.841.714	1.783.367	539.423	5.164.504	44,06%
Silves	13.759.009	5.681.246	2.785.420	22.225.674	44,47%
Tavira	12.444.552	5.852.728	1.302.133	19.599.413	57,26%
Vila do Bispo	2.788.933	1.914.399	54.697	4.758.028	43,10%
Vila Real de S.to António	7.814.352	9.510.196	307.054	17.631.601	60,57%
TOTAL	233.642.783	78.498.551	24.171.776	336.313.110	58,68%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculo: Receitas próprias = receitas fiscais + venda de bens e serviços + outras receitas;
Receitas fiscais = impostos diretos + impostos indiretos; **% receitas próprias** = Total receitas próprias/total receitas

APÊNDICE 122: Valor das despesas correntes por município, ano de 2009 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes	Total despesas correntes
Albufeira	22.516.606	25.650.944	727.196	4.341.427	2.978.236	56.214.408
Alcoutim	2.465.673	1.826.113	76.122	514.884	147.518	5.030.310
Aljezur	3.279.314	2.663.294	154.018	1.159.810	111.207	7.367.643
Castro Marim	3.271.532	4.895.760	2.717	639.607	178.271	8.987.887
Faro	16.207.900	5.726.230	1.265.557	3.030.825	197.491	26.428.004
Lagoa	4.090.301	9.148.915	167.279	2.352.771	598.898	16.358.165
Lagos	13.280.466	11.442.962	523.007	3.100.589	2.444.033	30.791.056
Loulé	26.849.182	32.726.935	642.431	6.232.362	3.933.308	70.384.218
Monchique	3.494.659	1.332.844	177.997	67.264	32.009	5.104.772
Olhão	11.919.872	7.256.209	812.244	1.301.552	1.075.952	22.365.828
Portimão	15.656.349	16.234.655	1.436.553	4.612.558	7.414.947	45.355.061
S. Brás de Alportel	4.132.997	3.665.593	93.743	682.758	85.312	8.660.402
Silves	12.560.211	17.464.966	1.978.366	1.957.953	385.090	34.346.585
Tavira	9.708.577	5.750.118	563.904	2.030.354	1.336.914	19.389.867
Vila do Bispo	3.964.765	2.641.371	25.474	521.979	240.474	7.394.062
Vila Real de S.to António	8.673.245	7.443.577	539.531	2.953.132	1.059.443	20.668.928
TOTAL	162.071.649	155.870.485	9.186.137	35.499.823	22.219.103	384.847.197

Adaptado de: DGAL, 2011d

APÊNDICE 123: Peso total de cada tipo de despesa no total das despesas correntes, por município, ano de 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Pessoal	Aquisição bens e serviços	Encargos financeiros	Transferências correntes	Outras despesas correntes
Albufeira	40,05%	45,63%	1,29%	7,72%	5,30%
Alcoutim	49,02%	36,30%	1,51%	10,24%	2,93%
Aljezur	44,51%	36,15%	2,09%	15,74%	1,51%
Castro Marim	36,40%	54,47%	0,03%	7,12%	1,98%
Faro	61,33%	21,67%	4,79%	11,47%	0,75%
Lagoa	25,00%	55,93%	1,02%	14,38%	3,66%
Lagos	43,13%	37,16%	1,70%	10,07%	7,94%
Loulé	38,15%	46,50%	0,91%	8,85%	5,59%
Monchique	68,46%	26,11%	3,49%	1,32%	0,63%
Olhão	53,30%	32,44%	3,63%	5,82%	4,81%
Portimão	34,52%	35,79%	3,17%	10,17%	16,35%
S. Brás de Alportel	47,72%	42,33%	1,08%	7,88%	0,99%
Silves	36,57%	50,85%	5,76%	5,70%	1,12%
Tavira	50,07%	29,66%	2,91%	10,47%	6,89%
Vila do Bispo	53,62%	35,72%	0,34%	7,06%	3,25%
Vila Real de S.to António	41,96%	36,01%	2,61%	14,29%	5,13%
TOTAL	42,11%	40,50%	2,39%	9,22%	5,77%

Fonte: Autor

Cálculo: Pessoal/total despesas correntes; (...)

APÊNDICE 124: Valor das despesas de capital, por município, ano de 2009 (valores em euros)

MUNICÍPIOS	Habitacão	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital	Total despesas capital
Albufeira	11.131	3.669.818	1.904.382	18.771.829	4.864.223	2.303.786	2.194.854	2.833.832	36.553.854	440.904	0	1.378.793	20.306	38.393.857
Alcoutim	78.544	0	588.259	99.148	372.883	9.339	231.866	1.088.314	2.468.353	839.473	0	328.423	0	3.636.249
Aljezur	320.500	233.850	51.778	1.012.773	56.771	1.812	105.979	378.209	2.161.673	724.593	0	346.556	5.844	3.238.666
Castro Marim	570.646	33.306	461.930	353.129	24.569	0	142.368	1.394.492	2.980.439	266.093	0	194.756	0	3.441.288
Faro	116.877	1.072.318	0	3.653.380	2.230.527	1.003.703	779.015	1.679.760	10.535.579	981.765	475.020	3.572.561	0	15.564.925
Lagoa	0	260.091	138.837	855.198	2.325.395	344.456	740.620	1.694.110	6.358.707	745.377	0	507.001	110.914	7.721.999
Lagos	3.649.687	3.951.920	246.698	2.755.753	673.574	914.597	838.132	1.170.571	14.200.932	1.157.071	0	786.152	103.012	16.247.167
Loulé	730.163	2.533.471	19.062.708	8.535.686	1.859.562	3.853.482	3.076.751	4.278.459	43.930.281	7.667.177	570.000	1.525.680	95	53.693.233
Monchique	77.472	380.525	216.486	932.521	35.186	367.058	104.754	464.591	2.578.593	563.011	0	1.307.590	425.350	4.874.544
Olhão	154.877	4.088.090	72.203	1.417.793	197.222	345.504	610.857	1.596.328	8.482.873	807.534	50.000	1.220.907	0	10.561.314
Portimão	44.594	289.636	0	1.275.488	582.953	1.158.265	1.954.810	960.522	6.266.269	3.066.644	21.193	1.736.869	0	11.090.975
S. Brás de Alportel	37.504	195.451	32.469	1.612.504	204.931	322.146	256.823	168.351	2.830.180	443.758	0	241.297	38.568	3.553.804
Silves	17.964	415.468	1.176.740	1.898.385	258.454	1.209.735	1.473.747	6.864.383	13.314.876	119.954	0	459.872	0	13.894.701
Tavira	514.223	105.843	47.647	3.471.751	1.120.585	549.213	649.573	4.814.916	11.273.751	1.026.201	0	1.349.183	0	13.649.135
Vila do Bispo	548.118	421.346	89.018	2.231.731	47.345	101.832	179.952	319.895	3.939.237	191.896	0	59.567	0	4.190.701
Vila Real de S.to António	888.880	289.811	1.127.239	1.962.652	898.199	40.856	235.037	1.546.558	6.989.231	742.405	0	724.838	0	8.456.473
TOTAL	7.761.177	17.940.944	25.216.395	50.839.719	15.752.380	12.525.785	13.575.137	31.253.290	174.864.827	19.783.856	1.116.213	15.740.044	704.090	212.209.031

Adaptado de: DGAL, 2011d

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas

APÊNDICE 125: Peso total por município de cada tipo de despesa de investimento no total das despesas de investimento, ano de 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Habitação	Eq. Escolar e Social	Água e Saneam.	Comunic. e Transp.	Inst. Desp. e lazer	Outros edifícios	Equip. e software informático	Outros investim.	Invest. município/Total Invest.
Albufeira	0,03%	10,04%	5,21%	51,35%	13,31%	6,30%	6,00%	7,75%	20,90%
Alcoutim	3,18%	0,00%	23,83%	4,02%	15,11%	0,38%	9,39%	44,09%	1,41%
Aljezur	14,83%	10,82%	2,40%	46,85%	2,63%	0,08%	4,90%	17,50%	1,24%
Castro Marim	19,15%	1,12%	15,50%	11,85%	0,82%	0,00%	4,78%	46,79%	1,70%
Faro	1,11%	10,18%	0,00%	34,68%	21,17%	9,53%	7,39%	15,94%	6,02%
Lagoa	0,00%	4,09%	2,18%	13,45%	36,57%	5,42%	11,65%	26,64%	3,64%
Lagos	25,70%	27,83%	1,74%	19,41%	4,74%	6,44%	5,90%	8,24%	8,12%
Loulé	1,66%	5,77%	43,39%	19,43%	4,23%	8,77%	7,00%	9,74%	25,12%
Monchique	3,00%	14,76%	8,40%	36,16%	1,36%	14,23%	4,06%	18,02%	1,47%
Olhão	1,83%	48,19%	0,85%	16,71%	2,32%	4,07%	7,20%	18,82%	4,85%
Portimão	0,71%	4,62%	0,00%	20,35%	9,30%	18,48%	31,20%	15,33%	3,58%
S. Brás de Alportel	1,33%	6,91%	1,15%	56,98%	7,24%	11,38%	9,07%	5,95%	1,62%
Silves	0,13%	3,12%	8,84%	14,26%	1,94%	9,09%	11,07%	51,55%	7,61%
Tavira	4,56%	0,94%	0,42%	30,79%	9,94%	4,87%	5,76%	42,71%	6,45%
Vila do Bispo	13,91%	10,70%	2,26%	56,65%	1,20%	2,59%	4,57%	8,12%	2,25%
Vila Real de S.to António	12,72%	4,15%	16,13%	28,08%	12,85%	0,58%	3,36%	22,13%	4,00%
TOTAL	4,44%	10,26%	14,42%	29,07%	9,01%	7,16%	7,76%	17,87%	100,00%

Fonte: Autor

Eq.= Equipamento; **Saneam.**= Saneamento; **Comunic. e Transp.**= Comunicações e Transportes; **Inst. Desp.**= Instalações Desportivas; **Equip.**= Equipamento; **investim.**= investimentos; **Invest.**= Investimento. **Cálculo:** Habitação/total do investimento; (...)

APÊNDICE 126: Peso total por município de cada tipo despesa no total das despesas de capital, ano de 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS	Total investim.	Transf. Capital	Ativos financ.	Passivos financ.	Outras desp. Capital
Albufeira	95,21%	1,15%	0,00%	3,59%	0,05%
Alcoutim	67,88%	23,09%	0,00%	9,03%	0,00%
Aljezur	66,75%	22,37%	0,00%	10,70%	0,18%
Castro Marim	86,61%	7,73%	0,00%	5,66%	0,00%
Faro	67,69%	6,31%	3,05%	22,95%	0,00%
Lagoa	82,35%	9,65%	0,00%	6,57%	1,44%
Lagos	87,41%	7,12%	0,00%	4,84%	0,63%
Loulé	81,82%	14,28%	1,06%	2,84%	0,00%
Monchique	52,90%	11,55%	0,00%	26,82%	8,73%
Olhão	80,32%	7,65%	0,47%	11,56%	0,00%
Portimão	56,50%	27,65%	0,19%	15,66%	0,00%
S. Brás de Alportel	79,64%	12,49%	0,00%	6,79%	1,09%
Silves	95,83%	0,86%	0,00%	3,31%	0,00%
Tavira	82,60%	7,52%	0,00%	9,88%	0,00%
Vila do Bispo	94,00%	4,58%	0,00%	1,42%	0,00%
Vila Real de S.to António	82,65%	8,78%	0,00%	8,57%	0,00%
TOTAL	82,40%	9,32%	0,53%	7,42%	0,33%

Fonte: Autor **investim.**= investimento; **Transf.**= Transferências; **financ.**= financeiros; **desp.**= despesas. **Cálculo:** total investimento/total despesas capital; (...)

APÊNDICE 127: Valores do serviço da dívida por município (em euros) em relação do valor total da despesa (em percentagem), ano de 2009

MUNICÍPIOS	Encargos financeiros	Passivos financeiros	Serviço da dívida	% total
Albufeira	727.195,53	1.378.793	2.105.988	2,23%
Alcoutim	76.122,20	328.423	404.545	4,67%
Aljezur	154.017,82	346.556	500.574	4,72%
Castro Marim	2.717,04	194.756	197.473	1,59%
Faro	1.265.557,25	3.572.561	4.838.118	11,52%
Lagoa	167.278,97	507.001	674.280	2,80%
Lagos	523.006,58	786.152	1.309.158	2,78%
Loulé	642.431,37	1.525.680	2.168.111	1,75%
Monchique	177.996,77	1.307.590	1.485.587	14,89%
Olhão	812.243,72	1.220.907	2.033.151	6,17%
Portimão	1.436.552,71	1.736.869	3.173.422	5,62%
S. Brás de Alportel	93.742,51	241.297	335.039	2,74%
Silves	1.978.366,16	459.872	2.438.238	5,05%
Tavira	563.903,96	1.349.183	1.913.087	5,79%
Vila do Bispo	25.473,91	59.567	85.041	0,73%
Vila Real de S.to António	539.530,96	724.838	1.264.369	4,34%
TOTAL	9.186.137	15.740.044	24.926.181	4,17%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

Cálculos: Serviço da dívida= Encargos financeiros + Passivos financeiros; % total= Serviço da dívida/total da despesa

APÊNDICE 128: Valor total da receita, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	34.854.366	39.161.042	44.823.844	47.793.081	56.364.527	69.579.528	64.992.501	80.339.568	75.371.886	78.735.690	592.016.033	12,86%
Alcoutim	5.382.563	7.317.839	7.196.448	7.203.851	7.839.646	8.655.324	9.175.093	8.442.993	10.151.546	8.237.758	79.603.061	1,73%
Aljezur	6.837.008	7.401.857	9.668.854	10.207.690	9.089.710	9.036.063	10.846.323	14.875.759	12.867.507	10.574.763	101.405.533	2,20%
Castro Marim	7.025.224	8.805.853	9.896.428	9.106.060	13.323.728	14.460.408	13.290.501	17.757.065	13.494.079	13.922.078	121.081.424	2,63%
Faro	30.639.913	36.777.072	34.942.229	35.126.886	41.946.241	40.026.266	35.116.728	34.452.654	36.821.777	43.159.886	369.009.652	8,02%
Lagoa	19.595.834	19.994.563	21.689.560	27.805.328	28.546.230	33.563.040	31.572.934	37.026.545	32.868.570	28.100.896	280.763.500	6,10%
Lagos	22.289.283	30.788.006	27.914.407	34.349.050	47.148.425	41.668.526	47.739.617	52.631.633	44.732.392	46.225.617	395.486.957	8,59%
Loulé	43.884.284	61.935.825	65.966.503	73.890.881	82.023.822	96.635.296	94.131.708	108.933.400	101.500.961	108.710.791	837.613.471	18,20%
Monchique	10.599.844	10.139.973	12.185.306	13.195.289	15.424.612	12.234.665	12.277.221	9.975.170	9.353.500	9.967.012	115.352.591	2,51%
Olhão	14.451.487	21.086.926	21.499.177	20.637.409	23.860.393	25.667.725	25.935.350	44.884.299	27.725.223	33.070.933	258.818.921	5,62%
Portimão	32.815.774	37.189.179	30.498.314	33.920.094	36.943.818	42.828.022	43.488.715	51.785.543	59.424.330	56.386.368	425.280.158	9,24%
S. Brás de Alportel	7.346.650	8.265.036	7.514.738	7.624.437	9.303.822	9.600.968	9.229.145	10.004.000	12.212.632	11.721.851	92.823.280	2,02%
Silves	17.939.266	20.598.438	26.154.243	27.606.043	26.138.639	32.719.656	35.007.285	34.146.183	33.252.130	49.982.320	303.544.204	6,60%
Tavira	26.854.501	25.870.193	25.516.785	26.108.123	28.495.160	28.573.220	30.359.891	33.398.906	30.764.022	34.229.359	290.170.159	6,31%
Vila do Bispo	5.917.409	6.462.894	7.791.389	9.362.846	10.699.972	8.966.501	10.699.909	12.607.918	10.750.477	11.038.357	94.297.673	2,05%
Vila Real de S.to António	17.311.599	19.226.060	18.141.047	19.948.046	24.045.374	23.411.595	27.374.248	28.794.911	37.528.686	29.108.824	244.890.390	5,32%
TOTAIS	303.745.005	361.020.755	371.399.274	403.885.115	461.194.119	497.626.803	501.237.170	580.056.545	548.819.718	573.172.503	4.602.157.006	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 129: Variação da receita, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	4.306.676	5.662.803	2.969.237	8.571.446	13.215.001	-4.587.027	15.347.067	-4.967.682	3.363.804	43.881.324
Alcoutim	1.935.276	-121.391	7.403	635.795	815.678	519.769	-732.100	1.708.553	-1.913.788	2.855.195
Aljezur	564.849	2.266.998	538.836	-1.117.980	-53.647	1.810.260	4.029.437	-2.008.252	-2.292.744	3.737.755
Castro Marim	1.780.629	1.090.575	-790.368	4.217.668	1.136.680	-1.169.907	4.466.564	-4.262.986	427.999	6.896.854
Faro	6.137.159	-1.834.843	184.657	6.819.354	-1.919.975	-4.909.537	-664.074	2.369.123	6.338.109	12.519.973
Lagoa	398.729	1.694.997	6.115.768	740.903	5.016.810	-1.990.106	5.453.611	-4.157.974	-4.767.675	8.505.062
Lagos	8.498.723	-2.873.599	6.434.643	12.799.375	-5.479.899	6.071.091	4.892.016	-7.899.241	1.493.225	23.936.335
Loulé	18.051.541	4.030.678	7.924.378	8.132.941	14.611.473	-2.503.588	14.801.693	-7.432.439	7.209.830	64.826.507
Monchique	-459.872	2.045.333	1.009.983	2.229.323	-3.189.947	42.557	-2.302.052	-621.670	613.512	-632.833
Olhão	6.635.439	412.251	-861.768	3.222.984	1.807.333	267.625	18.948.948	-17.159.075	5.345.710	18.619.446
Portimão	4.373.405	-6.690.865	3.421.780	3.023.724	5.884.204	660.693	8.296.827	7.638.787	-3.037.962	23.570.594
S. Brás de Alportel	918.387	-750.298	109.699	1.679.385	297.145	-371.822	774.855	2.208.632	-490.781	4.375.201
Silves	2.659.171	5.555.805	1.451.800	-1.467.404	6.581.017	2.287.630	-861.103	-894.053	16.730.190	32.043.054
Tavira	-984.308	-353.408	591.338	2.387.037	78.060	1.786.671	3.039.015	-2.634.884	3.465.337	7.374.858
Vila do Bispo	545.485	1.328.495	1.571.457	1.337.125	-1.733.470	1.733.407	1.908.010	-1.857.441	287.880	5.120.948
Vila Real de S.to António	1.914.461	-1.085.013	1.806.999	4.097.328	-633.779	3.962.653	1.420.663	8.733.775	-8.419.862	11.797.225
TOTAIS	57.275.750	10.378.519	32.485.841	57.309.005	36.432.684	3.610.367	78.819.376	-31.236.827	24.352.784	269.427.498

Fonte: Autor

Cálculo: (receita 2001 - receita 2000) + (receita 2002 - receita 2001), (...)

APÊNDICE 130: Variação da receita, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	11,00%	12,63%	6,21%	15,21%	18,99%	-7,06%	19,10%	-6,59%	4,27%	7,41%
Alcoutim	26,45%	-1,69%	0,10%	8,11%	9,42%	5,66%	-8,67%	16,83%	-23,23%	3,59%
Aljezur	7,63%	23,45%	5,28%	-12,30%	-0,59%	16,69%	27,09%	-15,61%	-21,68%	3,69%
Castro Marim	20,22%	11,02%	-8,68%	31,66%	7,86%	-8,80%	25,15%	-31,59%	3,07%	5,70%
Faro	16,69%	-5,25%	0,53%	16,26%	-4,80%	-13,98%	-1,93%	6,43%	14,69%	3,39%
Lagoa	1,99%	7,81%	21,99%	2,60%	14,95%	-6,30%	14,73%	-12,65%	-16,97%	3,03%
Lagos	27,60%	-10,29%	18,73%	27,15%	-13,15%	12,72%	9,29%	-17,66%	3,23%	6,05%
Loulé	29,15%	6,11%	10,72%	9,92%	15,12%	-2,66%	13,59%	-7,32%	6,63%	7,74%
Monchique	-4,54%	16,79%	7,65%	14,45%	-26,07%	0,35%	-23,08%	-6,65%	6,16%	-0,55%
Olhão	31,47%	1,92%	-4,18%	13,51%	7,04%	1,03%	42,22%	-61,89%	16,16%	7,19%
Portimão	11,76%	-21,94%	10,09%	8,18%	13,74%	1,52%	16,02%	12,85%	-5,39%	5,54%
S. Brás de Alportel	11,11%	-9,98%	1,44%	18,05%	3,09%	-4,03%	7,75%	18,08%	-4,19%	4,71%
Silves	12,91%	21,24%	5,26%	-5,61%	20,11%	6,53%	-2,52%	-2,69%	33,47%	10,56%
Tavira	-3,80%	-1,39%	2,26%	8,38%	0,27%	5,88%	9,10%	-8,56%	10,12%	2,54%
Vila do Bispo	8,44%	17,05%	16,78%	12,50%	-19,33%	16,20%	15,13%	-17,28%	2,61%	5,43%
Vila Real de S.to António	9,96%	-5,98%	9,06%	17,04%	-2,71%	14,48%	4,93%	23,27%	-28,93%	4,82%
TOTAIS	15,86%	2,79%	8,04%	12,43%	7,32%	0,72%	13,59%	-5,69%	4,25%	5,85%

Fonte: Autor

Cálculo: (receita 2001 - receita 2000) / receita 2001; (...)

APÊNDICE 131: Valor total das receitas próprias, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (valores em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	22.943.855	23.086.267	24.913.080	33.671.389	39.736.123	55.922.942	56.039.555	68.448.511	64.824.206	55.567.992	445.153.920	15,44%
Alcoutim	381.206	472.821	492.180	840.831	847.842	982.269	1.333.936	1.116.279	776.370	813.972	8.057.707	0,28%
Aljezur	1.654.014	1.800.745	2.114.283	2.295.499	2.706.516	2.957.036	3.800.602	5.082.714	4.366.396	4.285.434	31.063.240	1,08%
Castro Marim	2.912.775	3.332.364	3.329.204	3.751.835	4.883.594	6.064.830	5.642.231	9.105.853	6.218.793	6.073.329	51.314.807	1,78%
Faro	17.120.160	18.274.334	19.046.839	21.002.567	21.803.744	21.207.520	22.880.460	23.283.001	21.866.229	22.714.696	209.199.549	7,26%
Lagoa	13.084.651	14.105.486	15.607.559	19.394.222	20.595.689	24.871.669	24.270.667	29.650.506	27.091.012	22.217.495	210.888.955	7,32%
Lagos	15.562.814	17.131.284	19.117.960	23.920.218	40.498.140	32.387.720	35.908.522	40.986.217	37.223.322	31.791.270	294.527.467	10,22%
Loulé	34.131.688	38.448.943	45.079.869	52.091.890	61.465.553	72.494.796	71.640.406	93.670.842	83.420.600	74.325.706	626.770.292	21,74%
Monchique	1.934.363	1.390.349	1.375.412	1.333.568	1.504.153	2.225.092	2.396.862	1.694.102	1.984.929	1.782.645	17.621.475	0,61%
Olhão	7.116.220	8.390.284	9.607.035	10.601.661	14.834.499	15.202.823	16.497.466	20.196.348	18.194.110	15.887.830	136.528.277	4,74%
Portimão	20.424.617	20.045.815	22.092.031	20.468.757	25.942.188	31.572.599	29.754.612	39.493.258	37.575.325	31.473.521	278.842.721	9,67%
S. Brás de Alportel	2.337.257	2.725.517	2.867.797	2.918.097	3.656.553	4.096.160	4.506.922	5.128.397	6.331.146	5.164.504	39.732.349	1,38%
Silves	8.767.381	10.499.950	12.499.456	14.417.540	15.308.344	19.678.320	19.008.803	21.446.036	22.227.059	22.225.674	166.078.565	5,76%
Tavira	9.946.828	10.833.741	13.668.378	13.670.089	15.570.145	18.191.818	20.126.779	23.369.740	19.646.521	19.599.413	164.623.452	5,71%
Vila do Bispo	2.961.064	2.189.389	3.199.687	3.547.493	5.541.093	4.794.958	5.292.179	7.462.597	6.447.515	4.758.028	46.194.003	1,60%
Vila Real de S.to António	9.091.669	10.578.047	10.383.770	11.083.517	13.104.711	15.638.976	20.691.352	19.947.249	28.199.614	17.631.601	156.350.506	5,42%
TOTAIS	170.370.562	183.305.334	205.394.540	235.009.173	287.998.885	328.289.528	339.791.355	410.081.651	386.393.147	336.313.110	2.882.947.285	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 132: Variação das receitas próprias, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	142.412	1.826.813	8.758.309	6.064.734	16.186.819	116.613	12.408.956	-3.624.305	-9.256.214	32.624.137
Alcoutim	91.614	19.359	348.651	7.011	134.427	351.667	-217.657	-339.909	37.601	432.765
Aljezur	146.731	313.538	181.216	411.017	250.520	843.566	1.282.112	-716.317	-80.962	2.631.420
Castro Marim	419.589	-3.160	422.631	1.131.759	1.181.237	-422.599	3.463.622	-2.887.060	-145.464	3.160.553
Faro	1.154.173	772.505	1.955.728	801.177	-596.224	1.672.941	402.541	-1.416.772	848.467	5.594.535
Lagoa	1.020.835	1.502.073	3.786.664	1.201.466	4.275.981	-601.003	5.379.839	-2.559.494	-4.873.517	9.132.844
Lagos	1.568.470	1.986.677	4.802.258	16.577.922	-8.110.419	3.520.801	5.077.695	-3.762.895	-5.432.053	16.228.456
Loulé	4.317.255	6.630.926	7.012.021	9.373.663	11.029.243	-854.390	22.030.436	-10.250.242	-9.094.893	40.194.019
Monchique	-544.014	-14.937	-41.844	170.585	720.939	171.770	-702.761	290.827	-202.283	-151.718
Olhão	1.274.065	1.216.750	994.626	4.232.838	368.324	1.294.643	3.698.883	-2.002.238	-2.306.280	8.771.610
Portimão	-378.802	2.046.216	-1.623.274	5.473.431	5.630.411	-1.817.987	9.738.646	-1.917.934	-6.101.804	11.048.904
S. Brás de Alportel	388.259	142.281	50.300	738.456	439.607	410.763	621.474	1.202.749	-1.166.642	2.827.247
Silves	1.732.570	1.999.506	1.918.084	890.804	4.369.976	-669.517	2.437.233	781.023	-1.385	13.458.294
Tavira	886.913	2.834.637	1.711	1.900.056	2.621.673	1.934.960	3.242.962	-3.723.220	-47.107	9.652.585
Vila do Bispo	-771.675	1.010.299	347.805	1.993.600	-746.135	497.221	2.170.418	-1.015.082	-1.689.487	1.796.965
Vila Real de S.to António	1.486.378	-194.277	699.747	2.021.194	2.534.265	5.052.376	-744.103	8.252.365	-10.568.013	8.539.932
TOTAIS	12.934.772	22.089.206	29.614.633	52.989.712	40.290.642	11.501.827	70.290.296	-23.688.505	-50.080.036	165.942.548

Fonte: Autor

Cálculo: (receitas próprias 2001 - receitas próprias 2000) + (receitas próprias 2002 - receitas próprias 2001); (...)

APÊNDICE 133: Variação das receitas próprias, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	0,62%	7,33%	26,01%	15,26%	28,94%	0,21%	18,13%	-5,59%	-16,66%	7,33%
Alcoutim	19,38%	3,93%	41,47%	0,83%	13,69%	26,36%	-19,50%	-43,78%	4,62%	5,37%
Aljezur	8,15%	14,83%	7,89%	15,19%	8,47%	22,20%	25,22%	-16,41%	-1,89%	8,47%
Castro Marim	12,59%	-0,09%	11,26%	23,17%	19,48%	-7,49%	38,04%	-46,42%	-2,40%	6,16%
Faro	6,32%	4,06%	9,31%	3,67%	-2,81%	7,31%	1,73%	-6,48%	3,74%	2,67%
Lagoa	7,24%	9,62%	19,52%	5,83%	17,19%	-2,48%	18,14%	-9,45%	-21,94%	4,33%
Lagos	9,16%	10,39%	20,08%	40,94%	-25,04%	9,80%	12,39%	-10,11%	-17,09%	5,51%
Loulé	11,23%	14,71%	13,46%	15,25%	15,21%	-1,19%	23,52%	-12,29%	-12,24%	6,41%
Monchique	-39,13%	-1,09%	-3,14%	11,34%	32,40%	7,17%	-41,48%	14,65%	-11,35%	-0,86%
Olhão	15,18%	12,67%	9,38%	28,53%	2,42%	7,85%	18,31%	-11,00%	-14,52%	6,42%
Portimão	-1,89%	9,26%	-7,93%	21,10%	17,83%	-6,11%	24,66%	-5,10%	-19,39%	3,96%
S. Brás de Alportel	14,25%	4,96%	1,72%	20,20%	10,73%	9,11%	12,12%	19,00%	-22,59%	7,12%
Silves	16,50%	16,00%	13,30%	5,82%	22,21%	-3,52%	11,36%	3,51%	-0,01%	8,10%
Tavira	8,19%	20,74%	0,01%	12,20%	14,41%	9,61%	13,88%	-18,95%	-0,24%	5,86%
Vila do Bispo	-35,25%	31,57%	9,80%	35,98%	-15,56%	9,40%	29,08%	-15,74%	-35,51%	3,89%
Vila Real de S.to António	14,05%	-1,87%	6,31%	15,42%	16,20%	24,42%	-3,73%	29,26%	-59,94%	5,46%
TOTAIS	7,06%	10,75%	12,60%	18,40%	12,27%	3,38%	17,14%	-6,13%	-14,89%	5,76%

Fonte: Autor

Cálculo: (receitas próprias 2001 – receitas próprias 2000) / receitas próprias 2001; (...)

APÊNDICE 134: Peso das receitas próprias no total das receitas, por município, de 2000 a 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS/ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	MÉDIA
Albufeira	65,83%	58,95%	55,58%	90,66%	70,50%	80,37%	86,22%	85,20%	86,01%	70,58%	74,99%
Alcoutim	7,08%	6,46%	6,84%	22,42%	10,81%	11,35%	14,54%	13,22%	7,65%	9,88%	11,03%
Aljezur	24,19%	24,33%	21,87%	44,72%	29,78%	32,72%	35,04%	34,17%	33,93%	40,53%	32,13%
Castro Marim	41,46%	37,84%	33,64%	57,47%	36,65%	41,94%	42,45%	51,28%	46,09%	43,62%	43,25%
Faro	55,88%	49,69%	54,51%	82,39%	51,98%	52,98%	65,16%	67,58%	59,38%	52,63%	59,22%
Lagoa	66,77%	70,55%	71,96%	86,24%	72,15%	74,10%	76,87%	80,08%	82,42%	79,06%	76,02%
Lagos	69,82%	55,64%	68,49%	85,02%	85,90%	77,73%	75,22%	77,87%	83,21%	68,77%	74,77%
Loulé	77,78%	62,08%	68,34%	88,06%	74,94%	75,02%	76,11%	85,99%	82,19%	68,37%	75,89%
Monchique	18,25%	13,71%	11,29%	27,29%	9,75%	18,19%	19,52%	16,98%	21,22%	17,89%	17,41%
Olhão	49,24%	39,79%	44,69%	75,07%	62,17%	59,23%	63,61%	45,00%	65,62%	48,04%	55,25%
Portimão	62,24%	53,90%	72,44%	84,73%	70,22%	73,72%	68,42%	76,26%	63,23%	55,82%	68,10%
S. Brás de Alportel	31,81%	32,98%	38,16%	57,79%	39,30%	42,66%	48,83%	51,26%	51,84%	44,06%	43,87%
Silves	48,87%	50,97%	47,79%	70,71%	58,57%	60,14%	54,30%	62,81%	66,84%	44,47%	56,55%
Tavira	37,04%	41,88%	53,57%	78,30%	54,64%	63,67%	66,29%	69,97%	63,86%	57,26%	58,65%
Vila do Bispo	50,04%	33,88%	41,07%	62,38%	51,79%	53,48%	49,46%	59,19%	59,97%	43,10%	50,43%
Vila Real de S.to António	52,52%	55,02%	57,24%	82,29%	54,50%	66,80%	75,59%	69,27%	75,14%	60,57%	64,89%
TOTAL	56,09%	50,77%	55,30%	80,20%	62,45%	65,97%	67,79%	70,70%	70,40%	58,68%	62,64%

Fonte: Autor

APÊNDICE 135: Valor dos impostos sobre o património por município, de 2000 a 2009 (em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	14 982 228	13 808 292	15 645 705	21 318 704	15 856 487	20 586 415	29 415 314	46 325 994	42 465 202	35 348 692	255.753.034	14,93%
Alcoutim	140 851	178 590	161 447	195 656	195 109	292 638	277 664	340 841	251 513	282 358	2.316.666	0,14%
Aljezur	720 798	1 063 093	942 575	1 063 462	1 278 556	1 568 868	2 258 214	3 168 325	2 643 160	2 306 800	17.013.851	0,99%
Castro Marim	1 940 538	2 106 054	2 233 892	1 926 664	2 359 519	2 516 952	3 097 288	3 943 207	3 980 564	3 990 226	28.094.905	1,64%
Faro	11 315 839	11 625 657	12 549 326	12 523 698	9 213 477	11 190 950	12 628 840	14 384 226	14 437 147	13 504 400	123.373.560	7,20%
Lagoa	7 654 912	8 476 891	9 109 413	12 199 708	10 191 862	13 571 366	14 947 521	19 457 958	16 403 850	12 454 271	124.467.752	7,27%
Lagos	9 436 633	10 057 581	11 864 485	15 121 918	13 510 127	17 377 111	22 551 663	26 311 432	23 502 142	17 225 046	166.958.138	9,75%
Loulé	25 029 808	27 840 165	33 780 363	39 770 269	30 064 538	49 583 341	53 135 595	76 657 648	64 163 775	57 155 392	457.180.894	26,69%
Monchique	699 674	789 926	846 061	769 526	631 671	820 851	811 372	1 047 092	1 113 909	830 707	8.360.789	0,49%
Olhão	3 489 705	4 244 112	4 686 810	4 800 061	4 778 076	6 706 370	8 021 250	9 335 117	9 055 147	7 393 391	62.510.039	3,65%
Portimão	14 577 259	14 732 734	16 922 399	15 322 869	14 130 710	17 972 544	22 152 555	30 781 793	28 206 032	21 838 810	196.637.704	11,48%
S. Brás de Alportel	1 060 978	1 306 377	1 336 980	1 256 814	1 322 557	1 943 262	2 215 695	2 544 471	2 789 164	2 296 140	18.072.437	1,05%
Silves	4 259 255	5 153 525	7 015 213	7 508 702	6 282 276	8 694 081	9 985 417	12 848 078	13 500 230	11 591 007	86.837.784	5,07%
Tavira	4 052 159	4 171 871	5 284 723	5 587 019	4 601 432	9 359 297	11 097 411	14 340 064	12 236 501	10 296 440	81.026.917	4,73%
Vila do Bispo	1 959 079	1 235 183	2 064 275	2 284 363	2 568 205	2 795 488	3 534 238	4 956 041	4 083 963	2 659 877	28.140.713	1,64%
Vila Real de S.to António	3 315 415	3 985 375	4 240 148	4 080 718	4 346 643	5 627 283	6 805 929	9 182 950	8 305 342	6 579 003	56.468.807	3,30%
TOTAIS	104 635 129	110 775 426	128 683 816	145 730 152	121 331 245	170 606 818	202 935 966	275 625 237	247 137 639	205 752 560	1.713.213.989	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 136: Variação dos impostos sobre o património por município, de 2000 a 2009 (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Varição total
Albufeira	-1.173.936	1.837.413	5.672.999	-5.462.217	4.729.928	8.828.899	16.910.679	-3.860.791	-7.116.511	20.366.464
Alcoutim	37.739	-17.143	34.210	-547	97.528	-14.974	63.178	-89.328	30.845	141.507
Aljezur	342.295	-120.518	120.887	215.093	290.312	689.346	910.111	-525.166	-336.360	1.586.002
Castro Marim	165.516	127.837	-307.228	432.856	157.433	580.336	845.919	37.357	9.662	2.049.688
Faro	309.818	923.669	-25.629	-3.310.220	1.977.472	1.437.890	1.755.386	52.921	-932.747	2.188.562
Lagoa	821.979	632.522	3.090.295	-2.007.846	3.379.505	1.376.155	4.510.437	-3.054.108	-3.949.579	4.799.359
Lagos	620.949	1.806.904	3.257.433	-1.611.791	3.866.984	5.174.552	3.759.769	-2.809.290	-6.277.095	7.788.414
Loulé	2.810.357	5.940.198	5.989.907	-9.705.732	19.518.804	3.552.254	23.522.054	-12.493.874	-7.008.383	32.125.584
Monchique	90.252	56.135	-76.535	-137.855	189.180	-9.479	235.720	66.817	-283.202	131.033
Olhão	754.407	442.699	113.251	-21.985	1.928.294	1.314.879	1.313.867	-279.970	-1.661.756	3.903.686
Portimão	155.475	2.189.665	-1.599.530	-1.192.159	3.841.834	4.180.011	8.629.238	-2.575.761	-6.367.222	7.261.551
S. Brás de Alportel	245.399	30.604	-80.166	65.742	620.705	272.433	328.776	244.693	-493.023	1.235.162
Silves	894.270	1.861.688	493.489	-1.226.427	2.411.806	1.291.336	2.862.660	652.152	-1.909.223	7.331.752
Tavira	119.711	1.112.852	302.296	-985.587	4.757.865	1.738.115	3.242.653	-2.103.563	-1.940.061	6.244.281
Vila do Bispo	-723.895	829.092	220.088	283.843	227.283	738.750	1.421.803	-872.078	-1.424.087	700.798
Vila Real de S.to António	669.960	254.772	-159.430	265.925	1.280.640	1.178.645	2.377.022	-877.608	-1.726.339	3.263.589
TOTAIS	6.140.297	17.908.390	17.046.336	-24.398.908	49.275.573	32.329.148	72.689.272	-28.487.598	-41.385.079	101.117.431

Fonte: Autor

Cálculo: (impostos património 2001 - impostos património 2000) + (impostos património 2002 - impostos património 2001); (...)

APÊNDICE 137: Variação dos impostos sobre o património por município, de 2000 a 2009 (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	-8,50%	11,74%	26,61%	-34,45%	22,98%	30,01%	36,50%	-9,09%	-20,13%	7,96%
Alcoutim	21,13%	-10,62%	17,48%	-0,28%	33,33%	-5,39%	18,54%	-35,52%	10,92%	6,11%
Aljezur	32,20%	-12,79%	11,37%	16,82%	18,50%	30,53%	28,73%	-19,87%	-14,58%	9,32%
Castro Marim	7,86%	5,72%	-15,95%	18,35%	6,25%	18,74%	21,45%	0,94%	0,24%	7,30%
Faro	2,66%	7,36%	-0,20%	-35,93%	17,67%	11,39%	12,20%	0,37%	-6,91%	1,77%
Lagoa	9,70%	6,94%	25,33%	-19,70%	24,90%	9,21%	23,18%	-18,62%	-31,71%	3,86%
Lagos	6,17%	15,23%	21,54%	-11,93%	22,25%	22,95%	14,29%	-11,95%	-36,44%	4,66%
Loulé	10,09%	17,58%	15,06%	-32,28%	39,37%	6,69%	30,68%	-19,47%	-12,26%	7,03%
Monchique	11,43%	6,63%	-9,95%	-21,82%	23,05%	-1,17%	22,51%	6,00%	-34,09%	1,57%
Olhão	17,78%	9,45%	2,36%	-0,46%	28,75%	16,39%	14,07%	-3,09%	-22,48%	6,24%
Portimão	1,06%	12,94%	-10,44%	-8,44%	21,38%	18,87%	28,03%	-9,13%	-29,16%	3,69%
S. Brás de Alportel	18,78%	2,29%	-6,38%	4,97%	31,94%	12,30%	12,92%	8,77%	-21,47%	6,83%
Silves	17,35%	26,54%	6,57%	-19,52%	27,74%	12,93%	22,28%	4,83%	-16,47%	8,44%
Tavira	2,87%	21,06%	5,41%	-21,42%	50,84%	15,66%	22,61%	-17,19%	-18,84%	7,71%
Vila do Bispo	-58,61%	40,16%	9,63%	11,05%	8,13%	20,90%	28,69%	-21,35%	-53,54%	2,49%
Vila Real de S.to António	16,81%	6,01%	-3,91%	6,12%	22,76%	17,32%	25,89%	-10,57%	-26,24%	5,78%
TOTAIS	5,54%	13,92%	11,70%	-20,11%	28,88%	15,93%	26,37%	-11,53%	-20,11%	5,90%

Fonte: Autor

Cálculo: (impostos património 2001 – impostos património 2000) / impostos património 2001; (...)

APÊNDICE 138: Peso dos impostos sobre o património nas receitas próprias, por município, de 2000 a 2009 (em percentagem)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Albufeira	65,30%	59,81%	62,80%	63,31%	39,90%	36,81%	52,49%	67,68%	65,51%	63,61%	57,72%
Alcoutim	36,95%	37,77%	32,80%	23,27%	23,01%	29,79%	20,82%	30,53%	32,40%	34,69%	30,20%
Aljezur	43,58%	59,04%	44,58%	46,33%	47,24%	53,06%	59,42%	62,34%	60,53%	53,83%	52,99%
Castro Marim	66,62%	63,20%	67,10%	51,35%	48,32%	41,50%	54,89%	43,30%	64,01%	65,70%	56,60%
Faro	66,10%	63,62%	65,89%	59,63%	42,26%	52,77%	55,19%	61,78%	66,02%	59,45%	59,27%
Lagoa	58,50%	60,10%	58,37%	62,90%	49,49%	54,57%	61,59%	65,62%	60,55%	56,06%	58,77%
Lagos	60,64%	58,71%	62,06%	63,22%	33,36%	53,65%	62,80%	64,20%	63,14%	54,18%	57,60%
Loulé	73,33%	72,41%	74,93%	76,35%	48,91%	68,40%	74,17%	81,84%	76,92%	76,90%	72,42%
Monchique	36,17%	56,81%	61,51%	57,70%	42,00%	36,89%	33,85%	61,81%	56,12%	46,60%	48,95%
Olhão	49,04%	50,58%	48,79%	45,28%	32,21%	44,11%	48,62%	46,22%	49,77%	46,53%	46,12%
Portimão	71,37%	73,50%	76,60%	74,86%	54,47%	56,92%	74,45%	77,94%	75,07%	69,39%	70,46%
S. Brás de Alportel	45,39%	47,93%	46,62%	43,07%	36,17%	47,44%	49,16%	49,62%	44,05%	44,46%	45,39%
Silves	48,58%	49,08%	56,12%	52,08%	41,04%	44,18%	52,53%	59,91%	60,74%	52,15%	51,64%
Tavira	40,74%	38,51%	38,66%	40,87%	29,55%	51,45%	55,14%	61,36%	62,28%	52,53%	47,11%
Vila do Bispo	66,16%	56,42%	64,51%	64,39%	46,35%	58,30%	66,78%	66,41%	63,34%	55,90%	60,86%
Vila Real de S.to António	36,47%	37,68%	40,83%	36,82%	33,17%	35,98%	32,89%	46,04%	29,45%	37,31%	36,66%
TOTAIS	61,42%	60,43%	62,65%	62,01%	42,13%	51,97%	59,72%	67,21%	63,96%	61,18%	59,27%

Fonte: Autor

Cálculo: impostos património 2000/receitas próprias 2000; (...)

APÊNDICE 139: Peso dos impostos sobre o património no total das receitas nos municípios do Algarve, de 2000 a 2009 (em percentagem)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Albufeira	42,99%	35,26%	34,90%	44,61%	28,13%	29,59%	45,26%	57,66%	56,34%	44,90%	41,96%
Alcoutim	2,62%	2,44%	2,24%	2,72%	2,49%	3,38%	3,03%	4,04%	2,48%	3,43%	2,89%
Aljezur	10,54%	14,36%	9,75%	10,42%	14,07%	17,36%	20,82%	21,30%	20,54%	21,81%	16,10%
Castro Marim	27,62%	23,92%	22,57%	21,16%	17,71%	17,41%	23,30%	22,21%	29,50%	28,66%	23,41%
Faro	36,93%	31,61%	35,91%	35,65%	21,96%	27,96%	35,96%	41,75%	39,21%	31,29%	33,82%
Lagoa	39,06%	42,40%	42,00%	43,88%	35,70%	40,44%	47,34%	52,55%	49,91%	44,32%	43,76%
Lagos	42,34%	32,67%	42,50%	44,02%	28,65%	41,70%	47,24%	49,99%	52,54%	37,26%	41,89%
Loulé	57,04%	44,95%	51,21%	53,82%	36,65%	51,31%	56,45%	70,37%	63,21%	52,58%	53,76%
Monchique	6,60%	7,79%	6,94%	5,83%	4,10%	6,71%	6,61%	10,50%	11,91%	8,33%	7,53%
Olhão	24,15%	20,13%	21,80%	23,26%	20,03%	26,13%	30,93%	20,80%	32,66%	22,36%	24,22%
Portimão	44,42%	39,62%	55,49%	45,17%	38,25%	41,96%	50,94%	59,44%	47,47%	38,73%	46,15%
S. Brás de Alportel	14,44%	15,81%	17,79%	16,48%	14,22%	20,24%	24,01%	25,43%	22,84%	19,59%	19,08%
Silves	23,74%	25,02%	26,82%	27,20%	24,03%	26,57%	28,52%	37,63%	40,60%	23,19%	28,33%
Tavira	15,09%	16,13%	20,71%	21,40%	16,15%	32,76%	36,55%	42,94%	39,78%	30,08%	27,16%
Vila do Bispo	33,11%	19,11%	26,49%	24,40%	24,00%	31,18%	33,03%	39,31%	37,99%	24,10%	29,27%
Vila Real de S.to António	19,15%	20,73%	23,37%	20,46%	18,08%	24,04%	24,86%	31,89%	22,13%	22,60%	22,73%
TOTAIS	34,45%	30,68%	34,65%	36,08%	26,31%	34,28%	40,49%	47,52%	45,03%	35,90%	36,54%

Fonte: Autor

Cálculo: impostos património 2000/total receitas 2000; (...)

APÊNDICE 140: Valor dos fundos do OE, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	6.985.480	6.545.036	7.549.357	7.353.019	7.635.375	7.788.083	7.788.083	7.139.078	7.028.745	6.354.591	72.166.847	7,79%
Alcoutim	3.914.297	4.447.701	5.083.728	5.312.491	5.631.240	5.772.021	5.772.021	5.772.021	6.060.622	6.322.136	54.088.278	5,84%
Aljezur	3.587.679	3.981.280	4.680.167	4.755.381	5.040.704	5.166.722	5.166.722	5.166.722	5.166.722	5.166.722	47.878.821	5,17%
Castro Marim	3.298.745	3.717.212	4.272.205	4.439.968	4.706.366	4.824.025	4.824.025	3.959.710	4.735.598	3.965.921	42.743.775	4,61%
Faro	8.244.785	6.224.419	6.763.999	6.867.394	7.194.759	7.338.654	7.338.654	6.360.169	7.012.762	7.363.400	70.708.995	7,63%
Lagoa	5.542.358	4.382.373	4.916.131	4.923.376	5.112.434	5.214.683	5.214.683	4.519.395	4.706.252	4.470.939	49.002.624	5,29%
Lagos	4.392.065	4.303.833	4.894.453	4.835.140	5.020.809	5.121.225	5.121.225	4.865.164	4.621.906	4.390.811	47.566.631	5,13%
Loulé	9.389.242	9.421.409	10.249.804	10.571.061	10.942.794	11.161.650	11.161.650	10.231.516	11.161.650	9.997.372	104.288.148	11,25%
Monchique	4.806.940	4.732.076	5.518.061	5.652.157	5.991.286	6.141.068	6.141.068	5.629.315	6.448.121	6.770.527	57.830.619	6,24%
Olhão	5.511.901	5.424.322	6.309.469	6.261.109	6.441.429	6.570.258	6.570.258	6.514.583	6.840.312	6.725.198	63.168.840	6,82%
Portimão	5.930.926	6.043.999	6.894.599	6.622.561	6.813.291	6.949.557	6.949.557	6.022.951	6.271.975	5.958.126	64.457.543	6,96%
S. Brás de Alportel	2.812.567	2.880.458	3.331.611	3.327.333	3.487.045	3.556.786	3.556.786	3.260.390	3.734.625	3.921.356	33.868.957	3,65%
Silves	7.421.345	6.982.123	7.906.558	7.844.064	8.145.276	8.308.182	8.308.182	7.200.428	8.287.412	8.701.783	79.105.353	8,54%
Tavira	7.274.464	5.989.251	6.551.641	6.728.622	6.987.001	7.126.741	7.126.741	6.176.512	6.927.518	7.124.069	68.012.559	7,34%
Vila do Bispo	2.502.374	2.902.854	3.318.648	3.467.270	3.675.306	3.733.889	3.767.189	3.453.259	3.767.189	3.767.189	34.355.168	3,71%
Vila Real de S.to António	4.123.248	3.253.389	3.687.636	3.758.119	3.938.509	4.017.279	4.017.279	3.557.915	3.625.594	3.444.098	37.423.066	4,04%
TOTAIS	85.738.415	81.231.737	91.928.067	92.719.065	96.763.624	98.790.823	98.824.123	89.829.128	96.397.003	94.444.238	926.666.222	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 141: Variação dos fundos do OE, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	-440.444	1.004.321	-196.338	282.356	152.708	0	-649.005	-110.333	-674.154	-630.889
Alcoutim	533.404	636.027	228.763	318.749	140.781	0	0	288.601	261.514	2.407.839
Aljezur	393.601	698.887	75.214	285.323	126.018	0	0	0	0	1.579.043
Castro Marim	418.466	554.993	167.763	266.398	117.659	0	-864.315	775.888	-769.677	667.176
Faro	-2.020.366	539.580	103.395	327.365	143.895	0	-978.485	652.593	350.638	-881.385
Lagoa	-1.159.984	533.757	7.245	189.058	102.249	0	-695.288	186.857	-235.313	-1.071.419
Lagos	-88.232	590.620	-59.313	185.669	100.416	0	-256.061	-243.258	-231.095	-1.254
Loulé	32.167	828.395	321.257	371.733	218.856	0	-930.134	930.134	-1.164.278	608.130
Monchique	-74.865	785.986	134.096	339.129	149.782	0	-511.753	818.806	322.406	1.963.587
Olhão	-87.579	885.147	-48.360	180.320	128.829	0	-55.675	325.729	-115.114	1.213.297
Portimão	113.072	850.600	-272.038	190.730	136.266	0	-926.606	249.024	-313.849	27.200
S. Brás de Alportel	67.891	451.153	-4.278	159.712	69.741	0	-296.396	474.235	186.731	1.108.789
Silves	-439.221	924.435	-62.494	301.212	162.906	0	-1.107.754	1.086.984	414.371	1.280.438
Tavira	-1.285.213	562.390	176.981	258.379	139.740	0	-950.229	751.006	196.551	-150.395
Vila do Bispo	400.480	415.794	148.622	208.036	58.583	33.300	-313.930	313.930	0	1.264.815
Vila Real de S.to António	-869.859	434.246	70.483	180.390	78.770	0	-459.364	67.679	-181.496	-679.150
TOTAIS	-4.506.679	10.696.330	790.998	4.044.559	2.027.199	33.300	-8.994.995	6.567.875	-1.952.765	8.705.823

Fonte: Autor

Cálculo: (fundos OE 2001 - fundos OE 2000) + (fundos OE 2002 - fundos OE 2001); (...)

APÊNDICE 142: Variação dos fundos do OE, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	-6,73%	13,30%	-2,67%	3,70%	1,96%	0,00%	-9,09%	-1,57%	-10,61%	-0,87%
Alcoutim	11,99%	12,51%	4,31%	5,66%	2,44%	0,00%	0,00%	4,76%	4,14%	4,45%
Aljezur	9,89%	14,93%	1,58%	5,66%	2,44%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,30%
Castro Marim	11,26%	12,99%	3,78%	5,66%	2,44%	0,00%	-21,83%	16,38%	-19,41%	1,56%
Faro	-32,46%	7,98%	1,51%	4,55%	1,96%	0,00%	-15,38%	9,31%	4,76%	-1,25%
Lagoa	-26,47%	10,86%	0,15%	3,70%	1,96%	0,00%	-15,38%	3,97%	-5,26%	-2,19%
Lagos	-2,05%	12,07%	-1,23%	3,70%	1,96%	0,00%	-5,26%	-5,26%	-5,26%	0,00%
Loulé	0,34%	8,08%	3,04%	3,40%	1,96%	0,00%	-9,09%	8,33%	-11,65%	0,58%
Monchique	-1,58%	14,24%	2,37%	5,66%	2,44%	0,00%	-9,09%	12,70%	4,76%	3,40%
Olhão	-1,61%	14,03%	-0,77%	2,80%	1,96%	0,00%	-0,85%	4,76%	-1,71%	1,92%
Portimão	1,87%	12,34%	-4,11%	2,80%	1,96%	0,00%	-15,38%	3,97%	-5,27%	0,04%
S. Brás de Alportel	2,36%	13,54%	-0,13%	4,58%	1,96%	0,00%	-9,09%	12,70%	4,76%	3,27%
Silves	-6,29%	11,69%	-0,80%	3,70%	1,96%	0,00%	-15,38%	13,12%	4,76%	1,62%
Tavira	-21,46%	8,58%	2,63%	3,70%	1,96%	0,00%	-15,38%	10,84%	2,76%	-0,22%
Vila do Bispo	13,80%	12,53%	4,29%	5,66%	1,57%	0,88%	-9,09%	8,33%	0,00%	3,68%
Vila Real de S.to António	-26,74%	11,78%	1,88%	4,58%	1,96%	0,00%	-12,91%	1,87%	-5,27%	-1,81%
TOTAIS	-5,55%	11,64%	0,85%	4,18%	2,05%	0,03%	-10,01%	6,81%	-2,07%	0,94%

Fonte: Autor

Cálculo: (fundos OE 2001 - fundos OE 2000) / fundos OE 2001; (...)

APÊNDICE 143: Peso dos fundos do OE no total das receitas correntes, por município, de 2000 a 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS/ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	MÉDIA
Albufeira	14,82%	14,34%	15,85%	11,88%	10,24%	8,67%	7,62%	6,83%	6,95%	7,28%	10,45%
Alcoutim	85,94%	85,04%	86,11%	84,98%	82,60%	81,46%	80,96%	80,17%	80,89%	80,97%	82,91%
Aljezur	61,35%	56,20%	60,36%	55,58%	44,94%	50,36%	45,15%	39,18%	41,77%	41,73%	49,66%
Castro Marim	40,52%	39,15%	43,10%	40,81%	35,99%	31,64%	35,14%	19,61%	31,38%	28,28%	34,56%
Faro	19,08%	16,54%	17,62%	16,16%	16,18%	16,27%	18,08%	19,14%	20,84%	19,95%	17,99%
Lagoa	15,78%	15,68%	16,24%	13,14%	12,92%	10,79%	11,29%	9,25%	10,70%	12,60%	12,84%
Lagos	13,71%	12,53%	13,16%	10,31%	9,56%	8,43%	7,49%	7,51%	7,99%	9,17%	9,99%
Loulé	14,27%	12,63%	11,86%	10,72%	9,54%	8,92%	8,43%	7,13%	8,65%	8,55%	10,07%
Monchique	68,45%	65,76%	71,37%	69,39%	68,48%	67,95%	65,64%	60,60%	64,69%	63,70%	66,60%
Olhão	31,42%	27,45%	29,59%	26,60%	21,60%	22,78%	19,13%	18,68%	20,37%	18,78%	23,64%
Portimão	15,07%	15,62%	16,55%	16,45%	13,43%	11,58%	12,44%	10,10%	11,15%	11,55%	13,39%
S. Brás de Alportel	42,10%	38,85%	42,07%	39,54%	36,06%	32,61%	30,61%	28,41%	30,73%	31,01%	35,20%
Silves	32,26%	27,37%	27,66%	23,08%	23,67%	21,71%	20,47%	17,40%	19,12%	18,86%	23,16%
Tavira	28,38%	26,56%	22,29%	23,12%	20,77%	18,89%	17,23%	14,39%	18,34%	20,41%	21,04%
Vila do Bispo	34,12%	44,09%	38,03%	36,58%	30,52%	31,39%	29,30%	22,02%	26,09%	32,11%	32,42%
Vila Real de S.to António	18,12%	16,49%	19,07%	16,74%	15,07%	13,01%	12,23%	10,86%	7,93%	12,97%	14,25%
TOTAL	21,95%	20,86%	21,45%	18,98%	17,22%	15,72%	14,95%	12,80%	14,36%	15,52%	17,38%

Fonte: Autor

APÊNDICE 144: Peso dos fundos do OE no total das receitas de capital, por município, de 2000 a 2009 (em percentagem)

MUNICÍPIOS/ANOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	MÉDIA
Albufeira	37,57%	37,57%	18,76%	27,61%	26,24%	19,88%	84,33%	38,14%	50,26%	11,46%	35,18%
Alcoutim	59,64%	59,64%	55,65%	61,54%	60,08%	52,43%	47,15%	55,79%	42,63%	71,14%	56,57%
Aljezur	43,44%	43,44%	36,92%	37,49%	85,46%	71,74%	51,93%	29,45%	37,83%	67,29%	50,50%
Castro Marim	61,07%	61,07%	43,28%	68,89%	34,36%	36,33%	38,18%	27,43%	43,59%	28,82%	44,30%
Faro	44,07%	44,07%	22,82%	28,51%	18,85%	22,64%	27,29%	15,44%	12,57%	8,70%	24,50%
Lagoa	74,09%	74,09%	59,82%	37,04%	42,60%	45,62%	53,88%	39,36%	64,19%	53,16%	54,38%
Lagos	52,58%	52,58%	37,59%	31,12%	12,83%	39,23%	30,62%	20,56%	47,77%	10,69%	33,56%
Loulé	91,19%	91,19%	29,06%	28,70%	33,13%	20,68%	30,43%	51,27%	37,75%	11,39%	42,48%
Monchique	33,48%	33,48%	28,90%	27,21%	23,55%	36,06%	36,86%	50,90%	76,84%	75,87%	42,32%
Olhão	53,28%	53,28%	28,97%	38,44%	43,16%	32,33%	49,32%	9,65%	46,92%	24,75%	38,01%
Portimão	25,56%	25,56%	57,97%	27,13%	41,86%	40,80%	27,91%	22,59%	8,97%	7,89%	28,63%
S. Brás de Alportel	33,82%	33,82%	48,49%	51,69%	39,83%	46,53%	63,04%	45,10%	30,24%	40,91%	43,35%
Silves	64,55%	64,55%	35,49%	43,48%	59,35%	34,06%	31,20%	36,41%	60,46%	15,09%	44,46%
Tavira	26,00%	26,00%	33,28%	31,12%	33,61%	47,98%	51,41%	40,91%	40,00%	21,67%	35,20%
Vila do Bispo	66,50%	66,50%	51,95%	37,73%	42,32%	83,43%	50,49%	45,58%	78,86%	38,09%	56,15%
Vila Real de S.to António	30,72%	30,72%	22,67%	23,20%	18,83%	32,86%	20,96%	16,60%	18,17%	9,83%	22,45%
TOTAL	42,97%	25,51%	32,58%	33,46%	31,23%	32,98%	37,77%	28,27%	34,67%	19,19%	31,86%

Fonte: Autor

APÉNDICE 145: Valor das comparticipações do FEDER, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	4.518.081	7.037.649	1.863.547	1.884.169	5.392.363	2.026.861	155.898	52.762	1.961.194	598.619	25.491.143	8,96%
Alcoutim	828.074	944.653	1.201.844	0	0	736.559	1.983.862	1.492.965	3.144.925	997.571	11.330.455	3,98%
Aljezur	1.444.733	970.027	1.805.567	1.326.059	208.767	575.430	847.671	2.674.706	2.114.755	260.959	12.228.675	4,30%
Castro Marim	525.633	1.094.113	377.876	744.063	3.015.736	1.843.674	2.305.839	3.264.223	1.743.356	972.040	15.886.554	5,58%
Faro	2.189.618	5.014.405	1.258.558	1.787.343	3.021.299	3.984.381	2.720.123	771.128	2.743.199	519.520	24.009.574	8,44%
Lagoa	89.694	874.044	968.822	2.022.895	1.848.635	603.794	1.195.937	1.534.813	495.255	652.251	10.286.138	3,61%
Lagos	561.996	1.804.332	1.791.437	2.110.411	493.340	2.110.902	1.719.174	2.661.910	755.042	775.613	14.784.156	5,20%
Loulé	322.398	6.271.900	1.915.849	0	0	0	0	0	2.762.680	1.602.909	12.875.736	4,52%
Monchique	1.010.440	3.369.794	3.437.207	3.237.573	4.630.854	382.556	1.133.860	1.820.060	606.668	662.067	20.291.078	7,13%
Olhão	1.085.948	4.176.131	1.481.204	1.929.584	663.853	1.138.025	1.498.634	3.165.552	1.774.260	2.333.517	19.246.706	6,76%
Portimão	2.241.398	3.610.529	281.667	4.967.651	2.742.748	1.643.432	3.103.282	2.128.046	3.264.449	2.244.652	26.227.854	9,22%
S. Brás de Alportel	1.832.404	1.713.116	1.129.122	890.015	1.465.280	1.546.169	713.748	843.513	696.846	625.452	11.455.665	4,03%
Silves	1.750.541	734.196	1.480.735	2.292.531	1.041.083	2.261.485	2.964.242	3.242.550	984.314	109.539	16.861.216	5,93%
Tavira	708.892	3.047.810	1.447.470	2.187.536	2.345.493	2.133.892	1.351.422	2.069.914	2.806.526	1.630.553	19.729.507	6,93%
Vila do Bispo	386.698	1.100.328	1.124.033	1.590.528	476.944	158.705	1.445.205	1.287.537	302.437	1.492.617	9.365.032	3,29%
Vila Real de S.to António	4.073.428	5.009.278	3.231.514	4.498.773	5.663.273	1.557.183	1.337.774	4.451.554	1.750.243	2.926.539	34.499.557	12,12%
TOTAIS	23.569.976	46.772.304	24.796.452	31.469.130	33.009.667	22.703.047	24.476.672	31.461.232	27.906.150	18.404.417	284.569.047	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 146: Variação das comparticipações do FEDER, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	2.519.568	-5.174.103	20.622	3.508.194	-3.365.502	-1.870.963	-103.137	1.908.433	-1.362.576	-3.919.463
Alcoutim	116.579	257.191	-1.201.844	0	736.559	1.247.303	-490.897	1.651.960	-2.147.354	169.497
Aljezur	-474.706	835.540	-479.509	-1.117.292	366.663	272.241	1.827.035	-559.951	-1.853.796	-1.183.774
Castro Marim	568.480	-716.237	366.186	2.271.673	-1.172.062	462.165	958.384	-1.520.866	-771.317	446.407
Faro	2.824.787	-3.755.847	528.785	1.233.956	963.082	-1.264.258	-1.948.995	1.972.071	-2.223.679	-1.670.098
Lagoa	784.350	94.778	1.054.073	-174.260	-1.244.841	592.143	338.876	-1.039.558	156.996	562.558
Lagos	1.242.336	-12.895	318.974	-1.617.071	1.617.562	-391.728	942.736	-1.906.867	20.570	213.617
Loulé	5.949.502	-4.356.051	-1.915.849	0	0	0	0	2.762.680	-1.159.771	1.280.511
Monchique	2.359.354	67.413	-199.634	1.393.281	-4.248.298	751.304	686.200	-1.213.392	55.399	-348.373
Olhão	3.090.183	-2.694.926	448.380	-1.265.731	474.172	360.609	1.666.918	-1.391.293	559.257	1.247.569
Portimão	1.369.130	-3.328.862	4.685.985	-2.224.903	-1.099.316	1.459.851	-975.236	1.136.403	-1.019.797	3.254
S. Brás de Alportel	-119.288	-583.994	-239.107	575.265	80.889	-832.421	129.765	-146.668	-71.394	-1.206.952
Silves	-1.016.346	746.540	811.796	-1.251.448	1.220.403	702.756	278.308	-2.258.236	-874.775	-1.641.002
Tavira	2.338.918	-1.600.340	740.066	157.957	-211.601	-782.470	718.491	736.612	-1.175.973	921.661
Vila do Bispo	713.630	23.704	466.496	-1.113.584	-318.240	1.286.501	-157.668	-985.100	1.190.180	1.105.919
Vila Real de S.to António	935.850	-1.777.763	1.267.259	1.164.500	-4.106.091	-219.409	3.113.780	-2.701.311	1.176.296	-1.146.890
TOTAIS	23.202.327	-21.975.852	6.672.678	1.540.537	-10.306.620	1.773.625	6.984.561	-3.555.083	-9.501.733	-5.165.560

Fonte: Autor

Cálculo: (comparticipações FEDER 2001 - participações FEDER 2000) + (comparticipações FEDER 2002 - participações FEDER 2001); (...)

APÊNDICE 147: Variação das participações do FEDER, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	35,80%	-277,65%	1,09%	65,06%	-166,05%	-1200,12%	-195,48%	97,31%	-227,62%	-15,38%
Alcoutim	12,34%	21,40%	0,00%	0,00%	100,00%	62,87%	-32,88%	52,53%	-215,26%	1,50%
Aljezur	-48,94%	46,28%	-36,16%	-535,19%	63,72%	32,12%	68,31%	-26,48%	-710,38%	-9,68%
Castro Marim	51,96%	-189,54%	49,21%	75,33%	-63,57%	20,04%	29,36%	-87,24%	-79,35%	2,81%
Faro	56,33%	-298,42%	29,58%	40,84%	24,17%	-46,48%	-252,75%	71,89%	-428,03%	-6,96%
Lagoa	89,74%	9,78%	52,11%	-9,43%	-206,17%	49,51%	22,08%	-209,90%	24,07%	5,47%
Lagos	68,85%	-0,72%	15,11%	-327,78%	76,63%	-22,79%	35,42%	-252,55%	2,65%	1,44%
Loulé	94,86%	-227,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	-72,35%	9,95%
Monchique	70,01%	1,96%	-6,17%	30,09%	-1110,50%	66,26%	37,70%	-200,01%	8,37%	-1,72%
Olhão	74,00%	-181,94%	23,24%	-190,66%	41,67%	24,06%	52,66%	-78,42%	23,97%	6,48%
Portimão	37,92%	-1181,85%	94,33%	-81,12%	-66,89%	47,04%	-45,83%	34,81%	-45,43%	0,01%
S. Brás de Alportel	-6,96%	-51,72%	-26,87%	39,26%	5,23%	-116,63%	15,38%	-21,05%	-11,41%	-10,54%
Silves	-138,43%	50,42%	35,41%	-120,21%	53,96%	23,71%	8,58%	-229,42%	-798,60%	-9,73%
Tavira	76,74%	-110,56%	33,83%	6,73%	-9,92%	-57,90%	34,71%	26,25%	-72,12%	4,67%
Vila do Bispo	64,86%	2,11%	29,33%	-233,48%	-200,52%	89,02%	-12,25%	-325,72%	79,74%	11,81%
Vila Real de S.to António	18,68%	-55,01%	28,17%	20,56%	-263,69%	-16,40%	69,95%	-154,34%	40,19%	-3,32%
TOTAIS	49,61%	-88,62%	21,20%	4,67%	-45,40%	7,25%	22,20%	-12,74%	-51,63%	-1,82%

Fonte: Autor

Cálculo: (participações FEDER 2001 - participações FEDER 2000) / participações FEDER 2001; (...)

APÊNDICE 148: Valor dos passivos financeiros, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	406.949	1.777.102	10.472.921	4.411.930	2.885.439	755.687	99.417	1.426.967	3.033	12.269.932	34.509.377	11,57%
Alcoutim	248.012	1.242.181	340.803	24.998	84.001	25.350	0	0	0	0	1.965.345	0,66%
Aljezur	106.264	451.412	688.615	1.663.945	76.781	0	575.000	1.630.000	600.000	0	5.792.017	1,94%
Castro Marim	0	0	1.662.455	0	568.109	1.533.714	210.860	708.778	0	2.214.726	6.898.641	2,31%
Faro	2.664.080	5.247.005	7.366.187	4.769.081	9.017.709	5.139.661	1.214.328	2.035.525	3.934.745	7.625.810	49.014.130	16,43%
Lagoa	857.932	0	0	945.340	598.560	182.770	404.801	342.440	150.952	194.247	3.677.043	1,23%
Lagos	798.077	5.985.575	1.216.693	1.084.060	672.477	648.230	1.603.043	1.359.252	0	3.958.540	17.325.946	5,81%
Loulé	0	6.391.437	7.574.903	6.303.400	4.296.967	0	889.633	100.000	0	17.760.000	43.316.340	14,52%
Monchique	2.848.101	399.038	1.592.250	1.618.466	15.687	2.947.470	1.603.238	0	0	0	11.024.250	3,70%
Olhão	727.237	2.472.466	3.421.150	1.409.790	1.299.349	2.002.248	181.145	8.006.534	0	4.100.000	23.619.920	7,92%
Portimão	3.906.121	5.282.025	646.104	1.461.960	675.500	1.309.107	1.616.055	2.160.208	10.901.238	10.840.541	38.798.859	13,01%
S. Brás de Alportel	362.626	686.795	119.712	282.326	251.741	65.223	92.832	0	981.120	980.987	3.823.361	1,28%
Silves	0	299.279	3.815.051	1.270.019	345.085	653.477	1.238.302	0	0	15.000.000	22.621.213	7,58%
Tavira	8.842.914	5.279.925	2.723.356	2.849.024	2.159.774	46.240	0	90.777	0	2.519.215	24.511.225	8,22%
Vila do Bispo	15.777	175.482	0	303.157	0	10.706	0	2.370	82.238	809.431	1.399.161	0,47%
Vila Real de S.to António	0	0	495.396	0	926.867	525.961	603.569	0	3.045.000	4.413.516	10.010.310	3,36%
TOTAIS	21.784.090	35.689.723	42.135.595	28.397.496	23.874.045	15.845.844	10.332.223	17.862.851	19.698.326	82.686.944	298.307.138	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 149: Variação dos passivos financeiros, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros e percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Total (€)	Total (%)
Albufeira	1.370.153	8.695.819	-6.060.991	-1.526.492	-2.129.751	-656.270	1.327.550	-1.423.934	12.266.899	11.862.982	34,38%
Alcoutim	994.169	-901.379	-315.805	59.004	-58.652	-25.350	0	0	0	-248.012	-12,62%
Aljezur	345.148	237.203	975.330	-1.587.165	-76.781	575.000	1.055.000	-1.030.000	-600.000	-106.264	-1,83%
Castro Marim	0	1.662.455	-1.662.455	568.109	965.605	-1.322.855	497.919	-708.778	2.214.726	2.214.726	32,10%
Faro	2.582.925	2.119.182	-2.597.106	4.248.627	-3.878.048	-3.925.333	821.197	1.899.220	3.691.066	4.961.731	10,12%
Lagoa	-857.932	0	945.340	-346.780	-415.790	222.031	-62.361	-191.488	43.294	-663.686	-18,05%
Lagos	5.187.498	-4.768.881	-132.634	-411.583	-24.247	954.813	-243.791	-1.359.252	3.958.540	3.160.463	18,24%
Loulé	6.391.437	1.183.467	-1.271.503	-2.006.433	-4.296.967	889.633	-789.633	-100.000	17.760.000	17.760.000	41,00%
Monchique	-2.449.063	1.193.212	26.216	-1.602.779	2.931.783	-1.344.232	-1.603.238	0	0	-2.848.101	-25,83%
Olhão	1.745.229	948.684	-2.011.360	-110.441	702.899	-1.821.103	7.825.389	-8.006.534	4.100.000	3.372.763	14,28%
Portimão	1.375.904	-4.635.922	815.857	-786.460	633.607	306.948	544.153	8.741.030	-60.697	6.934.420	17,87%
S. Brás de Alportel	324.169	-567.083	162.614	-30.585	-186.517	27.609	-92.832	981.120	-134	618.361	16,17%
Silves	299.279	3.515.772	-2.545.031	-924.934	308.392	584.825	-1.238.302	0	15.000.000	15.000.000	66,31%
Tavira	-3.562.988	-2.556.569	125.667	-689.250	-2.113.534	-46.240	90.777	-90.777	2.519.215	-6.323.698	-25,80%
Vila do Bispo	159.705	-175.482	303.157	-303.157	10.706	-10.706	2.370	79.868	727.193	793.654	56,72%
Vila Real de S.to António	0	495.396	-495.396	926.867	-400.906	77.608	-603.569	3.045.000	1.368.516	4.413.516	44,09%
TOTAIS	13.905.632	6.445.872	-13.738.099	-4.523.451	-8.028.201	-5.513.621	7.530.628	1.835.475	62.988.618	60.902.854	20,42%

Fonte: Autor

Cálculo: (passivos financeiros 2001 - passivos financeiros 2000) + (passivos financeiros 2002 - passivos financeiros 2001); (...)

APÊNDICE 150: Valor da despesa, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	39.297.119	43.281.432	44.978.462	48.037.845	56.218.037	60.255.580	60.787.733	69.410.288	81.422.104	94.608.265	598.296.866	12,99%
Alcoutim	5.322.952	7.371.240	6.778.937	7.166.379	7.882.538	9.058.815	7.786.049	8.507.459	10.516.158	8.666.560	79.057.087	1,72%
Aljezur	6.836.833	7.393.467	9.628.105	9.917.138	8.528.781	9.951.634	10.853.969	14.899.442	12.881.806	10.606.309	101.497.486	2,20%
Castro Marim	7.132.466	11.485.819	10.055.939	9.105.763	10.835.403	16.031.758	12.253.653	14.632.331	17.775.979	12.429.175	121.738.286	2,64%
Faro	30.792.834	37.678.096	32.850.609	34.924.215	40.680.717	39.971.785	36.834.692	35.793.716	37.026.282	41.992.929	368.545.874	8,00%
Lagoa	17.848.485	21.769.680	21.601.607	27.919.692	26.125.471	33.511.170	31.865.577	34.155.481	37.922.615	24.080.164	276.799.943	6,01%
Lagos	22.312.437	32.054.055	29.145.439	32.463.746	36.639.126	48.668.015	46.660.241	50.992.991	52.240.896	47.038.224	398.215.168	8,64%
Loulé	44.498.643	61.033.330	67.595.231	74.201.530	79.142.325	90.999.124	93.175.289	97.974.380	105.963.608	124.077.451	838.660.910	18,20%
Monchique	10.623.348	10.136.646	12.651.592	13.225.495	14.895.110	12.261.317	12.197.081	10.049.415	9.349.922	9.979.316	115.369.241	2,50%
Olhão	14.449.721	21.030.826	20.511.999	21.654.652	23.780.612	25.629.891	25.748.734	44.816.042	27.933.417	32.927.142	258.483.036	5,61%
Portimão	31.932.707	38.147.345	30.388.808	33.811.728	36.931.518	42.847.698	43.562.744	54.097.239	59.527.807	56.446.036	427.693.631	9,28%
S. Brás de Alportel	7.632.760	7.890.354	7.039.908	7.160.688	9.520.155	9.716.337	8.668.843	9.675.177	13.154.896	12.214.206	92.673.324	2,01%
Silves	17.923.265	19.597.460	25.753.860	28.274.830	26.791.659	32.731.737	34.851.411	34.211.266	33.223.064	48.241.286	301.599.837	6,55%
Tavira	26.898.904	25.906.939	25.291.815	26.147.975	28.649.863	28.335.267	29.734.674	31.692.798	33.584.986	33.039.002	289.282.222	6,28%
Vila do Bispo	5.358.900	7.191.449	7.662.041	8.993.461	8.258.044	10.827.325	11.473.318	10.870.661	12.392.816	11.584.763	94.612.778	2,05%
Vila Real de S. to António	17.495.436	18.479.903	18.954.920	19.621.467	21.039.424	26.387.796	22.988.219	33.087.590	37.773.583	29.125.402	244.953.740	5,32%
TOTAIS	306.356.810	370.448.040	370.889.274	402.626.601	435.918.783	497.185.248	489.442.225	554.866.278	582.689.940	597.056.229	4.607.479.429	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 151: Variação da despesa, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Varição total
Albufeira	3.984.313	1.697.030	3.059.383	8.180.193	4.037.543	532.153	8.622.555	12.011.816	13.186.161	55.311.146
Alcoutim	2.048.289	-592.304	387.442	716.159	1.176.277	-1.272.766	721.410	2.008.699	-1.849.599	3.343.608
Aljezur	556.634	2.234.639	289.032	-1.388.356	1.422.853	902.335	4.045.473	-2.017.636	-2.275.497	3.769.476
Castro Marim	4.353.353	-1.429.880	-950.177	1.729.640	5.196.355	-3.778.105	2.378.679	3.143.648	-5.346.804	5.296.709
Faro	6.885.262	-4.827.487	2.073.606	5.756.502	-708.932	-3.137.093	-1.040.975	1.232.566	4.966.647	11.200.095
Lagoa	3.921.195	-168.073	6.318.085	-1.794.221	7.385.698	-1.645.593	2.289.905	3.767.134	-13.842.451	6.231.679
Lagos	9.741.618	-2.908.616	3.318.307	4.175.380	12.028.889	-2.007.774	4.332.750	1.247.905	-5.202.672	24.725.787
Loulé	16.534.686	6.561.901	6.606.299	4.940.795	11.856.799	2.176.165	4.799.092	7.989.227	18.113.843	79.578.808
Monchique	-486.702	2.514.947	573.902	1.669.616	-2.633.794	-64.235	-2.147.666	-699.492	629.393	-644.032
Olhão	6.581.105	-518.827	1.142.653	2.125.960	1.849.279	118.843	19.067.308	-16.882.625	4.993.725	18.477.420
Portimão	6.214.638	-7.758.536	3.422.920	3.119.790	5.916.179	715.046	10.534.495	5.430.568	-3.081.771	24.513.329
S. Brás de Alportel	257.594	-850.446	120.780	2.359.467	196.182	-1.047.494	1.006.335	3.479.718	-940.690	4.581.445
Silves	1.674.195	6.156.400	2.520.970	-1.483.171	5.940.078	2.119.674	-640.144	-988.203	15.018.223	30.318.021
Tavira	-991.964	-615.124	856.159	2.501.888	-314.595	1.399.407	1.958.124	1.892.187	-545.983	6.140.099
Vila do Bispo	1.832.549	470.592	1.331.420	-735.417	2.569.281	645.993	-602.657	1.522.156	-808.054	6.225.863
Vila Real de S.to António	984.467	475.017	666.547	1.417.957	5.348.373	-3.399.577	10.099.371	4.685.994	-8.648.182	11.629.966
TOTAIS	64.091.230	441.234	31.737.327	33.292.182	61.266.465	-7.743.023	65.424.053	27.823.662	14.366.288	290.699.418

Fonte: Autor

Cálculo: (despesa 2001 - despesa 2000) + (despesa 2002 - despesa 2001); (...)

APÊNDICE 152: Variação da despesa, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	9,21%	3,77%	6,37%	14,55%	6,70%	0,88%	12,42%	14,75%	13,94%	9,24%
Alcoutim	27,79%	-8,74%	5,41%	9,09%	12,98%	-16,35%	8,48%	19,10%	-21,34%	4,23%
Aljezur	7,53%	23,21%	2,91%	-16,28%	14,30%	8,31%	27,15%	-15,66%	-21,45%	3,71%
Castro Marim	37,90%	-14,22%	-10,43%	15,96%	32,41%	-30,83%	16,26%	17,68%	-43,02%	4,35%
Faro	18,27%	-14,70%	5,94%	14,15%	-1,77%	-8,52%	-2,91%	3,33%	11,83%	3,04%
Lagoa	18,01%	-0,78%	22,63%	-6,87%	22,04%	-5,16%	6,70%	9,93%	-57,48%	2,25%
Lagos	30,39%	-9,98%	10,22%	11,40%	24,72%	-4,30%	8,50%	2,39%	-11,06%	6,21%
Loulé	27,09%	9,71%	8,90%	6,24%	13,03%	2,34%	4,90%	7,54%	14,60%	9,49%
Monchique	-4,80%	19,88%	4,34%	11,21%	-21,48%	-0,53%	-21,37%	-7,48%	6,31%	-0,56%
Olhão	31,29%	-2,53%	5,28%	8,94%	7,22%	0,46%	42,55%	-60,44%	15,17%	7,15%
Portimão	16,29%	-25,53%	10,12%	8,45%	13,81%	1,64%	19,47%	9,12%	-5,46%	5,73%
S. Brás de Alportel	3,26%	-12,08%	1,69%	24,78%	2,02%	-12,08%	10,40%	26,45%	-7,70%	4,94%
Silves	8,54%	23,90%	8,92%	-5,54%	18,15%	6,08%	-1,87%	-2,97%	31,13%	10,05%
Tavira	-3,83%	-2,43%	3,27%	8,73%	-1,11%	4,71%	6,18%	5,63%	-1,65%	2,12%
Vila do Bispo	25,48%	6,14%	14,80%	-8,91%	23,73%	5,63%	-5,54%	12,28%	-6,98%	6,58%
Vila Real de S.to António	5,33%	2,51%	3,40%	6,74%	20,27%	-14,79%	30,52%	12,41%	-29,69%	4,75%
TOTAIS	17,30%	0,12%	7,88%	7,64%	12,32%	-1,58%	11,79%	4,78%	2,41%	6,31%

Fonte: Autor

Cálculo: (despesa 2001 - despesa 2000) / despesa 2001; (...)

APÊNDICE 153: Valor das despesas com pessoal, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	9.824.797	11.296.949	12.539.912	13.792.484	14.898.893	16.259.863	17.225.655	18.040.983	18.750.522	22.516.606	155.146.667	13,11%
Alcoutim	1.541.934	1.723.082	1.845.412	2.006.786	2.016.164	2.227.277	2.391.624	2.327.969	2.397.925	2.465.673	20.943.846	1,77%
Aljezur	1.693.743	1.842.130	2.135.984	2.251.266	2.409.478	2.647.603	2.865.382	2.994.436	3.081.268	3.279.314	25.200.604	2,13%
Castro Marim	1.381.316	1.721.586	1.932.365	2.242.916	2.301.877	2.426.424	2.509.749	2.754.221	2.925.596	3.271.532	23.467.582	1,98%
Faro	7.657.889	8.819.186	9.021.807	9.990.364	10.925.762	11.700.084	11.615.131	12.267.740	12.749.831	16.207.900	110.955.695	9,38%
Lagoa	4.883.082	5.568.699	6.448.167	6.612.741	7.102.754	7.593.201	7.852.790	7.717.817	8.013.277	4.090.301	65.882.831	5,57%
Lagos	6.862.596	7.871.076	8.768.054	9.256.075	9.825.941	11.195.578	12.501.420	12.157.608	12.562.289	13.280.466	104.281.103	8,81%
Loulé	14.103.251	15.420.661	16.413.620	18.697.361	20.021.181	21.348.075	21.595.408	22.634.496	24.522.409	26.849.182	201.605.645	17,04%
Monchique	1.840.270	1.972.706	2.041.285	2.377.615	2.499.416	2.800.961	2.786.768	2.840.582	2.910.025	3.494.659	25.564.287	2,16%
Olhão	5.505.332	6.182.076	6.443.434	6.823.243	7.169.709	7.546.551	7.719.190	8.465.611	8.626.520	11.919.872	76.401.540	6,46%
Portimão	7.231.542	8.325.825	9.139.062	9.521.687	9.642.321	10.520.369	11.398.957	11.883.787	12.181.038	15.656.349	105.500.937	8,92%
S. Brás de Alportel	1.774.708	1.857.628	2.109.831	2.319.557	2.550.949	2.725.055	2.778.229	3.026.381	3.497.113	4.132.997	26.772.448	2,26%
Silves	5.663.042	6.317.335	6.879.103	7.683.599	7.915.980	8.520.507	8.845.273	9.782.956	10.299.415	12.560.211	84.467.421	7,14%
Tavira	5.348.864	5.759.195	6.603.975	7.059.139	7.465.503	7.244.623	7.133.380	7.282.645	8.013.115	9.708.577	71.619.016	6,05%
Vila do Bispo	1.719.551	2.045.540	2.309.102	2.433.910	2.596.213	2.885.599	3.103.323	3.185.438	3.512.270	3.964.765	27.755.711	2,35%
Vila Real de S.to António	3.741.608	4.234.295	4.720.756	5.245.697	5.388.495	5.470.211	6.375.339	6.679.858	7.178.394	8.673.245	57.707.899	4,88%
TOTAIS	80.773.526	90.957.971	99.351.871	108.314.440	114.730.638	123.111.981	128.697.618	134.042.529	141.221.008	162.071.649	1.183.273.231	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 154: Variação das despesas com pessoal, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Varição total
Albufeira	1.472.152	1.242.963	1.252.572	1.106.409	1.360.970	965.791	815.328	709.539	3.766.084	12.691.809
Alcoutim	181.148	122.330	161.373	9.378	211.113	164.348	-63.655	69.955	67.748	923.739
Aljezur	148.387	293.854	115.281	158.213	238.125	217.779	129.054	86.832	198.046	1.585.571
Castro Marim	340.270	210.779	310.551	58.961	124.547	83.325	244.472	171.375	345.935	1.890.216
Faro	1.161.296	202.621	968.557	935.398	774.321	-84.952	652.609	482.091	3.458.069	8.550.011
Lagoa	685.618	879.468	164.574	490.013	490.447	259.590	-134.973	295.460	-3.922.976	-792.781
Lagos	1.008.480	896.978	488.021	569.867	1.369.637	1.305.842	-343.811	404.681	718.177	6.417.870
Loulé	1.317.410	992.959	2.283.741	1.323.820	1.326.894	247.333	1.039.089	1.887.913	2.326.773	12.745.931
Monchique	132.436	68.580	336.329	121.802	301.544	-14.193	53.813	69.444	584.634	1.654.389
Olhão	676.744	261.358	379.809	346.466	376.843	172.639	746.421	160.909	3.293.352	6.414.540
Portimão	1.094.283	813.238	382.625	120.634	878.048	878.587	484.830	297.251	3.475.311	8.424.807
S. Brás de Alportel	82.920	252.203	209.726	231.393	174.106	53.174	248.152	470.732	635.884	2.358.289
Silves	654.293	561.768	804.496	232.381	604.526	324.767	937.683	516.459	2.260.796	6.897.169
Tavira	410.331	844.779	455.164	406.364	-220.880	-111.244	149.265	730.470	1.695.462	4.359.713
Vila do Bispo	325.989	263.562	124.808	162.303	289.386	217.723	82.115	326.832	452.495	2.245.214
Vila Real de S.to António	492.688	486.461	524.941	142.798	81.715	905.129	304.519	498.537	1.494.851	4.931.637
TOTAIS	10.184.445	8.393.900	8.962.569	6.416.199	8.381.343	5.585.637	5.344.911	7.178.479	20.850.641	81.298.123

Fonte: Autor

Cálculo: (despesas pessoal 2001 - despesas pessoal 2000) + (despesas pessoal 2002 - despesas pessoal 2001); (...)

APÊNDICE 155: Evolução das despesas com pessoal, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	13,03%	9,91%	9,08%	7,43%	8,37%	5,61%	4,52%	3,78%	16,73%	8,18%
Alcoutim	10,51%	6,63%	8,04%	0,47%	9,48%	6,87%	-2,73%	2,92%	2,75%	4,41%
Aljezur	8,06%	13,76%	5,12%	6,57%	8,99%	7,60%	4,31%	2,82%	6,04%	6,29%
Castro Marim	19,76%	10,91%	13,85%	2,56%	5,13%	3,32%	8,88%	5,86%	10,57%	8,05%
Faro	13,17%	2,25%	9,69%	8,56%	6,62%	-0,73%	5,32%	3,78%	21,34%	7,71%
Lagoa	12,31%	13,64%	2,49%	6,90%	6,46%	3,31%	-1,75%	3,69%	-95,91%	-1,20%
Lagos	12,81%	10,23%	5,27%	5,80%	12,23%	10,45%	-2,83%	3,22%	5,41%	6,15%
Loulé	8,54%	6,05%	12,21%	6,61%	6,22%	1,15%	4,59%	7,70%	8,67%	6,32%
Monchique	6,71%	3,36%	14,15%	4,87%	10,77%	-0,51%	1,89%	2,39%	16,73%	6,47%
Olhão	10,95%	4,06%	5,57%	4,83%	4,99%	2,24%	8,82%	1,87%	27,63%	8,40%
Portimão	13,14%	8,90%	4,02%	1,25%	8,35%	7,71%	4,08%	2,44%	22,20%	7,99%
S. Brás de Alportel	4,46%	11,95%	9,04%	9,07%	6,39%	1,91%	8,20%	13,46%	15,39%	8,81%
Silves	10,36%	8,17%	10,47%	2,94%	7,09%	3,67%	9,58%	5,01%	18,00%	8,17%
Tavira	7,12%	12,79%	6,45%	5,44%	-3,05%	-1,56%	2,05%	9,12%	17,46%	6,09%
Vila do Bispo	15,94%	11,41%	5,13%	6,25%	10,03%	7,02%	2,58%	9,31%	11,41%	8,09%
Vila Real de S.to António	11,64%	10,30%	10,01%	2,65%	1,49%	14,20%	4,56%	6,94%	17,24%	8,55%
TOTAIS	11,20%	8,45%	8,27%	5,59%	6,81%	4,34%	3,99%	5,08%	12,87%	6,87%

Fonte: Autor

Cálculo: (despesas pessoal 2001 - despesas pessoal 2000) / despesas pessoal 2001; (...)

APÊNDICE 156: Relação entre despesas com pessoal e despesa total, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média
Albufeira	25,00%	26,10%	27,88%	28,71%	26,50%	26,98%	28,34%	25,99%	23,03%	23,80%	26,23%
Alcoutim	28,97%	23,38%	27,22%	28,00%	25,58%	24,59%	30,72%	27,36%	22,80%	28,45%	26,71%
Aljezur	24,77%	24,92%	22,18%	22,70%	28,25%	26,60%	26,40%	20,10%	23,92%	30,92%	25,08%
Castro Marim	19,37%	14,99%	19,22%	24,63%	21,24%	15,14%	20,48%	18,82%	16,46%	26,32%	19,67%
Faro	24,87%	23,41%	27,46%	28,61%	26,86%	29,27%	31,53%	34,27%	34,43%	38,60%	29,93%
Lagoa	27,36%	25,58%	29,85%	23,68%	27,19%	22,66%	24,64%	22,60%	21,13%	16,99%	24,17%
Lagos	30,76%	24,56%	30,08%	28,51%	26,82%	23,00%	26,79%	23,84%	24,05%	28,23%	26,66%
Loulé	31,69%	25,27%	24,28%	25,20%	25,30%	23,46%	23,18%	23,10%	23,14%	21,64%	24,63%
Monchique	17,32%	19,46%	16,13%	17,98%	16,78%	22,84%	22,85%	28,27%	31,12%	35,02%	22,78%
Olhão	38,10%	29,40%	31,41%	31,51%	30,15%	29,44%	29,98%	18,89%	30,88%	36,20%	30,60%
Portimão	22,65%	21,83%	30,07%	28,16%	26,11%	24,55%	26,17%	21,97%	20,46%	27,74%	24,97%
S. Brás de Alportel	23,25%	23,54%	29,97%	32,39%	26,80%	28,05%	32,05%	31,28%	26,58%	33,84%	28,77%
Silves	31,60%	32,24%	26,71%	27,17%	29,55%	26,03%	25,38%	28,60%	31,00%	26,04%	28,43%
Tavira	19,89%	22,23%	26,11%	27,00%	26,06%	25,57%	23,99%	22,98%	23,86%	29,39%	24,71%
Vila do Bispo	32,09%	28,44%	30,14%	27,06%	31,44%	26,65%	27,05%	29,30%	28,34%	34,22%	29,47%
Vila Real de S.to António	21,39%	22,91%	24,91%	26,73%	25,61%	20,73%	27,73%	20,19%	19,00%	29,78%	23,90%
TOTAIS	26,37%	24,55%	26,79%	26,90%	26,32%	24,76%	26,29%	24,16%	24,24%	27,15%	25,68%

Fonte: Autor

Cálculo: gastos com pessoal 2000 em cada município/despesas totais 2000 em cada município; (...)

APÊNDICE 157: Valor do serviço da dívida, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (valores em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	730.330	517.263	589.681	982.861	1.283.342	1.556.147	1.882.582	2.084.350	2.249.563	2.105.988	13.982.108	8,42%
Alcoutim	243.972	258.258	239.223	237.902	237.306	258.063	272.139	476.950	290.451	404.545	2.918.809	1,76%
Aljezur	348.854	229.272	587.015	476.574	256.816	262.344	291.736	359.529	515.664	500.574	3.828.379	2,31%
Castro Marim	6.559	4.025	19.708	89.262	92.727	147.814	228.554	337.162	361.036	197.473	1.484.321	0,89%
Faro	742.650	930.612	1.578.492	1.503.565	1.911.441	2.241.262	3.531.486	4.926.211	4.296.402	4.838.118	26.500.239	15,96%
Lagoa	696.177	754.347	554.368	407.682	524.507	583.693	625.496	682.334	686.486	674.280	6.189.370	3,73%
Lagos	716.319	731.362	846.464	814.841	1.101.625	1.111.016	1.084.062	1.216.510	1.292.363	1.309.158	10.223.720	6,16%
Loulé	679.148	766.393	1.017.207	2.165.975	2.010.767	1.477.221	1.803.386	2.433.330	2.756.848	2.168.111	17.278.387	10,40%
Monchique	1.835.851	418.082	616.106	764.350	1.110.474	1.946.186	1.404.238	1.190.487	1.256.475	1.485.587	12.027.836	7,24%
Olhão	371.619	855.902	718.151	1.129.991	1.906.695	1.366.542	1.454.336	1.416.896	2.011.575	2.033.151	13.264.859	7,99%
Portimão	375.061	2.587.190	1.618.804	1.719.529	2.014.920	2.403.741	2.154.473	3.822.454	3.695.053	3.173.422	23.564.648	14,19%
S. Brás de Alportel	171.023	283.148	316.458	301.616	277.106	215.059	277.095	288.230	311.078	335.039	2.775.851	1,67%
Silves	917.499	900.944	544.611	317.807	564.972	563.074	704.928	918.474	1.102.413	2.438.238	8.972.959	5,40%
Tavira	741.069	1.174.255	1.552.303	1.531.363	1.426.276	1.858.592	2.027.972	1.936.672	2.767.863	1.913.087	16.929.452	10,19%
Vila do Bispo	211.121	217.581	172.825	186.047	201.054	200.953	182.110	165.441	112.190	85.041	1.734.364	1,04%
Vila Real de S.to António	165.391	168.454	172.638	216.901	332.541	430.205	452.121	514.682	696.811	1.264.369	4.414.113	2,66%
TOTAIS	8.952.644	10.797.089	11.144.053	12.846.268	15.252.570	16.621.913	18.376.714	22.769.714	24.402.269	24.926.181	166.089.416	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 158: Evolução do serviço da dívida, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Varição total
Albufeira	-213.067	72.417	393.181	300.481	272.805	326.435	201.769	165.212	-143.575	1.375.658
Alcoutim	14.286	-19.035	-1.321	-596	20.757	14.075	204.811	-186.499	114.095	160.573
Aljezur	-119.582	357.743	-110.441	-219.758	5.528	29.392	67.793	156.135	-15.090	151.720
Castro Marim	-2.534	15.683	69.553	3.465	55.088	80.740	108.608	23.874	-163.564	190.913
Faro	187.962	647.879	-74.927	407.876	329.822	1.290.224	1.394.726	-629.810	541.717	4.095.468
Lagoa	58.170	-199.979	-146.685	116.825	59.186	41.803	56.838	4.151	-12.206	-21.897
Lagos	15.044	115.102	-31.623	286.784	9.392	-26.955	132.448	75.853	16.795	592.839
Loulé	87.245	250.814	1.148.768	-155.208	-533.546	326.165	629.944	323.518	-588.737	1.488.963
Monchique	-1.417.768	198.024	148.243	346.124	835.712	-541.947	-213.751	65.988	229.112	-350.264
Olhão	484.283	-137.751	411.840	776.704	-540.153	87.794	-37.440	594.678	21.576	1.661.531
Portimão	2.212.129	-968.386	100.725	295.391	388.821	-249.268	1.667.981	-127.401	-521.631	2.798.361
S. Brás de Alportel	112.125	33.310	-14.842	-24.509	-62.047	62.036	11.135	22.848	23.962	164.017
Silves	-16.555	-356.333	-226.803	247.165	-1.898	141.854	213.546	183.939	1.335.825	1.520.739
Tavira	433.186	378.048	-20.940	-105.087	432.316	169.379	-91.300	831.191	-854.776	1.172.018
Vila do Bispo	6.459	-44.755	13.222	15.007	-101	-18.844	-16.669	-53.251	-27.149	-126.080
Vila Real de S.to António	3.063	4.184	44.264	115.640	97.664	21.917	62.561	182.129	567.558	1.098.978
TOTAIS	1.844.445	346.964	1.702.214	2.406.302	1.369.343	1.754.800	4.393.001	1.632.555	523.912	15.973.537

Fonte: Autor

Cálculo: (serviço dívida 2001 - serviço dívida 2000) + (serviço dívida 2002 - serviço dívida 2001); (...)

APÊNDICE 159: Evolução do serviço da dívida, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Varição total
Albufeira	-41,19%	12,28%	40,00%	23,41%	17,53%	17,34%	9,68%	7,34%	-6,82%	9,84%
Alcoutim	5,53%	-7,96%	-0,56%	-0,25%	8,04%	5,17%	42,94%	-64,21%	28,20%	5,50%
Aljezur	-52,16%	60,94%	-23,17%	-85,57%	2,11%	10,08%	18,86%	30,28%	-3,01%	3,96%
Castro Marim	-62,95%	79,58%	77,92%	3,74%	37,27%	35,33%	32,21%	6,61%	-82,83%	12,86%
Faro	20,20%	41,04%	-4,98%	21,34%	14,72%	36,53%	28,31%	-14,66%	11,20%	15,45%
Lagoa	7,71%	-36,07%	-35,98%	22,27%	10,14%	6,68%	8,33%	0,60%	-1,81%	-0,35%
Lagos	2,06%	13,60%	-3,88%	26,03%	0,85%	-2,49%	10,89%	5,87%	1,28%	5,80%
Loulé	11,38%	24,66%	53,04%	-7,72%	-36,12%	18,09%	25,89%	11,74%	-27,15%	8,62%
Monchique	-339,11%	32,14%	19,39%	31,17%	42,94%	-38,59%	-17,95%	5,25%	15,42%	-2,91%
Olhão	56,58%	-19,18%	36,45%	40,74%	-39,53%	6,04%	-2,64%	29,56%	1,06%	12,53%
Portimão	85,50%	-59,82%	5,86%	14,66%	16,18%	-11,57%	43,64%	-3,45%	-16,44%	11,88%
S. Brás de Alportel	39,60%	10,53%	-4,92%	-8,84%	-28,85%	22,39%	3,86%	7,34%	7,15%	5,91%
Silves	-1,84%	-65,43%	-71,37%	43,75%	-0,34%	20,12%	23,25%	16,69%	54,79%	16,95%
Tavira	36,89%	24,35%	-1,37%	-7,37%	23,26%	8,35%	-4,71%	30,03%	-44,68%	6,92%
Vila do Bispo	2,97%	-25,90%	7,11%	7,46%	-0,05%	-10,35%	-10,08%	-47,46%	-31,92%	-7,27%
Vila Real de S.to António	1,82%	2,42%	20,41%	34,77%	22,70%	4,85%	12,16%	26,14%	44,89%	24,90%
TOTAIS	17,08%	3,11%	13,25%	15,78%	8,24%	9,55%	19,29%	6,69%	2,10%	9,62%

Fonte: Autor

Cálculo: (serviço dívida 2001 - serviço dívida 2000) / serviço dívida 2001; (...)

APÊNDICE 160: Valor do investimento, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total municípios	% total municípios
Albufeira	17.634.830	19.424.103	15.327.548	12.708.509	19.015.167	20.069.720	11.351.834	15.746.027	18.149.553	36.553.854	185.981.147	12,54%
Alcoutim	1.898.091	3.181.991	2.959.662	2.874.467	3.526.133	4.253.849	3.031.011	3.419.747	5.065.737	2.468.353	32.679.041	2,20%
Aljezur	2.860.052	3.044.647	4.502.423	3.965.502	1.820.132	3.333.270	4.150.307	7.223.498	4.604.764	2.161.673	37.666.268	2,54%
Castro Marim	3.298.196	6.842.081	4.409.955	3.295.735	4.666.329	9.020.863	4.987.370	6.900.871	8.874.848	2.980.439	55.276.687	3,73%
Faro	10.960.725	12.454.440	8.603.506	5.019.240	12.634.626	13.377.654	8.630.377	7.127.509	7.832.632	10.535.579	97.176.286	6,55%
Lagoa	5.697.619	6.770.304	5.101.543	10.130.714	7.685.170	12.974.886	7.695.335	8.729.910	10.914.162	6.358.707	82.058.349	5,53%
Lagos	8.191.284	14.528.940	9.817.692	9.886.329	11.671.738	18.996.768	13.418.782	15.401.955	12.942.724	14.200.932	129.057.145	8,70%
Loulé	10.101.730	19.144.587	16.660.509	17.817.435	23.493.960	29.307.673	29.319.631	30.284.738	29.735.381	43.930.281	249.795.925	16,84%
Monchique	5.341.911	6.145.529	8.007.600	8.226.536	9.115.147	5.122.717	5.423.006	3.725.824	2.669.455	2.578.593	56.356.319	3,80%
Olhão	3.507.567	8.341.043	7.988.137	6.278.770	6.228.867	6.851.627	6.120.260	21.471.455	6.782.847	8.482.873	82.053.446	5,53%
Portimão	13.349.393	14.536.203	6.887.431	9.759.041	11.675.820	12.593.931	12.691.498	11.445.815	15.024.214	6.266.269	114.229.616	7,70%
S. Brás de Alportel	3.822.962	3.743.079	2.333.439	2.325.594	4.160.149	4.043.806	2.490.494	2.626.030	4.997.331	2.830.180	33.373.065	2,25%
Silves	6.116.838	5.511.777	10.416.308	11.443.495	9.748.420	13.034.089	14.727.464	10.428.315	8.671.895	13.314.876	103.413.477	6,97%
Tavira	14.665.761	12.704.198	8.581.746	10.562.926	10.560.855	8.162.632	11.556.359	11.268.237	10.988.730	11.273.751	110.325.194	7,44%
Vila do Bispo	1.925.295	3.178.540	2.882.465	3.724.991	2.632.379	3.845.387	4.180.626	3.563.707	3.985.175	3.939.237	33.857.801	2,28%
Vila Real de S.to António	8.480.118	8.274.050	7.953.582	8.292.214	6.685.888	11.443.201	4.466.586	7.708.166	10.038.438	6.989.231	80.331.474	5,41%
TOTAIS	117.852.371	147.825.511	122.433.545	126.311.498	145.320.782	176.432.074	144.240.940	167.071.804	161.277.887	174.864.827	1.483.631.239	100,00%

Adaptado de: DGAL, 2011d e cálculos próprios

APÊNDICE 161: Variação do investimento, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em euros)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Variação total
Albufeira	1.789.273	-4.096.555	-2.619.038	6.306.658	1.054.553	-8.717.886	4.394.193	2.403.526	18.404.302	18.919.024
Alcoutim	1.283.901	-222.329	-85.196	651.666	727.716	-1.222.838	388.736	1.645.990	-2.597.384	570.262
Aljezur	184.595	1.457.775	-536.921	-2.145.370	1.513.138	817.037	3.073.192	-2.618.734	-2.443.092	-698.379
Castro Marim	3.543.884	-2.432.126	-1.114.220	1.370.594	4.354.533	-4.033.493	1.913.501	1.973.977	-5.894.409	-317.757
Faro	1.493.715	-3.850.934	-3.584.266	7.615.386	743.028	-4.747.277	-1.502.868	705.123	2.702.947	-425.146
Lagoa	1.072.685	-1.668.761	5.029.171	-2.445.544	5.289.716	-5.279.551	1.034.575	2.184.252	-4.555.455	661.088
Lagos	6.337.656	-4.711.248	68.637	1.785.409	7.325.030	-5.577.986	1.983.173	-2.459.231	1.258.208	6.009.648
Loulé	9.042.857	-2.484.078	1.156.927	5.676.525	5.813.713	11.958	965.107	-549.356	14.194.900	33.828.552
Monchique	803.618	1.862.071	218.936	888.611	-3.992.430	300.289	-1.697.182	-1.056.369	-90.863	-2.763.318
Olhão	4.833.476	-352.906	-1.709.367	-49.902	622.760	-731.367	15.351.194	-14.688.607	1.700.026	4.975.306
Portimão	1.186.810	-7.648.771	2.871.609	1.916.780	918.111	97.568	-1.245.683	3.578.399	-8.757.945	-7.083.124
S. Brás de Alportel	-79.882	-1.409.641	-7.844	1.834.555	-116.343	-1.553.313	135.537	2.371.301	-2.167.151	-992.781
Silves	-605.062	4.904.531	1.027.187	-1.695.075	3.285.669	1.693.374	-4.299.148	-1.756.420	4.642.981	7.198.037
Tavira	-1.961.563	-4.122.452	1.981.180	-2.071	-2.398.224	3.393.728	-288.123	-279.506	285.021	-3.392.010
Vila do Bispo	1.253.245	-296.075	842.527	-1.092.613	1.213.008	335.239	-616.919	421.468	-45.938	2.013.942
Vila Real de S.to António	-206.068	-320.468	338.632	-1.606.326	4.757.313	-6.976.615	3.241.581	2.330.272	-3.049.207	-1.490.887
TOTAIS	29.973.140	-25.391.965	3.877.953	19.009.284	31.111.292	-32.191.134	22.830.864	-5.793.918	13.586.941	57.012.457

Fonte: Autor

Cálculo: (investimento 2001 - investimento 2000) + (investimento 2002 - investimento 2001); (...)

APÊNDICE 162: Variação do Investimento, de 2000 a 2009, nos municípios do Algarve (em percentagem)

Municípios/anos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	Varição total
Albufeira	9,21%	-26,73%	-20,61%	33,17%	5,25%	-76,80%	27,91%	13,24%	50,35%	10,17%
Alcoutim	40,35%	-7,51%	-2,96%	18,48%	17,11%	-40,34%	11,37%	32,49%	-105,23%	1,75%
Aljezur	6,06%	32,38%	-13,54%	-117,87%	45,40%	19,69%	42,54%	-56,87%	-113,02%	-1,85%
Castro Marim	51,80%	-55,15%	-33,81%	29,37%	48,27%	-80,87%	27,73%	22,24%	-197,77%	-0,57%
Faro	11,99%	-44,76%	-71,41%	60,27%	5,55%	-55,01%	-21,09%	9,00%	25,66%	-0,44%
Lagoa	15,84%	-32,71%	49,64%	-31,82%	40,77%	-68,61%	11,85%	20,01%	-71,64%	0,81%
Lagos	43,62%	-47,99%	0,69%	15,30%	38,56%	-41,57%	12,88%	-19,00%	8,86%	4,66%
Loulé	47,23%	-14,91%	6,49%	24,16%	19,84%	0,04%	3,19%	-1,85%	32,31%	13,54%
Monchique	13,08%	23,25%	2,66%	9,75%	-77,94%	5,54%	-45,55%	-39,57%	-3,52%	-4,90%
Olhão	57,95%	-4,42%	-27,22%	-0,80%	9,09%	-11,95%	71,50%	-216,56%	20,04%	6,06%
Portimão	8,16%	-111,05%	29,43%	16,42%	7,29%	0,77%	-10,88%	23,82%	-139,76%	-6,20%
S. Brás de Alportel	-2,13%	-60,41%	-0,34%	44,10%	-2,88%	-62,37%	5,16%	47,45%	-76,57%	-2,97%
Silves	-10,98%	47,09%	8,98%	-17,39%	25,21%	11,50%	-41,23%	-20,25%	34,87%	6,96%
Tavira	-15,44%	-48,04%	18,76%	-0,02%	-29,38%	29,37%	-2,56%	-2,54%	2,53%	-3,07%
Vila do Bispo	39,43%	-10,27%	22,62%	-41,51%	31,54%	8,02%	-17,31%	10,58%	-1,17%	5,95%
Vila Real de S.to António	-2,49%	-4,03%	4,08%	-24,03%	41,57%	-156,20%	42,05%	23,21%	-43,63%	-1,86%
TOTAIS	20,28%	-20,74%	3,07%	13,08%	17,63%	-22,32%	13,67%	-3,59%	7,77%	3,84%

Fonte: Autor

Cálculo: (investimento 2001 - investimento 2000) / investimento 2001; (...)